



ANEXO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MÓDULOS

1. OBSERVAÇÕES

1.1. Estrutura do Sistema

1.1.1. O sistema de administração e gestão a ser fornecido pela CONTRATADA deverá ser composto por módulos de programas (ou simplesmente “módulos”), que representam as diferentes áreas funcionais da Prefeitura, como por exemplo: contabilidade, licitações, patrimônio, recursos humanos, arrecadação, entre outros.

1.1.2. Cada módulo deve operar de forma integrada com os demais, compondo um único sistema de gestão pública completo. As principais especificações técnicas e funcionais de cada módulo estão descritas ao longo deste Anexo e deverão estar plenamente disponíveis aos usuários após a implantação e homologação do sistema.

1.2. Flexibilidade na Nomenclatura e Estrutura dos Módulos

1.2.1. A CONTRATADA não é obrigada a adotar a mesma nomenclatura ou a mesma divisão por módulos que está descrita neste Anexo e no Termo de Referência.

1.2.2. Contudo, é indispensável que o sistema proposto atenda integralmente às funcionalidades e resultados previstos, ainda que estas estejam organizadas de forma diferente na solução ofertada.

1.2.3. Em outras palavras, o nome ou agrupamento dos módulos pode variar, mas as funcionalidades e requisitos descritos neste documento devem estar presentes e plenamente operacionais.

1.3. Critério de Avaliação Técnica e Prova de Conceito (PoC)

1.4. Por se tratar de uma aplicação crítica — ou seja, essencial para o funcionamento da administração municipal — e com o objetivo de garantir qualidade, eficiência e eficácia na contratação, o sistema proposto será submetido a uma Prova de Conceito (PoC) antes da contratação definitiva.

1.5. Na PoC, será verificado o atendimento dos requisitos funcionais e técnicos definidos no Termo de Referência e especialmente neste **Anexo III – Especificações dos Módulos do Sistema**.

1.6. Para ser considerado aprovado na avaliação técnica, o sistema deverá atender no mínimo a **90% (noventa por cento)** dos requisitos de cada módulo individualmente.

1.7. Ou seja, o percentual de atendimento será analisado módulo a módulo, e não de forma global.

1.8. Caso o sistema não atenda pelo menos 90% dos requisitos de qualquer módulo, ele será reprovado na avaliação técnica e, portanto, desclassificado da licitação.



1.9. Esse critério visa assegurar que todas as áreas da gestão pública municipal contem com módulos efetivos e funcionais, evitando que eventuais deficiências em uma área comprometam a operação do sistema como um todo.

2. MÓDULO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

2.1. PLANO PLURIANUAL – PPA

2.1.1. Possibilitar o registro da realização das audiências públicas com campo para: todas as solicitações feitas pela comunidade, bairro a ser atendido, com informações de contato do solicitante, órgão responsável por sua análise e status da mesma;

2.1.2. Anexar atas da audiência pública e permitir a baixa dos arquivos anexados;

2.1.3. No cadastro do PPA escolher o grau do plano de contas a ser utilizado para a informação das receitas;

2.1.4. Cadastrar os vínculos para o PPA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado TCE-MG;

2.1.5. Permitir importar vínculos utilizados na LOA a cada novo PPA elaborado;

2.1.6. Cadastrar os programas de governo, com as seguintes informações: origem, objetivo, diretrizes, público-alvo, fonte de financiamento e gerente responsável;

2.1.7. Permitir importar as ações e programas da LOA para cada novo PPA elaborado;

2.1.8. Permitir a criação automática de códigos reduzidos para despesa do PPA composto de órgão, unidade, função, subfunção, programa e ação com o objetivo de facilitar a execução orçamentária;

2.1.9. Permitir importar as receitas e despesas de PPA anterior e da LOA;

2.1.10. Cadastrar a programação da receita, possibilitando a identificação de cada fonte de recurso;

2.1.11. Permitir informar as receitas do PPA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos;

2.1.12. Efetuar projeção de cálculo para obter a previsão do total a ser arrecadado e do total a ser gasto para cada ano do PPA;

2.1.13. Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita do PPA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica;

2.1.14. Consultar o orçamento da receita e da Despesa do PPA com valor orçado atualizado até a data selecionada;

2.1.15. Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitir atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA;

2.1.16. Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam;



2.1.17. Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;

2.1.18. Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária;

2.1.19. Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada;

2.1.20. Emitir relatórios gerenciais de receitas, despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras;

2.1.21. Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:

- a) Demonstrativo das Receitas;
- b) Demonstrativo das Despesas;
- c) Meta Financeira por Órgão e Unidade;
- d) Meta Física por Programa e Ação;
- e) Programas;
- f) Programas Detalhados;
- g) Anexo PPA Analítico;
- h) Anexo PPA Sintético;
- i) Detalhamento Órgão/Unidade Físico/Financeiro;
- j) Receita por Ano;
- k) Receita Global;

2.1.22. Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada;

2.1.23. O módulo deverá emitir relatórios consolidados de receitas e despesas do PPA, LDO e LOA, organizados por fonte de recursos;

2.1.24. Possuir controle de versão para o PPA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão;

2.1.25. Emitir relatório possibilitando a avaliação dos resultados dos programas (Art. 4º, inciso I, "e" da LRF). O relatório deverá conter a programação e execução física e financeira por programa e ação, permitindo selecionar os quatro anos do PPA ou apenas um ano desejado;

2.1.26. Emitir os demonstrativos de aplicação em saúde, pessoal e educação com os respectivos percentuais de aplicação;



2.1.27. O módulo deverá possibilitar a importação automática dos dados do PPA para a LDO e a LOA do exercício vigente, com recursos que permitam a edição e adequação das informações importadas, quando necessário.

2.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

2.2.1. No cadastro da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado;

2.2.2. Cadastrar os vínculos para a LDO de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG;

2.2.3. Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita da LDO, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica;

2.2.4. Permitir consultar o orçamento da receita e da despesa da LDO com valor orçado atualizado até a data selecionada;

2.2.5. Permitir cadastrar programas e ações na LDO e importar do PPA e LOA;

2.2.6. Permitir importar previsão da despesa do PPA, da LOA ou de LDO anterior;

2.2.7. Permitir importar previsão da receita do PPA, da LOA ou de LDO anterior;

2.2.8. Permitir atualizar as metas físicas da LDO e inserir as metas físicas realizadas;

2.2.9. Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;

2.2.10. O módulo deverá permitir o cadastramento das metas e prioridades definidas na LDO, com campos específicos para sua descrição, classificação e acompanhamento;

2.2.11. Consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa;

2.2.12. Confrontar as receitas e despesas da LDO por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo valor orçado atualizado até a data selecionada;

2.2.13. Emitir os relatórios gerenciais consolidando uma ou mais entidades e com valor orçado atualizado até a data selecionada:

a) Demonstrativo das Receitas;

b) Demonstrativo das Despesas;

c) Programas de Trabalho;

2.2.14. Emitir o cadastro das obras que serão executadas no ano da LDO informando a entidade responsável pela obra, a descrição, a data de início, o valor previsto, o valor de gastos com conservação, o valor em novos projetos e o valor do ano da LDO;

2.2.15. Emitir o relatório Demonstrativo de Obras e Conservação do Patrimônio;

2.2.16. Possuir controle de versão para a LDO com controle de todas as consultas e relatórios por versão;



2.2.17. Emitir, sobre os valores orçados, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

2.2.18. Emitir o demonstrativo de aplicação de recursos em educação, saúde e pessoal com o respectivo % de aplicação;

2.2.19. Possuir cadastro das memórias de cálculo conforme dispõem a portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional;

2.2.20. Permitir a emissão dos relatórios de memória de cálculo conforme disposto pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

2.3.1. Cadastrar os vínculos para a LOA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG;

2.3.2. Cadastrar a programação da receita e da despesa, possibilitando a identificação de cada fonte e destinação de recurso;

2.3.3. Permitir importar as receitas e despesas da LOA anterior e da LDO;

2.3.4. Permitir informar as receitas da LOA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos;

2.3.5. Permitir a inclusão de atualização de receitas mantendo o histórico das inclusões;

2.3.6. Permitir a inclusão de novas naturezas de receita não previstas na LOA;

2.3.7. Efetuar os lançamentos contábeis de alteração orçamentária de receita automaticamente na contabilidade;

2.3.8. Consultar o orçamento de receita e despesa da LOA com valor orçado atualizado até a data selecionada, consolidando uma ou mais entidades;

2.3.9. Permitir o controle das alterações e emendas realizadas durante a elaboração da LOA, permitindo incluir as alterações e emendas por lote e possibilitar a consulta dos lotes de alteração por data;

2.3.10. O módulo deverá permitir a identificação e o controle das emendas impositivas vinculadas às respectivas naturezas de despesa;

2.3.11. Cadastrar as despesas que compõem o orçamento, com identificação do elemento de despesa, destinação de recursos e valores;

2.3.12. Permitir nas alterações orçamentárias adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto;

2.3.13. Permitir nas alterações orçamentárias, adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto;

2.3.14. Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;



- 2.3.15.** Permitir para cada alteração orçamentária de despesa, a visualização de seus respectivos lançamentos contábeis;
- 2.3.16.** Gerenciar as dotações constantes nos orçamentos decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários;
- 2.3.17.** Permitir nas alterações orçamentárias adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto;
- 2.3.18.** Disponibilizar no início do exercício, o orçamento aprovado para a execução;
- 2.3.19.** Mostrar alteração orçamentária, demonstrando os valores de receita, despesa, transferência financeira e os dados da Lei que o aprovou;
- 2.3.20.** Permitir que o usuário gerencie os códigos reduzidos para as contas de receita orçamentária e consignação;
- 2.3.21.** Possuir rotina de solicitação de alteração orçamentária onde são informados os dados da alteração para envio ao legislativo e posteriormente os mesmos são incluídos no sistema sem a necessidade de redigitação;
- 2.3.22.** Possuir consistência de dados para o PPA, LDO e LOA que identifique possíveis inconsistências na elaboração dos mesmos;
- 2.3.23.** Cadastrar cronograma mensal de desembolso por entidade;
- 2.3.24.** Cadastrar valor mensal das metas de arrecadação por entidade, informando os valores mês a mês por modalidade e fonte de recursos;
- 2.3.25.** Permitir que o usuário gerencie os códigos reduzidos para as contas de receita orçamentária e consignação;
- 2.3.26.** Solicitar alteração orçamentária onde são informados os dados da alteração para envio ao legislativo e posteriormente os mesmos são incluídos no sistema sem a necessidade de redigitação;
- 2.3.27.** Efetuar solicitação de alterações orçamentárias durante o exercício bloqueando o valor, na dotação a ser anulada, ao lançar a alteração no sistema, possibilitando copiar os dados para o documento legal, evitando redigitação. Desbloqueando automaticamente ao efetivar os lançamentos de suplementação e anulação, quando da efetivação da alteração;
- 2.3.28.** Consistir dados para o PPA, LDO e LOA que identifique possíveis inconsistências na elaboração dos mesmos;
- 2.3.29.** Possuir cronograma de desembolso por fonte de recursos e por mês com geração de relatório;
- 2.3.30.** Possuir cadastro das metas de arrecadação por fonte de recursos e por mês com geração de relatório;
- 2.3.31.** Permitir a impressão do decreto para suplementação;



- 2.3.32.** Permitir realizar a implantação do orçamento, para que a partir deste momento, não seja mais possível incluir, excluir ou alterar previsões de receita e despesa;
- 2.3.33.** Permitir a emissão dos relatórios da Lei 4320/64 com opção de publicação simultânea no portal da transparência;
- 2.3.34.** Permitir o controle das cotas de despesa por entidade;
- 2.3.35.** Permitir a configuração do controle das cotas de despesa para os períodos: bimestral, trimestral e semestral;
- 2.3.36.** Permitir que nas alterações orçamentárias as cotas sejam atualizadas automaticamente;
- 2.3.37.** Possuir relatório de acompanhamento das cotas de despesa demonstrando valor previsto e valor realizado;
- 2.3.38.** Permitir contingenciamento do orçamento, aplicando um percentual de redução sobre todo o orçamento ou sobre uma dotação específica;
- 2.3.39.** Permitir liberação dos valores contingenciados;
- 2.3.40.** Permitir remover os valores de quotas não utilizadas em meses já fechados e distribuí-las em meses abertos;
- 2.3.41.** Permitir na implantação do orçamento, a cópia automática de todos os relacionamentos e configurações da base do cliente para que ele não tenha necessidade de redigitar os dados no novo ano;
- 2.3.42.** Possuir rotina de compatibilização da LOA com PPA e LDO, permitindo assim que as peças orçamentárias fiquem iguais;
- 2.3.43.** Possibilitar o registro e acompanhamento dos projetos e despesas com conservação do patrimônio público;
- 2.3.44.** Possuir cadastro de renúncia de receita e respectiva compensação com emissão de relatório de renúncias objetivando o atendimento a LRF, art. 5º, inciso II.

3. GESTÃO MUNICIPAL – BI

- 3.1.** Permitir que o sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Municipal seja baseado em software de BI (Business Intelligence), que atenda às características técnicas abaixo descritas e forneça por meio de gráficos, relatórios e planilhas o conhecimento necessário para: Planejamento Estratégico, Elaboração e Execução Orçamentária, Gestão de Desempenho Municipal, Tomada de Decisões em Geral, Suporte ao controle interno e externo, Cumprimento de responsabilidades legais e controle dos limites superiores e inferiores de aplicação de recursos (folha, educação, saúde, etc.);
- 3.2.** Permitir a atualização automática das informações através de planos de execução, onde o usuário poderá definir quando e quantas vezes estas serão executadas;



- 3.3. Possuir mecanismo rápido de busca, que permita selecionar ou detalhar as informações apresentadas imediatamente, apresentando as informações relevantes para o usuário na pesquisa;
- 3.4. Garantir que todos os elementos de interface sejam interativos, permitindo que pesquisas e seleções sejam efetuadas de forma visual;
- 3.5. Permitir a carga de dados a partir do Banco de Dados, arquivos-texto, planilhas, XML, HTML, Web Services e do resultado de execução de outros programas;
- 3.6. Permitir que a interface do usuário possibilite a apresentação de resultados em gráficos de linha, gráficos de barra, gráficos de pizza, tabelas simples e planilhas. Apresentar também no Google Maps os resultados das seleções, geocodificando as informações retiradas através dos endereços existentes no banco de dados, sempre que for pertinente;
- 3.7. Permitir a impressão e a exportação dos dados apresentados para planilhas eletrônicas de todos os objetos de interface;
- 3.8. Permitir que a criação de tabelas e gráficos sejam suportadas por mecanismo de ajuda em português que guie o usuário durante o processo de especificação de dimensões e medidas a utilizar e do formato de apresentação;
- 3.9. Apresentar o Comprometimento Econômico até a presente data em gráficos, demonstrando:
- a) Os valores de recursos, de comprometimento e o saldo atual;
 - b) A composição percentual do comprometimento atual;
 - c) A evolução no tempo, do início do ano até o presente momento, para recursos disponíveis, comprometimento total e saldo;
 - d) O comprometimento deverá ser decomposto em empenhos do ano, empenhos em RAP bloqueado, solicitação de compras em andamento e contratos já realizados a empenhar.
- 3.10. Projetar receitas e despesas dos meses restantes do exercício, permitindo estimar o comprometimento econômico no balanço, mostrando os valores realizados no exercício e o montante projetado;
- 3.11. Permitir a análise da situação atual, desempenho e evolução da receita orçamentária, possibilitando a seleção e apresentação das informações por órgão gestor, fonte de recurso, codificação orçamentária da receita, período de realização, classe de recurso e incidências para os limites de aplicação em Educação e Saúde;
- 3.12. Permitir a análise das dotações, pelas classificações funcionais programáticas e de natureza orçamentária, em todos os níveis, incidências para limites, data de realização e classe de despesa. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos devem apresentar valores de dotação inicial, suplementações,



reduções, créditos adicionais, empenhos, liquidações, retenções e pagamentos, em números absolutos e percentuais;

3.13. Apresentar os bloqueios orçamentários, pelas classificações funcionais programáticas e de natureza orçamentária, em todos os níveis, data de realização e classe de despesa. As listas de seleções permitem escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos devem apresentar valores de bloqueados, em números absolutos e percentuais;

3.14. Permitir que os empenhos sejam analisados com todas as dimensões relativas à sua dotação e, adicionalmente, dimensões relacionadas aos centros de custo, credor e tipo de empenho. As mesmas dimensões deverão ser utilizadas para organização dos demonstrativos e gráficos deste módulo. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos deverão apresentar valores empenhados, liquidados, anulados, pagos e saldos a utilizar. O nível de detalhamento deverá permitir a visualização de cada transação para os empenhos;

3.15. Permitir a análise dos empenhos em restos a pagar por unidade gestora, unidade orçamentária, dimensões relativas ao credor e tipo de empenho. As mesmas dimensões deverão ser utilizadas para organização dos demonstrativos e gráficos deste módulo. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos deverão apresentar valores inscritos, liquidados, anulados, pagos e saldos a utilizar. O nível de detalhamento deverá permitir a visualização de cada transação para os empenhos;

3.16. Permitir que os Limites de Utilização de Recursos para saúde, educação, repasses ao legislativo e demais limites legais sejam analisados nesse módulo na sua situação atual e nos valores projetados para o balanço, permitindo aos gestores a programação de despesas, de forma a cumprir os critérios legais. Também deverão ser fornecidas as Listas de suporte, demonstrando as receitas utilizadas na base de cálculo dos limites e dos empenhos considerados para o cumprimento dos limites, de forma a permitir a auditoria dos valores apresentados nos quadros sumários;

3.17. Possibilitar a análise do comprometimento econômico previsto no balanço e dos gastos para a observância dos limites legais, tendo por base as dimensões órgão gestor, fonte de recurso, codificação orçamentária a todos os níveis, período de realização e classe de recurso, demonstrando valores projetados e realizados;

3.18. Permitir que os Valores Históricos de Receitas e Despesas sejam apresentados nesse módulo permitindo a visualização da evolução temporal de receitas e gastos, tendo por base as dimensões órgão gestor, fonte de recurso, codificação orçamentários a todos os níveis, período de realização e classe de recurso, demonstrando valores previstos e realizados;



3.19. Demonstrar os saldos financeiros por sua natureza e localização e os valores da movimentação bancária comparado com os registros contábeis. Fluxo de caixa previsto X realizado deverão ser fornecidos, permitindo ao gestor público ter informação imediata e completa da situação financeira da Prefeitura, no momento da tomada de decisão;

3.20. Apresentar o controle do lançamento e arrecadação de tributos por contribuinte, bairro, loteamento, logradouro, características do imóvel, uso do imóvel, categoria do imóvel, data de competência, data de vencimento, data de recebimento, faixas de área do terreno e do imóvel discriminando áreas de terreno e do de imóvel, fração ideal, valores venais do terreno e de construção, valor do imposto, valores de taxas, descontos, valores recebidos, quantidade de imóveis e valores de ITBI lançados e arrecadados;

3.21. Apresentar o controle do lançamento e arrecadação de tributos por prestador, tomador, tipo de escrituração, tipo de lançamento, mês/ano de competência, cidade, atividade, discriminando: quantidade de NF, quantidade de escriturações, guias, movimento econômico, base de cálculo, imposto gerado, imposto lançado, valor arrecadado, todas essas informações através de gráficos (barra, linha, pizza, coluna). Possuindo cenários específicos de escrituração, guias, retenções e evoluções;

3.22. Permitir a análise através de gráficos e planilhas:

- a) Das notas fiscais declaradas pelos prestadores de serviços, confrontando-as com as notas;
- b) Declaradas pelos tomadores;
- c) Dos maiores prestadores e tomadores de serviços;
- d) Dos maiores pagadores e devedores;
- e) Das maiores atividades geradoras de ISS do município.

3.23. Apresentar o controle do lançamento e arrecadação de tributos por contribuinte, bairro, logradouro, tipo de receita, data de competência, data de vencimento e data de recebimento discriminando base de cálculo, valores de taxas, descontos, valores recebidos;

3.24. Apresentar o controle do lançamento e arrecadação de dívida ativa por contribuinte, bairro, logradouro, tipo de contribuinte, tipo de receita, data de competência, data de inscrição, data de vencimento, data de parcelamento, data de ajuizamento, data de prescrição, controle da extinção dos créditos e data de recebimento, discriminando valores inscritos, recebidos, parcelados, prescritos, ajuizados e inativos. Permitir o controle de suspensão de exigibilidade do crédito tributário e permitir o controle de interrupção de prescrição.

3.25. Apresentar a situação de tramitação de documentos protocolados por interessado, localização, responsável atual, assunto, situação do processo e datas de tramitação permitindo análises de desempenho com tempo mínimo, médio e máximo de tramitação por cada setor por onde houve tramitação de processos e quantitativos de tramitação;



3.26. Permitir a análise do grau de comprometimento das despesas com aquisições de bens e serviços, bem como com os dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes). Esta análise será feita com base nos gastos comprometidos, tais como: processos previamente homologados e/ou ratificados e contratos em execução;

3.27. Utilizar como base para a análise, os valores já empenhados e os valores a empenhar, proporcionalmente ao exercício corrente;

3.28. Permitir a análise dos valores empenhados de forma estimativa, de forma a equilibrar o valor previamente estimado com a despesa realmente efetivada;

3.29. Permitir a análise dos contratos pelas classificações funcionais programáticas e de natureza orçamentária, em todos os níveis. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos deverão apresentar os saldos de contratos, valores empenhados, valores liquidados, valores pagos, valores a empenhar, outros;

3.30. Permitir a análise de forma mensal e anual dos gastos de pessoal;

3.31. Permitir que as listas de seleções escolham um conjunto de informações a analisar todos os cenários;

3.32. Permitir que os cenários apresentem os comparativos dos valores brutos, quantidade de funcionários, média salarial, os custos por diversas dimensões, tais como, regimes, secretarias, seções, setores, demonstrativos analíticos de pagamentos, maiores salários, os gastos eventos e outros.

3.33. O módulo deverá permitir a geração de relatórios, dashboards e planilhas com opção de seleção por Secretaria e por fonte de recursos, com exibição por período (inclusive mensal);

3.34. O módulo deverá disponibilizar comparativos com períodos anteriores;

3.35. Emitir relatórios por natureza de despesa, com filtros por Secretaria, fonte de recursos, credor, entre outros, possibilitando a exportação de todos os relatórios nos formatos .xls e .pdf.

4. MÓDULOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.1. Possuir no cadastro de materiais, contendo um campo para a descrição sucinta e detalhada sem limitação de caracteres, possibilitando organizar os materiais informando a que grupo, classe ou subclasse o material pertence, bem como relacionar uma ou mais unidades de medida;

4.2. Possuir plena conformidade com a nova Lei de Licitações Lei 14.133/2021 e Lei Complementar 126/2003;



- 4.3. Possibilitar a identificação de materiais/produtos conforme especificações de classificação, exemplo: Consumo / Permanente / Serviços / Obras, e de Categoria, exemplo: Perecível / Não perecível / Estocável / Combustível;
- 4.4. Possibilitar que o usuário possa configurar no cadastro de produtos os campos cadastrais de sua escolha desde campos numéricos, textos ou listagem pré-definida;
- 4.5. Possibilitar o relacionamento do produto com marcas pré aprovadas;
- 4.6. Possibilitar o relacionamento do produto com seu CATMAT (Catálogo de Materiais do Governo Federal);
- 4.7. Permitir anexar imagens de referência para os produtos;
- 4.8. Permitir a desabilitação de cadastros de produtos obsoletos, de forma a evitar seu uso indevido, porém mantendo todo seu histórico de movimentações;
- 4.9. Possibilitar relacionamento com produtos e elementos de despesas, impedindo que determinado produto seja comprado com elemento errado ou não relacionado;
- 4.10. Possibilitar através da consulta do material, pesquisar o histórico completo de aquisições, podendo consultar dados como as ordens de compras, fornecedor e valor unitário;
- 4.11. Possuir rotina de solicitação de cadastro de produto, disparando a notificação via sistema e/ou por e-mail automaticamente ao setor responsável, após a aprovação o sistema deverá enviar notificação ao solicitante que o produto foi cadastrado e o código utilizado, em caso de reprovação deverá ser enviado notificação para o solicitante com o motivo da rejeição do cadastro do produto;
- 4.12. Permitir o cadastramento de comissões de licitação: permanente, especial, pregoeiros, agentes de contratação, leiloeiros e cadastro de fornecedor, informando a portarias ou decreto que as designaram, permitindo informar também os seus membros, atribuições designadas e natureza do cargo;
- 4.13. Registrar os processos licitatórios, identificando número e ano do processo, tipo de objeto, forma de julgamento, regime de execução, previsão de subcontratação, modalidades de licitação, data do processo, etc., bem como dados de requisições de compra, planilhas de preços. No caso de dispensa e inexigibilidade possuir relacionamento com o inciso da lei correspondente com o fundamento legal;
- 4.14. Sugerir o número da licitação sequencial por modalidade ou sequencial anual;
- 4.15. Permitir a digitação do processo licitatório sem modalidade no sistema podendo escolher a modalidade posteriormente após emissão do parecer jurídico;
- 4.16. Disponibilizar ao usuário o gerenciamento dos processos através de fluxograma (conhecidos como Workflow), onde todas as decisões deverão estar de acordo com as exigências legais. Nesse fluxo deverá ser possível iniciar, julgar e concluir qualquer tipo de



processo licitatório ou dispensável, sem a necessidade de abertura de novos módulos dentro do mesmo sistema. Deve acompanhar em tempo real o andamento do processo, habilitando a próxima etapa após a conclusão da etapa anterior. Essa liberação de etapas deverá ser de fácil visualização, utilização e localização por parte do usuário dentro do sistema. A visualização deverá ser identificada por cores específicas para cada etapa do processo. O Workflow poderá apresentar as possíveis decisões, mostrando o caminho a ser seguido de acordo com a escolha realizada. Em cada fase do Workflow deverá constar um tópico de ajuda, para auxílio e orientação no caso de dúvidas do seu utilizador;

4.17. Possibilitar o anexo de documentos ao cadastro da minuta do edital. Ex. Cópia de documentos obrigatórios, projeto básico, contratos, ao menos nas extensões: .png, .bmp, .jpg, .doc, .docx, .txt, .ppt, .pptx, .xls, .xlsx, .pdf, .zip e .rar;

4.18. Possibilitar a visualização de todos os documentos e anexos da minuta em um único lugar, agrupados por classificação;

4.19. De acordo com as etapas do processo de licitação, possibilitar a emissão de documentos como editais, atas de sessões de licitação, aviso de licitação, termo de homologação e adjudicação, parecer contábil, jurídico e relatório de propostas e/ou lances. Bem como armazenar esses documentos em banco de dados, possibilitando também o envio de documentos adicionais em substituição ao original emitido;

4.20. Permitir o registro do parecer contábil, no processo de licitação, bem como sua impressão;

4.21. Permitir o registro do parecer jurídico e/ou técnico no processo de licitação;

4.22. Registrar a interposição de recurso ou impugnação do processo de licitação, bem como o seu julgamento, com texto referente ao parecer da comissão e/ou jurídico;

4.23. Registrar anulação e/ou revogação do processo de licitação, possibilitando o registro total ou parcial pela quantidade ou valor;

4.24. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela Lei Federal nº 14.133/21;

4.25. Para as Licitações na modalidade de Pregão Presencial possibilitar a visualização dos lances na tela, de forma prática e ágil, permitir efetuar lances por lote ou item, com opção de desistência/declínio do lance;

4.26. Permitir que o pregoeiro estipule o valor do lance mínimo durante o cadastro dos itens do pregão ou durante a rodada de lances. Bem como possibilitar que o pregoeiro estipule tempo limite para cada rodada de lance por meio de cronometro;

4.27. Possuir rotina de negociação do preço, com o fornecedor vencedor após cada rodada de lances;



- 4.28.** Possibilitar o julgamento das propostas em relação a microempresa, empresa de pequeno porte e empresa de médio porte de acordo com os critérios da Lei Complementar 123/2006;
- 4.29.** Possuir rotina que possibilite cadastrar os documentos dos fornecedores participantes da licitação;
- 4.30.** Possuir rotina para o cadastro das propostas dos participantes, com indicação de valor unitário, valor total. Bem como permitir consultar por fornecedor os quadros comparativos de preços, identificando os vencedores;
- 4.31.** Possibilitar o cadastro da desclassificação do participante, indicando a data e o motivo da desclassificação. Possibilitar o cadastro da inabilitação do participante, indicando a data e o motivo da inabilitação. E, nos casos de pregão presencial, caso o vencedor do item seja inabilitado permitir que o pregoeiro já identifique o remanescente e, possibilite selecioná-lo para negociação e indicação de novo vencedor;
- 4.32.** Possibilitar na consulta do processo visualizar dados do processo, como lances (nos casos de pregão presencial), requisição(ões) ao compras, vencedor(es), propostas, itens do processo, participantes, dotações utilizadas, ordens de compras emitidas e, dados sobre a homologação e adjudicação do processo;
- 4.33.** Permitir o gerenciamento de processos de licitações "multientidade". Onde a Licitação ocorre por uma entidade principal, onde será realizado todo o gerenciamento desde o seu cadastro até contrato e ordens de compra. E, exista a indicação das entidades participantes, onde caberia somente a emissão da ordem de compra;
- 4.34.** Possuir fluxo diferenciado para licitações de publicidade possibilitando o cadastro das sessões de abertura de envelopes não identificados e cadastro e julgamento das propostas técnicas, de acordo com a Lei 12.232/10;
- 4.35.** Possibilitar cadastrar no sistema a pontuação e índices para os itens das licitações com julgamento por preço e técnica, possibilitando a classificação automática do vencedor de acordo com a pontuação efetuada na soma dos critérios de pontuação;
- 4.36.** Permitir relacionar o responsável pela condução do certame ao processo de licitação, bem como selecionar os membros da comissão que realizarão o julgamento da licitação;
- 4.37.** Possibilitar o cadastro das publicações das licitações, com indicação da data da publicação e o veículo de publicação;
- 4.38.** Permitir realizar a indicação do recurso orçamentário a ser utilizado no processo de licitação, bem como sua respectiva reserva orçamentária. Assim como a cada compra efetuada deverá ser liberado o valor da reserva de acordo com a compra realizada;
- 4.39.** Nos casos de licitações de Registro de Preço, permitir o cadastro dos registros referente a ata de registro de preço, bem como controlar os respectivos registros e, possibilitar a



alteração de quantidades, preço e fornecedores, quando necessário. Deve também possibilitar o registro detalhado de ocorrências como transferência de itens ou alteração de valores;

4.40. Permitir a integração com o módulo de contabilidade, onde deverá gerar lançamentos referente a reserva de dotação orçamentária no módulo de gestão orçamentária, bloqueando o valor da despesa previsto no processo licitatório ou compra dispensável. Deve também efetuar o desbloqueio automático dos valores reservados e não utilizados após a finalização do processo ou da compra;

4.41. Permitir a integração com os módulos Patrimônio, Almoxarifado, Frotas e Gerenciador de Notas Eletrônicas;

4.42. Permitir realizar duplicidade/cópia de processos de licitação já realizados pela entidade, de forma a evitar a realizar o cadastro novamente de dados de processos similares;

4.43. Possibilitar nos processos que possuem a característica de credenciamento/chamamento a definição de cotas, em licitações do tipo inexigibilidade ou dispensa de licitação;

4.44. Possuir disponibilidade de publicação de dados e documentos do processo de licitação como portal de serviços, podendo escolher o que deseja ser disponibilizado: Itens, Certidões, Documentos Exigidos, Quadro Comparativo Preços, Vencedores, Contratos, Ordem de Compra, Edital, Anexos, Pareceres, impugnação, Ata de Abertura de Envelope de Documento, Ata de Abertura Envelope de Proposta, Ata do Pregão, Ata de Registro de Preço, Termo de Homologação, Termo de Adjudicação e contratos;

4.45. Possibilitar a realização de pesquisa preço/planilha de preço para estimativa de valores para novas aquisições;

4.46. A partir da pesquisa de preço/planilha de preço, tendo como critério de escolha para base o preço médio, maior preço ou menor preço cotado para o item na coleta de preços, permitir gerar um processo administrativo ou permitir a emissão de ordem de compra, com base no preço médio ou menor preço cotado;

4.47. Possuir rotina para cotação de planilhas de preços on-line, possibilitando os fornecedores digitarem os preços praticados, permitindo fazer o cálculo dos preços médios, mínimos e máximos automaticamente, possibilitando importação desta planilha nos processos licitatórios a fins do cálculo da cotação máxima dos itens a serem licitados;

4.48. Possuir integração com o processo digital criando automaticamente um processo a partir da digitação de uma requisição e/ou solicitação de compras, podendo acompanhar a movimentação do processo entre os setores da entidade;

4.49. Possuir rotina para solicitação de compra dos itens homologados da licitação;



- 4.50.** Possibilitar o controle das solicitações de compra autorizadas, pendentes e canceladas registrando o motivo do cancelamento;
- 4.51.** Controlar as solicitações de compra e compra direta por centro de custo, não permitindo que outros usuários acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo, permitindo detalhamento completo das compras diretas, incluindo elementos de despesa;
- 4.52.** Possibilitar o bloqueio de compras diretas para todos os usuários, sendo necessária a liberação por meio de senha do gestor para realização das mesmas;
- 4.53.** Possuir rotina para avisar através de notificações ou por e-mail sempre que for cadastrada uma nova solicitação de compras, afins de agilizar o processo de compra;
- 4.54.** Possuir rotina para cadastro de requisições ao Compras, onde poderá ser realizada uma ordem de compra ou um processo de licitação para esta requisição, onde poderá informar os itens, bem como recursos orçamentários;
- 4.55.** Permitir o cadastro não obrigatório dos recursos orçamentários nas requisições de compras, permitindo assim que o usuário escolha o recurso posteriormente na emissão da ordem de compra;
- 4.56.** Possuir rotina para autorização da requisição ao Compras, onde permita realizar a reserva dos recursos orçamentários da requisição e compras sejam efetuados somente no momento de sua autorização, permitindo que a autorização de fornecimento seja vinculada diretamente ao empenho e inclua dados completos do fornecedor, datas, valor, item, empenho, dotação e centro de custo;
- 4.57.** Emitir relatório de licitações informando todos os dados do processo, desde a abertura até a conclusão (impugnações, pareceres, homologação, adjudicação, etc.), permitindo geração de relatórios personalizados com análise da economicidade (valor previsto x lance);
- 4.58.** Permitir gerar a relação mensal de todas as compras feitas, para envio ao TCU, exigida no inciso VI, do Art. 1º da Lei 9755/98, permitindo também a geração de arquivos para SICOM;
- 4.59.** Possuir rotina para o cadastro de propostas dos pregões presenciais apenas no valor do lote, sem a necessidade do preenchimento dos subitens do lote, possibilitando o fornecedor vencedor fazer a readequação dos valores dos subitens on-line nas suas dependências. Agilizando, com isso, o cadastro das propostas e início dos lances e posteriormente digitação da readequação pelos usuários;
- 4.60.** Possibilitar a escolha dos assinantes de todos os documentos emitidos no sistema, possibilitando escolher os formatos de geração (.pdf, .html, .doc e .xls), quantidades de cópias e assinatura eletrônica;



- 4.61.** Dispor as principais legislações vigentes e atualizadas para eventuais consultas diretamente no sistema. Ex. 14.133/21;
- 4.62.** Possibilitar integração através de web service com o sistema de gerenciamento de pregões eletrônicos, concorrências eletrônicas e demais modalidades disponíveis na plataforma de compra do Governo Federal, Compras Governamentais, para que seja possível importar os dados (lances, participantes, documentos e atas), automaticamente através de agendamento não necessitando a digitação e nem importação manual de arquivos;
- 4.63.** Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes a licitações, de acordo com as regras e sistema vigente, possibilitando a integração com sistemas externos (TCE/SICOM, Portal da Transparência e outros órgãos);
- 4.64.** Controlar a situação do processo de licitação, se ela está aberta, anulada (total ou parcial), cancelada, homologada (parcial ou total), deserta, fracassada, descartada, aguardando julgamento, concluída, suspensa ou revogada. Abrange as seguintes modalidades: Pregão presencial, Registro de preços, Concurso, Leilão, Dispensa, Inexigibilidade, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública;
- 4.65.** Gerenciar os controles necessários para Registro de Preços, de acordo com art. 40 da Lei 14.133/2021;
- 4.66.** Registrar e emitir solicitações ao compras de compra e serviços para o registro de preço, facilitando assim o controle de entrega das mercadorias licitadas;
- 4.67.** Criar modelos de edital padrão para o uso do sistema sem ter que criar vários modelos para licitações diferentes;
- 4.68.** Deverá possuir integração obrigatória de publicações e relatórios com Portal da Transparência municipal;
- 4.69.** Possuir integração através de web service com o PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas);
- 4.70.** Possibilitar a inclusão automática de planilhas de obras das empresas vencedoras, vinculadas aos contratos, permitindo o envio ao SICOM sem necessidade de digitação item a item;
- 4.71.** Permitir a emissão de ofício de justificativa de dispensa de licitação, com registro automático no sistema e possibilidade de envio por e-mail ao setor competente;
- 4.72.** Possibilitar a transferência de itens nas atas de registro de preços para a empresa classificada em segundo lugar ou a criação de nova ata, mantendo registro histórico da operação;
- 4.73.** Permitir a alteração de valores de itens nas atas de registro de preços, registrando a data, responsável e motivo da alteração para auditoria;



4.74. Possibilitar a classificação dos fornecedores vencedores e perdedores nos processos licitatórios (perdedor 01 até 03) e permitir a inclusão de fornecedores classificados posteriormente à homologação, se necessário;

4.75. Permitir a definição de datas alternativas para homologação de processos licitatórios, possibilitando continuidade parcial das aquisições em casos de recursos ou pendências, sem prejudicar o andamento das demais etapas.

5. MÓDULO DE CONTRATOS

5.1. GESTÃO DE CONTRATOS

5.1.1. Permitir o cadastro dos contratos de licitações, bem como o seu gerenciamento, como publicações, seus aditivos e reajustes, permitindo também gerenciar o período de vigência dos contratos;

5.1.2. Emitir alerta em tela com antecedência configurável do término de vigência de contratos e atas dentro do próprio Sistema;

5.1.3. Controlar o vencimento dos contratos automaticamente, enviado e-mails aos colaboradores do setor com a relação dos contratos que estão a vencer em determinado período configurável;

5.1.4. Emitir alertas em tela de contratos a vencer, vencidos ou cancelados;

5.1.5. Possibilitar executar a liberação da diferença reservada entre o valor vencido pelo fornecedor e o valor total estimado, no momento da adjudicação do processo de licitação, disponibilizando assim essa diferença de saldo para outras compras, não necessitando aguardar comprar todo o processo para que seja executada essa liberação da diferença;

5.1.6. Registrar a rescisão do contrato, informando motivo, data da rescisão, inciso da Lei e gerar impeditivo para o fornecedor;

5.1.7. Possuir identificação dos contratos aditivos do tipo acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão ou outros, e ainda, possibilitar a visualização do tipo de alteração (bilateral ou unilateral);

5.1.8. Registrar os aditivos ou supressões contratuais, realizando o bloqueio caso ultrapasse os limites de acréscimos ou supressões permitidas em Lei (Art. 124 da Lei 14.133/2021), deduzidos acréscimos de atualização monetária (reajustes). Permitindo diante de justificativa fundamentada a liberação de limites superiores de acréscimos ou supressões;

5.1.9. Possuir histórico completo de alterações dos contratos e atas (unilateral/bilateral);

5.1.10. Registrar alteração contratual referente a equilíbrio econômico financeiro e reajuste contratual;

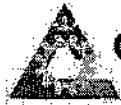
5.1.11. Permitir registrar apostila ao contrato, para o registro da variação do valor contratual referente a reajuste de preços previstos no contrato, bem como atualizações financeiras, bem como alterações de dotações orçamentárias, de acordo com a Lei 14.133/21;



- 5.1.12.** Permitir a definição no contrato e aditivos de gestor/fiscais com tipo de responsabilidade e período, para fiscalizar a execução do contrato na sua íntegra;
- 5.1.13.** Possibilitar o cadastro das publicações dos contratos e atas de registro de preço;
- 5.1.14.** Permitir registro de fornecedores, com emissão do Certificado de Registro Cadastral, controlando a sequência do certificado, visualizando os dados cadastrais, o objeto social e permitir a consulta das documentações, incluindo a possibilidade de integração ao SICAF;
- 5.1.15.** Permitir a inclusão do CNAE no cadastro de fornecedores;
- 5.1.16.** Possibilitar o registro das participações societárias dos fornecedores;
- 5.1.17.** Permitir o cadastro de dados bancários dos fornecedores;
- 5.1.18.** Possibilitar o registro da informação de optante pelo Simples Nacional no cadastro de fornecedores;
- 5.1.19.** Possibilitar a realização do julgamento do fornecedor, onde deverá validar se o fornecedor está em dia com a validade dos documentos obrigatórios definidos no cadastro de documentos, destacando as irregularidades no momento da emissão;
- 5.1.20.** Registrar no cadastro de fornecedores a suspensão/impedimentos do direito de participar de licitações, controlando a data limite da reabilitação, com possibilidade de integração de dados à Receita Federal para validação do CNPJ e consulta de regularidade fiscal.
- 5.1.21.** Controlar a validade dos documentos do fornecedor, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação dos documentos vencidos e a vencer;
- 5.1.22.** Permitir o cadastro e o controle da data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores;
- 5.1.23.** Possuir relatório dos documentos vencidos e a vencer do fornecedor;
- 5.1.24.** Possibilitar o cadastro do responsável legal/sócios do fornecedor da empresa/fornecedor;
- 5.1.25.** Possibilitar o cadastro de índices contábeis, como: Ativo Circulante, Ativo Não circulante, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, Índice de Solvência e Capital Social da empresa/fornecedor;
- 5.1.26.** Possuir emissão de atestado de capacidade técnica para o fornecedor, emitindo documento com os produtos/serviços fornecidos para a entidade;
- 5.1.27.** Permitir o controle de validade de documentos do fornecedor durante a emissão de contratos e ordens de compra;
- 5.1.28.** Emitir relatórios para controle de vencimento dos contratos, atas de registro de preço, autorizações de fornecimento e termos aditivos, bem como relatórios gerenciais do fornecedor, mostrando registros referentes a ordens de compra, licitações, contratos no exercício, consolidado e por processo, permitindo ainda a geração de relatórios personalizados conforme critérios definidos pelo usuário;



- 5.1.29.** Permitir a emissão da ordem de compra ou serviços, ordinária, global ou estimativa, seja por meio de processo de licitação ou dispensável;
- 5.1.30.** Ao emitir a ordem de compra, possibilitar informar dados referente a data de emissão e vencimento, fornecedor, finalidade, recurso orçamentário, para que essas informações sejam utilizadas na geração dos empenhos com suas parcelas;
- 5.1.31.** Possibilitar o parcelamento de uma ordem de compra global e/ou estimativa, possibilitando empenhamento das parcelas através de subempenhos;
- 5.1.32.** Possibilitar alteração de dados da ordem de compra, como Finalidade/Histórico, Dados de Entrega, Condições de Pagamento, caso não exista empenho na contabilidade;
- 5.1.33.** Permitir a realização do estorno da ordem de compra, realizando o estorno dos itens. Caso a ordem de compra esteja empenhada, permitir através do estorno do empenho estornar os itens de uma ordem de compra automaticamente sem a necessidade de estornar manualmente a ordem de compra;
- 5.1.34.** Permitir informar dados referente retenção na ordem de compra;
- 5.1.35.** Permitir registrar dado referente ao desconto, na ordem de compra;
- 5.1.36.** Permitir envio automático de dados para empenho, liquidação e anulação na contabilidade;
- 5.1.37.** Possuir visualização consolidada de contratos enviados à contabilidade;
- 5.1.38.** Possibilitar a identificação se os produtos da ordem de compra terão consumo imediato a fins de fazer os lançamentos contábeis de saída do estoque já no momento do empenhamento;
- 5.1.39.** Não permitir efetuar emissão de ordem de compra de licitações de registros de preço, em que ata esteja com a validade vencida;
- 5.1.40.** Permitir consultar dados referentes ao recebimento da ordem de compra, visualizando o saldo pendente a ser entregue, contendo as quantidades, os valores e o saldo;
- 5.1.41.** Possibilitar, na consulta da ordem de compra, emitir um extrato de movimentação;
- 5.1.42.** Permitir consulta on-line de débitos de contribuintes pessoa física/jurídica na emissão de ordem de compra, ou contrato;
- 5.1.43.** Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes aos contratos, de acordo com as regras e sistema vigente, incluindo a geração de arquivos em formato compatível com o TCE/SICOM e outros órgãos de controle externo;
- 5.1.44.** Permitir o Controle do Limite de Compras Diretas emitindo Alerta em tela;
- 5.1.45.** Permitir que na Requisição de compra saia o número do processo digital;
- 5.1.46.** Permitir que as atas de registro de preços sigam o mesmo fluxo de gerenciamento dos contratos, incluindo a possibilidade de transferir o saldo remanescente para o próximo fornecedor classificado;



5.1.47. Permitir a vinculação dos itens, fornecedor vencedor, número do processo, objeto contratual e valores homologados de contratos ou atas de registro de preços diretamente ao módulo de licitações e compras;

5.1.48. Permitir o registro de ocorrências em atas de registro de preços, incluindo a transferência de itens, alteração de valores e demais eventos relacionados;

5.1.49. Permitir a geração de contratações a partir de atas de registro de preços, incluindo acréscimos, supressões e prorrogações;

5.1.50. Permitir a rescisão ou cancelamento da ata de registro de preços do primeiro colocado no processo licitatório, com a ocorrência de transferência para o segundo colocado, incluindo alteração dos valores dos itens e geração de nova ata;

5.1.51. Permitir o rateio e o remanejamento de quantidades das atas de registro de preços entre diferentes secretarias;

5.1.52. Possibilitar a integração das informações contratuais com os módulos de Patrimônio, Almoxarifado, Frotas e Gerenciador de Notas Eletrônicas;

5.1.53. Permitir a integração com os sistemas Compras.gov.br e PNCP;

5.1.54. Disponibilizar dashboard interativo com dados de contratos, incluindo contratos a vencer, por tipo de instrumento e totalizadores.

5.2. FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.2.1. Deve integrar com o módulo de Compras e Licitações de forma que, todos os contratos cadastrados sejam disponibilizados para fiscalização, incluindo todos os seus dados cadastrais, aditivos e anexos;

5.2.2. Deve permitir a gestão dos contratos de múltiplas entidades em unico login, desde que o fiscal possua tal acesso;

5.2.3. Deve possuir controle para agendamento de fiscalizações, definindo o dia, horário, fiscal responsável e o contrato em questão. Além de apresentar as programações em formato calendário mensal, semanal e diário, para facilitar o acompanhamento;

5.2.4. Deve compartilhar toda a relação de fiscais e gestores de contratos com o módulo de Compras e Licitações, de forma que, a inclusão e manutenção do cadastro possa ser realizada a partir de qualquer um e seja refletida no outro;

5.2.5. Deve permitir o cadastro de fiscais e gestores de contratos, com a informação tipo, que é definido pela própria entidade, a pessoa, as datas de início e fim de vigência e a portaria ou decreto que a nomeou;

5.2.6. Deve permitir o cadastro de grupos de fiscais que poderão registrar as fiscalizações, assim como os fiscais de contrato. Esse grupo deve conter as pessoas que compõem o grupo e o período de vigência;



5.2.7. Deve compartilhar toda a relação de fornecedores dos contratos com o módulo de Compras e Licitações, de forma que, a inclusão e manutenção do cadastro possa ser realizada a partir de qualquer um e seja refletida no outro. Dentre as informações compartilhadas devem estar presentes os dados de contato, endereço e documentos como certidões e comprovantes;

5.2.8. Deve possibilitar o registro de sanções e impeditivos aos fornecedores, para os casos em que houver quebra no cumprimento dos contratos;

5.2.9. Deve permitir registrar orientações sobre como fiscalizar cada contrato, com possibilidade de anexar apostilas e manuais, de forma que os fiscais consigam visualizar tais explicações.

5.2.10. Deve permitir o cadastro de formulários com perguntas para serem respondidas durante as fiscalizações dos contratos;

5.2.11. A criação destes formulários, bem como o seu preenchimento, deve ser realizada na própria aplicação. Possibilitando a inclusão de perguntas obrigatórias ou não, com diversos formatos para resposta, como lista de opções, texto, número e data;

5.2.12. Deve possibilitar o cadastro de tipos de ocorrência, como descumprimento do contrato, demora no serviço etc., a serem utilizados no momento da geração das ocorrências;

5.2.13. Deve ser possível visualizar o histórico de acontecimentos relacionados aos contratos desde o seu cadastro, como emissões de compras, aditivos contratuais, aproximação do fim de vigência do contrato e fiscalizações realizadas;

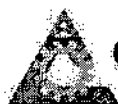
5.2.14. Deve possuir um painel gerencial para os fiscais, onde centralize em única tela as informações importantes para o seu trabalho, como número de contratos que estão sob sua responsabilidade, percentual fiscalizado, calendário com fiscalizações programadas e histórico de acontecimentos dos seus contratos;

5.2.15. Deve possuir um painel gerencial para os gestores, onde centralize em única tela as informações importantes para o seu trabalho, como número de contratos que estão sob sua responsabilidade, fiscalização mais recente, calendário com fiscalizações programadas e histórico de acontecimentos dos seus contratos;

5.2.16. Deve controlar o acesso aos contratos, de forma que apenas fiscais e gestores do próprio contrato possam acessá-lo e cadastrar fiscalizações;

5.2.17. Deve permitir a definição de administradores do módulo de Fiscalização de Contratos, estes administradores poderão acessar qualquer contrato;

5.2.18. O usuário que tiver acesso ao contrato poderá visualizar detalhadamente os seus dados cadastrais e anexos, bem como seus aditivos e compras emitidas;



5.2.19. Deve possibilitar o registro das fiscalizações realizadas pelos fiscais do contrato, podendo este registro ser vinculado diretamente ao contrato ou a uma de suas compras, para o caso dos acompanhamentos de entrega de materiais;

5.2.20. No registro da fiscalização deve ser possível informar qual o item do contrato se refere, descrever o que foi verificado durante o acompanhamento, anexar imagens ou documentos e, quando for o caso, informar o questionário para dar início ao preenchimento;

5.2.21. Quando a fiscalização possuir informação de questionário, este poderá ser respondido logo em sequência dentro da própria aplicação, ou salvar rascunho para conclusão em momento oportuno;

5.2.22. Deve possibilitar o registro de ocorrências identificadas a partir das fiscalizações realizadas, para os casos de anomalias ou descumprimentos contratuais;

5.2.23. No registro das ocorrências deve ser possível informar qual tipo se enquadra, que é previamente cadastrado, descrever sobre o ocorrido, anexar imagens e documentos ou copiar os anexos da fiscalização;

5.2.24. Deve possuir integração com o sistema de Domicílio Eletrônico do Contribuinte, de forma que, a partir do módulo de Fiscalização de Contratos, seja possível iniciar o procedimento de notificação do fornecedor via Domicílio Eletrônico, bem como, dar andamento em todo o processo;

5.2.25. Deve possuir integração com o módulo de Memorandos e Ofícios, de forma que a partir do módulo de Fiscalização de Contratos, seja possível enviar comunicações administrativas, como ofícios aos fornecedores e memorandos internos;

5.2.26. Deve permitir o cadastro de planilhas orçamentárias para os contratos de obras e serviços de arquitetura e engenharia, como forma de controle dos quantitativos de materiais e serviços previstos e executados;

5.2.27. As planilhas devem conter no mínimo: grupos de itens com descrição, unidade de medida, quantidade, valor unitário e valor total;

5.2.28. Deverá permitir a criação das planilhas orçamentárias a partir da importação de arquivo .xls ou .xlsx contendo todos os grupos e itens, sem necessidade de cadastro manual;

5.2.29. Deve permitir o registro das medições de andamento das obras, referente ao quantitativo previsto na planilha orçamentária. Registrando o período da medição e as quantidades mensuradas em cada item.

5.3. APP CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.3.1. Deve possuir aplicativo mobile para registro de fiscalizações de contratos in loco, compatível com aparelhos celulares que contenham sistema operacional Apple e Google;



5.3.2. O aplicativo deve utilizar a mesma base de dados do módulo de Fiscalização de Contratos, onde os contratos acessíveis aos fiscais sejam os mesmos, e as fiscalizações registradas pelo aplicativo fiquem disponíveis em tempo real também no sistema web;

5.3.3. Deve possuir um painel gerencial para os fiscais e gestores, onde centralize em única tela as informações importantes para o seu trabalho, como número de contratos que estão sob sua responsabilidade, quantidade de compras não fiscalizadas, ocorrências geradas para os contratos, número de contratos com vencimento próximo;

5.3.4. Deve permitir a gestão dos contratos de múltiplas entidades em único login, desde que o fiscal possua tal acesso;

5.3.5. O usuário que tiver acesso ao contrato poderá visualizar resumidamente os seus dados cadastrais e anexos, bens como seus aditivos;

5.3.6. Deve possibilitar o registro das fiscalizações realizadas pelos fiscais do contrato, podendo este registro ser vinculado diretamente ao contrato ou a uma de suas compras, para o caso dos acompanhamentos de entrega de materiais;

5.3.7. No registro da fiscalização deve ser possível informar qual o item do contrato se refere, descrever o que foi verificado durante o acompanhamento, anexar imagens ou documentos e, quando for o caso, informar o questionário para dar início ao preenchimento;

5.3.8. Quando a fiscalização possuir informação de questionário, este poderá ser respondido logo em sequência dentro da própria aplicação, ou salvar rascunho para conclusão em momento oportuno;

5.3.9. Deve possibilitar o registro de ocorrências identificadas a partir das fiscalizações realizadas, para os casos de anomalias ou descumprimentos contratuais;

5.3.10. No registro das ocorrências deve ser possível informar qual tipo se enquadra, que é previamente cadastrado, descrever sobre o ocorrido, anexar imagens e documentos ou copiar os anexos da fiscalização.

6. MÓDULO DE ALMOXARIFADO

6.1. Possibilitar o controle de toda movimentação do estoque, sendo entrada, saída e transferência de materiais. Realizando a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada;

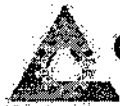
6.2. Possuir gerenciamento automático nas saídas através de requisições ao almoxarifado, anulando as quantidades que não possui estoque e sugerindo as quantidades disponíveis em estoque;

6.3. Permitir informar para controle os limites mínimos de saldo físico de estoque;

6.4. Permitir que seja estipulado limites de materiais mediante controle de cotas de consumo, para poder delimitar ao departamento a quantidade limite que ele poderá requisitar ao almoxarifado mensalmente;



- 6.5. Permitir consultar as últimas aquisições, com informação ao preço das últimas compras, para estimativa de custo;
- 6.6. Possibilitar consultar e gerenciar a necessidade de reposição de materiais, possibilitando a realização do pedido ao Compras por meio de requisição ao Compras;
- 6.7. Possibilitar integração com o módulo de Compras e Licitações para realização de entradas de materiais importando dados oriundos de ordens de compra ou realizar entradas por meio de informações de notas fiscais acesso ao centro de custos, materiais e fornecedores;
- 6.8. Permitir realizar requisições/pedidos de materiais ao responsável do almoxarifado, bem como realizar o controle de pendências dos respectivos pedidos para fornecimento de materiais;
- 6.9. Manter controle efetivo sobre as requisições/pedidos de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições;
- 6.10. Utilizar centros de custo (setores/departamentos) na distribuição de matérias, através das requisições/pedidos de materiais e/ou saídas de materiais para controle do consumo;
- 6.11. Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais, bem como a sua atualização a cada entrada de produto em estoque;
- 6.12. Registrar a abertura e o fechamento de inventários. Não permitindo a movimentação, seja de entrada ou saída de materiais quando o estoque e/ou produto estiverem em inventário. Sua movimentação somente poderá ocorrer após a conclusão do inventário;
- 6.13. Possuir rotina que permita que o responsável pelo almoxarifado realize bloqueios por depósito, por produto ou por produto do depósito, a fim de não permitir nenhum tipo de movimentação (entrada/saída);
- 6.14. Possuir a possibilidade de consulta rápida dos dados referente ao vencimento do estoque, possibilitando ao menos a consulta dos vencidos, vencimentos em 30 dias;
- 6.15. Possuir integração com a contabilidade, para disponibilizar os dados referentes a entrada se saídas de materiais para serem contabilizadas pelo departamento de contabilidade;
- 6.16. Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico/sintético);
- 6.17. Possibilitar a emissão de relatórios de entradas e saídas de materiais por produto, nota fiscal e setor;
- 6.18. Possibilitar a emissão de relatório financeiro do depósito de estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período;



6.19. Emitir um resumo anual das entradas e saídas, mostrando o saldo financeiro mês a mês por estoque e o resultado final no ano;

6.20. Emitir relatórios de controle de validade de lotes de materiais, possibilitando seleção por: almoxarifado/deposito; período; materiais vencidos; materiais a vencer;

6.21. Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados/depósitos;

6.22. Possuir registro do ano e mês, bem rotina de virada mensal para que seja realizada a atualização do mês e ano do almoxarifado.

7. MÓDULO DE CONTABILIDADE, EXECUÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. CONTABILIDADE

7.1.1. Permitir que seja efetuada a escrituração contábil, absolutamente adaptada às exigências do Tribunal de Contas do Estado TCE-MG, bem como à Lei Federal no 4.320/1964, à Lei Complementar Federal no 101/2000, Decreto no 10.540, de 5 de Novembro de 2020 bem como às demais normas regulamentadoras da escrituração pública;

7.1.2. A escrituração contábil deve ser vinculada aos registros que lhe suportam, não se admitindo, em nenhuma fase do processo, o registro contábil independente dos cadastros que lhe originaram;

7.1.3. Permitir a existência de mais de uma unidade na mesma base de dados, com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada;

7.1.4. Nos atos da execução orçamentária e financeira, permitir que sejam usadas as três fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento com a escrituração contábil automática;

7.1.5. Permitir um controle das operações orçamentárias e financeiras, por período, impedindo o usuário de qualquer alteração, inclusão ou exclusão nos registros;

7.1.6. Permitir que seja efetuado o registro de empenhos por estimativa, global e ordinário;

7.1.7. Permitir que seja efetuado o registro de subempenho sobre o empenho global e estimado;

7.1.8. Permitir a liquidação tanto de empenhos globais como de subempenhos, não permitindo que seja gerado um subempenho sobre um empenho global que já possua liquidação;

7.1.9. Permitir a utilização de histórico padronizado e históricos com texto livre no empenho;

7.1.10. Possuir facilitador, para que na emissão do empenho seja informada qualquer parte da dotação, e o sistema filtre as dotações com aquela informação;



- 7.1.11. Permitir que no empenho possa visualizar saldo da dotação atualizado até a data de emissão do empenho e também até a data atual, não permitindo em nenhuma das duas situações que o valor do empenho seja superior ao saldo da dotação;
- 7.1.12. Na emissão do empenho, ter um campo onde informando qualquer parte da dotação, o sistema consiga filtrar todas as dotações disponíveis que possuem aquela informação;
- 7.1.13. Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real, não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível;
- 7.1.14. Possibilitar a distinção do contribuinte autônomo, objetivando a geração da SEFIP e e-Social;
- 7.1.15. Permitir empenhar bem como apropriar mês a mês despesas com assinaturas e seguros, mantendo controle das mesmas;
- 7.1.16. Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente nas contas de controle dos empenhos que gerem adiantamento de valores e o lançamento de baixa respectiva quando das prestações de contas;
- 7.1.17. Permitir estorno parcial ou total de empenho, informando o motivo da anulação e permitir emissão da nota de estorno;
- 7.1.18. Permitir emitir prévia e geração automática de empenhos da folha;
- 7.1.19. O módulo de folha de pagamento deve ser integrado ao módulo de contabilidade, permitindo a geração automática de empenhos da folha. Deve ser possível empenhar por tipo de folha (mensal, férias, 13o salário, rescisão etc);
- 7.1.20. A consulta dos empenhos da folha deverá demonstrar possíveis irregularidades, como dotação sem saldo, relacionamentos não cadastrados, etc. e não permitir empenhar até que as irregularidades sejam resolvidas;
- 7.1.21. Integrar com a folha de pagamento para lançamento das provisões de férias e de 13o salário, bem como de seus encargos, fazendo a baixa dos valores quando do pagamento;
- 7.1.22. Permitir liquidar automaticamente os empenhos da folha, gerando automaticamente as notas extras orçamentárias das retenções;
- 7.1.23. Permitir desfazer a movimentação uma competência da folha, estornando os empenhos para nova geração. O sistema deverá consistir a desfazer a movimentação, e não permiti-la caso os empenhos estejam liquidados ou pagos;
- 7.1.24. Possuir fluxo de empenhamento da folha de pagamento, que inicie com a liberação da folha na área de recursos humanos e finalize o processo somente quando todos os empenhos da folha forem pagos e que todo o processo seja feito de forma digital;
- 7.1.25. Possuir total integração com os módulos de Compras e Licitações, permitindo empenhar automaticamente as ordens de compras emitidas pelos módulos Compras e Licitações;



- 7.1.26.** Permitir consultar a partir da ordem a ser empenhada, a ordem completa, o contrato e a licitação;
- 7.1.27.** Permitir o empenhamento automático das ordens de compras geradas pelo departamento de compras;
- 7.1.28.** Realizar registro e lançamento de bloqueio de dotação quando da emissão de requisição de compras e ordem de compras. O bloqueio deve ser baixado automaticamente quando da emissão do empenho;
- 7.1.29.** Estornar os itens da ordem de compras quando o empenho for estornado, mantendo assim a integridade das informações;
- 7.1.30.** Permitir consulta inter-relacionada de empenhos. A partir do empenho, consultar a ordem de compras, o contrato, a licitação, as liquidações, estorno de liquidações, retenções, pagamentos, estorno de pagamentos, nota de despesa extraorçamentária, processo digital, anexos relacionados ao empenho, os assinantes da nota de empenho e os lançamentos contábeis;
- 7.1.31.** Permitir a configuração das notas de empenho, liquidação e estorno de modo a compatibilizar com os modelos utilizados pela entidade;
- 7.1.32.** Possuir gerenciamento dos restos a pagar, possibilitando consultar os valores empenhados, liquidados e pagos;
- 7.1.33.** Permitir o cancelamento de restos a pagar demonstrando no momento do cancelamento o valor processado e não processado;
- 7.1.34.** Gerar automaticamente as notas de despesa extraorçamentárias para as retenções que são passíveis de recolhimento na liquidação do empenho da despesa;
- 7.1.35.** Permitir informar uma ou vários documentos fiscais na liquidação;
- 7.1.36.** Informar na liquidação, documento fiscal duplicado para mesmo fornecedor;
- 7.1.37.** Permitir estorno total ou parcial, tanto do saldo da liquidação, quanto do saldo das retenções, possibilitando a substituição ou alteração dos documentos fiscais;
- 7.1.38.** Possuir na liquidação ao informar no documento fiscal uma nota Danfe-e a consulta da nota no site da Receita Federal;
- 7.1.39.** Efetuar automaticamente os lançamentos contábeis na emissão e estorno de empenho, liquidação e estorno de liquidação e cancelamento de restos;
- 7.1.40.** Validar existência de débitos com o credor nas rotinas de emissão do empenho, liquidação e pagamento;
- 7.1.41.** Permitir que nas rotinas de empenho, restos a pagar e liquidação seja possível incluir documentos digitalizados;
- 7.1.42.** Permitir na emissão do empenho, liquidação e pagamento, a validação da existência de débitos com o credor;



7.1.43. Permitir a consulta dos bloqueios de dotação por tipo de modalidade de licitação e a consulta dos bloqueios que visam a limitação de empenho;

7.1.44. Possuir fluxo de assinatura digital de empenhos, possibilitando e controlando para que todos os assinantes possam assinar digitalmente;

7.1.45. Possibilitar a emissão dos relatórios de empenhos e restos a pagar consolidado;

7.1.46. Bloquear e desbloquear dotações por valor e por percentual, efetuando os respectivos lançamentos contábeis;

7.1.47. Consultar bloqueios de dotação por tipo de modalidade de licitação e a consulta dos bloqueios que visam a limitação de empenho;

7.1.48. Gerenciar multas de trânsito, identificando o infrator, o valor da multa, bem como os lançamentos de controle;

7.1.49. Possuir consulta de superavit financeiro que demonstre o valor do superavit, os valores já suplementados e o saldo a suplementar;

7.1.50. Possuir consulta integrada à SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA para busca de notas fiscais eletrônicas emitidas contra a entidade;

7.1.51. Emitir relatório de empenhos e restos com a situação "em liquidação". O relatório deve possibilitar a listagem de empenhos e restos com verificação de materiais e os empenhos e restos que por sua natureza possuem lançamentos em contas orçamentárias "em liquidação";

7.1.52. Possuir relatório analítico que detalhe as dotações e sua movimentação com possibilidade de filtrar por qualquer campo da dotação e de considerar as reservas de dotação;

7.1.53. Possuir relatório de bens demonstrando os bens que foram e não foram incorporados;

7.1.54. Permitir a emissão consolidada, filtrando por qualquer campo da dotação e filtrar pelo tipo do bem, conta contábil e data de incorporação. O relatório deve demonstrar ainda os bens que estão a incorporar listando o respectivo empenho;

7.1.55. Emitir relatórios de empenhos e restos a pagar por entidade ou consolidado, possuindo filtros compostos por todos os campos da dotação. Possuir opção filtro por credor, obra, licitação e possibilitar totalizar por todos os campos da dotação com opção de listar ou não os empenhos e restos;

7.1.56. Permitir a emissão dos relatórios de execução da LOA com publicação simultânea no portal da transparência;

a) Anexo 1 – Demonstrativo Rec. e Desp. Cat. Econômica;

b) Alínea 1 – Receita (fonte) despesa (função);

c) Anexo 2 – Desp. Cat. Econômica (elemento);



- d) Anexo 2 – Desp. Cat. Econômica (ação);
- e) Anexo 2 – Desp. Cat. Econômica (órgão);
- f) Anexo 2 – Desp. Cat. Econômica (org. unidade);
- g) Anexo 2 – Desp. por Unidade Orç. Seg. Cat. Econômica;
- h) Anexo 6 – Programa de trabalho por órgão e unidade;
- i) Anexo 7 – Prog. De trabalho (Func./Sub./Pro./Ativ.);
- j) Anexo 8 – Desp. Por função/Sub/prog e vínculo;
- k) Anexo 9 – Despesa por órgão e função.

7.1.57. Possuir, no mínimo os seguintes relatórios com gráficos comparativos para apresentação em audiências públicas:

- a) Amortização da dívida;
- b) Ata da Audiência Pública;
- c) Avaliação das Metas de Resultado Nominal;
- d) Avaliação das Metas de Resultado primário;
- e) Avaliação dos Gastos com pessoal;
- f) Comparativo da Receita e Despesa;
- g) Avaliação das Metas de Arrecadação;
- h) Confronto Arrecadação e Desembolso;
- i) Demonstrativo das Transferências financeiras;
- j) Demonstrativo das metas de investimento;
- k) Demonstrativo dos Suprimentos a Câmara;
- l) Indicadores de Gastos com Saúde;
- m) Indicadores de Gastos com Educação;
- n) Renúncia de Receita.

7.1.58. Possuir solicitação de diárias a adiantamentos, mediante fluxo de processo, configurado de acordo com a necessidade da entidade, que permita tramitar para os responsáveis pela liberação e que permita realizar a emissão do empenho assim que liberadas pelos responsáveis;

7.1.59. Permitir a prestação de contas de diária, e adiantamentos, fazendo os lançamentos contábeis automáticos tanto na concessão quanto na prestação de contas.

7.1.60. O sistema deve possuir um cadastro de convênios de repasse que permita a vinculação dos mesmos aos empenhos correspondentes de forma automática;

7.1.61. Deve ser possível incluir anexos no cadastro de convênios de repasse;

7.1.62. O sistema deve possuir rotina para prestação de contas dos convênios de repasse realizando os lançamentos contábeis de forma automática;



7.1.63. Possuir controle das prestações de contas em atraso demonstrando através de consulta o responsável pela prestação de contas, a data limite, o prazo para prestação e a situação (prazo normal, prazo próximo ao limite, prazo expirado);

7.1.64. Possuir configuração para controle de prazo de prestação de contas, não permitindo que se façam novos adiantamentos a beneficiários com prestação de contas em atraso;

7.1.65. Possuir rotina no Portal de Serviços, que possibilite a prestação de contas diretamente no Portal das entidades beneficiadas com recursos, mediante usuário e senha. Essa rotina deve demonstrar os valores passíveis de prestação de contas e permitir a inclusão dos documentos fiscais digitalizados;

7.1.66. Todas as informações inseridas pelo portal, ficam disponíveis para serem analisadas e caso haja alguma discrepância nas informações deve haver possibilidade de solicitação de revisão;

7.1.67. Permitir controlar o cadastro de contas em formato de plano de contas único, onde alterações, exclusões e inclusões no plano devem ser visualizadas por todas as entidades;

7.1.68. Utilizar rotina de eventos para todas as rotinas existentes no sistema, permitindo a visualização dos lançamentos contábeis efetuados trazendo histórico padrão para cada evento utilizado;

7.1.69. Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas;

7.1.70. Permitir efetuar a escrituração contábil nos módulos patrimonial, orçamentário e de controle em partidas dobradas, em conformidade com os art. 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro diário;

7.1.71. Permitir o gerenciamento das notas de despesa extra orçamentárias e dos seus estornos;

7.1.72. Possuir cadastro de despesas extraorçamentárias, de modo a emitir um documento para recolhimento dos valores retidos dos credores. Este cadastro deve ter consistência com os parâmetros do TCE, exigindo um empenho de origem, se a rubrica assim o exigir;

7.1.73. Gerenciar notas de despesas extra orçamentárias e dos seus estornos. No gerenciador deve ser possível visualizar as notas extras manuais ou originárias de empenhos e receitas extras. No gerenciador deve ser possível efetuar e consultar dados do pagamento das extras, bem como seus lançamentos contábeis;

7.1.74. Permitir assinar digitalmente as notas extraorçamentárias;

7.1.75. Permitir a inclusão de um ou mais documentos fiscais para notas extra orçamentárias;

7.1.76. Possuir cadastro de consórcios. No cadastro deverão ser informados os dados do consórcio e sua área de atuação. Deve ser possível realizar a prestação de contas com seus



respectivos lançamentos contábeis, incluir anexos e consultar os empenhos relacionados ao consórcio;

7.1.77. Possuir cadastro de precatórios. No cadastro deve ser possível informar o tipo de precatório, sua origem, beneficiário e a respectiva dotação orçamentária;

7.1.78. Deve ser possível realizar movimentações de acréscimo de juros, cancelamentos e baixa dos valores pagos pelo TJ, se precatório de emenda especial. O sistema deve fazer os lançamentos contábeis das movimentações de forma simultânea ao registro;

7.1.79. Deve ser possível consultar os empenhos relacionados aos precatórios, ao selecionar o precatório cadastrado;

7.1.80. Possuir relatório das movimentações dos precatórios, demonstrando o saldo inicial, as movimentações e o saldo atual;

7.1.81. Permitir o cadastramento e incorporações posteriores (correção monetária, juros, encargos) de todas as Dívidas Fundadas com todos os campos exigidos pelo TCE. Também deve gravar em seu cadastro, para fins gerenciais, um histórico da movimentação das dívidas, a informação do número de parcelas da dívida e o comparativo anual entre o previsto e o realizado dos valores;

7.1.82. Possuir rotina gerencial da dívida, onde sejam demonstradas as dívidas cadastradas e suas contas contábeis para lançamento. Deve ser possível consultar os empenhos relacionados a dívida e as receitas já recebidas;

7.1.83. Permitir incluir anexos no cadastro da dívida fundada;

7.1.84. Possuir relatório gerencial de uma dívida específica e de todas as dívidas fundadas;

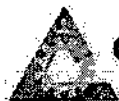
7.1.85. Possuir cadastro das Parcerias Público Privadas que o poder público tem firmadas com outros entes públicos ou privados. O cadastro deve ter no mínimo o tipo da parceria, a situação, a empresa parceira, objeto da parceria e o valor. No cadastro ainda deve ser possível informar as parcelas da parceria objetivando o preenchimento do Anexo 13 – Dem. das Parcerias Público Privadas;

7.1.86. Deve ser possível incluir anexos na parceria público privada;

7.1.87. O sistema deve possuir mecanismo para relacionar os empenhos à Parceria Público Privada, de modo que seja possível consultar pela parceria cadastrada os empenhos relacionados;

7.1.88. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos e que após o encerramento não sejam alterados os lançamentos contábeis;

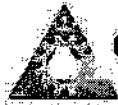
7.1.89. Integrar com o módulo de Patrimônio, efetuando automaticamente na contabilidade os lançamentos de movimentação dos bens bem como os lançamentos de depreciação, exaustão e amortização;



- 7.1.90. Integrar com o almoxarifado efetuando automaticamente na contabilidade os lançamentos de movimentação dos estoques;
- 7.1.91. Gerar automaticamente os lançamentos de abertura do orçamento anual demonstrando na rotina o total a ser lançado de receita e de despesa;
- 7.1.92. Efetuar os lançamentos de abertura do exercício, de forma automática, realizando os lançamentos contábeis de abertura bem como gravando no próprio lançamento os conta correntes necessários a geração da MSC;
- 7.1.93. Iniciar os movimentos contábeis no novo exercício, mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado;
- 7.1.94. Permitir refazer os lançamentos de abertura do exercício, gravando os novos saldos após o encerramento do exercício anterior;
- 7.1.95. Efetuar automaticamente na abertura do exercício os valores de superavit na fonte de recurso correta, para cada conta bancária;
- 7.1.96. Efetuar antes do encerramento consistência da base de dados com emissão de relatório de inconsistências objetivando a integridade das informações para o encerramento;
- 7.1.97. Encerrar exercício em etapas, permitindo ao usuário o acompanhamento e a conferência dos valores e lançamentos contábeis em cada etapa;
- 7.1.98. Permitir copiar as programações de pagamento em aberto ou aguardando retorno do banco, para o ano seguinte na rotina de encerramento do exercício. O sistema deverá fazer a baixa das programações no exercício atual e copiá-las para o próximo exercício;
- 7.1.99. Permitir no encerramento do exercício anular empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar;
- 7.1.100. Caso os empenhos estimativos não sejam anulados o sistema deve inscrevê-los em restos a pagar;
- 7.1.101. Inscrever em restos a pagar, individualmente no encerramento do exercício, os empenhos a pagar, demonstrando quais os valores processados e não processados;
- 7.1.102. Efetuar lançamentos contábeis de encerramento do exercício automaticamente;
- 7.1.103. Permitir cópia das notas extraorçamentárias a pagar para o exercício seguinte;
- 7.1.104. Permitir desfazer a movimentação do encerramento do exercício, da inscrição dos restos a pagar e das notas extraorçamentárias separadamente;
- 7.1.105. Possuir consulta unificada dos lançamentos contábeis efetuados nos sistemas integrados;
- 7.1.106. Consultar saldos das contas contábeis e dos saldos por vínculo de recursos de cada conta, demonstrando os valores mês a mês;



- 7.1.107.** Possuir ferramenta de soma, onde ao consultar os lançamentos contábeis de determinada conta, ao selecioná-los o sistema demonstre em tela o número de registros selecionados, o valor a débito, o valor a crédito e a diferença;
- 7.1.108.** Consolidar balancete da administração direta e indireta; O balancete de verificação deve ser emitido das contas de receita, despesa e das contas contábeis. Deve ser possível a emissão por indicador de superavit, por mês ou diário e com possibilidade de paginação;
- 7.1.109.** Emitir Livro Diário com termo de abertura e encerramento;
- 7.1.110.** Emitir livro razão com termo de abertura e encerramento. Deve ser possível a emissão da razão agrupando por data, tipo de lançamento e com opção de resumir por fonte de recursos;
- 7.1.111.** Emitir Balancete Analítico por Fonte de Recursos. Devem ser emitidas as contas de receita, despesa e contas contábeis, com possibilidade de listar e resumido por fonte de recurso se resumir por especificação. Deve ser possível listar uma ou mais contas e uma ou mais fontes de recursos;
- 7.1.112.** Emitir relatório de saldo de disponibilidade de recursos. Possibilitar a seleção de uma ou mais fontes de recursos. O relatório deve demonstrar por fonte de recursos: o saldo disponível, empenhos a pagar, restos a pagar, extras a pagar e o déficit/superavit por fonte;
- 7.1.113.** Emitir DARF/PASEP/GPS e imprimir recibo de IRRF e ISSQN;
- 7.1.114.** Emitir relatório das notas extraorçamentárias emitidas, estornadas e pagas, consolidando por entidade. Deve ser possível filtrar por credor, conta, fonte de recursos e número do empenho. Deve permitir totalizar por fonte de recursos, conta contábil e credor;
- 7.1.115.** Possuir Rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, assegurada a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico dos atos;
- 7.1.116.** Processar e centralizar o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável;
- 7.1.117.** Efetuar os registros contábeis de forma analítica que refletirão a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade;
- 7.1.118.** Permitir Saldo Individualizado por Conta-Corrente Contábil;
- 7.1.119.** A empresa deve disponibilizar o sistema com as tabelas vigentes de padrão nacional e padrão estadual, para cada ano, devidamente e previamente mapeadas, parametrizadas e relacionadas para que os relatórios, arquivos de exportação em diversos formatos e toda forma de output seja gerado de forma correta e sem qualquer intervenção do usuário nessa parametrização, mapeamentos e relacionamentos;



7.1.120. A empresa deve disponibilizar rotinas de exportação correta dos dados no formato permitido pelos sistemas externos, em todas as suas funcionalidades, tais como o SICOM, SIOPE, SIOPS, SICONFI RREO, SICONFI RGF, SICONFI DCA, MSC, PCA e qualquer outro que surja ou que venha a substituir os sistemas citados e outros sistemas impostos por outros órgãos públicos;

7.1.121. A empresa deve disponibilizar manuais e notas técnicas de todas as rotinas do módulo de Contabilidade de forma clara, objetiva e eficiente, de modo que seja possível o usuário executar as rotinas sem ter que pedir informação adicional ao suporte por omissão nos citados documentos;

7.1.122. A empresa deve tratar os dados e as informações de forma unívoca, não se admitindo que a mesma informação seja tratada de forma diferente em relatórios distintos;

7.1.123. A empresa deve contabilizar automaticamente qualquer fato contábil digitado nos módulos orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, de acordo com os LCP (Lançamentos Contábeis Padronizados) e MCASP, não se admitindo lançamentos manuais de partidas dobradas.

7.2. FINANCEIRO

7.2.1. Possuir total integração com o módulo de contabilidade, efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria;

7.2.2. O sistema deve permitir a gestão das contas bancárias em rotina específica, permitindo a vinculação de uma ou mais fontes de recurso à conta bancária. Esta definição deve ser observada em qualquer movimentação realizada no sistema. O sistema deve permitir que o pagamento ocorra apenas se o empenho e a conta possuírem a mesma fonte de recursos;

7.2.3. Permitir a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária;

7.2.4. Permitir o lançamento das receitas de acordo com a Portaria vigente relacionada a receita pública. O sistema deve consistir a receita com sua fonte de recurso x conta bancária, não permitindo salvar arrecadação que esteja divergente;

7.2.5. Permitir a informação da fonte de recursos no momento do lançamento da receita, para os casos em que não há rateio de percentual entre as fontes;

7.2.6. Permitir o cadastro de dedução de receita, utilizado rubricas redutoras, conforme Manual de Procedimentos Contábeis da STN (Secretaria do Tesouro Nacional);

7.2.7. Permitir a inclusão de várias deduções de receita simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária;

7.2.8. Permitir a inclusão de receitas extraorçamentárias;

7.2.9. Possuir opção para selecionar várias receitas extraorçamentárias e gerar automaticamente as notas extraorçamentárias, mantendo rastreabilidade dos registros;



- 7.2.10.** Efetuar os lançamentos contábeis das movimentações financeiras automaticamente ao incluir o registro;
- 7.2.11.** Todas as movimentações relacionadas a contas bancárias e aplicações devem ser imediatamente reproduzidas em registros contábeis, não se admitindo lapso de tempo;
- 7.2.12.** Permitir consultar, na própria rotina de inclusão, para cada receita, dedução de receita e receita extra os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;
- 7.2.13.** Realizar automaticamente nos lançamentos de receita de cota parte, o lançamento dos 20% do FUNDEB na dedução da receita;
- 7.2.14.** Permitir incluir lançamentos de movimentação bancária (depósitos, transferências, resgates e aplicações), informando as fontes e destinações de recursos;
- 7.2.15.** Permitir a inclusão de anexos nos registros de movimento bancário;
- 7.2.16.** Permitir a geração de borderô dos registros de movimento bancário;
- 7.2.17.** Controlar os saldos das contas bancárias por fonte de recursos no momento das suas movimentações (depósitos, transferências, resgates e aplicações);
- 7.2.18.** Consultar saldo da conta bancária, saldo por fonte/destinação de recursos, na inclusão de pagamentos;
- 7.2.19.** Permitir consultar, na própria rotina de inclusão, para cada movimentação bancária os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;
- 7.2.20.** Permitir informar as transferências financeiras entre as entidades as Adm. Direta e Indireta, indicando o tipo da transferência (Concedida/recebida) e a entidade recebedora;
- 7.2.21.** Permitir consultar, para cada transferência financeira, os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;
- 7.2.22.** Controlar as diárias permitindo incluir o funcionário/servidor, objetivo, destino, período, valor concedido, empenho da despesa e a Lei que autoriza a concessão de diárias;
- 7.2.23.** Permitir que os dados das diárias estejam disponíveis no portal da transparência assim que forem incluídos;
- 7.2.24.** Permitir criação de um lote com diversas liquidações e notas extras para pagamento posterior, definindo a data de vencimento, podendo ser pago através da rotina de pagamento ou envio/baixa de borderô;
- 7.2.25.** Permitir na inclusão de pagamentos a consulta do saldo da conta bancária, bem como o saldo por fonte/destinação de recursos;
- 7.2.26.** Permitir no mesmo lote de pagamento incluir empenhos, restos a pagar e notas extraorçamentárias;



- 7.2.27.** Permitir controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica;
- 7.2.28.** Permitir a emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade. Efetuar o mesmo tratamento para os pagamentos individuais;
- 7.2.29.** Permitir a integração com os arquivos de retorno dos bancos, com baixa de pagamento automática pelo software;
- 7.2.30.** Permitir efetuar o pagamento do borderô através de arquivo de retorno do banco;
- 7.2.31.** Permitir por configuração, efetuar a baixa dos registros no envio do borderô;
- 7.2.32.** Permitir controlar a movimentação de pagamentos, registrando todos os pagamentos efetuados, permitindo estornos e efetuando os lançamentos contábeis automaticamente nas respectivas contas contábeis;
- 7.2.33.** Permitir que se possa filtrar os itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/ fonte de recursos e com possibilidade de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados;
- 7.2.34.** Permitir pagar de uma só vez, as despesas extraorçamentárias geradas através de retenção efetuada na liquidação;
- 7.2.35.** Permitir no momento do pagamento informar o número da parcela do convênio que está sendo paga;
- 7.2.36.** Permitir efetuar pagamentos pré autorizados filtrando por data de vencimento;
- 7.2.37.** Permitir efetuar pagamentos totais ou parciais bem como estornos totais ou parciais de pagamentos;
- 7.2.38.** Permitir consultar para cada pagamento incluído os lançamentos contábeis realizados, permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno;
- 7.2.39.** Permitir que sejam emitidas ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extraorçamentária e de empenhos;
- 7.2.40.** Permitir listar cheques emitidos na rotina de pagamento e cheques avulsos numa única consulta;
- 7.2.41.** Permitir gerenciar a conciliação bancária com o extrato, visualizando os lançamentos contábeis e movimentação bancária numa única tela;
- 7.2.42.** Permitir importar arquivos de extrato bancário nas extensões OFC e OFX para a conciliação bancária;
- 7.2.43.** Permitir a inclusão de pendências da conciliação tanto para os lançamentos contábeis quanto para os registros do extrato;
- 7.2.44.** Permitir a criação automática de pendências tanto para o extrato quanto para os lançamentos contábeis;



7.2.45. Permitir selecionar múltiplos lançamentos contábeis exibindo a soma dos mesmos e permitindo conciliar com um ou vários registros do extrato;

7.2.46. Permitir a conciliação de forma parcial. A medida que os valores vão sendo conciliados deverão ser ocultados da consulta de lançamentos a conciliar, facilitando a conferência dos valores que ainda não foram conciliados;

7.2.47. Permitir visualizar e imprimir conciliações de períodos anteriores;

7.2.48. Na tela de conciliação possuir os seguintes filtros para auxiliar o usuário na localização dos valores: data, descrição, valor, controle de lançamento;

7.2.49. Permitir na conciliação ordenar a coluna de valor tanto no lado dos lançamentos contábeis quanto no lado do extrato bancário;

7.2.50. Possuir consulta de pendências baixadas na conciliação;

7.2.51. Emitir os relatórios de pendência e conciliação bancária;

7.2.52. Permitir consultar para cada pagamento incluído os lançamentos contábeis, e para cada lançamento permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno;

7.2.53. Permitir a consulta da despesa empenhada a pagar por unidade orçamentária;

7.2.54. Emitir autorização bancária para envio ao banco após assinatura do ordenador da despesa sendo possível assinar digitalmente;

7.2.55. Possuir controle de assinaturas para envio de borderô ao banco. Sem as autorizações necessárias o sistema bloqueia a geração e envio do borderô ao banco;

7.2.56. Emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas. Deve incluir relatórios detalhados com diversos filtros como: data, lote de arrecadação, conta, recurso com detalhamento e código de acompanhamento (CO);

7.2.57. Permitir a emissão do extrato do credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção;

7.2.58. Possuir integração com o módulo tributário efetuando de forma automática os lançamentos contábeis de arrecadação de receitas:

a) Movimentações de Lançamento, Arrecadação e Recolhimento conforme classificação da receita orçamentária e contábil;

b) Movimentações de renúncia de receita (cancelamento, prescrição, anistia, isenção, etc.);

c) Movimentações da Dívida Ativa (Inclusão, Manutenção, Exclusão) conforme classificação da receita orçamentária e contábil;

7.2.59. Permitir a consulta aos lançamentos tributários para conferência dos valores antes de efetuar a integração bem como a emissão de relatório de críticas caso haja inconsistências ou falta de configurações nas receitas;



7.2.60. Permitir a integração dos lançamentos de receita reconhecida antecipadamente com o sistema tributário;

7.2.61. Nos casos em que houver restituição de receita, integrar esses valores do tributário e permitir ao usuário gerar um empenho para restituir se o valor é de ano anterior e gerar uma dedução de receita se a restituição ocorrer no ano corrente da receita;

7.2.62. Possuir fluxo de assinatura digital de ordens de pagamento, que permita tramitar as ordens entre os assinantes de forma automática, só finalizando o processo se todos os responsáveis tiverem incluído sua assinatura;

7.2.63. Permitir configurar por fonte de recursos as receitas arrecadadas com multa de trânsito e as respectivas despesas, com publicação automática no portal da transparência;

7.2.64. Consultar os itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/fonte de recursos e com possibilidade de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados;

7.2.65. Permitir incluir anexos no registro de pagamento;

7.2.66. Permitir assinar digitalmente as ordens de pagamento e o comprovante de pagamento. O sistema deve transferir automaticamente o documento para que mais pessoas possam realizar a assinatura digital;

7.2.67. O sistema deve permitir a configuração das pessoas a quem o documento será transferido para assinar digitalmente;

7.2.68. Possuir consulta no Portal, para que os fornecedores, mediante usuário e senha, possam consultar os valores a receber e recebidos, sem ter necessidade de entrar em contato com o Município para receber informações;

7.2.69. A empresa deve disponibilizar o sistema com as tabelas vigentes de padrão nacional e padrão estadual, para cada ano, devidamente e previamente mapeadas, parametrizadas e relacionadas para que os relatórios, arquivos de exportação em diversos formatos e toda forma de output seja gerado de forma correta e sem qualquer intervenção do usuário nessa parametrização, mapeamentos e relacionamentos;

7.2.70. A empresa deve disponibilizar rotinas de exportação correta dos dados no formato permitido pelos sistemas externos, em todas as suas funcionalidades, tais como o SIOPE, SIOPS, SICONFI RREO, SICONFI RGF, SICONFI DCA, MSG e qualquer outro que surja ou que venha a substituir os sistemas citados e outros sistemas impostos por outros órgãos públicos;

7.2.71. A empresa deve disponibilizar manuais e notas técnicas de todas as rotinas do módulo Contábil de forma clara, objetiva e eficiente, de modo que seja possível o usuário executar as rotinas sem ter que pedir informação adicional ao suporte por omissão nos citados documentos;



7.2.72. A empresa deve tratar os dados e as informações de forma unívoca, não se admitindo que a mesma informação seja tratada de forma diferente em relatórios distintos;

7.2.73. A empresa deve contabilizar automaticamente qualquer fato contábil digitado nos módulos orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, de acordo com os LCP (Lançamentos Contábeis Padronizados) e MCASP, não se admitindo lançamentos manuais de partidas dobradas.

7.2.74. Permitir ao usuário pesquisar as rotinas do sistema e selecionar as mais utilizadas como favoritas, garantindo acesso rápido às funcionalidades de maior interesse;

7.2.75. Permitir executar verificador de inconsistências ao final do fechamento de cada competência, possibilitando conferência prévia antes do envio das prestações de contas;

7.2.76. Permitir o encerramento do período financeiro por conta bancária e/ou organograma vinculado à conta, registrando automaticamente todos os saldos e lançamentos contábeis correspondentes;

7.2.77. Permitir o cadastro e encerramento de contas bancárias conforme as normas do TCE-MG, garantindo a correta contabilização e registro das movimentações financeiras;

7.2.78. Permitir a devolução de receitas, efetuando o estorno automático dos recebimentos de tributos municipais, com registro contábil correspondente;

7.2.79. Permitir emissão de relatórios detalhados e consultas, abrangendo:

- a) Receitas arrecadadas, notas emitidas, ordens de pagamento, pagamentos efetuados, despesa extra, restos a pagar, liquidações;
- b) Balancete de verificação, razão analítico, DDR – Disponibilidade por Destinação de Recursos;
- c) Cadastro de fornecedores/credores com indicação de dados bancários;
- d) Boletim de movimentação geral e boletim de caixa;
- e) Manutenção e desenvolvimento do ensino – 25%, remuneração do magistério da educação básica – 70%, demais despesas com educação;
- f) Transferência para contas da Educação e Saúde;
- g) Permitir consultar notas de empenho, liquidação, ordem de pagamento, restos a pagar despesa extra e suas anulações.

7.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.3.1. Emitir os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão:

- a) Anexo I – Balanço Orçamentário;
- b) Anexo II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- c) Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- d) Anexo IV – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;



- e) Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- f) Anexo VII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
- g) Anexo VIII – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- h) Anexo IX – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- i) Anexo X – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- j) Anexo XII – Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas;
- k) Próprias com Ações de Saúde;
- l) Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;
- m) Anexo XIV – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

7.3.2. Emitir os relatórios de Gestão Fiscal de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão:

- a) Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- b) Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;
- c) Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores;
- d) Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- e) Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
- f) Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

7.3.3. Emitir os relatórios Anuais Obrigatórios consolidando por entidade:

- a) Anexo 10 – Comparativo Receita Orçada com Arrecadada (Lei 4320/64);
- b) Anexo 11 – Comp. Desp. Autorizada c/ Realizada;
- c) Anexo 12 – Balanço Orçamentário (Lei 4320/64);
- d) Anexo 13 – Balanço Financeiro (Lei 4320/64 art. 103);
- e) Anexo 14 – Balanço Patrimonial (Lei 4320/64 art. 105);
- f) Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64);
- g) Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Lei 4320/64);
- h) Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante (Lei 4320/64);
- i) Anexo 18 – Demonstrativo de Fluxos de Caixa.

7.3.4. Emitir relatórios padrão Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG para solicitação de Certidão Negativa;

7.3.5. Emitir relatórios de acompanhamento da programação financeira em atendimento aos artigos 8º ao 13º da LRF:

- a) Cronograma de Desembolso – Por Modalidade;



b) Cronograma de Desembolso – por Órgão e Unidade;

c) Meta do Resultado Primário;

d) Metas Arrecadação de Receita;

e) Programação Financeira da Receita;

f) Receitas por Destinação de Recursos.

7.3.6. Emitir os relatórios com as informações para SIOPS;

7.3.7. Emitir relatório de Notificação de Recebimento de Recursos em atendimento a Lei 9452/97;

7.3.8. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência;

7.3.9. Permitir a geração de relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado TCE-MG;

7.3.10. Possuir os relatórios abaixo para auxiliar o preenchimento do SICONFI:

a) Balanço Patrimonial;

b) Receitas Orçamentárias;

c) Despesa Orçamentária – Por Elemento;

d) Despesa Orçamentária – Por Função/Subfunção;

e) Restos a Pagar – Desp. Orç. Por Elemento;

f) Restos a Pagar – Desp. Orç. Por Função/Subfunção.

7.3.11. Possuir relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro;

7.3.12. Possuir Balancete de Verificação do SICONFI, como possibilidade de filtrar por entidade e período;

7.3.13. Gerar arquivos para o SICONFI da RREO, RGF e DCA;

7.3.14. Gerar os arquivos para a matriz de saldos contábeis (MSC);

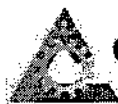
7.3.15. Permitir importar arquivo XBRL de entidades externas em formato XBRL para envio dos arquivos da MSC consolidada;

7.3.16. Possuir rotina para relacionar as contas de receita do plano da entidade com o plano de contas do SIOPE. No caso das despesas o relacionamento deve ser feito por conta e subfunção de governo. Deve ser permitido o rateio de valores;

7.3.17. Gerar os arquivos para prestação de contas do SIOPE. Na geração deve ser possível verificar se há inconsistências na base e emitir o relatório dessas inconsistências antes de efetuar a geração dos arquivos;

7.3.18. Possuir relatórios auxiliares para conferência dos valores do SIOPE no mesmo formato deste;

7.3.19. Gerar os arquivos para prestação de contas do SIOPS;



- 7.3.20.** Gerar os arquivos para prestação de contas do sistema do Tribunal de Contas do Estado TCE-MG;
- 7.3.21.** Emitir relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o TCE do Estado;
- 7.3.22.** Possuir rotina para prestação de contas de forma eletrônica no formato exigido pelo Tribunal de Contas do estado TCE-MG;
- 7.3.23.** Gerar arquivos para a DIRF;
- 7.3.24.** Permitir publicar os relatórios legais de forma automática no portal da transparência;
- 7.3.25.** O sistema deve gerar corretamente os arquivos exigidos pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (SICOM ou os que vieram a substituí-lo), fazendo a leitura da base de dados e de nenhuma forma será permitida a alteração de dados em arquivos gerados pelo sistema;
- 7.3.26.** A empresa deve fornecer as Demonstrações Contábeis de forma correta, não se admitindo qualquer intervenção do usuário, muito menos será admitido rotina de alteração de dados para fechamento forçoso dos balanços;
- 7.3.27.** A empresa deve disponibilizar o sistema com as tabelas vigentes de padrão nacional e padrão estadual, para cada ano, devidamente e previamente mapeadas, parametrizadas e relacionadas para que os relatórios, arquivos de exportação em diversos formatos e toda forma de output seja gerado de forma correta e sem qualquer intervenção do usuário nessa parametrização, mapeamentos e relacionamentos;
- 7.3.28.** A empresa deve disponibilizar rotinas de exportação correta dos dados no formato permitido pelos sistemas externos, em todas as suas funcionalidades, tais como o SIOPE, SIOPS, SICONFI RREO, SICONFI RGF, SICONFI DCA, MSC e qualquer outro que surja ou que venha a substituir os sistemas citados e outros sistemas impostos por outros órgãos públicos;
- 7.3.29.** A empresa deve bloquear lançamentos em contas inativas, considerando como contas inativas aquelas que assim foram atribuídas pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais ou mesmo que sejam inexistentes segundo as tabelas do Tribunal de Contas para cada ano;
- 7.3.30.** A empresa deve disponibilizar manuais e notas técnicas de todas as rotinas do módulo Contábil de forma clara, objetiva e eficiente, de modo que seja possível o usuário executar as rotinas sem ter que pedir informação adicional ao suporte por omissão nos citados documentos;
- 7.3.31.** A empresa deve tratar os dados e as informações de forma unívoca, não se admitindo que a mesma informação seja tratada de forma diferente em relatórios distintos;
- 7.3.32.** A empresa deve contabilizar automaticamente qualquer fato contábil digitado nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle, de acordo com os LCP



(Lançamentos Contábeis Padronizados) e MCASP, não se admitindo lançamentos manuais de partidas dobradas.

7.4. CONTROLE DE CUSTOS

7.4.1. Possuir cadastro de objeto de custo, contendo a descrição, descrição detalhada e possibilidade de classificar hierarquicamente os objetos para melhor organização e compreensão dos mesmos;

7.4.2. Possuir funcionalidade que agilize a inclusão de objetos de custo hierarquicamente inferiores a objetos já cadastrados, que na inclusão já demonstrem o objeto de custos superior e a classificação hierárquica correta do objeto de custos que está sendo incluído, sem a necessidade de o usuário informar manualmente a classificação;

7.4.3. Possuir funcionalidade que gere automaticamente os objetos de custo, na hierarquia do orçamento anual, permitindo ao usuário escolher até que nível pretende controlar os objetos de custo, sendo os níveis possíveis: órgão, unidade, função, subfunção, programa e ação. Essa geração deve ser possível por entidade e de forma consolidada objetivando agilidade e rapidez no cadastro de objetos de custo;

7.4.4. Permitir incluir níveis hierarquicamente inferiores em objetos de custos que foram gerados de forma automática com base na Lei Orçamentária Anual;

7.4.5. Ao realizar a exclusão de um objeto de custos, todos os objetos de custo hierarquicamente inferiores a ele deverão ser também excluídos, mantendo a integridade dos dados;

7.4.6. Validar para que a exclusão dos objetos de custos seja permitida apenas se não tiverem item de custo em movimentações relacionadas. Caso o objeto de custo possua custos alocados ou itens de custo, o mesmo não poderá ser excluído emitindo uma mensagem de alerta para o usuário;

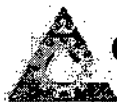
7.4.7. O cadastro de itens de custo deve permitir informar no mínimo, itens com configuração de telefone, placas de veículo e texto, bem como permitir o cadastro de novas classificações que serão utilizadas para identificação dos itens;

7.4.8. Possuir cadastro de item de custos com no mínimo as informações de: identificador, descrição, descrição detalhada e deve identificar se o item é um custo fixo ou variável;

7.4.9. Possuir cadastro de agregadores de custo. O cadastro deve possuir a descrição e permitir incluir um ou mais objetos de custo e o percentual. Se houver mais de um objeto de custo, a soma dos percentuais não poderá ultrapassar 100%;

7.4.10. O sistema deve disponibilizar itens de custo padrão, para serem utilizados pelo usuário, sem que haja necessidade de digitação de itens de custo de forma manual;

7.4.11. O sistema deve ter as opções de alterar, ativar e desativar o item de custos. Caso o item seja desativado, o mesmo não poderá mais estar disponível para ser utilizado;



- 7.4.12.** Relacionar os objetos de custo aos itens de custo permitindo que um objeto de custo seja relacionado a mais de um item de custo;
- 7.4.13.** Permitir importar os relacionamentos de objeto de custo x item de custo de Lei Orçamentária anterior, inserindo automaticamente esses registros no sistema;
- 7.4.14.** Deve permitir o relacionamento dos objetos de custo e itens de custo com as dotações do orçamento. O relacionamento deve permitir selecionar vários objetos de custo e itens a várias dotações;
- 7.4.15.** Permitir a configuração de quais entidade utilizarão as rotinas de apropriação de custos;
- 7.4.16.** Possuir configuração para apropriação de custos: na liquidação, apropriar custos de folha de pagamento, apropriar custos das movimentações do almoxarifado e apropriar custos da movimentação do patrimônio;
- 7.4.17.** Realizar na liquidação do empenho a apropriação dos custos conforme relacionamento dos itens de custos e dotações. Caso haja mais itens de custo para uma mesma dotação, o sistema deve permitir a distribuição dos valores até o total do valor que está sendo liquidado. Se o usuário incluir valor maior o sistema deve validar e não permitir a inclusão;
- 7.4.18.** Impedir o estorno de liquidação com valor de custos já apropriado. O módulo de custos deve ter integração total, para que no momento da liquidação seja possível, sem sair da tela de liquidação, incluir o estorno da apropriação para garantir a integridade dos valores apropriados;
- 7.4.19.** Possuir rotina para apropriação manual de custos em itens de custos que não foram apropriados. Na consulta dos valores só devem ser exibidos valores a apropriar. Também deve ser possível estornar na mesma rotina os valores apropriados e excluir o estorno;
- 7.4.20.** Emitir nota de apropriação e de estorno de apropriação de custos;
- 7.4.21.** Quando utilizada a rotina denominada "em liquidação", utilizada na de verificação de materiais o sistema deverá realizar nesse momento a apropriação dos custos do material que estiver sendo verificado, caso esse material não seja destinado ao estoque;
- 7.4.22.** Ao realizar a prestação de contas de recursos que foram adiantados para fins de suprimento de fundos ou mediante transferências voluntárias, no momento em que o valor repassado for lançado como despesa, o sistema deve realizar a apropriação do custo. Entende-se como lançamento em despesa o momento em que é feito o lançamento contábil em conta de variação patrimonial diminutiva;
- 7.4.23.** Permitir a apropriação dos custos nos lançamentos manuais quando os mesmos envolverem lançamentos em variação patrimonial diminutiva;



7.4.24. Permitir configurar os objetos de custo para as despesas de folha de pagamento por funcionário, por funcionário e verba da folha de pagamento, só por verba e por localização/centro de custo. Quando um funcionário possuir mais de um contrato de trabalho com o Município permitir a configuração por contrato de trabalho;

7.4.25. Na liquidação dos empenhos de folha de pagamento, realizar a apropriação dos custos, de forma automática. Ainda que seja feita a liquidação simultânea de vários empenhos de folha de pagamento, a apropriação deve ser feita de forma automática, não devendo chamar a rotina de apropriação;

7.4.26. Ao integrar as movimentações de depreciação dos bens da entidade, o sistema deve realizar a apropriação dos custos de forma automática. A apropriação deve ser feita conforme configuração de relacionamento entre objeto de custos e bens patrimoniais;

7.4.27. Na integração das movimentações do almoxarifado o sistema deve realizar a apropriação automática conforme configuração entre objetos de custo, item e produto, classe de produtos, subclasse e centros de custo e localização;

7.4.28. Emitir relatório de controle de custos por entidade e consolidado que permita filtrar por período da despesa e período da apropriação, por tipo de despesa, demonstrando as despesas que já foram apropriadas e que estão pendentes de apropriação;

7.4.29. Possuir relatório que demonstre as despesas que foram apropriadas e o saldo a apropriar. Deve apresentar no final da impressão um totalizador por tipo de despesa;

8. MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

8.1. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

8.1.1. Gerenciar autorização de impressão de notas fiscais com rotinas de: inclusão, alteração, consulta, cancelamento, estorno de cancelamento e impressão da AIDF;

8.1.2. Consentir a emissão de autorizações para incineração de Notas Fiscais, com controle da numeração das mesmas, conforme solicitações de AIDFs emitidas;

8.1.3. Lançar por estimativa fiscal e arbitramento do ISSQN, conforme modelos pré-configuráveis previstos na legislação tributária municipal;

8.1.4. Gerenciar infrações previstas na legislação tributária municipal por ano, com a opção de cadastrar os percentuais de penalidade para reincidentes;

8.1.5. Permitir que os termos fiscais de início de fiscalização e solicitação de documentos possuam correção a documentação padrão para cada atividade fiscalizada pelo grupo fisco;

8.1.6. Personalizar modelos de estimativa fiscal e arbitramento, informando os dados e a fórmula de cálculo, que serão utilizados/solicitados no preenchimento do cadastramento da estimativa ou arbitramento;



- 8.1.7.** Emitir relatório de controle de prazo de entrega de documentos, listando os Processos Fiscais com as solicitações de documentos, indicando quais os documentos entregues e não entregues;
- 8.1.8.** Gerar relatório verificando inconsistências entre os documentos declarados pelos Prestadores, comparando com os documentos declarados pelos Tomadores, acusando e destacando os erros e diferença entre valores retidos, alíquotas, situações tributárias e valores de base de cálculo;
- 8.1.9.** Importar balancetes contábeis e do Plano Geral de Contas Comentado (PGCC) por subtítulo contábil no padrão ABRASF em arquivos ".txt", para homologação das contas contábeis na ação fiscal;
- 8.1.10.** Permitir que na homologação da ação fiscal das instituições financeiras, mesmo após a importação do PGCC e do balancete analítico no padrão ABRASF, poder alterar a conta de tributação e da conta COSIF;
- 8.1.11.** Cruzar informações por competência entre o balancete analítico no padrão ABRASF importado na homologação da ação fiscal com o valor pago na escrituração fiscal, para cobrança de diferença apurada;
- 8.1.12.** Consultar inconsistências entre apuração mensal e demonstrativo contábil;
- 8.1.13.** Gerar relatório de continuidade de notas fiscais, verificando quais notas estão faltando na sequência das notas declaradas, verificando data de emissão incorreta, destacando em vermelho às falhas reveladas, bem como se existe a autorização de impressão das Notas;
- 8.1.14.** Gerar relatório de declarantes que não entregaram a declaração, selecionando o número de competências consecutivas de não entrega de declaração;
- 8.1.15.** Gerar relatório das declarações fiscais entregues pelos contribuintes enquadradas como "sem movimento";
- 8.1.16.** Controlar valores lançados de ISSQN de empresas optantes pelo simples nacional (como prestadores e como tomadores de serviços);
- 8.1.17.** Configurar as opções de parcelamento de Notificações e Autos de Infração, podendo os juros ser simples ou compostos, o valor mínimo da parcela aceita pela legislação tributária, com opção do valor da entrada e quantidade máxima de parcelas;
- 8.1.18.** Gerenciar percentuais para descontos a serem aplicados em relação aos Autos de Infração e Notificações apuradas;
- 8.1.19.** Cadastrar novo procedimento fiscal, alterar ou cancelar, mesmo que em processo de fiscalização. Habilitar opção de estornar cancelamento;
- 8.1.20.** Mostrar o status dos procedimentos fiscais cadastrados com situação: aberto, iniciada, fechada ou cancelada;
- 8.1.21.** Permitir anexar documentos digitais ao processo de fiscalização;



- 8.1.22.** Permitir registro de denúncia fiscal, podendo o denunciante se identificar ou ser anônimo;
- 8.1.23.** Permitir emissão e reemissão do Termo de Início de Fiscalização;
- 8.1.24.** Permitir que sejam feitas tantas intimações quantas forem necessárias ao procedimento fiscal, a qualquer tempo durante a sua vigência;
- 8.1.25.** Emitir ou reemitir intimações fiscais mantendo histórico em tela de todas as intimações;
- 8.1.26.** Emitir Termo de Entrega de Documentos para o contribuinte, de acordo com a documentação entregue, podendo fazer a entrega parcial dos documentos. Emitir também termo para documentos não intimados a apresentação;
- 8.1.27.** Emitir Termo de apreensão de documentos;
- 8.1.28.** Gerar termo de prorrogação de prazo fiscalizatório com a opção de informar os dias prorrogados e campo para inserção de observações pertinentes ao ato;
- 8.1.29.** Homologar competências para aferimento da base de cálculo dos impostos, no caso do ISSQN, dos serviços próprios prestados e tomados, podendo digitar os documentos emitidos/recebidos pelo contribuinte fiscalizado (tomador e prestador). A homologação das competências deverá permitir a digitação de serviços dentro do mesmo Processo Fiscal;
- 8.1.30.** Permitir ao fiscal excluir de forma global os documentos fiscais, alterar a alíquotas durante o processo de fiscalização;
- 8.1.31.** Informar as homologações de acordo com o plano de contas das declarações, dando liberdade para o fiscal dar manutenção (incluir, alterar, excluir) as contas a serem homologadas. Cada conta deve estar relacionada quando cabível a seu respectivo item da lista de serviços da LC116/03;
- 8.1.32.** Buscar automaticamente as informações das declarações na homologação do procedimento fiscal;
- 8.1.33.** Permitir importação de arquivo txt, em modelo predefinido pelo fisco, contendo os documentos de serviços prestados ou tomados para homologação do procedimento fiscal; Ordenar por ordem ascendente todas as competências na homologação, tendo opção de alterar as informações;
- 8.1.34.** Gerar planilha de homologação somente dos serviços tomados, com os dados digitados na homologação;
- 8.1.35.** Gerar planilha de homologação somente dos serviços prestados, com os dados digitados na homologação;
- 8.1.36.** Gerar a planilha de homologação dos serviços prestados e tomados em uma única planilha, diferenciando o que for um e o que for outro, com os dados digitados na homologação;



8.1.37. Configurar envio de e-mail via Processo Fiscal com opção de poder habilitar/desabilitar a qualquer momento, bem como, configurar textos padrões que serão apresentados no corpo do e-mail;

8.1.38. Enviar por e-mail no decorrer da ação fiscal os seguintes documentos:

- a) Termo de início;
- b) Intimação;
- c) Termo de recebimento de documentos;
- d) Termo de devolução de documentos;
- e) Termo de apreensão de documentos;
- f) Documentos de autuação principal e acessória;
- g) Termo de prorrogação fiscal;
- h) Termo de encerramento de fiscalização.

8.1.39. Consultar e-mails enviados no processo fiscal, contendo no mínimo: data, hora, e-mail, usuário responsável pelo envio do e-mail e cópia do e-mail enviado;

8.1.40. Criar documento de autuação de acordo com uma tabela de infrações previamente cadastradas:

- a) Se o contribuinte for reincidente;
- b) Se a autuação está sendo emitida para serviços próprios (prestados) ou tomados;
- c) Campo destinado ao livre manuseio do grupo fisco para a descrição detalhada do histórico do lançamento a ser realizado.

8.1.41. Incluir documento de autuação exibindo uma lista de todos os documentos fiscais relacionados na homologação dos processos fiscais separadas por competência, onde o fiscal poderá selecionar quais farão parte do respectivo documento de autuação;

8.1.42. Visualizar uma prévia da planilha de cálculo do procedimento fiscal em curso, buscando todos os pagamentos já efetuados pelo contribuinte no período fiscalizado e calcular automaticamente a diferença a recolher, a correção monetária, os juros e a multa aplicada com subtotais por período fiscalizado e total geral, bem como dar liberdade ao grupo fisco de manipular os dados, caso algum erro operacional de pagamento tiver acontecido, recalculando a planilha;

8.1.43. Emitir a planilha de cálculo do procedimento fiscal devidamente atualizada monetariamente, separando o período e o exercício fiscal;

8.1.44. Configurar número de dias para a data de vencimento após o ciente dos documentos de autuação e também o número de dias para o contribuinte entrar com recurso tempestivo;

8.1.45. Alterar data ciente, de vencimento (esta deverá ser sugerida de acordo com parametrização do número de dias após o ciente), e a data de prazo para entrada de recurso



(deverá ser sugerida de acordo com parametrização do número de dias após o ciente) para cada documento de autuação emitido;

8.1.46. Parcelar e reparcelar valores dos documentos de autuação emitidos, obedecendo a parametrização de moeda a ser utilizada no parcelamento e número máximo de parcelas;

8.1.47. Emitir documento para pagamento bancário com código de barras, das infrações levantadas, obedecendo aos convênios bancários existentes, tendo a opção de o documento de autuação e a guia de pagamento serem parametrizados para saírem com eventuais descontos na multa, previstos na legislação tributária do município, caso o pagamento seja efetuado até a data do vencimento;

8.1.48. Permitir realizar e/ou estornar parcelamento os valores dos documentos de autuação;

8.1.49. Gerenciar todos os procedimentos fiscais cadastrados, parcial e por fiscal, sendo que cada integrante do grupo fisco terá acesso somente aos seus respectivos procedimentos fiscais;

8.1.50. Emitir relatórios contendo as notas fiscais declaradas pelos contribuintes, filtrando por serviços tomados e prestados;

8.1.51. Consultar e emitir termos de incineração de notas fiscais;

8.1.52. Emitir relatórios dos documentos de autuação emitidos por cadastro ou por intervalo dos documentos;

8.1.53. Emitir relatórios dos contribuintes fiscalizados, não fiscalizados e em fiscalização;

8.1.54. Emitir relatório com listagem de contribuintes por atividade;

8.1.55. Emitir relatório com listagem de contribuintes por fiscal;

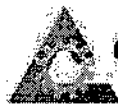
8.1.56. Emitir relatório com a situação dos contribuintes fiscalizados/em fiscalização trazendo informações dos valores devidos/pagos e dos seus respectivos documentos de autuação;

8.1.57. Permitir a manutenção de estimativas fiscais e de arbitramento, relacionando a segunda, na homologação do Processo Fiscal, quando este existir para o período do arbitramento;

8.1.58. Permitir que a penalidade das infrações seja do tipo percentual/valor fixo, com determinação de percentual ao dia até um percentual máximo, e determinação de valor mínimo e valor máximo quando valor fixo. Este último para graduação manual pelo fiscal no momento da autuação;

8.1.59. Calcular valor de autuação selecionando o valor entre o mínimo e o máximo para a infração (tipo valor fixo);

8.1.60. Visualizar a simulação do cálculo do documento de autuação antes do mesmo ser gravado, detalhando os componentes do montante da autuação;



- 8.1.61. Cancelar procedimento fiscal, podendo escolher se cancelará também os documentos de autuação;
- 8.1.62. Reabrir procedimento fiscal;
- 8.1.63. Controlar liberação e emissão de autorização para uso de emissor de cupons fiscais;
- 8.1.64. Inscrever em dívida ativa valores notificados e não pagos;
- 8.1.65. Suspender notificações e autos de infração no momento do cadastramento do recurso;
- 8.1.66. Emitir relatório comparando valor estimado com o valor declarado;
- 8.1.67. Emitir relatório de variações de valores, podendo ainda ser informado qual o percentual de variação;
- 8.1.68. Gerenciar ordens de serviço;
- 8.1.69. Incluir ordens de serviço aos fiscais determinando a verificação por cadastro econômico ou único, data de início a ser verificada pelo fiscal e campo descritivo para mais informações;
- 8.1.70. Permitir aos fiscais a verificação de suas respectivas ordens, podendo alterar a data de início de verificação;
- 8.1.71. Permitir aos fiscais incluir informações em sua ordem de serviço, incluindo documentos a serem intimados na verificação do contribuinte;
- 8.1.72. Permitir aos fiscais anexar documentos em sua ordem de serviço;
- 8.1.73. Permitir aos fiscais concluir sua ordem de serviço caso não encontradas irregularidades do contribuinte, bem como concluir e abrir processo de fiscalização;
- 8.1.74. Imprimir ordem de serviço, para que seja possível anexar ao processo fiscal;
- 8.1.75. Possuir relatório gerencial da ordem de serviço, verificando a situação das ordens bem como o número do processo de fiscalização vinculado a ordem de serviço quando possuir;
- 8.1.76. Emitir relatório de ausentes de emissão de NF-e;
- 8.1.77. Emitir relatório de demonstração de divergências entre Prestadores X Tomadores.

8.2. ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA

- 8.2.1. Possuir cadastro Mobiliário Único;
- 8.2.2. Escriturar Prestadores de Serviços;
- 8.2.3. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência que se deseja lançar;
- 8.2.4. Escriturar Serviços de Construção Civil para prestadores de serviços;
- 8.2.5. Permitir escrituração via digitação, de notas fiscais, identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie, natureza dos serviços (código do serviço);
- 8.2.6. Calcular automaticamente o tributo com base nas informações lançadas na declaração de serviços;



8.2.7. Permitir alterar/cancelar qualquer lançamento, exceto para lançamentos gerados pela emissão de NFS-e, no encerramento da escrituração;

8.2.8. Escriturar serviços tomados;

8.2.9. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os tomadores de serviços do município, com seleção do período de competência;

8.2.10. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência;

8.2.11. Possuir escrituração exclusiva para contadores, para que possam realizar seu pré-cadastramento e utilizá-lo após liberação por intermédio de um funcionário da prefeitura com privilégios para esta atividade (tipo de acesso que permita esta operação);

8.2.12. Verificar informações enviadas pelos contribuintes através das declarações, tais como: serviços prestados por empresas de fora do Município, serviços prestados por empresas locais, serviços prestados fora da cidade por empresas locais, relação dos serviços com maiores arrecadações/declarações;

8.2.13. Incluir Ficha de Alteração Cadastral (FAC), com as opções de Novo Cadastro, Alteração de Cadastro, Vínculo de Responsabilidade, Baixa de Responsabilidade;

8.2.14. Permitir na Ficha de Alteração Cadastral (FAC) com tipo Novo. Incluir usuário de forma automática no momento da liberação;

8.2.15. Para Ficha de Alteração Cadastral (FAC) com tipo Novo. Incluir autorização para utilização de NFS-e, de forma automática, no momento da liberação;

8.2.16. Lançar automaticamente valores declarados;

8.2.17. Cadastrar, alterar e alterar a situação cadastral de inscrições municipais;

8.2.18. Emitir recibo de declaração de ISS e de ISS retido;

8.2.19. Escriturar através de acesso seguro (assinatura digital) os documentos fiscais e ou cupons fiscais emitidos e recebidos, contendo:

- a) Razão social do declarante/contribuinte;
- b) CNPJ/CPF;
- c) Endereço completo;
- d) Número do Cadastro Municipal Mobiliário, quando tiver;
- e) Número e data de emissão do documento fiscal;
- f) Valor dos serviços prestados e/ou tomados;

8.2.20. Escriturar serviços eventuais, não enquadrados no cadastro mobiliário;

8.2.21. Permitir ao declarante que efetue seu cadastro e conceda permissão de acesso aos seus colaboradores;

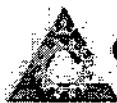
8.2.22. Permitir que o escritório contábil, através de seu usuário e senha, faça a escrituração de serviços prestados e tomados de todos os seus clientes;



- 8.2.23.** Permitir que a solicitação de cadastro de declarante seja confirmada pelo Fisco, habilitando o solicitante para utilização da ferramenta;
- 8.2.24.** Permitir declarações retificadoras com emissão da guia de pagamento;
- 8.2.25.** Aceitar múltiplas atividades enumeradas na Lista de Serviços (LC 116/03) em um mesmo documento fiscal;
- 8.2.26.** Importar arquivos das administradoras de cartão, contendo as informações de débito e crédito;
- 8.2.27.** Consultar os logs de importação dos arquivos das administradoras de cartão, podendo efetuar o download do arquivo importado;
- 8.2.28.** Visualizar erros de importações dos arquivos das administradoras de cartão;
- 8.2.29.** Gerar protocolo de entrega, com a data e hora de entrega e os valores de débito e crédito, com o CPF/CNPJ e nome do responsável pela importação, após o término da importação do arquivo das administradoras de cartão;
- 8.2.30.** Possuir relatório de importação dos arquivos das administradoras de cartão, contendo o CPF/CNPJ da administradora, a competência e os valores de débito e crédito que foram importados por arquivo e qual o tipo de importação (Normal ou Retificadora);
- 8.2.31.** Emitir relatório de confronto do que foi declarado e o que foi informado pelas administradoras de cartão;
- 8.2.32.** Enquadrar/desenquadrar relacionamentos entre categorias personalizadas de declaração e cadastros mobiliários;
- 8.2.33.** Configurar campos a serem listados para as declarações de despesa;
- 8.2.34.** Configurar se uma determinada despesa será de preenchimento obrigatório ou não;
- 8.2.35.** Cadastrar novos tomadores de serviço pelos próprios declarantes, no momento da declaração de serviços prestados;
- 8.2.36.** Declarar serviços prestados e tomados para contribuintes isentos, imunes, com regime de estimativa e regime fixo;
- 8.2.37.** Declarar serviços prestados dos contribuintes do regime de homologação por: documento fiscal, base de cálculo, categorias configuráveis ou planos de contas, conforme configurações predefinidas;
- 8.2.38.** Retificar declarações de serviços prestados já entregues e não pagas;
- 8.2.39.** Retificar declarações de serviços prestados já realizadas e não pagas, por categoria, composto pelos campos definidos nas configurações de categoria, com as fórmulas definidas também no mesmo cadastro;
- 8.2.40.** Retificar parcelas já pagas, desde que não exclua notas fiscais eletrônicas e não altere o valor do ISSQN;



- 8.2.41.** Escriturar contribuintes de fora do município (Declarantes sem cadastro mobiliário) tanto de documentos fiscais prestados como tomados, emitindo guia para pagamento do imposto;
- 8.2.42.** Gerar parcelas complementares sem intervenção do Município e sem perder a referência e a competência a qual ela complementa;
- 8.2.43.** Disponibilizar rotina para cadastramento de requisição de compensação (valor pago a maior), após deferido pelo Município, este valor será abatido do valor devido de competências futuras;
- 8.2.44.** Enquadrar incentivos fiscais por cadastro mobiliário;
- 8.2.45.** Configurar multa por atraso de declaração, separadamente por serviços prestados, serviços tomados e contribuintes do simples nacional;
- 8.2.46.** Lançar multa por atraso na declaração de forma geral;
- 8.2.47.** Configurar quais itens da lista de serviço (LC 116/03) poderão sofrer dedução na base de cálculo, podendo ainda determinar qual o percentual máximo para dedução;
- 8.2.48.** Permitir mais de uma declaração por competência;
- 8.2.49.** Atender a LC 123/2006 referente ao Simples Nacional, quanto às alíquotas diferenciadas;
- 8.2.50.** Efetuar declaração sem movimento;
- 8.2.51.** Gerar recibo de retenção de ISSQN, podendo agrupar todas as notas de um mesmo prestador no mesmo recibo;
- 8.2.52.** Permitir que empresas exploradoras das atividades de leasing realizem as declarações de tomadores domiciliados no município, devendo informar os documentos/contratos de forma individual ou através de arquivo de módulo de escrita fiscal ou ainda contábil (em layout definido pelo Município) com todos os documentos a serem declarados;
- 8.2.53.** Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de Plano de Saúde realizem as declarações de tomadores domiciliados no Município, devendo informar os documentos/contratos de forma individual ou através de arquivo de módulo de escrita fiscal ou contábil (em layout definido pelo Município) com todos os documentos a serem declarados;
- 8.2.54.** Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de leasing processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao Município. As declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município;
- 8.2.55.** Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de plano de saúde processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao Município. As



declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município;

8.2.56. Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de administração de cartão de crédito/débito processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao município. As declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município.

8.3. NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

8.3.1. Possuir aplicativo a ser instalado em disponível móvel compatível pelo menos com os sistemas operacionais IOS e Android;

8.3.2. Emitir NFS-e;

8.3.3. Enviar qualquer nota já emitida por e-mail;

8.3.4. Cancelar a NFS-e desde que esta esteja dentro do período permitido para o cancelamento;

8.3.5. Visualizar as NFS-e já emitidas do prestador do serviço;

8.3.6. Permitir os fiscais liberar ou cancelar qualquer autorização para emissão de notas fiscais eletrônicas;

8.3.7. Emitir NFS-e utilizando vários itens da lista de serviços, conforme classificação da Lei Complementar 116/03, inclusive na mesma nota;

8.3.8. Permitir a qualquer usuário (cidadão, entidade, empresa, etc.), verificar a autenticidade das Notas Fiscais eletrônicas emitidas via QR Code;

8.3.9. Permitir que o fisco defina se o contador do contribuinte terá permissão para realizar a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;

8.3.10. Permitir ao prestador de serviço configurar logo da empresa para ser utilizado no corpo da NFS-e;

8.3.11. Permitir ao prestador de serviço configurar observação padrão a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e;

8.3.12. Permitir ao prestador de serviço configurar informação complementar padrão, em momento anterior a emissão da NFS-e, a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e;

8.3.13. Permitir o uso de tabelas (linhas x colunas) personalizadas na configuração e na emissão da NFS-e para as informações complementares, escolhendo número de linhas e colunas, o software deve permitir que sejam digitadas informação nas células da tabela;

8.3.14. Permitir ao prestador de serviço configurar um e-mail, em momento anterior a emissão da NFS-e, para o qual todas as NFS-e sejam encaminhadas automaticamente, independente do tomador do serviço;

8.3.15. Configurar número de dias após a emissão da NFS-e onde o prestador de serviço está autorizado a cancelar a NFS-e;



- 8.3.16.** Configurar quantidade de horas que a NFS-e poderá ser cancelada pelo prestador após sua emissão;
- 8.3.17.** Permitir ao usuário emissor de NFS-e que efetue uma solicitação para cancelamento de determinada nota, informando o motivo e sua respectiva substituta quando houver;
- 8.3.18.** Disponibilizar ao usuário fiscal, o controle para as solicitações de cancelamentos de NFS-e, podendo o mesmo deferir/indeferir as respectivas solicitações, informando o motivo;
- 8.3.19.** Enviar e-mail automaticamente ao tomador do serviço quando a NFS-e for cancelada;
- 8.3.20.** Configurar se o nome fantasia dos prestadores de serviço usuários da NFS-e sairá no corpo da NFS-e;
- 8.3.21.** Permitir ao usuário emissor de NFS-e, copiar os dados de um documento já emitido para emissão de nova nota;
- 8.3.22.** Configurar quantos dias após a emissão a nota poderá ser substituída pelo contribuinte;
- 8.3.23.** Realizar o download do arquivo de retorno (XML) resultado da integração, para cada NFS-e, quando esta for feita via integração;
- 8.3.24.** Utilizar Recibo Provisório de Serviço (RPS) com numeração sequencial crescente, devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal;
- 8.3.25.** Configurar se o tomador do serviço receberá créditos para serem utilizados no abatimento do IPTU;
- 8.3.26.** Configurar percentual individual de créditos para abatimento de IPTU por tipo do tomador de serviço: Pessoa Física ou Jurídica;
- 8.3.27.** Selecionar para quais itens da lista de serviço deverão ser informados dados referentes a construção civil no momento de emissão da NFS-e;
- 8.3.28.** Imprimir na NFS-e as informações da construção civil com no mínimo: número da obra, ano da obra, tipo da obra e número do C.E.I. da obra;
- 8.3.29.** Cadastrar obra e emitir NFS-e Informando: nome da obra, o responsável pela obra, C.E.I. da obra, Logradouro, Bairro e CEP;
- 8.3.30.** Permitir configurar se irá ser utilizada unidade de serviço na emissão da NFS-e e se seu preenchimento será obrigatório;
- 8.3.31.** Permitir consulta dos arquivos XML's de importação de NFS-e. Deverá ser possível identificar a situação do arquivo, se importado com sucesso ou com erro. Deverá ser discriminado o motivo para os que apresentarem erro;
- 8.3.32.** Gerar relatório dos maiores emissores de NFS-e selecionando o serviço e período de data de emissão;



8.3.33. Gerar relatório de contribuintes autorizados a emitirem NFS-e, mas que não emitiram nenhuma nota, com filtros de: cadastro mobiliário e competência;

8.3.34. Gerar relatório de créditos de IPTU, com filtros de: data inicial e final e pela situação do crédito (Pendentes, Pagos e Cancelados);

8.3.35. Visualizar a prévia da NFS-e antes de sua emissão, podendo imprimir;

8.3.36. Emitir notas fiscais eletrônicas, informando vários municípios onde os serviços foram prestados, bem como o local de recolhimento do ISS, inclusive na mesma nota, conforme Lei Complementar 116/03;

8.3.37. Gerar relatório do RPS;

8.3.38. Permitir que o usuário (CNPJ) empresa delegue seus privilégios aos seus usuários (CPF) para emissão, cancelamento, substituição e declaração de serviços. Sendo registrado as operações no sistema e na impressão no documento fiscal. O Usuário (CPF) relacionado deverá possuir os mesmos acessos e permissões que o usuário (CNPJ) que o relacionou.

8.4. SIMPLES NACIONAL

8.4.1. Importar arquivos de períodos dos contribuintes do simples nacional;

8.4.2. Importar arquivos contendo os eventos dos contribuintes do simples nacional;

8.4.3. Visualizar períodos e eventos dos contribuintes enquadrados no simples nacional;

8.4.4. Importar arquivos do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional);

8.4.5. Importar arquivos da DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);

8.4.6. Importar arquivos de períodos dos contribuintes enquadrados como Microempreendedor Individual;

8.4.7. Importar arquivos contendo os eventos dos contribuintes enquadrados como Microempreendedor Individual;

8.4.8. Importar arquivos DASSENDA;

8.4.9. Importar arquivos do parcelamento do simples nacional;

8.4.10. Visualizar períodos e eventos dos contribuintes enquadrados como Microempreendedor Individual;

8.4.11. Importar arquivos do DAS-SIMEI (Documento de Arrecadação do Microempreendedor Individual);

8.4.12. Importar arquivos da DASN-SIMEI (Declaração Anual do Microempreendedor Individual);

8.4.13. Consultar registros de importação do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) por dia, podendo ser adicionado comentário, como também listar os dias de pendências de importação;



8.4.14. Consultar registros de importação do DASN (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) por dia, podendo ser adicionado comentário, como também listar os dias pendências de importação;

8.4.15. Importar contribuintes do Simples Nacional que estejam em débitos com a Receita Federal para posterior inscrição em Dívida Ativa no módulo de tributos do Município;

8.4.16. Gerenciar quais contribuintes enquadrados no simples nacional com débitos, que serão inscritos em Dívida Ativa;

8.4.17. Consultar as inconsistências de pagamento dos arquivos importados do DASN com as baixas de pagamento do Município;

8.4.18. Emitir relatório de confronto de informações entre as declarações DAS e as declarações de escrituração fiscal, listando as inconsistências; Permitindo filtrar por tipo de inconsistência e valor;

8.4.19. Emitir relatório de todas as informações importadas do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional);

8.4.20. Emitir relatório de todas as informações importadas no DASN (Declaração Anual do Simples Nacional);

8.4.21. Emitir relatório de empresas do Município que declararam receita para outros municípios;

8.4.22. Emitir relatório de empresas de outros Municípios que declararam receita para o Município;

8.4.23. Emitir relatório de contribuintes enquadrados no simples nacional sem pagamento e que não foram inscritos em Dívida Ativa;

8.4.24. Emitir relatório de empresas do simples nacional que declaram receita isenta no DAS;

8.4.25. Emitir relatório de empresas do simples nacional que declaram sem recolhimento no DAS.

8.5. MALHA FINA

8.5.1. Sistema deve possuir mecanismo de malha fina fiscal, onde permita que se defina regras de cruzamento de informações para que sejam executadas periodicamente;

8.5.2. Os contribuintes identificados pelas regras como possuindo irregularidades devem ser notificados eletronicamente;

8.5.3. As notificações devem ser enviadas para Domicílio Eletrônico do Contribuinte;

8.5.4. O contribuinte deve ser alertado de que possui notificação a ser lida ao acessar o módulo de Domicílio Eletrônico do Contribuinte;

8.5.5. Deve permitir que o contribuinte entre com recurso nas notificações recebidas, em caso de discordância;



8.5.6. Deve permitir que o contribuinte assine digitalmente a notificação recebida para efetuar a leitura;

8.5.7. Deve permitir ao contribuinte fazer a leitura da notificação, impressão e download em formato .pdf;

8.5.8. Deve permitir que o contribuinte visualize a data e hora de geração da notificação e também o motivo da sua geração;

8.5.9. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas Optantes pelo Simples Nacional que não realizaram a obrigação acessória da declaração do PGDASD e possuem movimentação de documentos fiscais na declaração de serviços prestados;

8.5.10. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar contribuintes que possuem a obrigação acessória de realizar o encerramento das declarações de serviços e não cumprirem esta obrigação dentro do prazo definido;

8.5.11. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar contribuintes optantes pelo Simples Nacional que devem declarar o ISS para o seu município sem retenção, porém no PGDAS-D efetuaram a declaração com retenção ou substituição tributária;

8.5.12. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas que não poderiam ser tomadoras de serviços, pelo fato de não estar com a situação cadastral ativa e possuir CNPJ com domicílio fiscal no município, porém estão tomando serviços;

8.5.13. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas optantes pelo Simples Nacional que emitiram documentos fiscais com tributação no município, porém na declaração do PGDAS-D foram declarados os valores de receita com isenção, imunidade e redução de base de cálculo;

8.5.14. O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas optantes pelo Simples Nacional e que possuem inconsistências de valores de faturamento declarados na Escrituração Fiscal e o PGDAS-D;

8.5.15. Deve ser possível definir uma data inicial e final para que o sistema execute as regras da malha fina;

8.5.16. Deve ser possível definir se periodicidade de execução será Diário, Mensal ou Anual;

8.5.17. Permitir definir em qual hora do dia a regra será executada;

8.5.18. Deve ser possível configurar a regra para apenas encontrar os registros com inconsistência, ou encontrar os registros com inconsistência e notificar automaticamente os contribuintes;

8.5.19. Deve permitir configurar um prazo para a ciência automática. Se o contribuinte não visualizar a notificação dentro deste prazo, ela receberá ciência tácita;

8.5.20. Deve ser possível relacionar as regras um cadastro de infração conforme previsto na legislação municipal;



- 8.5.21.** Permitir relacionar um layout de documento que será utilizado para montar o documento da notificação;
- 8.5.22.** Permitir relacionar um usuário responsável pelo acompanhamento da execução da regra automática;
- 8.5.23.** Deve permitir que o fisco municipal execute a regra manualmente a qualquer momento, mesmo não estando dentro do prazo de execução automática;
- 8.5.24.** Sistema deve possuir um gerenciador das notificações geradas, onde o fisco municipal poderá consultar todas as notificações. Deve possuir as ações de visualizar, cancelar a notificação, visualizar os recursos e excluir a notificação;
- 8.5.25.** As regras devem possuir mecanismo de identificação automático de regularização. Se o contribuinte receber a notificação e regularizar suas pendências, o sistema deve ser capaz de interpretar esta regularização e marcar a notificação como regularizada;
- 8.5.26.** Permitir que seja definido um prazo, em dias, para que o contribuinte possa se regularizar;
- 8.5.27.** Em caso de não regularização o sistema deve permitir geração de multa de penalidade, conforme previsto em legislação municipal. Deve permitir gerar o boleto de pagamento e enviá-lo para o Domicílio Eletrônico do Contribuinte;
- 8.5.28.** Deve permitir consultar e visualizar todas as penalidades geradas para uma notificação;
- 8.5.29.** Deve permitir visualizar quais pendências o sistema identificou em cada notificação, apresentando os valores e os períodos apurados;
- 8.5.30.** Deve permitir ao fisco visualizar e dar prosseguimento em todos os recursos incluídos pelos contribuintes. Deve permitir também que o fisco faça a inclusão de novos recursos;
- 8.5.31.** Cada notificação deve ser classificada pelas situações Aguardando Envio para o Contribuinte, Aguardando Ciência, Aguardando Regularização, Regularizada, Não Regularizada, com Penalidade Cancelada;
- 8.5.32.** Para notificações não regularizadas deve permitir abrir procedimento fiscal diretamente pela seleção do registro;
- 8.5.33.** Ao abrir procedimento fiscal, todos os documentos da notificação de regularização devem ser adicionados aos anexos do procedimento fiscal.
- 8.6. DOMICÍLIO ELETRÔNICO**
- 8.6.1.** Possibilitar o registro de documentos eletrônicos no sistema, permitindo o envio a contribuintes via Serviço on-line com fácil acesso;
- 8.6.2.** Possibilitar adesão à utilização de comunicações eletrônicas através de autenticação com certificado digital;



- 8.6.3.** Deve ser obrigatória a assinatura eletrônica com certificado digital da comunicação no ato de sua visualização;
- 8.6.4.** Possui serviço on-line para solicitar adesão ao domicílio eletrônico pelo contribuinte, exigindo concordância de termo de aceite com assinatura digital;
- 8.6.5.** Possibilitar ao contribuinte salvar o seu certificado digital em repositório do próprio módulo gerenciador do domicílio eletrônico;
- 8.6.6.** Possibilitar que a assinatura digital aos documentos seja efetuada de maneira que não necessite de softwares rodando em paralelo no computador que será utilizado para efetuar a assinatura, podem do assinar em qualquer sistema operacional, desde que o contribuinte esteja conectado a internet;
- 8.6.7.** No credenciamento, deve ser possível o contribuinte importar o certificado digital, de maneira que as futuras assinaturas na ciência de documentos sejam feitas diretamente no servidor, sem exigir qualquer software executando em paralelo na assinatura digital;
- 8.6.8.** Deve ser possível ao contribuinte credenciado visualizar em serviço on-line, documentos digitais endereçados a ele, solicitando assinatura digital para visualização, permitindo visualizar documentos antigos assim como sua movimentação anterior e entrar com recurso em eventual discordância de um determinado fato;
- 8.6.9.** O gerenciamento de documentos eletrônicos deve funcionar por classificações, onde cada classificação deve pertencer a um tipo de documento diferente, onde cada classe de possibilitar configurar os usuários responsáveis;
- 8.6.10.** Possibilitar o controle de prazos de ciência e finalização da documentação eletrônica enviada aos contribuintes, configurável para cada classificação e permitindo a ciência e conclusão automática caso o gestor tenha interesse;
- 8.6.11.** Possibilitar a gestão dos documentos eletrônicos no sistema dentre os registros, controlando os documentos que estão pendentes de recebimento, assinatura, envio ao usuário, aguardando ciência, em prazo de recurso, recurso impetrado e documentos finalizados, além dos prazos de recurso e ciência;
- 8.6.12.** Realizar o envio de e-mail ao contribuinte na existência de novos comunicados disponíveis para visualização no serviço on-line;
- 8.6.13.** Possibilitar relatório com layout totalmente customizável de qualquer informação que esteja cadastrada no módulo de domicílio eletrônico;
- 8.6.14.** Possibilitar definir os dias para recurso em cada uma das classes de envio de documentação eletrônica;
- 8.6.15.** Possibilitar definir que para determinada classe de documentação eletrônica a ciência será automática, ou seja, assim que disponível ao contribuinte já registrar a ciência automaticamente;



8.6.16. Os comunicados só poderão ser visualizados para os usuários que estiverem habilitados em cada uma das classes disponíveis para envio de documentos via domicílio eletrônico;

8.6.17. Para as empresas com domicílio fiscal no município, que são optantes do Simples Nacional, a adesão à utilização do domicílio eletrônico deve ser obrigatória, ou seja, todas as empresas devem ter adesão de maneira automática;

8.6.18. Qualquer comunicação enviada a algum contribuinte optante do DEC deverá estar assinada digitalmente pelo usuário habilitado do município.

9. MÓDULO DE TRIBUTAÇÃO

9.1. ARRECADAÇÃO

9.1.1. Trabalhar com Cadastro Único de Contribuintes Municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano, rural, sociedades em atividades comerciais, serviços, atividades profissionais, etc.);

9.1.2. Calcular todos os impostos ou taxas, pertinentes a cada cadastro técnico, sem a dependência de alterações nos programas de cálculo e ainda permitir cálculo individual ou geral;

9.1.3. Configurar juros (simples, composto, Price, Selic, fixo) no financiamento de todos os tributos;

9.1.4. Definir forma de cálculo de correção, multa e juros, informando a data de início para a regra de cálculo bem como, definir a forma de cálculo antecessora;

9.1.5. Configurar parâmetros: valor da moeda de correção, multa e juros de mora pelo atraso de pagamentos;

9.1.6. Classificar receitas tributárias, informando as movimentações executadas (lançamento, pagamento, remissão, restituição, cancelamento, imunidade, isenção, descontos) disponibilizando as informações para a contabilidade;

9.1.7. Inscrever em dívida ativa dos débitos vencidos e não pagos;

9.1.8. Imprimir carnê com código de barras padrão FEBRABAN;

9.1.9. Emitir Guia Única de pelo menos IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação municipal;

9.1.10. Possuir nas guias de pagamento: Data Limite válida, acréscimos legais (Juros, Multa e Correção Monetária), Desconto, associando a um código único de baixa;

9.1.11. Emitir 2º via de guias de recolhimentos de tributos/taxas;

9.1.12. Emitir guia de recolhimento com diversos tipos de modelos, obedecendo às regras exigidas no convênio bancário;



- 9.1.13. Cadastrar várias moedas, tendo a facilidade de cadastramento de valores de indexadores para intervalos de datas;
- 9.1.14. Cadastrar dias não úteis para fins de cálculo de atualização monetária;
- 9.1.15. Habilitar a verificação de autenticidade de certidões emitidas on-line;
- 9.1.16. Permitir a digitação manual ou através de leitura de código de barras de carnes recebidos/devolvidos, informando o motivo da devolução;
- 9.1.17. Consultar documentos devolvidos e entregues;
- 9.1.18. Dispor de Cadastro Único de Contribuinte de pessoas físicas e jurídicas, campos para cadastramento de documentos de estrangeiros, considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município;
- 9.1.19. Emitir Certidão Negativa, Positiva e Positiva com Efeito de Negativa de tributos municipais com QR Code de verificação de Autenticidade;
- 9.1.20. Emitir Certidão Positiva com efeito Negativa, para contribuintes que possuir débitos parcelados, com situação a vencer, sendo débitos em exercício ou em dívida ativa;
- 9.1.21. Realizar cálculo de restituição parcial do débito;
- 9.1.22. Deverá unificar em um único lançamento todos os tributos (impostos e taxas);
- 9.1.23. Realizar baixas de pagamento dos débitos de qualquer origem tributária automaticamente e de forma centralizada, através dos movimentos de arrecadação fornecidos pelos Bancos, realizando diferenciação entre data de pagamento e data de baixa;
- 9.1.24. Controlar diferenças de pagamento de forma automática e centralizada, podendo realizar lançamento complementar da diferença (quando recolhimento a menor), para o contribuinte ou para o banco responsável pelo recolhimento;
- 9.1.25. Baixar pagamentos por lote e impossibilitar qualquer alteração no lote de pagamento a partir do momento que a contabilidade tiver realizado os devidos lançamentos de receita;
- 9.1.26. Propiciar que na consulta de extrato de débitos seja pesquisado de forma individual por contribuinte, por cadastros (imobiliário e econômico), com ações de: emitir a guia de recolhimento, parcelar, cancelar parcelamentos, bem como a impressão do relatório em layout totalmente configurável;
- 9.1.27. Gerenciar todo conjunto de fórmulas relativas ao cálculo dos tributos;
- 9.1.28. Gerar relatórios com as parcelas arrecadadas por tributo, com no mínimo os filtros de data de pagamento, data de crédito, lote, receita, banco e agência;
- 9.1.29. Configurar totalmente o layout dos modelos de carnes, inclusive quanto ao tamanho do papel a ser utilizado;
- 9.1.30. Relacionar com um protocolo: cancelamento, estorno, suspensão, remissão de qualquer receita, com inclusão do motivo e observação;



- 9.1.31.** Simular lançamentos de qualquer receita, não interferindo nos lançamentos que estão ativos, a partir da simulação pode-se efetivar os lançamentos;
- 9.1.32.** Gerenciar tipos de isenções, bem como a identificação da receita que poderá ser isenta;
- 9.1.33.** Registrar e/ou alterar informações cadastrais com base em julgamento de processos de isenção;
- 9.1.34.** Realizar recálculos de lançamentos;
- 9.1.35.** Gerar arquivos contendo informações de boletos bancários para pagamentos;
- 9.1.36.** Definir a quantidade de tributos necessários para o cálculo de qualquer taxa ou imposto realizada pelo município;
- 9.1.37.** Lançar um crédito tributário optando entre qual a forma de pagamento deseja para pagamento;
- 9.1.38.** Inscrever débitos de IPTU e Taxas em Dívida Ativa transferindo os demais proprietários do imóvel como coproprietários do débito;
- 9.1.39.** Propiciar que a inscrição em dívida ativa seja realizada por tributo do lançamento ou até mesmo agrupada em apenas um único lançamento em dívida, várias parcelas vencidas do exercício, configurando de acordo com a classificação do débito;
- 9.1.40.** Propiciar que na transferência para dívida seja cobrada uma taxa por inscrição na dívida ativa, podendo ser Percentual ou valor;
- 9.1.41.** Lançar crédito tributário considerando o desconto diferenciado, ou seja, um desconto reduzido para contribuintes que possuem débitos vencidos;
- 9.1.42.** Configurar um valor mínimo para o lançamento de um crédito tributário de acordo com cada classificação, informando um valor mínimo para o total do débito e também por parcela;
- 9.1.43.** Classificar o tributo entre imposto, contribuição de melhoria e taxa;
- 9.1.44.** Conter histórico de todo o processamento de arquivos magnéticos que contém informações dos pagamentos realizados, habilitando o download do arquivo e consulta das críticas geradas;
- 9.1.45.** Calcular créditos tributários como IPTU e ISS de forma simulada, ou seja, enquanto estiver simulado não está disponível para o contribuinte, sendo necessária a efetivação do processo de cálculo para ser liberado ao contribuinte;
- 9.1.46.** Disponibilizar consulta da movimentação tributária para confrontar com os valores contabilizados, filtrando por período e mostrando valores de forma detalhada para conferência, entre reconhecimento de receita, valores pagos, pagos a maior, pago a menor, pagos duplicados, descontos, cancelamentos, isenções, remissões, prescrições, dação em pagamento, restituições e compensações;



- 9.1.47.** Prorrogar vencimento de um débito de forma individual, por receita e suas classificações ou por período de vencimento;
- 9.1.48.** Efetivar isenção de taxa de expediente de forma geral, bem como deverá enviar e-mail a cada um dos contribuintes informando-os que o processo foi deferido e o carnê já está disponível para impressão;
- 9.1.49.** Realizar compensação de valores, sendo que os créditos pagos a maior, pagos duplicados ou até pagos de forma equivocadas possam ser compensados com outros créditos do mesmo contribuinte que estejam em aberto, podendo compensar o crédito em aberto em sua totalidade ou não;
- 9.1.50.** Permitir que os carnês impressos para determinado convênio estejam disponíveis para envio do arquivo com o registro do boleto impresso ao banco que o boleto foi gerado, estando disponível o envio por arquivo ".txt" e por web service;
- 9.1.51.** Permitir a integração automática dos registros bancários de carnês por integração via web service, registrando automaticamente uma guia emitida junto ao Banco conveniado. Não gerar novo registro bancário para emissão de nova guia, caso a parcela selecionada possua um registro bancário registrado com vencimento igual ou superior ao da segunda emissão, com a finalidade de evitar gastos com taxas de registros bancários;
- 9.1.52.** Permitir a prorrogação geral de débitos com a opção de prorrogar de forma automática os carnês existentes a vencer com situação Registrado. Sistema deverá permitir enviar o registro de prorrogação junto ao Banco conveniado;
- 9.1.53.** Permitir a consulta dos carnês emitidos, contendo os seguintes dados: código de barras, linha digitável, emissor, vencimento, banco, convênio, agência, valor da guia, descontos e permitir a reimpressão do documento. Nesta mesma consulta permitir acompanhar e visualizar a situação do registro bancário contendo: Aguardando envio, registro enviado, registrado, não registrado, cancelado, pago, pedido de baixa, baixa solicitada e prorrogação;
- 9.1.54.** Definir desconto para emissão de guia unificada, podendo conceder desconto na multa ou juros na emissão via portal do cidadão e na emissão interna;
- 9.1.55.** Exigir agrupamento na emissão de guia unificada para créditos em aberto;
- 9.1.56.** Validar na emissão de Certidão Negativa de Débitos, considerando os sócios quando for empresa, os responsáveis do cadastro quando for imóvel e o corresponsável do débito quando for dívida ativa;
- 9.1.57.** Inicializar exercício de forma automática no dia 01/01 de cada ano de: processos, parâmetros de cálculos e parâmetros de planilhamento;



9.1.58. Consultar Débitos em aberto do contribuinte por cadastro imobiliário ou mobiliário, exibir separadamente os débitos que estão em cobrança administrativa, judicial, cartório, bem como débitos parcelados administrativo, parcelados judiciais e parcelados em cartório;

9.1.59. Realizar automaticamente: suspensão, cancelamento e prescrição de débitos, com prazos e parâmetros configurados, onde o sistema executará os procedimentos de tempo em tempo, enviando notificação e e-mail a usuários configurados;

9.1.60. Exibir qual parâmetro foi utilizado para cálculo de correção, multa e juros ao calcular o valor atualizado de um débito;

9.1.61. Listar Receita Própria, agrupada por Ano e Receita mês a mês;

9.1.62. Emitir posição financeira dos débitos em aberto em determinado mês, estes valores devem levar em consideração os valores abertos no final do mês informado;

9.1.63. Integrar todos os tributos com a contabilidade, registrando todas as movimentações;

9.1.64. Integrar saldos de tributos em aberto com as respectivas contas contábeis de reconhecimento de receita, no final de cada mês;

9.1.65. Possibilitar a realização de Integração total diária com a Contabilidade;

9.1.66. Relacionar no cadastramento do tributo a Fundamentação Legal, bem como se está vigente ou não está fundamentação;

9.1.67. Notificar débitos com possibilidade de adicionar guia de pagamento para contribuinte com créditos vencidos, com filtros mínimos de: bairro, contribuinte, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito;

9.1.68. Gerar aviso de débitos para contribuinte com créditos vencidos, com filtros mínimos de: bairro, contribuinte, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito;

9.1.69. Exportar dados de avisos/notificação de débitos para impressão em empresas terceirizadas;

9.1.70. Possibilitar o cadastramento de Restrição de contribuintes, permitindo relacionar os usuários que poderão ter acesso à restrição. Quando cadastrado a restrição de um determinado contribuinte o sistema deverá dar um alerta em tela para o usuário nas rotinas de extrato de débitos e ficha financeira;

9.1.71. Permitir o cálculo Geral de qualquer receita em segundo plano. Ex: O usuário poderá calcular o IPTU de forma geral, habilitar a opção segundo plano, fechar o sistema que o cálculo ira ser processado normalmente;

9.1.72. Permitir o registro e controle de entrega e devolução de documentos emitidos podendo registrar/devolver: Carnês, Notificações, aviso de débitos, certidão, termo de parcelamento.



Permitir registrar a entrega e devolução de forma Individual e/ou geral. No registro de entrega/Devolução poder adicionar arquivos/imagens;

9.1.73. Possibilitar configurar privilégio de realização do cálculo tributário de cada receita por usuários, não permitindo que usuário de outro setor ou departamento possam calcular débitos de outro;

9.1.74. Obter configuração para não permitir efetuar calculo tributário com CPF/CNPJ inválido.
Ex.: CPF/CNPJ zerado bloquear o cálculo;

9.1.75. A consulta de Extrato de débitos deve possuir em uma mesma tela, rotinas para: Parcelar débitos, Gerar notificação e aviso de débito, cancelar débitos, efetuar remissão de débitos, suspender e prorrogar parcelas;

9.1.76. Permitir a geração do arquivo de lista de débitos conforme padrão bancário conveniado.

9.2. GESTÃO DE IPTU E TAXAS

9.2.1. Cadastrar bairros, logradouros, planta de valores, loteamentos, condomínios, contribuintes, edifícios e zoneamentos;

9.2.2. Relacionar logradouros com todos os bairros por onde passam e que esta informação seja utilizada para consistência de entrada de dados cadastrais no cadastro imobiliário;

9.2.3. Possuir filtros por: nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ;

9.2.4. Manter histórico de alterações e emitir espelho das informações do cadastro imobiliário com data/hora retroativa;

9.2.5. Permitir cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual;

9.2.6. Manter histórico dos valores calculados de cada exercício;

9.2.7. Permitir cobrança ou não da taxa da coleta de lixo para cada unidade imobiliária, de acordo com utilização da edificação;

9.2.8. Permitir que a planta de valores seja configurável, baseada no boletim de cadastro e na localização do imóvel;

9.2.9. Configurar valor mínimo do débito e da parcela;

9.2.10. Gerenciar Entrega e Devolução dos carnês de IPTU;

9.2.11. Configurar desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa;

9.2.12. Prorrogar os vencimentos sem cobrança de multa e juros individualizada por cadastro, receita ou forma de pagamento;

9.2.13. Controlar as vistorias executadas nos imóveis bem como identificar o grupo de fiscal que realizou a vistoria;



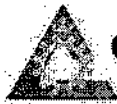
- 9.2.14.** Informar endereço de correspondência com as seguintes opções: no imóvel, responsável, contribuinte, imobiliárias ou endereço alternativo;
- 9.2.15.** Não permitir cadastrar endereço do imóvel sem relacionamento entre o logradouro e bairro e caso necessário permitir o relacionamento do mesmo durante o cadastramento do endereço do imóvel;
- 9.2.16.** Configurar novas informações cadastrais imobiliárias sem necessidade de contratação de serviços de customização;
- 9.2.17.** Configurar novas informações no cadastro de seções, adicionando novos serviços ao trecho de logradouro, sem necessidade de contratação de serviço de customização;
- 9.2.18.** Emitir mensagem de erro se o servidor incluir ou alterar cadastro imobiliário, cadastro de seções incompatível com o cadastro de logradouros;
- 9.2.19.** Acessar informações sobre logradouros/trechos e bairros existentes no ato de inclusão do cadastro ou sua alteração;
- 9.2.20.** Desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário conforme a necessidade do cliente;
- 9.2.21.** Relacionar qualquer arquivo ao cadastro imobiliário de forma individual e geral;
- 9.2.22.** Mostrar no cadastro imobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no respectivo cadastro;
- 9.2.23.** Permitir visualizar em tela o espelho do imóvel, sendo necessário informar a data do espelho. Sistema deve listar os dados do imóvel exatamente na data informada;
- 9.2.24.** Possibilitar consultar todos processos relacionados ao cadastro do imóvel selecionado, com o recurso de visualizar detalhes do processo tais como: trâmites, assunto, anexos do processo, pareceres etc.;
- 9.2.25.** Desmembrar ou Remembrar imóveis;
- 9.2.26.** Permitir que os campos que compõem a inscrição imobiliária sejam configuráveis, podendo alterar a ordem, tamanho e a descrição dos campos. Estes campos devem permitir a inclusão de informações alfanuméricas;
- 9.2.27.** Alterar a situação cadastral do imóvel para no mínimo as seguintes situações: Ativo, Desativado e suspenso, desmembrado, lembrado, baixado com débito, baixado para cálculo e inativo para construir;
- 9.2.28.** Escolher um cadastro para replicar as informações em um novo cadastro, copiando todas as suas informações, optando entre quais informações da inscrição imobiliária devem ser replicado e a quantidade de cadastros para criação;
- 9.2.29.** Permitir Vincular protocolo de solicitação para alteração de qualquer dado cadastral relacionado ao cadastro imobiliário após concluir as alterações;



- 9.2.30. Permitir que sejam configurados os tipos de débitos que serão transferidos no momento da transferência manual de proprietário do imóvel;
- 9.2.31. Visualizar alvarás com data de validade expirada para os cadastros imobiliários ativos;
- 9.2.32. Permitir privilégios para usuário alterar dados cadastrais de imóveis bloqueados;
- 9.2.33. Relacionar zoneamentos com o imóvel;
- 9.2.34. Gerar notificação de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, com no mínimo os filtros: Bairro, responsável pelo cadastro, Período de vencimento dos créditos, Quantidade de parcelas em atraso, Valor mínimo e máximo do débito;
- 9.2.35. Exportar dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos;
- 9.2.36. Gerar notificação cadastral para imóveis que estiverem com irregularidades cadastrais;
- 9.2.37. Gerar aviso e/ou notificação de débitos e notificação cadastral enviando para a imobiliária responsável pelo imóvel;
- 9.2.38. Emitir comparativo de valores calculados entre exercícios diferentes, contendo no mínimo filtro por percentual de diferença através dos valores venais e algum dos tributos lançados;
- 9.2.39. Gerar arquivo para cobrança dos créditos tributários relacionados ao imóvel para cobrança na modalidade débito em conta;
- 9.2.40. Unificar registros duplicados do cadastro de seção, de logradouro, de bairro e de contribuinte;
- 9.2.41. Definir valor mínimo em cada tributo ao calcular IPTU e Taxas;
- 9.2.42. Realizar manutenção nos cadastros imobiliários conforme privilégio;
- 9.2.43. Realizar manutenção nos cadastros de seções conforme privilégios;
- 9.2.44. Exportar dados para empresas de Georreferenciamento;
- 9.2.45. Permitir inserir a numeração predial individualizada para cada testada do imóvel;
- 9.2.46. Informar posicionamento geográfico do endereço do cadastro imobiliário, buscando e visualizando as coordenadas geográficas através de mapa;
- 9.2.47. Possibilitar a alteração geral de qualquer informação cadastral da planta genérica de valores, podendo filtrar por bairro, logradouro;
- 9.3. GESTÃO DE ITBI E TAXAS**
- 9.3.1. Lançar processo de transferência de proprietário para imóveis;
- 9.3.2. Permitir transferir em apenas um processo o terreno e todas as unidades que pertencem ao mesmo terreno;
- 9.3.3. Realizar cálculo atualizado dos valores venais de cada unidade, no momento que é lançado o processo de transferência;



- 9.3.4. Utilizar mais de uma alíquota para apurar o valor do imposto a ser pago pela transferência do imóvel;
- 9.3.5. Manter histórico de transmissão de propriedade dos imóveis com no mínimo: data, comprador, vendedor e valor da transação;
- 9.3.6. Cadastrar Imóvel Rural, para emissão de guia de ITBI rural;
- 9.3.7. Permitir transferir de um proprietário para vários adquirentes;
- 9.3.8. Atualizar endereço de entrega para correspondências dos imóveis envolvidos na transferência;
- 9.3.9. Configurar índice de reajuste sob o valor venal predial e valor venal territorial, tendo em vista cálculo de planta de valores que estejam desatualizados;
- 9.3.10. Emitir no mesmo documento o laudo do processo de transferência e o código de barras para pagamento do imposto;
- 9.3.11. Imprimir declaração de quitação do ITBI para processos cuja situação do lançamento tributário estiver pago;
- 9.3.12. Bloquear lançamento de um novo processo de transferência cujo imóvel esteja inadimplente com o município;
- 9.3.13. Transferir parcialmente, onde que um proprietário pode transferir apenas um percentual da sua propriedade para outros proprietários;
- 9.3.14. Permitir o cadastro de tabelionatos e relacionar usuários do sistema ao tabelionato, podendo um tabelionato possuir vários usuários;
- 9.3.15. Possui cadastro de alíquotas do ITBI podendo cadastrar alíquotas diferenciadas para os processos de ITBI on-line;
- 9.3.16. Permitir a inclusão do ITBI on-line pelos tabelionatos para imóveis urbanos e rurais com opção de adicionar anexos;
- 9.3.17. Permitir configurar o método de inclusão do ITBI on-line, ter a configuração da inclusão pelo valor venal automático existente na base de dados e/ou inclusão do ITBI do tipo prévia onde será necessário análise de algum servidor para liberar o processo de ITBI originado de forma on-line;
- 9.3.18. Permitir impugnar o ITBI on-line com campo para informar o novo valor, campo de justificativa e anexos;
- 9.3.19. A consulta interna dos ITBIs deverá ter a opção de filtrar e diferenciar os on-line dos internos;
- 9.3.20. O usuário tabelionato poderá consultar os processos de ITBIs apenas do tabelionato em que está relacionado, com possibilidade de impressão dos processos incluídos;
- 9.3.21. Possibilitar retificar o ITBI com situação transferido, deverá gerar um novo ITBI e permitir a emissão da guia retificadora;



9.3.22. Possuir listas dos processos de ITBI on-line, um tipo de fila dos processos de ITBI para facilitar na análise e liberação;

9.3.23. Permitir configurar a quantidade de dias para o cancelamento automático dos ITBIs vencidos;

9.3.24. Permitir relacionar um motivo padrão de cancelamento;

9.3.25. Na inclusão do ITBI permitir selecionar no ato da inclusão se o débito será gerado para o comprador ou para o vendedor;

9.3.26. Permitir a emissão da Certidão de Isenção e Certidão de Imunidade.

9.4. GESTÃO DO ISS E TAXAS

9.4.1. Gerenciar empresas optantes pelo Simples Nacional, onde o controle é feito na empresa matriz e suas respectivas filiais;

9.4.2. Cadastrar e gerenciar os estabelecimentos vistoriados, contendo além dos dados existentes a data de vistoria;

9.4.3. Emitir Certidão: inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário;

9.4.4. Gerenciar o cadastro de pessoas jurídicas e físicas que exercem atividades no município;

9.4.5. Referenciar o cadastro mobiliário (econômico) com o cadastro imobiliário;

9.4.6. Gerenciar o cadastro de sócios de acordo com suas cotas e ações, controlando o percentual correspondente a cada um;

9.4.7. Manter histórico do cadastro econômico-fiscal com todas as informações lançadas por alteração, desde a data de início da atividade;

9.4.8. Configurar o valor mínimo do débito e da parcela no cálculo dos lançamentos para o mobiliário;

9.4.9. Gerenciar a entrega dos carnês de ISS e taxas mobiliárias (inclusão e devolução);

9.4.10. Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício;

9.4.11. Gerenciar os alvarás de localização e de vigilância sanitária e seus pagamentos;

9.4.12. Realizar consultas através de: nome, parte do nome, cadastro, endereço, CPF/CNPJ e atividade (principal e secundária);

9.4.13. Adequar o sistema a Lei complementar n° 116/03;

9.4.14. Diferenciar microempresas e empresas de pequeno porte, conforme lei;

9.4.15. Gerir cadastro econômico-fiscal, cálculo e lançamento do ISSQN, Empreendedor Individual e Taxas de Licença;

9.4.16. Calcular e lançar o ISSQN Fixo Anual, ISSQN Estimativa Fiscal, ISSQN sujeito a homologação (inclusive ISSRF), Taxa de Licença Anual, Ambulante, Eventual e de utilização de logradouros públicos;

9.4.17. Gerar automaticamente os lançamentos do ISS e Taxas;



- 9.4.18.** Configurar desconto de pagamento à vista dos lançamentos de ISS e taxas de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa;
- 9.4.19.** Gerenciar diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, destacando a atividade principal das secundárias;
- 9.4.20.** Controlar as vistorias executadas nas empresas (econômico) bem como identificar o grupo de fiscal que realizou a vistoria;
- 9.4.21.** Relacionar o cadastro de atividades com a tabela de CBO para identificação dos autônomos;
- 9.4.22.** Informar endereço de correspondência com as seguintes opções: endereço alternativo, contribuinte, domicílio fiscal (empresa) e contador;
- 9.4.23.** Gerenciar situação cadastral mobiliária: ativos, baixados, desativados, suspensos e ainda realizar a inclusão de novos tipos de situação cadastral;
- 9.4.24.** Verificar existência de débitos anteriores na inclusão dos integrantes do quadro societário das empresas estabelecidas no município;
- 9.4.25.** Configurar informações referentes a cadastro de atividades que é vinculado ao cadastro mobiliário;
- 9.4.26.** Desabilitar informações do cadastro mobiliário quando não se deseja mais administrá-las;
- 9.4.27.** Permitir o cadastro automático/importado do IBGE das atividades no padrão CNAE, atendendo ao padrão nacional de codificação de atividades econômicas;
- 9.4.28.** Visualizar no cadastro mobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração;
- 9.4.29.** Emitir alvarás de funcionamento de forma individual ou geral, escolhendo o período de vigência, podendo ser prorrogada e derogada a qualquer momento;
- 9.4.30.** Emitir Alvarás de Funcionamento através do Portal de Autoatendimento, podendo fazer a verificação de autenticidade via QR Code;
- 9.4.31.** Informar alerta de débitos vencidos relacionados ao cadastro mobiliário ou aos seus sócios no momento de manutenção no cadastro;
- 9.4.32.** Relacionar o cadastro mobiliário com apenas o contador cujo prazo de validade do CRC esteja dentro do prazo para utilização;
- 9.4.33.** Gerar notificação e aviso de débitos para cadastros mobiliários que possuam débitos vencidos ou a vencer, filtrando no mínimo por: data de vencimento, número de parcelas em atraso, valor mínimo do débito e valor máximo do débito;
- 9.4.34.** Gerar notificação e aviso de débitos para serem impressos/entregues por empresas terceirizadas;



9.4.35. Permitir que as empresas que são obrigadas a efetuar declaração de serviço mensal, caso não efetuem a declaração no prazo, seja alterado a situação cadastral para situação específica definida pelo município;

9.4.36. Gerar a partir do arquivo da relação de empresas do município que é fornecido pela Receita Federal, um arquivo com as empresas que possuem débitos no município;

9.4.37. Informar responsáveis técnicos de cada empresa;

9.4.38. Permitir que o contador responsável pela empresa possa solicitar protocolos, emitir segunda via de boletos em nome da empresa que ele seja responsável;

9.4.39. Permitir alteração das características das atividades;

9.4.40. Relacionar no cadastro de atividades a utilização correspondente previstas na lei do zoneamento do município;

9.4.41. Permitir a visualização em tela do espelho do mobiliário através de uma data informada. Sistema deve listar exatamente os dados da empresa na data informada;

9.4.42. Possibilitar consultar todos processos relacionados ao imobiliário selecionado, com o recurso de visualizar detalhes do processo tais como: trâmites, assunto, anexos do processo, pareceres etc.;

9.4.43. Permitir o cadastro de veículos com a possibilidade de cadastrar Marca, Modelo, Prefixo, tipo de placa brasileira/padrão Mercosul e placa, podendo relacionar a um cadastro mobiliário, a um ponto de táxi e a motoristas com a possibilidade de cadastrar mais de um motorista ao veículo. A informação do motorista deve conter dados relacionado ao cadastro de pessoas, permitir inserir número da CNH, categoria, permitir o cadastro de Eventos, contendo as seguintes informações: Nome, Responsável, Mobiliário, tipo de evento (possibilitar o cadastro de tipo de eventos), data hora início, data hora fim e endereço do evento;

9.4.44. Permitir a solicitação de forma on-line pelo cidadão a solicitação de viabilidade de abertura de empresa.

9.5. GESTÃO DE RECEITAS DIVERSAS

9.5.1. Configurar fórmula de cálculo de cada tarifa ou taxa a ser cobrada;

9.5.2. Possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam realizar o cálculo automaticamente de quaisquer taxas previstas na legislação municipal, sem digitação manual do valor final;

9.5.3. Vincular qualquer receita ao cadastro imobiliário ou cadastro econômico;

9.5.4. Extinguir débitos por serviços não realizados;

9.5.5. Emitir Nota Avulsa através da lista de serviço ou atividade econômica;

9.5.6. Possibilitar a cópia de uma nota fiscal avulsa, respeitando o sequencial das notas existentes;



9.5.7. Emitir guias de recolhimento em padrão bancário, com cálculo automático de acréscimos quando em atraso, permitindo a configuração e emissão de diversos layouts;

9.5.8. Gerar notificação e aviso de débitos para contribuintes que estejam em atraso com determinado serviço, filtrando por: quantidade de parcelas em atraso, tipo de atraso (consecutivo ou alternado) e a faixa de valor para geração;

9.5.9. Exportar dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos;

9.5.10. Gerar Nota Avulsa verificando os débitos do prestador e tomador de serviço;

9.5.11. Permitir que o cidadão efetue a inclusão da Nota Fiscal Avulsa online;

9.5.12. Permitir adicionar anexos na Nota Fiscal Avulsa;

9.5.13. Permitir gerenciar todas as notas avulsas emitidas diferenciando as notas emitidas pelo cidadão e emitidas pela prefeitura;

9.5.14. Emitir guias de recolhimento disponibilizando pagamento com PIX.

9.6. GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

9.6.1. Conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em dívida ativa (IPTU, ISSQN, Taxas e outros), no que se refere à inscrição e cobrança, administrativa, judicial e cartório;

9.6.2. Controlar e emitir livros de registro de dívida ativa (termos de abertura e encerramento e fundamentação legal) controlando, no registro das inscrições, o número e a folha em que a mesma se encontra no livro de registros;

9.6.3. Gerenciar parcelamentos em atraso, selecionando as parcelas atrasadas para o cancelamento do parcelamento, conforme legislação municipal;

9.6.4. Informar o contribuinte responsável pelo parcelamento;

9.6.5. Gerenciar a emissão das notificações de diversos tipos e modelos de petições para cobrança judicial, de certidões em texto e layout definido pelo usuário;

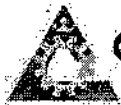
9.6.6. Cadastrar os corresponsáveis da dívida ativa, listando os mesmos nas notificações, CDA's, carnês e qualquer texto em que seja necessário;

9.6.7. Controlar as dívidas ativas, gerando informações sobre e no ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), com cálculos de atualizações e acréscimos legais;

9.6.8. Gerenciar processos de cobrança judicial, inclusive com relação a suas fases: notificação, certidão, petição, ajuizamento;

9.6.9. Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta-corrente fiscal, de acordo com a legislação;

9.6.10. Configurar parcelamento de dívida ativa, podendo parcelar várias receitas, conceder descontos através de leis municipais, estabelecendo um valor mínimo por parcela e período de vigência da lei;



- 9.6.11.** Demonstrar analiticamente os parcelamentos e reparcelamentos num determinado período ou contribuintes;
- 9.6.12.** Demonstrar analiticamente os débitos inscritos em dívida ativa;
- 9.6.13.** Demonstrar débitos ajuizados, pagos, abertos, cancelados, emitidos por contribuinte, imóvel ou econômico;
- 9.6.14.** Demonstrar débitos prescritos e a prescrever;
- 9.6.15.** Criar e gerenciar diversos programas de recuperação de dívida ativa, com controle de descontos diferenciados;
- 9.6.16.** Parcelar débitos do contribuinte de diversas origens e exercícios, mantendo informações sobre a origem dos créditos fiscais;
- 9.6.17.** Cancelar parcelamento de forma geral e individual, mesmo quando com parcelas pagas, descontando-se o valor proporcionalmente nas inscrições com a opção de configurar o abatimento pelo método de imputação;
- 9.6.18.** Contabilizar todas as movimentações efetuadas na dívida ativa, como pagamentos, prescrição, cancelamentos dentre outros;
- 9.6.19.** Agrupar nas consultas e relatórios gerenciais os débitos entre Administrativo, Judicial, ou Cartório, dependendo da fase de cobrança em que cada um se encontra inclusive parcelamentos;
- 9.6.20.** Permitir junção de dívidas para cobrança administrativa/judicial/cartório com no mínimo as seguintes informações: Contribuinte, Classificação da Receita, Ano de Lançamento, Cadastro Imobiliário e Cadastro Econômico;
- 9.6.21.** Gerar petições para mais de um processo de dívida ativa;
- 9.6.22.** Permitir que no momento de um parcelamento de débitos em dívida ativa possam ser selecionados também débitos que estão em cobrança no exercício e estes ao efetivar o parcelamento sejam inscritos em dívida automaticamente;
- 9.6.23.** Estornar inscrição em dívida ativa caso identificado que a inscrição foi realizada de forma indevida e que ainda não tenha sido efetuado nenhuma movimentação com a inscrição na dívida ativa;
- 9.6.24.** Alertar no momento do cancelamento do parcelamento caso contenha débitos judiciais envolvidos no parcelamento;
- 9.6.25.** Imprimir documento previamente configurado no momento do cancelamento do parcelamento;
- 9.6.26.** Cancelar parcelamento permanecendo juros de parcelamentos nas novas parcelas criadas;



9.6.27. Permitir que ao cancelar o parcelamento, a data de vencimento das novas parcelas seja considerada a data do cancelamento do parcelamento, atualizando os valores até esta data;

9.6.28. Definir privilégios de acesso por usuário para dívidas administrativas e judiciais;

9.6.29. Permitir que seja efetuado o cancelamento apenas de uma única parcela quando uma dívida estiver parcelada;

9.6.30. Gerenciar parcelas que estão em um processo de cobrança administrativa, judicial e cartório, podendo incluir e excluir uma parcela após processo gerado;

9.6.31. Gerenciar parcelas que estão em uma CDA e Petição, sendo ela, administrativa, judicial e cartório, podendo incluir e excluir uma parcela após certidão e petição gerada;

9.6.32. Permitir que antes de efetivar a abertura de processos administrativos seja efetuada geração em formato prévio, podendo visualizar os supostos processos que serão criados;

9.6.33. Enviar Certidão de Dívida Ativa para cobrança em cartórios de maneira automática através de web service;

9.6.34. Permitir que a inscrição em dívida ativa de débitos de exercício que estiverem em atraso, seja feita todos os meses de forma automática, sem a necessidade de algum usuário efetuar o procedimento mensal. Deverá ainda enviar e-mail aos responsáveis a cada nova execução;

9.6.35. Permitir que os parcelamentos de dívida ativa que estiverem com três ou mais parcelas vencidas, sendo elas consecutivas ou não, sejam cancelados de forma automática, sem a necessidade de algum usuário efetuar o procedimento, enviando e-mail aos responsáveis sobre a execução dos cancelamentos;

9.6.36. Possibilitar a antecipação de pagamento de parcelamento;

9.6.37. Permitir que ao cancelar algum parcelamento, seja realizada a imputação dos débitos, respeitando a ordem de primeiro os débitos com fato gerador mais antigo, após as taxas, após os impostos; o cancelamento deverá permanecer registrado e visível na área de consulta do contribuinte no sistema, de forma clara e auditável;

9.6.38. Permitir a impressão de prévia de cancelamento de parcelamento, demonstrando as inscrições em dívida ativa que estão relacionadas ao parcelamento e serão retornadas para aberto;

9.6.39. Gerar o demonstrativo de cálculo com todas as informações necessárias para o correto ajuizamento da execução judicial;

9.6.40. Possuir integração com o SCPC – Serviço Central de Proteção ao Crédito;

9.6.41. Possibilitar configurar o Bloqueio de emissão de guias em situação protesto;

9.6.42. Possibilitar o contribuinte realizar o parcelamento de dívida pelo portal do cidadão. Possuir configurações para liberação do serviço de parcelamento on-line, podendo configurar:



se permitirá parcelamento de dívidas Judiciais e cartório, parametrizar texto de “li e concordo” para confirmar e efetivar o acordo;

9.6.43. Permitir a emissão de guias de dívida ativa não parcelada pelo portal do cidadão, podendo configurar o serviço para não permitir a emissão de dívidas cartório e judicial com a possibilidade de parametrizar mensagem quando o cidadão selecionar a dívida cartório e judicial;

9.6.44. Permitir a abertura dos processos individuais e/ou em lote, com a possibilidade de gerar processo para um determinado valor mínimo, ano-base, apenas para contribuintes com CPF/CNPJ válidos, apenas com endereço válido, para determinadas receitas, vencimento e data de inscrição. Com a opção de gerar uma prévia;

9.6.45. Permitir integração automática com extratos bancários da Prefeitura, conciliando pagamentos realizados (à vista ou parcelados) diretamente com os registros da dívida ativa;

9.6.46. Possuir módulo de Programas de Recuperação Fiscal (REFIS), com parametrização de prazos, descontos escalonados e relatórios de adesão;

9.6.47. Garantir conformidade com a LGPD, com possibilidade de anonimização de dados em relatórios públicos e controle de acesso por perfil;

9.6.48. Incluir ferramenta de análise preditiva para identificar perfis de contribuintes com maior risco de inadimplência;

9.6.49. Permitir exportação automática de dados consolidados da dívida ativa para a contabilidade pública, auxiliando no fechamento de balanços e nos relatórios RREO/RGF;

9.6.50. Possibilitar a emissão de relatórios completos e parametrizáveis sobre todos os dados da dívida ativa, incluindo inscrições, parcelamentos, cancelamentos, prescrições, envios a cartório, retornos de cartório, protestos, ajuizamentos, baixas e demais movimentações, permitindo extração em diferentes formatos (PDF, Excel, XML) para fins de controle interno e envio a órgãos de fiscalização;

9.6.51. Possibilitar a emissão de relatórios específicos das dívidas por número de Certidão de Dívida Ativa (CDA), permitindo a visualização analítica de cada inscrição vinculada, bem como a situação do débito (aberto, parcelado, cancelado, ajuizado, prescrito, protestado), com filtros por exercício, contribuinte e fase de cobrança.

9.7. GESTÃO DE OBRAS E POSTURAS

9.7.1. Gerenciar e emitir documentos de:

- a) Alvará de demolição, Ampliação, Regularização e Reforma;
- b) Alvará de licença de construção;
- c) Atestado Hidrossanitário;
- d) Habite-se.

9.7.2. Gerenciar obras/alvarás de imóveis urbanos e rurais;



9.7.3. Definir a regra de cálculo para área total do alvará, levando em consideração os valores de área existente, área ampliada, área irregular, área reforma e área a demolir;

9.7.4. Possibilitar cadastro de fiscais;

9.7.5. Integração com o cadastro imobiliário. Na rotina de cadastro de imóvel urbano e rural, possibilitar detalhar informações como: alvará de construção, processos diversos de construção relacionado ao imóvel, possibilitando ainda ter acesso as plantas e documentos do processo;

9.7.6. Possibilitar cadastrar processo de fiscalização de obras e posturas;

9.7.7. Gerenciar cadastro de engenheiros/arquitetos responsáveis pelas obras, com controle do número do CREA e data de validade;

9.7.8. Gerenciar cadastro de construtoras, com controle de data de validade, relacionando os Engenheiros/Arquitetos;

9.7.9. Gerenciar e permitir cadastrar tipo de alvará a ser liberado para construção, ampliação, demolição e reforma;

9.7.10. Controlar e permitir cadastrar finalidades dos alvarás/obras contendo no mínimo, residencial, comercial, industrial, prestação de serviço, institucionais, recreativos e finalidades previstas pelo SisObra;

9.7.11. Possuir controle e permitir cadastrar os tipos de construção, com no mínimo os seguintes tipos: alvenaria, madeira, mista, metálica, pré-fabricado, enxaimel;

9.7.12. Gerenciar cadastro dos alvarás/obras do tipo normal, construção, ampliação, regularização ou reforma;

9.7.13. Possibilitar nomear uma obra;

9.7.14. Gerenciar novas informações a respeito do controle de alvarás/obras, sem necessidade de contratação de serviço de customização;

9.7.15. Controlar conclusão de obras/alvarás de forma parcial ou total, com a data de conclusão (no caso de conclusão parcial, deve solicitar a área da obra que foi concluída), numerando separadamente cada conclusão;

9.7.16. Emitir habite-se (conclusão de alvará) com layout totalmente configurável, com informações utilizadas no processo;

9.7.17. Relacionar os fiscais responsáveis na conclusão de obras/alvarás;

9.7.18. Permitir o cálculo/lançamento de valores para os diversos tipos de alvarás, bem como o lançamento de taxas e tributos diversos conforme definido em suas fórmulas de cálculo;

9.7.19. Possibilitar a emissão da análise de viabilidade de construção/reforma/demolição e/ou parcelamento de solo de forma on-line, emitindo o documento da viabilidade automaticamente, sem intervenção humana, enviando-a automaticamente para o e-mail do requerente quando ocorrer a quitação da taxa de protocolo. Sistema deve buscar dados do



imóvel para emissão da viabilidade tais como, zoneamento, índices urbanísticos, dados territoriais, etc.;

9.7.20. Possibilitar a solicitação da análise de projetos de forma on-line, possuindo recurso de configurar os documentos obrigatórios e opcionais. Permitir registrar pareceres da análise de projeto, podendo o servidor municipal retornar o processo ao requerente para correções do projeto e permitir o cidadão solicitar nova reanálise;

9.7.21. Permitir que quando deferido a análise de projeto no mesmo processo seja emitido o documento de Alvará, que deverá ter os dados do imóvel preenchido automaticamente pelo sistema a partir das informações do cadastro imobiliário;

9.7.22. Possibilitar assinar o Alvará digitalmente e disponibilizá-lo ao cidadão via portal de serviço;

9.7.23. Possibilitar assinatura digital dos projetos aprovados, possuindo recurso de criação e inserção de carimbos de forma digital;

9.7.24. Possibilitar que a estampa da assinatura possua campo editável, sendo possível a inserção de texto para a assinatura de cada documento separadamente;

9.7.25. Possibilitar que a localização da estampa da assinatura seja posta de forma pré-definida ou de forma livre no documento;

9.7.26. Permitir solicitar a vistoria e o Habite-se de construção de forma on-line dentro do mesmo processo de aprovação do alvará, com a opção de configurar os documentos obrigatórios e opcionais;

9.7.27. Emitir as guias com layout personalizado, com código de barras padrão FEBRABAN, calculando automaticamente os acréscimos para o caso de pagamentos em atraso;

9.7.28. Gerar arquivos contendo as informações dos alvarás para o INSS;

9.7.29. Permitir que as rotinas de alvará de obras e alvarás de parcelamento de solo sejam utilizadas por rotinas automatizadas através de ferramenta de fluxograma ou fluxo de trabalho, permitindo tramitação de processo para usuário interno e externo e encerramento automático do protocolo após tempo pré-determinado;

9.7.30. Possibilitar atualizar automaticamente os dados do cadastro imobiliário ao concluir uma obra;

9.7.31. Permitir gerar processo fiscal para obras sem o devido alvará;

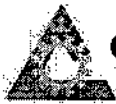
9.7.32. Permitir gerar notificação fiscal para obras sem o devido alvará;

9.7.33. Permitir gerar auto de infração para obras sem o devido alvará;

9.7.34. Permitir embargar uma obra;

9.7.35. Permitir gerar uma notificação preliminar;

9.7.36. Permitir inserir fotos/anexos em um processo de fiscalização;



9.7.37. Possibilitar a criação de assuntos de processo de fiscalização, podendo cada assunto ter um fluxo de processos específico criado e determinado pelo usuário;

9.7.38. O presente sistema estruturante deverá estar integrado com o sistema estruturante de arrecadação, CADÚNICO e Cadastro Imobiliário;

9.7.39. Possibilitar o envio de documentos através do SisObra para a Receita Federal.

9.8. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

9.8.1. Cadastrar melhoria/obras com no mínimo as seguintes informações: Descrição da obra, Tipo da Obra, Extensão (m), Largura (m), Data Início da Obra, fase da obra (concluído, em planejamento, em andamento), Valor da Obra (possibilitando informar a moeda do valor da Obra) e Endereço da Obra;

9.8.2. Permitir gerar o cálculo geral da contribuição de melhoria posterior a identificação dos imóveis envolvidos da obra. Permitir parametrizar as fórmulas de cálculo conforme o tipo da obra;

9.8.3. Permitir identificação geral dos imóveis da obra através do endereço da obra, e possibilitar selecionar os imóveis que aderiram a obra;

9.8.4. Parcelar e reparcular débitos, com emissão dos respectivos termos;

9.8.5. Possibilitar inserir campos de características gerais da obra sem intervenção técnica, possibilitando a criação de campos personalizados, como por exemplos, data, custo unitário da obra, valor total da obra, percentual de participação da prefeitura, número/ano do edital;

9.8.6. Cadastrar os tipos de obras;

9.8.7. Permitir cadastrar arquivos/imagens no cadastro da obra;

9.8.8. Permitir a geração de notificação de débitos de forma geral por obra, na notificação deve constar o carnê para pagamento. E ainda possibilitar criar tipos de notificações com denominações específicas;

9.8.9. Poder identificar e relacionar imóveis na obra de forma geral e individual;

9.8.10. Permitir concluir uma obra, ao concluir deve ser obrigatório informar a data da conclusão.

10. MÓDULO DE CONTROLE INTERNO

10.1.1. Permitir atribuições de acesso a usuários através de senhas, permitindo a caracterização dos usuários;

10.1.2. Permitir o cadastro das instruções normativas, pareceres, notificações e demais documentos do controle interno. Deve ser possível notificar determinados usuários das IN, notificações, pareceres e demais documentos. A notificação deve ser enviada da própria consulta, pois deve permitir a resposta por parte dos usuários notificados, deixando as mesmas visíveis para impressão;



- 10.1.3. Permitir o cadastramento da checklist, baseado em grupos e itens que servirão de base para as auditorias. Os itens devem ser numerados para controle dos mesmos;
- 10.1.4. No cadastro de parecer, permitir identificar se o parecer é relativo a uma contratação e se for o caso permitir a identificação do funcionário;
- 10.1.5. Permitir configuração do checklist, informando a resposta em relação à irregularidade automaticamente diagnosticada;
- 10.1.6. Possibilitar cadastrar as possíveis respostas para os grupos da checklist;
- 10.1.7. Permitir enquadrar a checklist em categorias facilitando assim a localização da mesma;
- 10.1.8. Possuir checklists já cadastradas das diversas áreas da prefeitura;
- 10.1.9. Possibilitar que ao selecionar uma checklist para uma nova auditoria possam ser escolhidos apenas os itens que se deseja analisar;
- 10.1.10. Possibilitar que possam ser incluídos novos itens a uma checklist, mesmo que esta já tenha sido utilizada e permitir que possam ser desativados itens, caso o item seja uma análise que se tornou desnecessária;
- 10.1.11. Permitir duplicar uma checklist mantendo a checklist original;
- 10.1.12. Permitir vincular o Órgão ou Unidade, através de centro de custo, a uma auditoria a ser realizada;
- 10.1.13. Permitir o agendamento de auditoria;
- 10.1.14. Permitir "encaminhar" a auditoria ao responsável, para que o mesmo informe as respostas solicitadas na checklist;
- 10.1.15. Detectar de maneira automática as irregularidades durante o preenchimento da checklist, com base em sua configuração;
- 10.1.16. Permitir inserir irregularidades de forma manual, possibilitando registrar aquelas irregularidades que o sistema não tem condições de apontar automaticamente;
- 10.1.17. Permitir registrar o parecer do controle interno em cada irregularidade e especificar a providência que deve ser tomada para sanar a mesma;
- 10.1.18. Possuir tela gerencial que demonstre todas as auditorias e que possua as ações de duplicar, enviar questionário, analisar, visualizar análise, encerrar e cancelar;
- 10.1.19. Permitir incluir uma auditoria com no mínimo as informações de data inicial e final, descrição, centro de custo e responsável. O cadastro da auditoria deve estar integrado ao cadastro da checklist para possibilitar selecionar a checklist desejada e já buscar automaticamente os seus itens;
- 10.1.20. Possuir agenda de obrigações, com opção de informar o nível de criticidade da agenda, as pessoas ou centro de custos que poderão visualizar o registro e a informação de quem poderá baixar o evento;



- 10.1.21.** Permitir que a agenda envie alertas aos usuários de eventos que estão a expirar e expirados, obrigando o responsável pelo evento a justificar conforme o nível de criticidade do evento;
- 10.1.22.** Permitir a configuração do período de antecedência para o envio de alertas e do prazo de expiração de determinado evento da agenda;
- 10.1.23.** Permitir na consulta dos eventos da agenda, consultar apenas os eventos pendentes e consultar os eventos pelos períodos diário, semanal, mensal e anual;
- 10.1.24.** Possuir consulta centralizada de todos os e-mails enviados pelo controle interno, possibilitando a visualização de todos os campos e possibilitando o reenvio dos mesmos;
- 10.1.25.** Possuir consulta dos processos de ouvidoria, possibilitando ao controlador visão das reclamações/sugestões da sociedade;
- 10.1.26.** Possuir consulta dos processos administrativos abertos contra o Município;
- 10.1.27.** Permitir a emissão de relatório circunstanciado, permitindo a publicação automática no Portal da Transparência;
- 10.1.28.** Permitir o gerenciamento dos quadros que compõem o relatório circunstanciado;
- 10.1.29.** Permitir a inclusão de anexos ao relatório circunstanciado, permitindo a publicação automática no Portal da Transparência;
- 10.1.30.** Permitir a emissão dos relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos relatórios anuais obrigatórios;
- 10.1.31.** Permitir a confecção e emissão de plano de auditoria atrelado à agenda (calendário) de auditorias;
- 10.1.32.** Atender às Leis Complementares nº 101 e nº 131 da Secretaria do Tesouro Nacional;
- 10.1.33.** Atender aos anexos da Lei nº 9.755/98 do TCU;
- 10.1.34.** Atender aos preceitos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- 10.1.35.** Disponibilizar as informações em tempo real no portal, sem necessidade de digitação, exportação ou importação de dados;
- 10.1.36.** Consultar informações com filtro de período, permitindo as ordenações de consultas por valores;
- 10.1.37.** Permitir que as consultas sejam gerenciadas pelos usuários, definindo quais consultas serão disponibilizadas no portal e realizando as devidas parametrizações;
- 10.1.38.** Possuir cadastro de aviso que será exibido no portal em forma de pop-up, com possibilidade de adicionar imagem;
- 10.1.39.** Possuir rotina para publicação de relatórios no portal, permitindo gerar pdf das informações geradas no sistema de gestão e adicionar como anexo do registro cadastrado;



- 10.1.40.** Publicar relatórios em vários formatos no portal, permitindo o upload dessas informações;
- 10.1.41.** Permitir cadastrar um aviso fixo no cabeçalho do portal da transparência;
- 10.1.42.** Permitir cadastrar banners que serão exibidos na página inicial do portal, realizando o redirecionamento destes para links de acordo com a necessidade da contratante;
- 10.1.43.** Cadastrar novos grupos de consulta para ampliação das informações além das disponibilizadas de forma padrão;
- 10.1.44.** Possuir campo de busca para facilitar na realização das consultas;
- 10.1.45.** Salvar as consultas em vários formatos, como: PDF, DOC, XLS, JPEG, CSV, entre outros;
- 10.1.46.** Consultar informações básicas sobre os contratos das entidades;
- 10.1.47.** Permitir a consulta de repasses de convênios. A consulta deve demonstrar os valores repassados e os dados do convênio como data de celebração, vigência e objeto;
- 10.1.48.** Permitir a consulta de licitações, que permita a consulta de todos os anexos relacionados a licitação;
- 10.1.49.** Permitir a consulta de bens públicos que integram o patrimônio;
- 10.1.50.** Permitir realizar a consulta da linha de tempo do bem, exibindo desde a sua requisição ao compras;
- 10.1.51.** Permitir realizar a visualização do cronograma de licitações em forma de calendário, apresentando a agenda de licitações;
- 10.1.52.** Publicar todas as obras que estão sendo realizadas, exibindo cronograma da obra, com data de início e término. Devem ser exibidos os dados cadastrais da obra contendo: a situação da obra, endereço, o contrato(s), licitação, medições, empenhos relacionados a obra e os anexos;
- 10.1.53.** Publicar orçamento e suas respectivas emendas (créditos suplementares), bem como balanço dos exercícios anteriores e os relatórios bimestrais e quadrimestrais da execução orçamentária, além dos dados constantes na Lei 9.755/98;
- 10.1.54.** Consultar tributos arrecadados pela entidade, contendo o arrecadado no período e acumulado;
- 10.1.55.** Publicar balanço consolidado das contas do município e entidades beneficiadas pelo repasse de verbas públicas;
- 10.1.56.** Consultar dados dos programas estaduais e federais e as respectivas verbas repassadas pelos entes federativos responsáveis (União e Estado);
- 10.1.57.** Permitir realizar a consulta dos empenhos emitidos pelas entidades diretas e indiretas. Deve ser possível consultar os dados: credor do empenho, data de emissão, descrição da despesa, itens, licitação, contrato, itens do empenho e anexos;



- 10.1.58.** Permitir realizar a consulta dos empenhos liquidados. Deve ser possível consultar os dados: credor do empenho, data de emissão, descrição da despesa, itens, licitação, contrato, itens do empenho e anexos, data da liquidação e documentos fiscais;
- 10.1.59.** Permitir realizar a consulta dos pagamentos efetuados. Deve ser possível consultar os dados: credor do empenho, data de emissão, descrição da despesa, itens, licitação, contrato, itens do empenho e anexos, data do pagamento e documentos fiscais;
- 10.1.60.** Permitir acesso às informações relacionadas à contabilidade de forma consolidada e por entidade gestora municipal;
- 10.1.61.** Disponibilizar na área de pessoal, a consulta da estrutura organizacional, cargos e funções, salários e centros de custos;
- 10.1.62.** Permitir publicar gastos com diárias, especificando a finalidade da despesa, data e valor;
- 10.1.63.** Deve ser possível consultar os detalhes da diária: data de início e fim, objetivo, destino, meio de transporte e ressarcimentos, se houverem;
- 10.1.64.** Emitir relatórios legais gerados no sistema de gestão, estando relacionados a gestão fiscal, anexos de metas fiscais, execução orçamentária, entre outros;
- 10.1.65.** Demonstrar a folha de pagamento dos servidores públicos mediante parametrização realizada no sistema de gestão;
- 10.1.66.** Consultar quantidade de funcionários por regime de trabalho.;
- 10.1.67.** Consultar quantidade de vagas criadas e ocupadas por tipo de cargo (efetivo, comissionado, emprego público, etc.);
- 10.1.68.** Consultar funcionários por tipo de contrato;
- 10.1.69.** Consultar funcionários cedidos e recebidos por cessão;
- 10.1.70.** Consultar cargos com a quantidade de vagas disponíveis e ocupadas;
- 10.1.71.** Consultar funcionários inativos com informação do tipo de aposentadoria/pensão;
- 10.1.72.** Consultar estagiários, contendo local de trabalho e período de contrato;
- 10.1.73.** Consultar Ajuda de Custos/Adiantamentos realizados com visualização do respectivo empenho;
- 10.1.74.** Consultar Convênios de Repasse e seus respectivos anexos. Deve ser possível visualizar os dados do convênio, objeto, vigência, entidade beneficiada e os anexos;
- 10.1.75.** Disponibilizar área para listar os dados de acesso à informação, como estrutura organizacional, perguntas frequentes e realizar pedidos a entidade;
- 10.1.76.** Permitir consultar o histórico de solicitações relacionados ao acesso à informação;
- 10.1.77.** Permitir consultar a carta de serviços apresentando os serviços ativos no autoatendimento da entidade;



10.1.78. Cadastrar horário de atendimento da entidade para exibição no Portal da Transparência;

10.1.79. Possuir área de acessibilidade com a possibilidade de adicionar alto contraste, gerenciar o tamanho da fonte, acessar teclas de atalho e acessar ferramenta de libras;

10.1.80. Possuir local para visualizar os formatos utilizados para estruturação da informação;

10.1.81. Possibilitar habilitar contador de acesso ao portal, indicando a quantidade de usuários que estão acessando as consultas, possibilitando a emissão de relatório com esses dados;

10.1.82. Possibilitar cadastrar dicas nas consultas, com intuito de adicionar informações explicativas sobre os itens que serão listados.

11. MÓDULO RECURSOS HUMANOS

11.1. PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO

11.1.1. Possuir cadastro de contratos de funcionários com no mínimo os seguintes campos: regime, cargo, salário-base, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término de contrato temporário, lotação, horário de trabalho e local de trabalho, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais sem necessidade de customização, não podendo existir limite de quantidade de funcionários cadastrados na entidade;

11.1.2. Permitir relacionar anexos (como documentos, fotos, contratos, etc.) ao registro do funcionário, ou especificamente a um de seus contratos;

11.1.3. Possuir o cadastro de funcionários vinculado ao cadastro único do sistema, evitando redundância de informações pessoais;

11.1.4. Permitir cadastrar funcionários para diversos regimes jurídicos, tais como: celetista, estatutário, contrato temporário, emprego público, estagiário, cargo comissionado, agente político, e ainda os conselheiros tutelares, aposentados e pensionistas;

11.1.5. Possuir rotina com informações funcionais que permita filtrar o cadastro funcional por no mínimo: nome, idade, CPF, RG, PIS, título eleitoral, CTPS, CNH, nacionalidade, idade, tipo sanguíneo/fator RH, sexo, estado civil, cor dos olhos, cor do cabelo, tipo de aposentadoria, cor da pele, mês da admissão, data de nascimento, cargo, local de trabalho, salário-base, dados bancários e telefone; devendo dispor das mesmas informações como colunas;

11.1.6. Possuir rotina de manutenção de contratos de funcionários por campo, permitindo alteração de forma coletiva de, pelo menos, as seguintes informações: centro de custo, classificação, grupo de empenho, local de trabalho, nível salarial, regime, salário-base, sindicato e data término de contrato;



11.1.7. Permitir cadastrar dependentes de funcionários para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;

11.1.8. Permitir controlar múltiplas previdências para cada funcionário, informando pelo menos matrícula previdenciária e a data de início e final do relacionamento, gerando os descontos em folha de pagamento e contribuições patronais devidas pela entidade;

11.1.9. Possuir rotina para cadastro de estagiários, incluindo no mínimo dados como data inicial e final, supervisor/orientador, curso, agente de integração (quando existente), permitindo ainda a emissão do Termo de Compromisso de Estágio;

11.1.10. Permitir cadastrar todos os cargos do quadro de pessoal da entidade: descrição, enquadramento, grau de instrução exigido, CBO, quantidade de vagas criadas, salário mensal, tipo de cargo, lei de criação e lei de extinção;

11.1.11. Possuir controle de quantidades de vagas disponíveis por cargo e por local de lotação, emitindo alertas no cadastro de contratos de funcionário caso exceda o limite;

11.1.12. Possuir cadastro de níveis salariais contendo no mínimo: salário-base atual, histórico dos valores salariais, posição vertical, posição horizontal, nível inicial e final;

11.1.13. Possuir validação de número do CPF e número do PIS;

11.1.14. Possuir rotina para registro de todos os atos legais do funcionário, permitindo registro manual ou de forma automática conforme respectiva movimentação (como por exemplo, ao realizar o lançamento de um afastamento e informado uma portaria, esta deve ser automaticamente relacionada na rotina de atos legais do funcionário, o mesmo deve ocorrer ao realizar um reajuste salarial de níveis onde foi informada uma lei complementar);

11.1.15. Possuir rotina para registrar ocorrências aos funcionários como advertências, elogios ou ainda suspensões, bem como permitir converter a suspensão em multa com lançamento automático em folha de pagamento do respectivo desconto;

11.1.16. Possuir rotina para cadastro de funcionários residentes/domiciliados no exterior, informando os respectivos campos em relação à receita federal e tributação, para gerar as informações automaticamente na DIRF;

11.1.17. Possuir emissão de ficha completa com informações dos funcionários, contendo no mínimo: dados da documentação pessoal, dependentes, endereço, contatos, relacionamento com as previdências, cargos, atestados médicos, afastamentos, faltas, períodos de licença prêmio, períodos de férias, atos legais, empregos anteriores, locais de trabalho, centro de custo, cargos comissionados, proventos e descontos fixos, cursos prestados, conselho de classe, sindicato, vale-transporte, vale-alimentação, ocorrências, transferências, acidentes de trabalho, diárias, beneficiários de pensão, planos de saúde, histórico de alterações salariais e banco de horas;



11.1.18. Possuir rotina para controlar a transferência de funcionários, identificando (local de trabalho, centro de custo, local de origem) indicando o destino e se a solicitação foi deferida ou indeferida, com o respectivo responsável pela análise, devendo ainda alterar as informações no contrato e histórico do funcionário a partir do deferimento;

11.1.19. Permitir configuração de férias especiais para funcionários, indicando número de dias de direito de gozo de férias para o número de meses trabalhado, relacionando automaticamente por cargo e regime, e ainda se necessário individualmente por funcionário;

11.1.20. Permitir configurar as perdas e prorrogações de períodos aquisitivos de férias, licença prêmio e adicionais de tempo de serviço por motivo de afastamento e regime;

11.1.21. Possuir rotina de períodos aquisitivos de férias dos funcionários, indicando no mínimo: dias de direito, dias de perda, dias de prorrogação, dias pagos, dias a pagar, saldo proporcional, identificação dos afastamentos/faltas que geram as perdas e prorrogações, bem como apresentar os períodos de cálculo e gozo já relacionados ao aquisitivo;

11.1.22. Possuir rotina de cálculo de férias individual, coletiva e baseada em programação, baixando automaticamente os dias de gozo e pecúnia, devendo permitir que um único cálculo utilize dias de dois períodos aquisitivos diferentes e também permitindo o lançamento de mais de um período de gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo de férias;

11.1.23. Possuir relatório detalhado de períodos aquisitivos de férias, contendo os períodos vencidos, a vencer, vencidos em dobro, a vencer em dobro, vencidas em dobro no próximo mês e períodos proporcionais, permitindo ainda relacionar os períodos já baixados com seus respectivos períodos de gozo e pecúnia;

11.1.24. Possuir emissão de avisos e recibos de férias, bem como permitir exportar o recibo de férias em arquivo-texto para impressão em gráfica;

11.1.25. Permitir configurar as perdas e prorrogações de períodos aquisitivos de licença prêmio e adicionais de tempo de serviço em virtude de ocupar cargo comissionado;

11.1.26. Possuir rotina para cadastro de experiências anteriores em outras entidades e/ou empresas, permitindo indicar separadamente a averbação para fins de adicional de tempo de serviço e licença prêmio;

11.1.27. Possuir rotina de períodos aquisitivos de licença prêmio de funcionários, indicando no mínimo: dias de direito, dias de perda, dias de prorrogação, dias averbados, dias já gozados, dias já pagos em pecúnia e dias de saldo;

11.1.28. Permitir lançamento de mais de um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, bem como permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo. Possuir rotina para emissão da Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Tempo de Serviço Consolidada (incluindo todos os vínculos do funcionário com a entidade) e Certidão de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria;



- 11.1.29.** Possuir rotina para emissão da Certidão de Tempo de Contribuição, conforme layout exigido pelo INSS;
- 11.1.30.** Possuir rotina para emissão do relatório de cálculo da média de oitenta por cento (80%) das maiores remunerações, devendo também permitir importar os índices de atualização disponibilizados pela Previdência Social;
- 11.1.31.** Possuir rotina para emissão de relatório que apresente a média atualizada de determinados proventos e descontos, permitindo informar o período de médias, devendo utilizar os índices de atualização importados da Previdência Social;
- 11.1.32.** Possuir rotina para registrar os valores de estoque e mensais do COMPREV relacionado a determinado funcionário;
- 11.1.33.** Possuir rotina para realizar reajuste salarial dos níveis salariais, salário-base dos funcionários, valor ou referência dos proventos e descontos fixos, valor salarial dos cargos, valor mensal do COMPREV e valor do relacionamento de cargos comissionados;
- 11.1.34.** Permitir que o reajuste salarial de níveis seja cancelado e também que sejam realizados reajustes negativos;
- 11.1.35.** Possuir rotina para cadastro e controle de descontos parcelados e empréstimos consignados sem folha de pagamento;
- 11.1.36.** Possuir rotina para importar empréstimos consignados para desconto em folha de pagamento, conforme layout próprio da contratada;
- 11.1.37.** Possuir web service para integração com empresas de gestão de empréstimos consignados, sem a necessidade de importação ou exportação de arquivos, conforme layout próprio da contratada;
- 11.1.38.** Possuir rotina para cadastro de empresas que fornecem o vale-transporte com código da verba de desconto do vale-transporte em folha de pagamento, bem como possuir cadastro dos roteiros/linhas para os quais serão utilizados o vale-transporte;
- 11.1.39.** Possuir rotina para cadastro de quantidade de vales-transportes diários ou mensais utilizados pelo funcionário no percurso de ida e volta ao local de trabalho, permitindo informar se deverá ser descontado ou não vale-transporte do funcionário, deve permitir também, ao informar uma quantidade diária de vales-transportes, indicar os dias da semana ou ainda se deve ser calculado automaticamente conforme o horário de trabalho do funcionário;
- 11.1.40.** Permitir cadastrar uma quantidade de adicional ou dedução no vale-transporte para determinada competência, sem alterar a quantidade padrão recebida pelo funcionário, porém deverá ficar registrado este lançamento;
- 11.1.41.** Permitir configurar se o vale-transporte deverá ser pago como provento na folha de pagamento do funcionário;



11.1.42. Possuir rotina para calcular o vale-transporte de cada funcionário, considerando a quantidade indicada para o funcionário por roteiro/linha, controlando o valor máximo de desconto conforme percentual legal, deduzindo a sua quantidade em casos de férias e afastamentos, indicando ainda o custo total do vale-transporte, o custo para o funcionário e o custo para a entidade;

11.1.43. Gerar automaticamente o valor para desconto do vale-transporte em folha de pagamento;

11.1.44. Possuir rotina para lançamento de afastamentos do funcionário, permitindo indicar no mínimo: motivo (como por exemplo: falta, auxílio-doença, licença maternidade, licença sem vencimentos, etc.), data início e final, ato legal, mês/ano de cálculo e observação;

11.1.45. Possuir rotina para lançamento de abono de faltas já descontadas em folha, permitindo informar o mês/ano que será realizado o ressarcimento e calculando de forma automática em folha de pagamento;

11.1.46. Calcular automaticamente o adicional por tempo de serviço em folha de pagamento, permitindo configurar se o benefício será pago no dia do vencimento, no dia posterior ou no mês posterior; devendo ainda dispor de relatório que indique os funcionários que obtiveram alteração de percentual no respectivo mês/ano;

11.1.47. Possuir rotina para cálculo de folha de pagamento: mensal, mensal complementar, rescisão, rescisão complementar, férias, adiantamento de 13º salário (1ª parcela), 13º salário, diferença de 13º salário e adiantamentos salariais, devendo dispor das opções de cálculo em uma única tela, permitindo filtrar os funcionários por no mínimo: matrícula, nome, cargo, regime, local de trabalho, centro de custo, função e data de admissão;

11.1.48. Possuir rotina que permita consultar os cálculos da folha de pagamento, onde seja possível visualizar detalhadamente o pagamento do funcionário, sem a necessidade de impressão de relatórios;

11.1.49. Possuir registro detalhado de histórico de cálculos de pagamentos com informação de data, hora, usuário que fez o cálculo ou o cancelamento, proventos/descontos, valores e referências calculadas;

11.1.50. Possuir registro detalhado do cálculo realizado de cada verba de provento e descontos que compõe o pagamento, detalhando a fórmula da verba, e os valores retornados pelo processo, no mínimo e folhas de pagamento mensal, férias, rescisão e de 13º salário;

11.1.51. Possuir rotina que permita visualizar detalhadamente os proventos e descontos que sofreram incidência para previdência e imposto de renda;

11.1.52. Possuir rotina para cálculo de rescisões de forma individual, coletiva e permitindo filtrar por data de término de contrato, devendo ser realizados os cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente;



- 11.1.53.** Permitir a emissão do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;
- 11.1.54.** Possuir rotina que permita reintegração de funcionário demitido/exonerado por decisão judicial ou administrativa, reutilizando a mesma matrícula;
- 11.1.55.** Gerar automaticamente o pagamento dos valores relativos ao salário-família dos dependentes em folha de pagamento;
- 11.1.56.** Permitir configurar fórmula de cálculo diferente para cada provento e desconto por regime, adequando o cálculo da folha de pagamento as necessidades da entidade, indicando ainda a existência de incidência de IRRF;
- 11.1.57.** Permitir configurar incidências como base de previdência de cada provento e desconto de forma diferenciada para cada previdência e regime;
- 11.1.58.** Calcular automaticamente os valores relativos à contribuição individual e patronal de previdência;
- 11.1.59.** Possuir relatório resumo da folha de pagamento permitindo filtrar por tipo de folha e funcionário, com quebra no mínimo por: regime, grupo de empenho, centro de custo e local de trabalho, exibindo o total de cada provento e desconto, total bruto, total de descontos, total líquido, bem como os encargos patronais (previdências, plano de saúde e FGTS);
- 11.1.60.** Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos variáveis na folha (como por exemplo: horas extras, adicional noturno, etc.), por lançamento coletivo ou individual por funcionário, permitindo ainda indicar observações;
- 11.1.61.** Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos fixos para determinado período de tempo (como por exemplo: insalubridade, mensalidade sindical, etc.), com lançamento coletivo ou individual por funcionário, permitindo ainda indicar observações e ato legal;
- 11.1.62.** Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos recebidos acumuladamente pelos funcionários, contendo número do processo e período de referência, para posterior geração na DIRF;
- 11.1.63.** Possuir relatório que apresente um resumo dos valores líquidos da folha por banco, apresentando no mínimo: nome do banco, agência, nome, matrícula, CPF e número da conta;
- 11.1.64.** Possuir rotina para emissão do recibo de pagamento do funcionário, com opções do no mínimo os seguintes filtros: tipo de folha, regime, cargo, nível salarial, banco, centro de custo e local de trabalho;
- 11.1.65.** Permitir inserir textos e mensagens em todos os recibos de pagamento ou apenas no recibo de pagamento para determinados funcionários;



- 11.1.66.** Possuir rotina para gerar empenhamento automático para a contabilidade conforme as configurações realizadas, evitando trabalhos de digitação manual para empenhamento e a exportação/importação de arquivos;
- 11.1.67.** Possuir rotina de emissão da planilha contábil com os valores da folha de pagamento e dos respectivos encargos patronais;
- 11.1.68.** Permitir emissão da GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social) e Guia para Recolhimento de Outras Previdências (RPPS), bem como relatórios auxiliares que detalhem por funcionário o valor recolhido e o valor patronal;
- 11.1.69.** Possuir rotina para cadastro de pensões alimentícias, indicando no mínimo: funcionário instituidor, dependente da pensão, data de início, data final, dados bancários do beneficiário, e detalhes para desconto em folha de pagamento, devendo o desconto ocorrer de forma automática na folha de pagamento do funcionário, cessando automaticamente na data final;
- 11.1.70.** Permitir o cálculo de desconto de pensão alimentícia para vários dependentes de um mesmo funcionário;
- 11.1.71.** Possuir rotina para consulta de pagamento de pensão alimentícia;
- 11.1.72.** Possuir rotina para cadastro e emissão de autorização de diárias de viagem para funcionários;
- 11.1.73.** Controlar cálculo do INSS e do IR dos funcionários que acumulam dois cargos permitidos em Lei, para o correto enquadramento na faixa de cálculo e no teto previdenciário;
- 11.1.74.** Possuir rotina para informar os valores descontados de IR e base de cálculo de IR, bem como os valores descontados de previdência e base de cálculo de previdência já descontados e apurados em outras empresas para compor o cálculo da folha de pagamento, visando o correto enquadramento nas faixas de desconto dos impostos;
- 11.1.75.** Possuir relatório para emissão dos salários de contribuição para o INSS;
- 11.1.76.** Permitir configuração para calcular automaticamente a diferença entre um cargo comissionado e um cargo efetivo quando um funcionário efetivo assume a vaga;
- 11.1.77.** Permitir configurar e calcular médias para férias, 13º salário e licença prêmio, e que estas médias possam ser calculadas por, no mínimo, referência, valor e valor reajustado considerando uma tabela específica;
- 11.1.78.** Permitir configurar o cálculo do desconto do DSR (Descanso Semanal Remunerado) na ocorrência de afastamentos em virtude de faltas;
- 11.1.79.** Possuir rotina que permita calcular o valor disponível da margem consignável, devendo descontar os empréstimos já existentes e configurar quais outras verbas devem deduzir do valor disponível, podendo ser calculado pelo valor líquido ou bruto da folha de



pagamento, ou ainda considerando algumas verbas específicas por meio de uma base de cálculo;

11.1.80. Permitir controlar a emissão das margens consignadas por um serviço no portal por banco de forma que o funcionário consiga realizar a emissão para outro banco somente depois de determinado período ou mediante liberação manual do funcionário do departamento de recursos humanos;

11.1.81. Possuir rotina para calcular a provisão de férias, 13º salário e licença prêmio, permitindo ainda disponibilizar os valores provisionados automaticamente para contabilidade por meio da contabilização;

11.1.82. Permitir integrar automaticamente as baixas de provisão com a contabilidade com o empenhamento automático da respectiva folha;

11.1.83. Possuir registro detalhado do cálculo realizado de cada verba de provento e descontos que compõe o cálculo de provisão, detalhando a fórmula da verba, e os valores retornados pelo processo;

11.1.84. Permitir configurar para que ao empenhar a rescisão seja possível automaticamente gerar estorno ou ajustes de saldos de provisão do funcionário;

11.1.85. Possuir relatório que apresente os saldos de provisão por funcionário por tipo (férias, 13º salário e licença prêmio), permitindo o detalhamento dos proventos/descontos provisionados e baixados, bem como eventuais ajustes e estornos realizados;

11.1.86. Permitir importar as diárias do módulo de contabilidade, sem necessidade de geração de arquivo-texto de exportação/importação, visando lançamento em folha de pagamento e geração para DIRF;

11.1.87. Permitir configurar para que o responsável pelo centro de custo receba via e-mail uma notificação informando que foi cálculo de férias para o funcionário subordinado;

11.1.88. Possuir relatório com as informações de quais funcionários possuem dois contratos;

11.1.89. Possuir rotina que permita importação de proventos/descontos variáveis, conforme layout próprio da contratada;

11.1.90. Possuir rotina que permita importação de proventos/descontos fixos, conforme layout próprio da contratada;

11.1.91. Permitir configurar restrição de acesso (login) de usuários que são funcionários durante o seu período de férias, após sua rescisão, durante seus afastamentos ou conforme o seu horário de trabalho, impossibilitando automaticamente o acesso dele ao sistema;

11.1.92. Possuir relatório dos funcionários cedidos e recebidos, que apresente no mínimo: seu período de cessão, local de cessão e número do ato legal;



- 11.1.93.** Possuir rotina que permita relacionar ao funcionário uma determinada função gratificada, permitindo indicar uma referência ou percentual e período de recebimento, devendo ainda calcular o valor automaticamente em folha de pagamento;
- 11.1.94.** Possuir rotina que permita cadastrar funcionários recebidos por disposição que não possuem contrato com a entidade, gerando também as informações para o portal da transparência;
- 11.1.95.** Possuir rotina para gerar cálculo de vale-alimentação para os funcionários, conforme configuração e relacionamento dos funcionários com direito;
- 11.1.96.** Possuir rotina que permita exportar em arquivo-texto o recibo de pagamento dos funcionários para impressão em gráfica;
- 11.1.97.** Permitir alterar o código de funcionário (matrícula) para qualquer outro código ainda não existente na entidade;
- 11.1.98.** Permitir configurar para que seja gerada solicitação de acesso automaticamente ao funcionário para o portal de serviços (onde terá a acesso à sua folha de pagamento, relatório de férias, dentre outros) quando realizar seu cadastro como funcionário;
- 11.1.99.** Permitir configurar para relacionar automaticamente uma função gratificada, para determinados cargos, quando realizado o cadastro do contrato do funcionário;
- 11.1.100.** Permitir configurar para relacionar automaticamente o nível salarial inicial quando realizado o cadastro do contrato do funcionário;
- 11.1.101.** Permitir configurar para que no lançamento de proventos e descontos variáveis gere alerta informando se o funcionário que está sendo realizado o lançamento possui cargo comissionado;
- 11.1.102.** Permitir configurar para que no lançamento de proventos e descontos variáveis gere alerta se o funcionário que está sendo realizado o lançamento possui função gratificada;
- 11.1.103.** Possuir rotina que permita controlar a apresentação de documentos de dependentes para direito ao recebimento de salário-família, controlando e cessando o pagamento conforme a validade indicada;
- 11.1.104.** Permitir gerar as informações de admissão e rescisão de celetistas necessárias ao CAGED para importação no software do Ministério do Trabalho;
- 11.1.105.** Permitir gerar arquivos para crédito em conta-corrente da rede bancária, emitindo ainda relatório com relação dos créditos contendo matrícula, nome, conta-corrente e valor a ser creditado;
- 11.1.106.** Possuir rotina para gerar as informações e exportar o arquivo para RAIS;
- 11.1.107.** Possuir rotina para gerar as informações e exportar o arquivo para DIRF;
- 11.1.108.** Permitir a emissão do comprovante de rendimentos do funcionário para declaração de imposto de renda;



- 11.1.109.** Permitir a inclusão de autônomos no arquivo da SEFIP/GFIP de forma automática, buscando os dados necessários diretamente dos empenhamentos realizados no módulo de contabilidade;
- 11.1.110.** Possuir rotina para gerar o arquivo para SEFIP/GFIP;
- 11.1.111.** Possuir rotina para gerar o arquivo para GRRF;
- 11.1.112.** Permitir a geração de arquivos para o tribunal de contas do estado – TCE-MG;
- 11.1.113.** Possuir rotina para exportar os arquivos (ativos, aposentados e pensionistas) de avaliação atuarial no padrão nacional CADPREV da Secretaria da Previdência;
- 11.1.114.** Possuir rotina de importação e análise do arquivo SISOB, indicando se algum funcionário que esteja ativo no sistema consta no arquivo de óbitos;
- 11.1.115.** Possuir rotina para gerar o arquivo MANAD;
- 11.1.116.** Possuir rotinas para configuração e exportação do SIOPE, devendo ainda possuir um relatório que auxilie na conferência das informações;
- 11.1.117.** Possuir rotina para exportar e importar arquivos da consulta em lote de qualificação cadastral do e-Social;
- 11.1.118.** Possuir rotina de consistência de base de dados visando identificar problemas ou faltas de informações exigidas no e-Social, sendo que com as inconsistências apontadas deve ser descrito uma sugestão de correção;
- 11.1.119.** Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos para a produção do e-Social quando o mesmo entrar em vigor;
- 11.1.120.** Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos para a produção restrita do e-Social, de forma totalmente independente da Produção;
- 11.1.121.** Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos do e-Social em base de dados única e sistema único, dispensando qualquer tipo de integrador ou sistema terceiro/externo para realizar qualquer etapa do processo;
- 11.1.122.** Permitir relacionar certificados digitais em arquivo (A1) no repositório do sistema, assinando e enviando eventos do e-Social através de qualquer computador por usuário autorizado;
- 11.1.123.** Possuir processo automático que verifique e processe os retornos dos lotes dos eventos enviados ao e-Social, dispensando a necessidade de o usuário efetuar requisições manualmente;
- 11.1.124.** Possuir indicadores gráficos que permitam verificar a evolução da folha de pagamento nos últimos anos e nos últimos meses, exibindo total bruto, total de descontos e total líquido;



11.1.125. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar os gastos com horas extras, gratificações, insalubridade, etc. por secretaria, configurando quais verbas irão compor os indicadores do gráfico;

11.1.126. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar a evolução dos gastos com horas extras, gratificações, insalubridade, etc. por mês e por ano, configurando quais verbas irão compor os indicadores do gráfico;

11.1.127. Possuir indicadores gráficos que permitam identificar o perfil do quadro de funcionários, contendo percentual de funcionários por: centro de custo, grau de instrução, sexo, cargo, classificação funcional, regime, estado civil, faixa etária e faixa salarial bruta;

11.1.128. Possui funcionalidade para que permita através de QR Code consultar a identificação funcional do Servidor contendo informações como departamento/lotação/cargo/nome.

11.2. ESTÁGIO PROBATÓRIO

11.2.1. Possuir cadastro e rotina de geração de períodos de estágio probatório e períodos de avaliação;

11.2.2. Permitir realizar configuração de avaliação para estágio probatório, podendo informar: tipo, critérios, fatores, alternativas, comissão que efetuará a avaliação, modelos e regimes de trabalho que possuem estágio probatório;

11.2.3. Realizar o cadastro dos períodos de estágio probatório automaticamente no momento do cadastro do contrato do funcionário, quando se enquadrar no regime configurado;

11.2.4. Permitir relacionar um avaliador como exceção para efetuar a avaliação de determinado centro de custo, podendo ainda informar o período de vigência dessa exceção;

11.2.5. Permitir relacionar várias comissões de avaliação de estágio probatório para um único funcionário;

11.2.6. Realizar o relacionamento dos períodos de estágio probatório com os modelos de avaliação correspondente a cada regime automaticamente;

11.2.7. Possuir geração automática de avaliadores para cada avaliação de estágio probatório de acordo com o tipo de avaliador informado e que corresponda ao período de permanência do funcionário no local de trabalho ou no centro de custo;

11.2.8. Gerar avaliação subsidiária de estágio probatório por troca de local de trabalho e por cadastro de afastamentos;

11.2.9. Permitir a configuração de pesos diferentes para cada fator da avaliação de estágio probatório e que a pontuação seja configurada como do tipo somatória ou média;

11.2.10. Permitir efetuar liberação dos períodos de estágio probatório individualmente, coletivamente e de forma automática através do ajuste de períodos;



11.2.11. Permitir configurar a quantidade de anos do estágio probatório e ainda poder classificar quantas avaliações devem ocorrer para cada ano de avaliação;

11.2.12. Permitir configurar um avaliador padrão de estágio probatório, sendo que este será o responsável pelo módulo e poderá efetuar manutenções nas avaliações já realizadas ou mesmo realizar a inclusão de resultados;

11.2.13. Possuir consultadas avaliações de estágio probatório já realizadas e pendentes para um determinado avaliador;

11.2.14. Possuir impressão da ficha de avaliação de estágio probatório para preenchimento manual, e permitir impressão desta mesma ficha de avaliação com as notas preenchidas conforme já cadastradas para cada alternativa no sistema;

11.2.15. Possuir relatório para impressão dos resultados das avaliações de estágio probatório onde demonstre o resumo de todas as avaliações para um funcionário;

11.2.16. Possuir rotina que demonstre o período de estágio probatório do funcionário, contendo data início e fim do período, sua situação e nota final;

11.2.17. Permitir configurar para que o sistema calcule ou não a folha de pagamento mensal do funcionário se o período de estágio probatório foi finalizado, porém as avaliações ainda não foram totalmente realizadas, gerando aviso durante o processo de cálculo;

11.2.18. Permitir configurar para que o sistema calcule ou não a folha de pagamento mensal do funcionário se o mesmo foi reprovado no estágio probatório;

11.2.19. Permitir configurar quais motivos de afastamentos geram perdas e prorrogações em períodos de estágio probatório;

11.2.20. Permitir configurar quais relacionamentos do funcionário com função gratificada e cargo comissionado geram perdas e prorrogações em períodos de estágio probatório.

11.3. RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

11.3.1. Possuir rotina para cadastrar as vagas disponíveis para determinada função;

11.3.2. Possuir relatórios de gerenciamento de vagas disponíveis;

11.3.3. Possuir cadastro dos concursos públicos e processos seletivos;

11.3.4. Possuir cadastro de candidatos inscritos dos concursos públicos e processos seletivos, indicando o cargo para qual o candidato se inscreve, se foi aprovado ou não, sua classificação final e a nota final;

11.3.5. Permitir registro de etapas de concursos públicos e processos seletivos, bem como o resultado do candidato em cada etapa;

11.3.6. Permitir a inscrição em concursos públicos e processos seletivos por meio de um serviço no portal, com a possibilidade de configuração para emissão de taxa de inscrição integrado ao módulo tributário;



11.3.7. Disponibilizar layout padronizado e estruturado para importação em arquivo-texto de informações de candidatos de concursos públicos e processos seletivos, quando processo for realizado por empresa terceira;

11.3.8. Permitir a importação dos dados dos candidatos aprovados e classificados nos concursos públicos e processos seletivos para geração da convocação e disparar automaticamente e-mails aos candidatos convocados;

11.3.9. Autorizar, compartilhar e permitir a visualização de todos os dados da operação de convocação (postagem da correspondência, anexar comprovante de entrega) por todos os setores envolvidos;

a) GESMT: agendamento do exame médico, consulta à situação do ASO, parecer da junta médica, cadastro de PCDs;

b) DIRAP: entrega e validação de documentos;

c) RH (Gerência de Desenvolvimento): participação no treinamento introdutório;

11.3.10. Manter um histórico completo do candidato com dados referentes ao seu registro funcional, que englobe todos os vínculos com a Prefeitura;

11.3.11. Controlar de forma íntegra as convocações dos certames e as admissões, para verificar se as vagas ofertadas em edital estão preenchidas e se não ultrapassam a quantidade prevista em lei;

11.3.12. Emitir alertas sobre o atingimento do número de vagas preenchidas e das cotas atingidas conforme o percentual definido;

11.3.13. Permitir a criação e customização do fluxo de atividades;

11.3.14. Incluir, no cadastro de cada servidor, uma aba para preenchimento de informações relativas à deficiência (servidores PCDs) e/ou à cota para negros;

11.3.15. Garantir que o cadastro realizado pelo DIRAP na admissão contenha a informação da especialidade, área de formação e função, permitindo a emissão de relatórios e controle o número de vagas ocupadas de acordo com o PCV;

11.3.16. Emitir relatórios diversos, como admissão, rescisão, tipos de vínculos, por idade, cargo, função e especialidade, estagiários, servidores PCDs e servidores que ocupam cotas para negros;

11.3.17. Permitir a importação e exportação de arquivos;

11.3.18. Permitir a importação e/ou criação de organogramas departamentais;

11.3.19. Fornecer dashboards para monitoramento de indicadores;

11.3.20. Implementar um sistema de workflow;

11.3.21. Permitir que os servidores realizem seu próprio cadastro para participar de seleções internas, integrando as informações da vaga disponível com os dados do servidor interessado;



11.3.22. Garantir que a plataforma seja acessível a candidatos com deficiências, seguindo as normas de acessibilidade digital e a prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais legislação aplicável;

11.3.23. Permitir a customização dos relatórios para atender às necessidades específicas da Administração;

11.3.24. Permitir Adicional de Qualificação (Promoção por Titulação);

11.3.25. O sistema deverá permitir o cadastro de cursos de nível escolar ou cursos de qualificação;

11.3.26. A promoção deverá ser solicitada através do Portal de serviço do servidor;

11.3.27. Permitir anexar arquivos PDF da documentação comprobatória;

11.3.28. O sistema deverá identificar as datas que foram concedidas as promoções;

11.3.29. O sistema deverá permitir extrair relatório das promoções de cada servidor, especificando os cursos apresentados, bem como a carga horária;

11.3.30. O sistema deverá calcular os interstícios para solicitação de promoção;

11.3.31. O sistema deverá gerar o impacto financeiro das promoções.

11.4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

11.4.1. Possuir rotina para cadastro de grupo de cargo podendo relacionar os cargos correspondentes ao grupo para uso em configurações das avaliações de desempenho;

11.4.2. Permitir configurar para cada grupo de cargo os tipos de avaliação desempenho como: progressão vertical, progressão horizontal, adicional de desempenho, adicional de formação e adicional de capacitação, separadamente;

11.4.3. Efetuar o relacionamento dos períodos de desempenho com os modelos de avaliação de desempenho correspondente a cada grupo de cargo automaticamente;

11.4.4. Permitir realizar configurações de avaliações para desempenho, podendo informar: tipo, critérios, fatores, alternativas, comissão que efetuará a avaliação e modelos;

11.4.5. Permitir realizar configuração da frequência da avaliação de desempenho para a geração dos períodos de avaliação, se anual ou por interstício;

11.4.6. Permitir realizar configuração de peso para cada fator da avaliação de desempenho e permitir que a pontuação seja configurada como do tipo somatória e média;

11.4.7. Possuir cadastro e rotina de geração de interstícios, períodos de desempenho e de avaliações, visando progressão vertical e horizontal, adicionais de titulação, desempenho e capacitação;

11.4.8. Gerar automaticamente os períodos de desempenho e de avaliação no momento da abertura de um novo período folha;



11.4.9. Possuir relacionamento automático de avaliadores para cada avaliação de desempenho de acordo como tipo de avaliador informado e que corresponda ao período de permanência do funcionário no local de trabalho ou no centro de custo;

11.4.10. Permitir relacionar um avaliador como exceção para efetuar a avaliação de desempenho de determinado centro de custo, podendo ainda informar o período de vigência dessa exceção;

11.4.11. Permitir gerar avaliação de desempenho subsidiária por troca de local de trabalho e por cadastro de afastamentos;

11.4.12. Permitir efetuar liberação dos períodos de avaliação de desempenho de forma individual, coletiva e automática;

11.4.13. Permitir a configuração de avaliador padrão, sendo que este será o responsável pelo módulo e poderá efetuar manutenções nas avaliações de desempenho já realizadas ou mesmo realizara inclusão de resultados;

11.4.14. Possuir rotina para consulta das avaliações de desempenho já realizadas e pendentes para um determinado avaliador;

11.4.15. Possuir impressão da ficha de avaliação de desempenho para preenchimento manual e permitir impressão desta mesma ficha de avaliação com as notas preenchidas conforme já cadastradas para cada alternativa no sistema;

11.4.16. Possuir relatório para impressão do resultado da avaliação onde demonstre o resultado de todas as avaliações de desempenho e períodos para um funcionário em forma de gráfico;

11.4.17. Permitir configurar quais motivos de afastamentos geram perdas e prorrogações em períodos de avaliação de desempenho, inclusive por tipo com regras distintas: progressão vertical, progressão horizontal, adicional de desempenho, adicional de formação e adicional de capacitação;

11.4.18. Permitir configurar quais relacionamentos do funcionário com função gratificada e cargo comissionado geram perdas e prorrogações em períodos de avaliação de desempenho;

11.4.19. Possuir rotina para realizar a progressão salarial automática, alterando o nível salarial no contrato do funcionário, conforme os resultados de suas avaliações de desempenho.

11.5. PONTO ELETRÔNICO

11.5.1. Permitir importar marcações de ponto via arquivo-texto no padrão AFD do Ministério do Trabalho/INMETRO;

11.5.2. Permitir realizar configuração do horário noturno padrão (com exceção por regime), minutos de tolerância para considerar como falta na entrada e saída (com exceção por regime), minutos de tolerância diária para desconto de faltas (com exceção por regime),



minutos mínimos para considerar como horas extras na entrada e saída (com exceção por regime), minutos mínimos diários para considerar como hora extra (com exceção por regime) e quantidade de minutos para desconsiderar registros de ponto duplicados;

11.5.3. Possuir cadastro de feriados e pontos facultativos, identificando de forma diferenciada nos lançamentos de ponto;

11.5.4. Possuir rotina de controle de banco de horas dos funcionários, permitindo lançamentos manuais de valores positivos (banco de horas), negativos (folgas/faltas), bem como baixas para folha de pagamento (pagamentos e descontos), permitindo ainda relacionar anexos ao respectivo lançamento;

11.5.5. Permitir configurar e controlar tipos de bancos de horas distintos, permitindo o controle dos saldos de cada tipo de banco de horas de forma separada;

11.5.6. Permitir configuração para estorno automático de saldo positivo de banco de horas, permitindo indicar tipo, regime e dias de validade, realizando automaticamente o estorno conforme configurado;

11.5.7. Possuir relatório de banco de horas por funcionário com totalizador por tipo de banco;

11.5.8. Possuir rotina de controle de banco de dias dos funcionários, permitindo lançamentos manuais de valores positivos (banco de dias), negativos (folgas/faltas), permitindo ainda relacionar anexos ao respectivo lançamento;

11.5.9. Permitir configurar e controlar tipos de bancos de dias distintos, permitindo o controle dos saldos de cada tipo de banco de dias de forma separada;

11.5.10. Permitir configurar se as horas extras realizadas devem ser restringidas, dispondo de rotina de autorização de realização de horas extras e banco de horas, efetuando o lançamento de ponto conforme configuração e considerando se existe autorização lançada;

11.5.11. Permitir criar escalas de sobreaviso e permitir relacionar funcionários a determinadas escalas e dias da semana, de forma que no processamento do ponto sejam calculadas as horas mensais de sobreaviso que o funcionário terá direito a receber, devendo dispor de configuração se as horas efetivamente trabalhadas dentro da escala de sobreaviso deduzem ou não do sobreaviso calculado;

11.5.12. Permitir configurar um motivo de lançamento de ponto para gerar no espelho de ponto um registro nos respectivos dias com batidas ímpares;

11.5.13. Permitir configurar um motivo de lançamento de ponto para gerar no espelho de ponto indicando o total de horas trabalhadas esperadas no respectivo dia;

11.5.14. Permitir registrar aos funcionários períodos de hora atividade para abono automático durante o processamento do ponto, indicando data início e fim, quantidade de horas e dias da semana;



11.5.15. Possuir relatório de hora atividade por funcionário, permitindo verificar a quantidade de horas e os dias em que possui hora atividade prevista em determinado período de tempo;

11.5.16. Permitir realizar configuração por motivo de lançamento de ponto para gerar lançamentos em folha de pagamento, como horas extras, faltas, adicional noturno, sobreaviso e banco de horas (positivo e negativo);

11.5.17. Possuir rotina para processamento dos lançamentos de ponto, de forma que os registros de ponto e demais configurações realizadas sejam verificadas e as ocorrências sejam apuradas, dispondo na tela de geração de filtros por data inicial e final do período de apuração, por funcionário, por regime, por centro de custo, por local de trabalho, por cargo e por lote;

11.5.18. Realizar abono automático, durante o processamento do ponto, de informações já cadastradas em outros módulos como férias, afastamentos, licenças-prêmio em gozo, licença maternidade, atestados, feriados, pontos facultativos, folgas lançadas no banco de horas e banco de dias, mediante a configuração de motivos de lançamento de ponto;

11.5.19. Permitir realizar configuração se o horário de trabalho do funcionário permite compensação diária automática, ou seja, apesar de o funcionário possuir horário fixo de trabalho esperado é permitido que o mesmo realize compensações no próprio dia, devendo o sistema controlar automaticamente esta compensação;

11.5.20. Permitir cadastro e configuração de vários tipos de horários para serem relacionados aos funcionários, devendo dispor no mínimo de horários semanais (indicando hora de início e final para cada turno nos dias da semana), turno (permitindo indicar hora de início, quantidade de horas trabalhadas e horas de folga) e livre (permitindo indicar a quantidade de horas de trabalho esperada por dia da semana);

11.5.21. Permitir relacionar aos funcionários o horário de trabalho esperado em determinado período, indicando data inicial e final do relacionamento;

11.5.22. Permitir ativar serviço no portal para registros de ponto manuais mediante login, permitindo relacionar os funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro, bem como deve permitir restringir o registro de ponto por configuração de IP;

11.5.23. Permitir ativar serviço no portal para registros de ponto com a utilização de leitor biométrico, permitindo relacionar os funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro, bem como deve permitir restringir o registro de ponto por configuração de IP;

11.5.24. Possuir consulta dos registros de ponto efetuados via portal de forma manual mediante login e por leitura biométrica;

11.5.25. Possuir consulta dos registros de ponto importados e permitir a realização da manutenção destes registros, porém sem possibilitar a exclusão da marcação originalmente



importada. Ao realizar a alteração de um registro de ponto importado, este deve ser marcado como alterado e deve manter a informação original registrada separadamente;

11.5.26. Possuir relatório para controle dos lançamentos de ponto apurados em determinado período;

11.5.27. Possuir relatório em formato gráfico para controle dos lançamentos de ponto apurados em determinado período, permitindo ainda a comparação com outros períodos;

11.5.28. Possuir rotina que permita fechar o processamento de ponto de um determinado funcionário, de um determinado dia ou de um determinado dia de um funcionário, evitando que o processo de atualização de lançamentos de ponto altere qualquer registro já fechado, impedindo também que novos registros de ponto sejam importados;

11.5.29. Possuir rotina para ajustes e conferências do ponto permitindo acessar o dia para inserir a marcação faltante, desconsiderar uma marcação equivocada, efetuar lançamentos de abono e ao confirmar possibilitar processar novamente o dia;

11.5.30. Permitir emitir o espelho de ponto do funcionário, contendo os registros de ponto esperados e efetuados, bem como o detalhamento de todos os lançamentos de ponto apurados em cada dia, devendo ainda identificar os registros de ponto que foram ajustados ou inseridos pelo empregador;

11.5.31. Permitir enviar e-mail com os registros esperados e efetuados do ponto para os funcionários;

11.5.32. Possuir indicador gráfico de absenteísmo nos últimos 12 meses, permitindo configurar os motivos de lançamento de ponto que devem compor o índice;

11.5.33. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar os lançamentos de ponto apurados por motivo no período atual;

11.5.34. Possuir indicadores gráficos que permitam acompanhar o saldo de banco de horas negativo e positivo nos últimos 12 meses;

11.5.35. Possuir indicadores gráficos que permitam acompanhar a quantidade de funcionários com faltas nos últimos 12 meses.

11.6. MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

11.6.1. Possuir cadastro de atestados médicos com informações mínimas de: profissional de saúde emitente, múltiplos CID relacionados, motivo do atestado, data início e final, hora início e final, data de apresentação/entrega, número do protocolo, situação, permitindo ainda incluir anexos;

11.6.2. Possuir relatório de comprovante de entrega de atestado médico, permitindo ainda configurar se deve ser impresso automaticamente após o cadastro do atestado médico;

11.6.3. Permitir configurar se a data de apresentação/entrega e número do protocolo do atestado médico serão gerados automaticamente ou devem ser informados manualmente;



- 11.6.4.** Permitir configurar se deve ser realizado o cadastro de afastamento a partir do cadastro de atestado médico, abrindo automaticamente a rotina de afastamentos da folha de pagamento para confirmar as informações;
- 11.6.5.** Permitir configurar por motivo de atestado restrições de lançamento para determinados regimes de trabalho e cargos, impedindo o cadastro do atestado caso o funcionário selecionado se enquadre nas restrições;
- 11.6.6.** Permitir configurar por motivo de atestado se o campo para informar o dependente estará não habilitado, habilitado obrigatório ou habilitado opcional;
- 11.6.7.** Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos profissionais de saúde que a compõem;
- 11.6.8.** Possuir cadastro de laudo médico e parecer de junta médica relacionado a atestados médicos;
- 11.6.9.** Possuir relatório de atestados médicos, permitindo filtrar por período, funcionário, cargo, regime, motivo, médico, regime, local de trabalho, centro de custo e CID;
- 11.6.10.** Possuir rotina para agendamento de consultas e exames médicos para determinados profissionais ou unidades de saúde, montando agenda, indicando os horários disponíveis para atendimento e cadastro de restrição temporária de agenda em virtude de férias ou outros compromissos do profissional/unidade;
- 11.6.11.** Possuir relatório de comprovante de agendamento de consultas ou exames médicos, indicando pelo menos os dados do profissional de saúde, unidade, nome do funcionário, data e hora do agendamento;
- 11.6.12.** Possuir rotina para cadastro da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) contendo no mínimo período de vigência, membros e suas funções, com a possibilidade de relacionar as atas emitidas pela respectiva comissão;
- 11.6.13.** Possuir rotina que permita registrar o plano de trabalho da CIPA, contendo para cada atividade as ações, objetivos, local de realização, estratégia de ação, data início e final e os membros responsáveis pela execução;
- 11.6.14.** Possuir rotina para registro de inspeções de segurança, permitindo indicar data, horário, responsável pela inspeção, e permitindo ainda cadastrar os detalhes da inspeção por meio de um formulário personalizado;
- 11.6.15.** Possuir rotina para construir formulários personalizados de inspeção de segurança, permitindo a impressão do formulário em branco para preenchimento manual, e também com opção para preenchimento conforme os dados já registrados no sistema;
- 11.6.16.** Possuir rotina para cadastro e controle das reuniões da CIPA, indicando o tipo de reunião (ordinária ou extraordinária) data, hora, local e participantes gerados automaticamente conforme a comissão selecionada, devendo permitir ainda adiar a reunião



registrando justificativa e nova data, registro da ata da reunião e lançamento das presenças dos participantes;

11.6.17. Possuir relatório para emissão do calendário anual de reuniões da CIPA;

11.6.18. Possuir rotina para cadastro de eventos da SIPAT, permitindo registrar a equipe organizadora, atividades previstas, local, data, horário e custos envolvidos, possuindo ainda relatório para emissão da programação da SIPAT;

11.6.19. Possuir rotinas para cadastro e controle do processo eleitoral da CIPA, permitindo cadastro da comissão eleitoral, registro de interessados em se candidatar a membro da CIPA e registros de votação nos candidatos, com controle do percentual de participação e resultado da votação;

11.6.20. Possuir rotina para cadastro do Exame Toxicológico realizado por funcionários, com dados do exame como laboratório, número, data e profissional de saúde;

11.6.21. Possuir rotina para cadastro dos grupos homogêneos de exposição, permitindo criar os grupos a partir de locais de trabalho, cargo e função, não sendo necessária a identificação individual por funcionário do grupo ao qual está exposto;

11.6.22. Possuir rotina de consulta de funcionários por grupos homogêneos de exposição, permitindo verificar para cada funcionário qual grupo está exposto, bem como, sendo possível identificar quais funcionários ainda não possuem grupo;

11.6.23. Possuir rotina para cadastro de ordens de serviço específicas ou por grupo homogêneo de exposição, permitindo identificar na ordem de serviço os fatores de risco, EPIs obrigatórios, treinamentos necessários, medidas preventivas, normas internas e procedimentos em caso de acidente de trabalho;

11.6.24. Permitir a emissão e controle das emissões de ordens de serviço específicas para funcionários ou por grupo homogêneo de exposição;

11.6.25. Possuir rotina para cadastro de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), contendo no mínimo: dias de validade, dias para revisão e certificado de aprovação;

11.6.26. Possuir rotina para lançamento de entregas e baixas de EPI e EPC para funcionários, permitindo ainda emissão de termo de responsabilidade de EPI e EPC conforme a entrega;

11.6.27. Permitir configurar para que as entregas de EPI e EPC serão integradas com estoque do almoxarifado, efetuando automaticamente a baixa do estoque conforme o cadastro da entrega;

11.6.28. Possuir rotina para cadastro dos responsáveis pelos registros ambientais e monitoração biológica, com dados do cadastro único, tipo de responsabilidade e período de vigência;

11.6.29. Possuir rotina para cadastro do LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), com período de vigência, registrando detalhadamente as condições ambientes de



trabalho de cada grupo homogêneo de exposição configurado, com seus respectivos riscos, possíveis danos à saúde, meios de propagação, medidas de controle, tempo de exposição, fontes geradoras, indicando se é aplicável EPI e quais EPI seriam;

11.6.30. Possuir rotina para cadastro do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), com período de vigência, registrando detalhadamente os reconhecimentos dos riscos de cada grupo homogêneo de exposição configurado, com seus respectivos riscos, possíveis danos à saúde, meios de propagação, medidas de controle, tempo de exposição, fontes geradoras, indicando se é aplicável EPI e quais EPIs seriam;

11.6.31. Possuir relatório de necessidade de entregas de EPI baseado no PPRA, com opções de emissão por grupo homogêneo de exposição e por funcionário, a indicação dos EPIs necessários e com opção para emissão com as entregas já efetuadas;

11.6.32. Possuir rotina para cadastro do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), com período de vigência, detalhes sobre o programa (com no mínimo: objetivos, responsabilidades, procedimentos para exames médicos ocupacionais, registro e arquivo de informações, primeiros socorros e campanhas de saúde), registrando detalhadamente por grupo homogêneo de exposição os exames médicos previstos para admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, monitoração pontual e demissão;

11.6.33. Permitir cadastro de PCMSO específico por funcionário, com período de vigência registrando detalhadamente os exames médicos previstos para admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, monitoração pontual e demissão;

11.6.34. Possuir rotina para cadastro do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) relacionando os exames realizados/apresentados com o seu respectivo resultado, data de realização e data de validade, permitindo ainda a emissão do ASO já preenchido com os dados do sistema ou em branco para preenchimento manual;

11.6.35. Permitir cadastrar junto ao Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) um questionário médico/social com respostas Sim e Não, e observações, podendo o questionário ser impresso com a emissão do ASO;

11.6.36. Possuir relatório com as informações sobre os vencimentos do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), permitindo filtrar por período de vencimento;

11.6.37. Possuir rotina para cadastro da CAT (Comunicação Acidente de Trabalho), incluindo detalhes do acidente como no mínimo: agente causador, partes atingidas, situação geradora, depoimento do acidentado e dados de testemunhas, permitindo ainda registrar eventuais despesa se reembolsos pagos ao funcionário acidentado;

11.6.38. Possuir serviço no portal que permita o cadastro da CAT pelo próprio funcionário;

11.6.39. Permitir emissão da CAT conforme layout padronizado no INSS;



11.6.40. Permitir a emissão do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) conforme as informações já cadastradas para o respectivo funcionário (cargos, locais de trabalho, ASO, CAT, etc.) e riscos indicados no LTCAT;

11.6.41. Possuir rotina para cadastro de restrição médica de funcionários, informando o tipo de restrição (por exemplo: readequação e reabilitação), período, profissional de saúde, múltiplos CIDs, e registro de acompanhamentos com data;

11.6.42. Permitir configurar envio de e-mail automático ao responsável pelo departamento de recursos humanos quando uma determinada restrição médica estiver próxima ao seu prazo final;

11.6.43. Possuir rotina para cadastro de visitas técnicas realizadas pelos profissionais do departamento de segurança e medicina do trabalho, indicando pelo menos o tipo de visita, responsável e detalhes;

11.6.44. Possuir rotina para cadastro e controle os extintores, relacionando no mínimo o responsável, fornecedor, localização, data de instalação e data de validade;

11.6.45. Possuir rotina de solicitações médicas, permitindo aos profissionais de saúde o registro de solicitações diversas aos funcionários (como por exemplo, encaminhamento para especialistas, prescrição de medicamentos, solicitação de exames complementares, etc.), permitindo ainda a emissão da respectiva solicitação;

11.6.46. Permitir a emissão de prontuário em segurança e medicina do trabalho do funcionário, permitido emitir em um mesmo relatório no mínimo informações sobre: atestados médicos, acidentes de trabalho, EPI/EPC entregues, atestados de saúde ocupacional, laudos médicos, pareceres de junta médica, restrições médicas e solicitações médicas;

11.6.47. Possuir rotina para cadastro de planos de saúde, permitindo indicar o número ANS do plano, e as verbas para descontos de mensalidades e despesas extraordinárias em folha de pagamento;

11.6.48. Permitir relacionar funcionários aos planos de saúde, permitindo indicar no mínimo: data de adesão, número do contrato (carteirinha), valor da mensalidade do titular, dependentes, data início e final de cada dependente, valor da mensalidade de cada dependente, número do contrato (carteirinha) de cada dependente, bem como, as despesas extraordinárias (consultas, exames médicos, etc.) e devoluções separadamente por titular e dependente;

11.6.49. Gerar de forma automática as informações dos planos de saúde, como mensalidades e despesas mensais, separadamente entre titulares e dependentes na geração das informações da DIRF e na emissão do comprovante de rendimentos;



11.6.50. Permitir calcular um valor patronal do plano de saúde da mensalidade do titular conforme a faixa salarial do funcionário, de forma que a entidade seja responsável pelo pagamento de um percentual do plano de saúde do titular;

11.6.51. Permitir identificar separadamente as informações dos valores patronais dos planos de saúde nos relatórios de resumo mensal da folha de pagamento e no processo de empenhamento automático para contabilidade;

11.6.52. Possuir relatório detalhado das mensalidades e despesas dos planos de saúde, podendo ser emitido por funcionário com quebra por período, apresentando mensalmente os valores de mensalidade de titulares e dependentes, bem como todas as despesas e devoluções relacionadas;

11.6.53. Possuir indicadores gráficos que apresentem os motivos de atestado com maior quantidade total de dias;

11.6.54. Possuir indicadores gráficos que apresentem as doenças (conforme CID) que mais geram dias atestados.

12. MÓDULO DE PATRIMÔNIO

12.1. Possibilitar o Registros de inventários de bens;

12.2. Permitir a geração de etiquetas com códigos de barras;

12.3. Cadastrar bens da instituição classificando o seu tipo ao menos em: móveis e imóveis, com a identificação do bem se adquirido, recebido em doação, comodato, permuta e outras incorporações configuráveis pela instituição;

12.4. Deverá permitir a inclusão de bens patrimoniais proveniente de empenho da contabilidade ou de ordem de compra, permitindo a importação dos itens sem a necessidade de redigitação dos produtos, fornecedor, valor e conta contábil;

12.5. Relacionar automaticamente na incorporação do bem a conta contábil (ativo permanente) utilizada no empenhamento para que não tenha diferença nos saldos das contas entre os módulos do patrimônio com o contábil;

12.6. Possuir controle do saldo dos itens do empenho ou ordem de compra não permitindo incorporar mais de uma vez o mesmo item;

12.7. Permitir o cadastramento de diversos Tipos de bens além do moveis e dos imóveis para ser usado no cadastramento dos mesmos;

12.8. Permitir adicionar no cadastro de bens campos personalizados, de forma que o usuário possa modelar a tela do cadastro de acordo com as necessidades da instituição;

12.9. Relacionar o bem imóvel ao cadastro imobiliário, tornando também disponíveis as informações geridas nesta base cadastral;

12.10. Permitir o recebimento de bens em grande quantidade a partir do cadastro contínuo;



- 12.11. Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade;
- 12.12. Visualizar no cadastro e permitir o controle do estado de conservação, exemplo: bom, ótimo, regular;
- 12.13. Visualizar no cadastro e permitir o controle da situação em que o bem se encontra com relação ao seu estado, exemplo: empréstimo, locação, manutenções preventivas e corretivas;
- 12.14. O sistema deverá possuir através de consulta dos bens patrimoniais, uma rotina onde seja possível visualizar todos os bens que já atingiram o valor residual;
- 12.15. Permitir consulta aos bens por critérios como código de identificação, localização, responsável, código do produto, descrição;
- 12.16. Possibilitar o controle e a manutenção de todos os bens que compõem o patrimônio da instituição, permitindo de maneira rápida seu cadastramento, classificação, movimentação, localização e baixa;
- 12.17. Possuir cadastro de comissões, com indicação do texto jurídico que designou, indicação dos membros responsáveis, com o objetivo de realizar registros de reavaliação, depreciação, inventário;
- 12.18. Possibilitar o controle da situação e do estado de conservação do bem patrimonial através do registro dos inventários realizados;
- 12.19. Efetuar atualizações de inventário através de escolhas em grupos, exemplo: repartição, responsável, conta contábil, grupo, classe;
- 12.20. Permitir através da rotina de inventário de bens, a transferência automática do bem quando o mesmo está alocado fisicamente em departamento incorreto;
- 12.21. Possibilitar a alimentação do sistema com as informações dos inventários dos bens patrimoniais, informando seu estado e localização atual (no momento do inventário);
- 12.22. Emitir relatórios de inconsistência no momento que o bem está com status em inventário, desde que não esteja em seu lugar de origem;
- 12.23. Emitir relatórios dos bens em inventário, com termo de abertura e fechamento;
- 12.24. Registrar todo tipo de movimentação ocorrida com um bem patrimonial, seja física, por exemplo: transferência ou financeira: agregação, reavaliação, depreciação;
- 12.25. Permitir a consulta do histórico de cada bem patrimonial, permitindo a visualização de todas as movimentações, físicas e financeiras, inventário, anexos (fotos e/ou documentos);
- 12.26. Permitir consultar e vincular ao cadastro de bens o número do empenho ou da ordem de compra;



- 12.27.** Permitir registrar a depreciação e a reavaliação dos bens individualmente bem como, demonstrar um histórico com o valor contábil atual, valor referente a alteração, seja ela a menor ou a maior;
- 12.28.** Permitir controlar todo o patrimônio por unidade gestora;
- 12.29.** Possuir rotina de transferência de bens de uma entidade para outra, realizando a baixa automática na entidade de origem e incorporação na entidade de destino, sem a necessidade de cadastro manual, possibilitando fazer o estorno da transferência entre entidades;
- 12.30.** Possuir rotinas de reavaliação e depreciação de acordo com as orientações das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- 12.31.** Permitir a inclusão de motivos de baixa do bem de acordo com a necessidade da instituição;
- 12.32.** Permitir nas consultas a impressão de relatórios operacionais a partir dos dados fornecidos pelo usuário;
- 12.33.** Possuir emissão de etiquetas com brasão da instituição, número de identificação do bem em código de barras, que são utilizadas na gestão patrimonial;
- 12.34.** Ter integração com os módulos de Contabilidade Pública, Compras, Almoxarifado, Frota, Tributário;
- 12.35.** Deverá possuir rotina para solicitação de transferência dos bens patrimoniais, disparando notificações para a pessoa responsável, para avisar que existem solicitações de transferências pendentes;
- 12.36.** Possibilitar a emissão de relatórios por situação, repartição, espécie, localização e data de aquisição;
- 12.37.** Permitir a consulta dos lançamentos contábeis através do gerenciamento do bem patrimonial;
- 12.38.** Permitir a impressão e registro do termo de responsabilidade para bens patrimoniais, individuais, setoriais ou por responsável;
- 12.39.** Permitir a impressão do termo de baixa patrimonial;
- 12.40.** Possuir rotina de virada mensal, onde deverá efetuar o cálculo automático da depreciação, para os bens que estiverem cadastrados com data de início da depreciação, dentro do mês corrente;
- 12.41.** Permitir o estorno da virada mensal, verificando se o mês contábil ainda está ativo;
- 12.42.** Deverá emitir relatórios estatísticos para consulta e gerenciamento das informações patrimoniais, permitindo diversos tipos de agrupamento das informações. Ex: Conta Contábil, Tipo do Bem, Responsável e Centro de Custo;
- 12.43.** Possuir relatório das manutenções previstas e realizadas para os bens patrimoniais;



12.44. Permitir realizar avaliações patrimoniais a partir de fórmulas previamente cadastradas, podendo ser editadas pelo próprio usuário.

13. MÓDULO DE CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS

13.1. Cadastro de registros de veículos e seus dados relevantes tais como: data de aquisição, descrição, RENAVAN, espécie do veículo, ano, cor, tipo de combustível, modelo, marca, centro de custo, capacidade do tanque e dados de seguro;

13.2. Possuir registros de Ocorrências/Avaria do veículo;

13.3. Controlar os débitos dos veículos, tais como: licenciamento, seguro obrigatório, multas e etc;

13.4. Gerenciar todos os gastos do veículo, por NF, autorização, registros do almoxarifado, ordem de compra, sendo que quando o serviço for interno o sistema integra-se com o módulo de almoxarifado quando existir uso de peças;

13.5. Possuir identificação da bateria, marca da bateria, registro de trocas de bateria;

13.6. Permitir lançamento e emissão de autorização de Abastecimento;

13.7. Possuir autorização de Abastecimento e Ordem de Serviço;

13.8. Possuir agenda por veículo, departamento e motorista, registrando no sistema todas as informações sobre o motivo e a finalidade do agendamento;

13.9. Possuir o registro de entrada e saída de veículos do pátio (movimentação da garagem), controlando horários, quilometragem, e quais Motoristas estão em posse dos veículos;

13.10. Permitir cadastrar bombas de combustíveis para controle da entrada e saída de combustíveis;

13.11. Permitir o controle de entrada e saída de combustíveis;

13.12. Gerenciar e controlar gastos referentes a frota de veículos, máquinas e equipamentos;

13.13. Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais de forma a não duplicar dados relativos aos veículos, máquinas e equipamentos considerados como integrantes do patrimônio. Alterações efetuadas no cadastro patrimonial, a exemplo da transferência de centro de custo (setor/departamento) deverão refletir imediatamente nos dados destes;

13.14. Possuir rotina para inclusão de anexos ao cadastro do veículo, onde seja possível anexar, fotos, documentos do veículo, multas, pagamentos e demais arquivos que sejam pertinentes ao cadastro. Que seja ao menos nas seguintes extensões: png, bmp, jpg, gif, doc, docx, txt, ppt, pptx, xls, xlsx, pdf, odt, ods, dwg;

13.15. Possibilitar a emissão/impressão de autorizações de abastecimento para preenchimento manual, ou por uma ordem já cadastrada no sistema;

13.16. Permitir o cadastramento das autorizações para serviços ou abastecimento;

13.17. Permitir o lançamento da despesa a partir da autorização de serviço;



- 13.18.** Permitir o lançamento de despesas através de um registro referente a ordem de compra dispensável ou de licitação;
- 13.19.** Permitir o controle de troca de pneus possibilitando o lançamento automático da despesa;
- 13.20.** Gerenciar as manutenções realizadas no veículo, revisões, lubrificações, trocas de óleo e de pneu e etc., em dependências próprias ou de terceiros;
- 13.21.** No cadastro do veículo, possuir consulta a tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);
- 13.22.** Permitir o controle das obrigações dos veículos, como seguros e licenciamento;
- 13.23.** Possuir tabela com todos os tipos de infração, conforme CTB (Código de Trânsito Brasileiro);
- 13.24.** Possuir um gerenciador de multas de trânsito, possibilitando informar a cidade da ocorrência da infração, infração de acordo com CTB (Código de Trânsito Brasileiro), motorista, data de vencimento;
- 13.25.** Possuir uma consulta de multas, para que seja acessada a qualquer momento pelo usuário;
- 13.26.** Possibilitar o registro de dados referente aos pagamentos da referida multa informada;
- 13.27.** Controlar o deslocamento dos veículos registrando data e hora de partida e chegada e a quilometragem percorrida, com emissão de planilhas para preenchimento e acompanhamento;
- 13.28.** Permitir o agendamento de viagens, serviços e consertos para cada veículo da frota;
- 13.29.** Permitir o cadastro de rotas para os veículos e máquinas, bem como possibilitar o controle das rotas fixas para de cada veículo;
- 13.30.** Possibilitar consultas para as manutenções e taxas (licenciamento, seguro obrigatório, seguro facultativo), bem como consultar as manutenções previstas e realizadas;
- 13.31.** Permitir o cadastro e a consulta de ocorrências por veículo, informando os dados do funcionário envolvido;
- 13.32.** Oferecer a guarita da garagem, a possibilidade de registrar as entradas e saídas dos veículos, bem como consulta dos respectivos registros;
- 13.33.** Permitir o controle do seguro facultativo do veículo;
- 13.34.** Possuir rotina de validação da carteira de motorista, não permitir a utilização de motoristas com a CNH vencida, bem como não permitir a utilização de funcionário como motorista sem que o mesmo possua CNH registrada no cadastro;



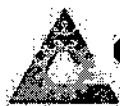
- 13.35. Possuir cadastro de motoristas, integrado com o setor de recursos humanos, possibilitando definir se o motorista é terceirizado, cadastro da CNH (categoria, número e data de validade);
- 13.36. Possibilitar controlar se o motorista relacionado a saída de um veículo atingiu os 20 pontos necessários para suspensão da CNH;
- 13.37. Permitir controlar os veículos por hodômetro, horímetro e sem marcador;
- 13.38. Permitir configurar o lançamento de máquinas, com campos diferenciados, sendo obrigatórios ou não, conforme a necessidade do maquinário;
- 13.39. Possibilitar trabalhar com privilégio de visualização de veículos por repartição, onde o usuário logado poderá somente dar manutenção nos veículos da sua repartição;
- 13.40. Quando o abastecimento for externo, permitir que o próprio frentista do posto através de privilégios no sistema, efetue o lançamento do abastecimento mediante apresentação da autorização de abastecimento emitida pelo órgão responsável;
- 13.41. Possuir cadastro de destinos, para os veículos e máquinas;
- 13.42. Permitir o cadastro de períodos de utilização do veículo e máquinas, mediante agenda, para registrar obrigações para os veículos;
- 13.43. Possuir consulta ao combustível disponível proveniente de licitação;
- 13.44. Permitir controle de estoque próprio de combustível, identificando as despesas se oriundas de estoque próprio ou de terceiros;
- 13.45. Deverá permitir a consulta dos modelos de veículos;
- 13.46. Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos, repartição, período, veículo e fornecedor;
- 13.47. Possuir um relatório de processos, onde seja possível imprimir todas as informações de um ou diversos veículos, conforme os filtros selecionados no momento da impressão;
- 13.48. Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo, emitindo relatório como status de consumo: alto, normal, baixo;
- 13.49. Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes a licitações e contratos, de acordo com as regras e sistema vigente.
- 14. MÓDULO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO**
- 14.1. Atender às Leis Complementares no 101 e no 131 da Secretaria do Tesouro Nacional;
- 14.2. Atender aos anexos da Lei no 9.755/98 do TCU;
- 14.3. Atender aos preceitos da Lei Federal no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- 14.4. Permitir consultar informações básicas sobre contratos, convênios, compras diretas, licitações, consulta de entradas e saídas de materiais em estoque, consulta as leis Municipais, consulta de bens públicos que integram o patrimônio, consulta de veículos relacionados à frota;



- 14.5. Permitir publicar todas as obras que estão sendo realizadas, exibindo cronograma da obra, com data de início e término, e os responsáveis pela fiscalização da referida obra;
- 14.6. Publicar orçamento e suas respectivas emendas (créditos suplementares), bem como balanço dos exercícios anteriores e os relatórios bimestrais e quadrimestrais da execução orçamentária, além dos dados constantes na lei 9.755/98;
- 14.7. Consultar tributos arrecadados pela entidade e os recursos recebidos "arrecadados";
- 14.8. Publicar balanço consolidado das contas da administração direta, das autarquias e entidades beneficiadas pelo repasse de verbas públicas;
- 14.9. Consultar dados dos programas estaduais e federais e as respectivas verbas repassadas pelos entes federativos responsáveis (União e Estado);
- 14.10. Permitir publicar compras mensais realizadas pela administração direta e indireta, considerando os processos licitatórios;
- 14.11. Permitir consultar empenhos emitidos, empenhos liquidados e pagamentos efetuados;
- 14.12. Disponibilizar na área de pessoal, a consulta da estrutura organizacional, cargos e funções, salários, centros de custos com e sem funcionários;
- 14.13. Permitir publicar gastos com diárias, especificando a finalidade da despesa, data e valor;
- 14.14. Permitir publicar atos referentes a concursos públicos e processos seletivos;
- 14.15. Possibilitar a ordenação das consultas por códigos e valores;
- 14.16. Emitir relatórios legais gerados no sistema de gestão, estando relacionados a gestão fiscal, anexos de metas fiscais, execução orçamentária, entre outros;
- 14.17. Demonstrar a folha de pagamento dos servidores públicos, mediante parametrização realizada no sistema de gestão;
- 14.18. Consultar quantidade de funcionários por regime de trabalho;
- 14.19. Consultar quantidade de vagas criadas e ocupadas por tipo de cargo (efetivo, comissionado, emprego público, etc);
- 14.20. Consultar funcionários por tipo de contrato;
- 14.21. Consultar funcionários cedidos e recebidos por cessão;
- 14.22. Consultar cargos com a quantidade de vagas disponíveis e ocupadas;
- 14.23. Consultar funcionários inativos com informação do tipo de aposentadoria/pensão;
- 14.24. Consultar estagiários, contendo local de trabalho e período de contrato;
- 14.25. Permitir acesso às informações de forma consolidada e por entidade gestora municipal;
- 14.26. Consultar informações com filtro de período;



- 14.27.** Disponibilizar as informações em tempo real no portal, sem necessidade de digitação, exportação ou importação de dados de acordo com módulos instalados;
- 14.28.** Permitir que as consultas sejam gerenciadas pelos usuários, definindo quais consultas serão disponibilizadas no Portal e realizando as devidas parametrizações;
- 14.29.** Possuir cadastro de aviso que será exibido no Portal em forma de pop-up, com possibilidade de adicionar imagem;
- 14.30.** Cadastrar novos grupos de consulta para ampliação das informações além das disponibilizadas de forma padrão;
- 14.31.** Possuir campo de busca para facilitar na localização das consultas;
- 14.32.** Criar consultas, com possibilidade de realizar upload de arquivos ou relacionar links externos;
- 14.33.** Imprimir as consultas em vários formatos, considerando: PDF, DOC, XLS, JPEG, CSV, TXT, entre outros;
- 14.34.** Possuir rotina para publicação de relatórios no Portal, permitindo gerar pdf das informações geradas no sistema de gestão e adicionar como anexo do registro cadastrado;
- 14.35.** Publicar relatórios em vários formatos no Portal, permitindo o upload dessas informações;
- 14.36.** Consultar Ajuda de Custos/Adiantamentos realizados com visualização do respectivo empenho;
- 14.37.** Consultar Convênios de Repasse e seus respectivos anexos;
- 14.38.** Possuir área de acessibilidade com a possibilidade de adicionar alto contraste, gerenciar o tamanho da fonte, acessar teclas de atalho e acessar ferramenta de libras;
- 14.39.** Possuir local para visualizar os formatos utilizados para estruturação da informação;
- 14.40.** Exibir no portal da transparência mapa do site, permitindo visualizar e acessar de forma facilitada todas as consultas disponibilizadas;
- 14.41.** Disponibilizar link para acesso direto ao portal do Diário Oficial do Município;
- 14.42.** Consultar processos licitatórios por categorias, como: pregão, chamamento público, tomada de preços;
- 14.43.** Disponibilizar área para listar os dados de acesso à informação, como estrutura organizacional, perguntas frequentes e realizar pedidos a entidade;
- 14.44.** Cadastrar horário de atendimento da entidade no Portal da Transparência;
- 14.45.** Exibir no Portal da Transparência brasão e endereço;
- 14.46.** Criar modelos de arquivos (templates), para vincular em novas consultas, permitindo o download dos documentos pelo Portal da Transparência;
- 14.47.** Cadastrar agrupadores para organizar os arquivos que serão adicionados em uma nova consulta que será disponibilizada no Portal;



- 14.48. Permitir configurar as entidades que serão disponibilizadas para acesso no portal;
- 14.49. Parametrizar o ano inicial para retornar os dados nas consultas;
- 14.50. Possibilitar habilitar contador de acesso ao portal, indicando a quantidade de usuários que estão acessando as consultas;
- 14.51. Possibilitar cadastrar dicas nas consultas, com intuito de adicionar informações explicativas sobre os itens que serão listados;
- 14.52. Permitir ordenar a exibição dos anexos que estão atrelados em consultas específicas no portal da transparência;
- 14.53. Possuir validação de CAPTCHA no portal de forma geral, não afetando a utilização das consultas, tendo o intuito de garantir a segurança do acesso das informações;
- 14.54. Disponibilizar link para acessar o cadastro e a consulta de ouvidoria municipal;
- 14.55. Disponibilizar em local de fácil acesso, link para acessar e registrar acesso à informação.

15. MÓDULO DE PORTAL DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO

- 15.1. Dispor de serviço para emissão de processo digital, com possibilidade de integração com os cadastros imobiliários e de atividades, disponíveis no módulo Tributário;
- 15.2. Possibilitar que na emissão de processos digitais, através do autoatendimento, seja opcional ou obrigatória a utilização de assinatura digital com e-CPF ou e-CNPJ, padrão ICP-Brasil;
- 15.3. Permitir que sejam adicionados serviços específicos ao Portal, com possibilidade de integração com o módulo de processo digital, podendo ser configurado roteiro de tramitação de acordo com o assunto e subassunto informado;
- 15.4. Dispor de serviço de Acesso à Informação, possibilitando a protocolização de requerimentos de informação, além de disponibilizar para consulta os seguintes dados: obras e ações, estrutura organizacional e perguntas frequentes de acordo com a Lei 12.527/2011;
- 15.5. Possibilitar que processos de denúncias, dúvidas e sugestões sejam abertos através do autoatendimento e aplicativo, sendo direcionados para o setor de Ouvidoria, permitindo que o requerente seja anônimo;
- 15.6. Possibilitar que em serviços de emissão de processo digital possa ser configurada a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário, permitindo definir para cada assunto sua correspondente sub-receita;
- 15.7. O portal de autoatendimento deverá dispor de layout responsivo, se adaptando a dispositivos móveis;
- 15.8. Possuir serviço para consulta do andamento dos processos digitais e processos de fluxo dinâmico, sendo necessário informar o número do processo e seu código verificador ou



CPF/CNPJ do requerente, inclusive com a possibilidade de informar novos anexos e lançar novas informações através de complementos ou readequações ao processo;

15.9. Permitir que as liberações de acesso ao sistema possam ser efetuadas com base em solicitações de acesso realizadas pelo contribuinte através de serviço disponibilizado no portal de autoatendimento e aplicativo;

15.10. Possibilitar que os usuários e contribuintes possam alterar ou recuperar sua senha de acesso ao sistema, validando seus dados cadastrais, como e-mail, conforme parametrização;

15.11. Possuir serviço para realização de autenticidade do Certificado de Registro Cadastral emitido pela entidade;

15.12. Possuir serviço para que o fornecedor vencedor da licitação realizada em lotes, possa fazer a readequação dos valores dos itens pertencentes aos lotes nas suas dependências. Indicando o valor unitário de cada item totalizando o valor ofertado no lote;

15.13. Possuir serviço para preenchimento on-line da proposta comercial, sem a necessidade de exportação e importação de arquivos, possibilitando o preenchimento da proposta comercial pelo próprio fornecedor em suas dependências. Os dados devem ficar criptografados na base de dados sendo necessária senha para descriptografar e importar as propostas ao sistema, sem necessidade de redigitação;

15.14. Permitir realizar digitação de cotação de preços referentes a planilhas, para fins de cálculos médios de preços praticados entre os fornecedores;

15.15. Permitir disponibilizar informações sobre licitações, possibilitando configurar quais informações serão exibidas no serviço como: edital, anexos, pareceres, impugnação, ata de abertura envelope, proposta, ata do pregão, ata de registro de preço, termo de homologação, termo de adjudicação, contrato, certidões, documentos exigidos, quadro comparativo de preços, vencedores e ordem de compra;

15.16. Possuir serviço onde os fornecedores da Entidade poderão consultar os valores retidos de seus empenhos;

15.17. Possibilitar aos credores da Entidade verificar o saldo dos valores a receber, podendo filtrar pelo número de empenho e data;

15.18. Possibilitar aos fornecedores da Entidade consultar todos os empenhos emitidos, sendo demonstrados os empenhos que já foram pagos, estão a pagar, as retenções dos empenhos e os saldos;

15.19. Possuir consulta do comprovante de retenção de IRRF pela entidade, para posterior declaração do imposto de renda de PF ou PJ;



- 15.20.** Disponibilizar a emissão da folha de pagamento através de serviço de autoatendimento, devendo possibilitar que a Entidade defina previamente o layout que será utilizado na emissão;
- 15.21.** Permitir ao funcionário realizar a emissão dos seus períodos aquisitivos e de saldos de férias através de serviço de emissão de relatório gerencial de férias;
- 15.22.** Possibilitar ao servidor realizar a impressão da ficha financeira com os valores dos pagamentos em determinados períodos;
- 15.23.** Possuir serviço onde o funcionário possa realizar a emissão do espelho de ponto com opção de filtrar por período, e de configurar previamente quais totalizadores serão exibidos;
- 15.24.** Possibilitar ao funcionário emitir o comprovante de imposto de renda retido na fonte para posterior declaração do imposto de renda;
- 15.25.** Disponibilizar ao servidor a emissão de relatório de tempo de serviço através de serviço de autoatendimento, devendo possibilitar que a Entidade defina previamente o layout que será utilizado na emissão;
- 15.26.** Permitir ao funcionário realizar a emissão da declaração sobre o período de trabalho no magistério;
- 15.27.** Disponibilizar ao funcionário realizar a alteração/atualização de seus dados pessoais através de serviço;
- 15.28.** Possibilitar ao servidor a emissão de relatório onde constem as informações de seus empréstimos bancários;
- 15.29.** Permitir ao funcionário realizar qualquer tipo de solicitação ao RH, através de serviço com essa finalidade, possibilitando que o RH defina assuntos específicos, como por exemplo: Férias, Inscrição para Cursos, etc;
- 15.30.** Dispor de serviço onde qualquer pessoa/entidade possa verificar, através de chave de verificação, a autenticidade do recibo de pagamento;
- 15.31.** Permitir que empresas externas, através de convênio ou departamentos internos realizem lançamentos para desconto em folha de pagamento dos funcionários;
- 15.32.** Permitir que os departamentos realizem os lançamentos de atestados médicos de seus funcionários;
- 15.33.** Permitir ao servidor realizar a emissão do relatório anual de contribuições para a previdência;
- 15.34.** Permitir ao funcionário realizar a Emissão da Margem Consignável pelo Portal de Serviços com a opção de seleção dentre os bancos conveniados da entidade;
- 15.35.** Possuir serviço específico para solicitação de férias, de forma que o departamento de recursos humanos possa fazer a análise do pedido, bem como realizar a programação de férias a partir do requerimento efetuado;



- 15.36.** Permitir a emissão de guias em atraso ou não, realizando atualizados dos cálculos: ISSQN, ISSRF, ITBI, Dívida Ativa, ISS/Alvará, Fiscalização, Obras, Guia Única ou Receitas Diversas;
- 15.37.** Permitir a emissão de Extratos de Débitos: Geral, através do cadastro Econômico ou por Imóvel;
- 15.38.** Permitir a emissão de consulta e verificação de autenticidade da Certidão Negativa de Débito;
- 15.39.** Permitir efetuar pedidos à Prefeitura para exercer atividades econômicas no município;
- 15.40.** Permitir a emissão do comprovante de retenção do imposto sobre serviços;
- 15.41.** Permitir solicitar a emissão de nota fiscal de serviço eletrônica avulsa;
- 15.42.** Permitir aos contabilistas cadastrados emitir Certidões Negativas de Débito (CND), guias tributárias, atualização de informações cadastrais para seus clientes;
- 15.43.** Permitir realizar a solicitação para a emissão de alvará de construção e habite-se;
- 15.44.** Possuir serviço que permita consultar os documentos necessários e obrigatórios para que seja possível realizar as solicitações;
- 15.45.** Possuir função para acompanhar as solicitações de acesso, com a possibilidade de liberar, indeferir e notificar os solicitantes pela própria tela Gerenciamento;
- 15.46.** Permitir a solicitação de licenças, e demais benefícios ou documentos pertinentes ao servidor via portal;
- 15.47.** Permitir registrar a transferência de imóveis entre proprietários, incluindo nome do proprietário adquirente, transmitente e tabelionato. Com posterior liberação da entidade e pagamento de guia;
- 15.48.** Possuir serviço para cadastrar solicitação de reserva de espaços públicos para realização de evento no CONTRATANTE, sendo integrado com o módulo de Processo Digital;
- 15.49.** Permitir declarar serviços prestados e tomados;
- 15.50.** Permitir cadastrar recados no portal, parametrizando a sua exibição com ou sem login;
- 15.51.** Possibilitar a exibição de boxes indicativas para os contribuintes, permitindo retornar dados de débitos e quantidade de processos digitais;
- 15.52.** Permitir cadastrar boxes que ao acessar podem carregar serviços ou somente texto informativo;
- 15.53.** Dispor de opção para definir os serviços que serão disponibilizados em destaque para facilitar o acesso;



15.54. Permitir os cidadãos favoritar seus serviços mais acessados, quando estão logados no portal;

15.55. Exibir dados de endereço e contato da entidade;

15.56. Possuir campo de pesquisa que retorne os serviços;

15.57. Dispor de área específica para localizar informações de acessibilidade, como: alto-contraste, aumento e diminuição de fonte e VLibras;

15.58. Permitir cadastro aviso, sendo exibido no portal em forma de pop-up;

15.59. Possuir validação de CAPTCHA para os serviços quando acessados sem login, garantindo a segurança das informações;

15.60. Disponibilizar serviços de Carta de Serviços, carregando todos os registros indicando quais necessitam de login e com a possibilidade de acesso direto por esse meio, baseado na Lei 13.460 de 2017;

15.61. Permitir o cidadão avaliar os serviços disponíveis a ele, baseado na Lei 13.460 de 2017, onde deverá indicar sua satisfação para os seguintes itens:

a) Satisfação com o serviço prestado;

b) Qualidade do atendimento;

c) Cumprimento de prazos e compromissos;

d) Adicionando uma descrição na avaliação;

15.62. Possibilitar que os cidadãos tenham acesso aos resultados das avaliações, sendo exibida a informação por serviço, mediante acesso a Carta de Serviços;

15.63. Possuir autenticidade de documentos e validade via QR Code;

16. MÓDULO DE PROCESSO DIGITAL

16.1. Permitir o trâmite de todo o processo em ambiente digital com dispensa do trâmite em papéis;

16.2. Permitir que a numeração de processo siga sequência numérica e não possibilite o cadastro de dois processos com numeração igual. Sendo reiniciada a numeração a cada novo exercício;

16.3. Possibilitar a configuração de roteiro interno de cumprimento automático para cada assunto, inclusive com a definição de prazo para que cada etapa seja realizada;

16.4. Notificar o requerente e demais responsáveis por envio de e-mail e notificação push, a cada trâmite do processo, conforme configuração estabelecida;

16.5. Dispor de controle de prazos, de acordo com o definido em roteiro, possibilitando que processos pendentes sejam classificados através de cores e ícones indicativos, sendo prazo expirado para o processo e prazo expirado para análise do processo;

16.6. Possibilitar a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário, possibilitando configurar para cada assunto sua correspondente sub-receita;



- 16.7.** Impossibilitar a tramitação de processo com taxa em aberto;
- 16.8.** Permitir a abertura de processos através de acesso externo via site da entidade, dispositivos móveis e cadastro de atendimento por operador do sistema;
- 16.9.** Permitir que vários setores administrativos possam realizar a abertura de processos digitais via sistema, seguindo a mesma numeração do exercício corrente;
- 16.10.** Permitir ao requerente no momento da abertura de processo, utilizando o autoatendimento, a visualização dos documentos obrigatórios para cada assunto;
- 16.11.** Permitir assinatura das movimentações, com a utilização de certificado digital no padrão ICP-Brasil ou eletrônico, nos trâmites, complementos e no encerramento dos processos;
- 16.12.** Dispor de relatórios de gerenciamento por processos, centro de custo, assunto, subassunto, gráficos e etiquetas;
- 16.13.** Controlar as fases de um processo, desde seu registro até seu arquivamento, passando por todos os trâmites necessários, de acordo com as permissões de acesso dos usuários cadastrados;
- 16.14.** Controlar a vinculação de processos por apensamento, considerando as regras: mesmo assunto, mesma localização, mesmo requerente, mesmo endereço e mesmo cadastro imobiliário;
- 16.15.** Permitir anexar os seguintes tipos de arquivos aos processos: cópia de documentações do requerente, pareceres, plantas de projetos, e outros que auxiliem na tramitação e análise, considerando os formatos pdf, png, doc, entre outros;
- 16.16.** Na tramitação de processos, enviar notificação ao usuário de destino do processo, avisando da ocorrência da movimentação;
- 16.17.** Permitir a movimentação de processos por centro de custos ou por usuário;
- 16.18.** Permitir a transferência entre arquivos, após o processo estar arquivado;
- 16.19.** Permitir emissão de relatórios a partir das telas de Consulta de: Assunto, subassunto, Documento e Processo;
- 16.20.** Emitir relatório estatístico com no mínimo os seguintes filtros: Assunto, subassunto, Centro de Custo Atual, Requerente, Parecer, Situação, data de abertura, número do processo e usuário de abertura;
- 16.21.** Permitir emissão de comprovante de abertura, trâmites, encerramento e arquivamento;
- 16.22.** Permitir o cadastro de processos com Requerente anônimo, com a possibilidade de informar telefone e/ou e-mail para contato, desde que configurado;
- 16.23.** Permitir emissão de etiquetas personalizadas contendo informações do Processo, através dos filtros: Número, Ano, Assunto, subassunto, Data e Situação do Processo;



- 16.24. Permitir receber os processos coletivamente, não necessitando receber um a um;
- 16.25. Permitir movimentar vários processos em lote, com a possibilidade de informar pareceres diferentes para cada um dos processos;
- 16.26. Permitir relacionar anexo durante a inserção de movimento e complemento do processo;
- 16.27. Permitir arquivar vários processos de uma única vez;
- 16.28. Na abertura do processo, permitir especificar a finalidade do processo: atendimento ao público ou processo interno da Entidade;
- 16.29. Possibilitar a emissão de gráficos dos processos por assunto, subassunto, centro de custos e situação;
- 16.30. No momento da abertura de um processo, possibilitar que o usuário seja notificado da existência débitos em nome do requerente, através de integração com o módulo Tributário;
- 16.31. Dispor de notificação, durante a abertura de um processo, da existência de outros processos para o requerente informado;
- 16.32. Permitir relacionar Requerentes Adicionais a um processo, tanto no momento da abertura quanto em eventuais alterações;
- 16.33. Dispor de opção para paralisar processos que estão com limite de prazo atingido;
- 16.34. Permitir a inserção dos textos, de abertura e movimentações dos processos, sem limite de caracteres;
- 16.35. Permitir ao gestor do sistema a visualização de todos os processos, independente do centro de custos em que o processo esteja localizado;
- 16.36. Possuir rotina específica onde o usuário visualize apenas os processos da sua repartição;
- 16.37. Nas rotinas de gerenciamento de processos, dispor dos seguintes filtros: situação (aberto, tramitando, em análise, paralisado, cancelado e arquivado), número, ano, requerente, responsável, endereço do requerente, data de abertura, data de previsão, assunto, subassunto, centro de custo atual, usuário do último trâmite e data da última movimentação;
- 16.38. Manter um histórico de tudo que foi realizado com o processo, com as informações de data de abertura, trâmites e recebimentos, além de quais movimentos foram assinados digitalmente;
- 16.39. Possuir cadastro de documento, onde será utilizado para relacionar aos anexos da solicitação;
- 16.40. Possuir validação no cadastro de assuntos e documentos não permitindo a inserção de registros com descrição a duplicada;
- 16.41. Possibilitar a criação de repositório de modelos (templates), que poderão ser utilizados como base para a criação de novos documentos dentro dos processos digitais;



- 16.42.** Deverá conter rotina para gerenciamento dos documentos, salvando o arquivo editado como anexo do processo;
- 16.43.** Possuir histórico de alterações efetuadas principalmente de requerente, assunto, subassunto, cadastro imobiliário e endereço do processo;
- 16.44.** Permitir excluir o último trâmite do processo, desde que ainda não tenha sido recebido, por usuário com privilégio, gravando log da operação;
- 16.45.** Na rotina de gerenciamento do processo, permitir que os processos sejam ordenados pela data da última movimentação, possibilitando visualizar os últimos processos movimentados;
- 16.46.** Permitir configurar o envio de e-mail e notificação push, ao requerente do processo, nas situações de: Abertura, Cancelamento, Trâmites e Encerramento;
- 16.47.** Definir os centros de custos que o usuário possuirá acesso, retornando na sua caixa de processos somente os registros relacionados às permissões pré-definidas;
- 16.48.** Permitir verificar via sistema às notificações referentes aos processos que estão em atraso sob a responsabilidade do usuário logado;
- 16.49.** Permitir verificar via sistema às notificações referentes aos processos que foram enviados para análise do setor repartição ou do usuário logado;
- 16.50.** Definir por assunto os documentos necessários e obrigatórios, que serão solicitados durante a abertura do processo via autoatendimento;
- 16.51.** Definir por solicitação texto de orientação para facilitar o entendimento do cidadão durante a realização da abertura do processo;
- 16.52.** Permitir realizar as seguintes parametrizações por solicitações: relacionamento de cadastro imobiliário, atividades, texto jurídico, emissão de taxa automática, fluxo de processo e termo de aceite;
- 16.53.** Permitir que no momento da abertura do processo, seja via sistema ou autoatendimento, que no cadastro único do requerente sejam verificados o preenchimento e validade dos campos CPF/CNPJ, RG, contato e endereço;
- 16.54.** Possibilitar a tramitação de processos de fluxo ao requerente ou responsável legal caso seja necessário alguma intervenção, por exemplo, inserção de novos anexos;
- 16.55.** Parametrizar configuração de e-mail que será enviado de forma automática aos usuários, responsáveis de centro de custo e/ou destinatários adicionais, quando os processos estão com prazo de análise expirado;
- 16.56.** Permitir que o requerente e responsável legal do processo acompanhe sua solicitação via web, sendo necessário informar o número do processo e o código verificador ou CPF/CNPJ, visualizando todos os trâmites do processo, situação, data e horário da



tramitação, local que se encontra e parecer, podendo incluir novos anexos e complementos ao processo;

16.57. Permitir relacionar responsável a um processo, tanto no momento da abertura quanto em eventuais alterações;

16.58. Possibilitar o usuário logado ao sistema, visualizar apenas processos que foram tramitados para ele e para o seu setor;

16.59. Permitir reimprimir as taxas dos processos, caso solicitado pelo requerente ou responsável do mesmo;

16.60. Possibilitar a impressão em arquivo único de todos os movimentos do processo, para que seja possível realizar alguma análise detalhada da solicitação;

16.61. Emitir relatório padrão referente aos processos de Acesso à Informação, podendo exibir gráfico, requerente, último trâmite e filtrar por data de abertura, situação e requerente;

16.62. Cadastrar termo de aceite para relacionar ao assunto, onde o usuário deverá aceitar as condições para concluir a abertura do processo;

16.63. Permitir cadastrar organograma de acordo com a estrutura administrativa do Município;

16.64. Permitir encerrar processos em lote, informando o parecer e motivo do encerramento;

16.65. Possibilitar a visualização de processos através de indicador, contendo totalizadores em formato de gráfico por situação;

16.66. Permitir informar se o processo possui documentação física e/ou digital;

16.67. Permitir baixar todos os anexos de um processo de uma só vez;

16.68. Permitir a visualização dos anexos do mesmo formato em um processo, de forma agrupada, como se fosse um único arquivo;

16.69. Permitir reabertura de processos, possibilitando selecionar mais de um processo para a reabertura;

16.70. O módulo de processo digital deverá integrar com o cadastro único e cadastros dos demais módulos, como por exemplo: arrecadação, recursos humanos, contabilidade;

16.71. Permitir que um processo seja sigiloso, sendo visualizados somente pelos usuários envolvidos, conforme parametrização;

16.72. Possuir função para facilitar o gerenciamento dos processos, retornando informações relevantes para agilizar as análises do dia a dia, sendo: número/ano do processo, data de abertura, data do último trâmite, requerente, assunto, subassunto, situação, se possui fluxo e ícones indicativos de prazo, origem, finalidade, sigiloso, anexo e taxa relacionada ao processo;

16.73. Permitir visualizar em área exclusiva para detalhamento de processos, informações primordiais para análise, como: situação, data de previsão, quantidade de dias da última



atividade realizada, centro de custo atual, usuário atual, descrição do último trâmite e observação de abertura;

16.74. Permitir visualizar em área exclusiva para detalhamento de processos, informações relacionadas aos processos, como: anexos, linha do tempo, informações de análise, atividades, processos relacionados, processos apensados e solicitação de assinatura. Somente sendo habilitadas as opções se possuir dados vinculados ao processo;

16.75. Permitir visualizar o histórico do processo em linha do tempo, carregando todos os movimentos, como: abertura, trâmite, complemento, recebimento, encerramento, arquivamento, cancelamento, paralisação e reabertura, indicando o usuário e/ou centro de custo e data/hora de execução do procedimento;

16.76. Possibilitar que em consulta única de gerenciamento de processo sejam listados os que estão sob responsabilidade do usuário logado ou do seu setor;

16.77. Permitir indicar usuários que possam ser gestores de processos, possibilitando gerenciar todos os registros cadastrados no módulo de processo digital;

16.78. Permitir na área de gerenciamento de processos, identificar os registros por meio de ícones indicativos, como: prazo expirado para conclusão do processo, prazo expirado para análise do centro de custo, origem do processo, finalidade do processo, sigilo, workflow, taxa e anexo;

16.79. Possibilitar na área de gerenciamento dos processos, identificação de forma clara do tempo desde a última atividade realizada ao processo;

16.80. Permitir gerenciar o processo a partir da tela de visualização, sendo possível adicionar novos anexos, receber, tramitar e complementar o processo, alterando a situação conforme a execução realizada;

16.81. Dispor as informações relacionadas ao processo por meio de ícones na tela de visualização, possibilitando identificar se existem requerentes adicionais, informações adicionais, suspensão de cobrança, viabilidade comercial, atividades comerciais, termo de aceite, processos relacionados ou apensados, legislação, dados de contato e dados do endereço do processo ou do solicitante;

16.82. Permitir imprimir todo o histórico do processo pela tela de visualização do mesmo, sendo possível realizar a impressão individual dos movimentos ou completa;

16.83. Permitir realizar execução de exclusão de trâmite ou complemento do processo pela própria tela de visualização do registro;

16.84. Exibir na listagem do histórico do processo, ícones que indicam de forma objetiva, informações relacionadas ao registro, como: anexo, atividade e assinatura digital/eletrônica;

16.85. Permitir por meio do gerenciador de processos, abrir novas solicitações, retornando somente os assuntos mais acessados e que o usuário logado tenha privilégio atrelado;



16.86. Possibilitar que via função de gerenciamento de processos, o usuário possa despachar as demandas do dia a dia, sem a necessidade de acessar a consulta global dos seus processos;

16.87. Permitir que os processos digitais sejam gerenciados por meio de uma ferramenta de fluxo, integrada ao SGBD, sem necessidade de acesso ou integração com outros sistemas;

16.88. Permitir que o requerente e/ou servidor público, realizem readequações ao processo, adicionando novos anexos e informações faltantes. Registrando o procedimento como histórico do registro;

16.89. Dispor de parametrização por solicitação, para definir se processos com fluxo relacionado podem ser tramitados ao requerente ou responsável, caso seja necessário alguma readequação do pedido;

16.90. Possibilitar que processos que possuam fluxo relacionado possam ser acessados pelo requerente e/ou responsável do processo a qualquer momento no portal de autoatendimento e aplicativo, para acompanhar o andamento da solicitação e intervir caso demandado pela entidade;

16.91. Permitir que o requerente e/ou responsável do processo possam executar atividades configuradas no fluxo do processo, como: adicionar novos documentos e responder informações adicionais;

16.92. Possuir painéis "indicadores" que permitam a visualização dos seguintes dados de processos digitais:

- a) Estatísticas dos processos abertos em quantidade e percentual;
- b) Quantidade dos processos abertos na linha do tempo (ano/mês);
- c) Comparação da quantidade de processos dos últimos dois exercícios;
- d) Comparação da quantidade de processos mensais dos últimos exercícios;
- e) Ranking no número de processos;
- f) Análise do crescimento da abertura de processos e os encerramentos na linha do tempo;
- g) Percentual de processos pendentes e encerrados sobre o total de processos abertos;
- h) Percentual do prazo excedido dos processos digitais gerenciados por workflow;
- i) Quantidade de processos digitais gerenciados por workflow em atraso, agrupados por centro de custo e usuário.

17. MÓDULO DE GESTÃO DE CEMITÉRIOS

17.1. Permitir realizar cadastros de cemitérios;

17.2. Permitir realizar cadastros de lotes;

17.3. Permitir realizar cadastros de sepulturas;

17.4. Permitir realizar cadastros de capelas mortuárias;

17.5. Permitir realizar cadastros de causas das mortes;



- 17.6. Permitir realizar cadastros de funerárias;
- 17.7. Permitir realizar cadastros de ossuários;
- 17.8. Permitir realizar cadastros de coveiros;
- 17.9. Permitir realizar cadastros de horário de trabalho para cada coveiro;
- 17.10. Permitir realizar cadastros de declarantes responsáveis pelos falecidos;
- 17.11. Permitir realizar cadastros de médicos responsáveis pelos falecidos;
- 17.12. Permitir realizar cadastros de falecidos;
- 17.13. Permitir agendar e registrar sepultamentos;
- 17.14. Permitir registrar exumações;
- 17.15. Permitir registrar transferências para ossuários;
- 17.16. Permitir registrar mudanças de cemitérios;
- 17.17. Permitir registrar mudanças de cidades;
- 17.18. Permitir registrar transferências para outros lotes;
- 17.19. Permitir registrar outras transferências;
- 17.20. Permitir registrar desapropriações;
- 17.21. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de cemitérios;
- 17.22. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de lotes;
- 17.23. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de sepulturas;
- 17.24. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de capelas mortuárias;
- 17.25. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de funerárias;
- 17.26. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de agendamentos;
- 17.27. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de sepultamentos;
- 17.28. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de exumações;
- 17.29. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de transferências;
- 17.30. Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de desapropriações e mudanças de cidade/ceitério;
- 17.31. Possibilitar emissão de relatório contendo quantidade de sepultamentos para cada funerária, de acordo com o mês solicitado pelo usuário;
- 17.32. Possibilitar emissão de relatório contendo nome do falecido, funerária e dia do falecimento, de acordo com o mês solicitado pelo usuário;
- 17.33. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes ao agendamento de sepultamento;
- 17.34. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes ao sepultamento;
- 17.35. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às exumações;
- 17.36. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às transferências;
- 17.37. Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes às desapropriações;



- 17.38. Possibilitar emissão de título de aforamento perpétuo e boleto para pagamento;
- 17.39. Possibilitar emissão de termo de isenção para taxa de abertura de uma sepultura;
- 17.40. Possibilitar emissão de dados de localização de sepultados;
- 17.41. Possibilitar emissão de relatórios personalizados;
- 17.42. Permitir rotinas de auditoria de utilização do sistema para a realização de agendamento de sepultamentos, sepultamentos, exumações, transferências, desapropriações e mudanças de cidade/cemitério;
- 17.43. Permitir integração com o modulo de arrecadação e emissão de taxas.

18. MÓDULO DE GESTÃO EDUCACIONAL

18.1. GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 18.1.1. Trabalhar com Cadastro Único de Alunos, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (endereços, contatos, documentos, deficiências, etc.). O cadastro de alunos deverá integrar-se com o cadastro único do software da administração municipal.
- 18.1.2. Possibilitar que o aluno possa ter seu cadastro inativado e ativado no sistema, mantendo assim seu histórico de registros;
- 18.1.3. Cadastrar os tipos de benefícios informando a sua descrição e permitir gerenciar os benefícios que o aluno recebe enquanto matriculado na rede de ensino, informando no mínimo o tipo do benefício, descritivo, data da vigência e o valor do benefício. Permitir que o tipo de benefício possa ser inativado e ativado;
- 18.1.4. Cadastrar os tipos de restrição de saúde informando a sua descrição e permitir gerenciar as restrições que o aluno possui, como restrição alimentar, de medicamentos, etc., informando no mínimo o tipo de restrição e o descritivo;
- 18.1.5. Gerenciar a ficha de saúde do aluno, contemplando no mínimo as informações da unidade básica de saúde mais próxima da sua residência, tipo de parto, data da última consulta médica, convênios de saúde que o aluno possui, dados de vacinas e a situação vacinal do aluno, medicamentos que necessita, doenças crônicas que o aluno possui, doenças que já teve e problemas de saúde atual;
- 18.1.6. Em caso de deficiência do aluno, cadastrar os recursos necessários para realização das provas aplicadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), informando no mínimo o tipo de deficiência e o tipo de recurso de prova que o aluno necessita, como por exemplo, auxílio leitor, auxílio transcrição, prova ampliada (fonte 18), etc.;
- 18.1.7. Gerenciar o grupo familiar do aluno, cadastrando no mínimo o responsável pela família, tipo de família (contemporânea, indígena, quilombola, cigana, etc.), seus integrantes com o grau de parentesco e informações do domicílio com endereço, tipo do imóvel, características do domicílio (localização, situação de moradia, nº de cômodos, etc.);



18.1.8. Cadastrar as espécies de documentos gerenciados na secretaria de educação, como acordos, atos, artigos, informando no mínimo o nome e a descrição da espécie do documento;

18.1.9. Cadastrar os tipos de documentos gerenciados pela secretaria de educação em todos os estabelecimentos de ensino da rede municipal. Informando no mínimo a espécie do documento, seu nome e um descritivo;

18.1.10. Permitir anexar documentos ao cadastro do aluno, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.1.11. Disponibilizar as áreas de atividades complementares de acordo com os padrões do MEC/INEP utilizados na gestão das turmas de atividades complementares, como Cultura, Artes e Educação Patrimonial, Esporte e Lazer, Acompanhamento Pedagógico, etc;

18.1.12. Disponibilizar as subáreas das atividades complementares de acordo com os padrões do MEC/INEP como Música, Manifestações Culturais Regionais, Acompanhamento Pedagógico, Promoção da Saúde, etc.;

18.1.13. Disponibilizar as atividades complementares de acordo com os padrões do MEC/INEP com base no Quadro 04 – Tipo de Atividade Complementar por Categoria/Área do caderno de instruções do censo escolar, como Iniciação Musical, Robótica Educacional, Futebol, Português, Matemática, etc;

18.1.14. Disponibilizar os tipos de atendimento escolar com base no caderno de instruções do censo escolar, como Classe hospitalar, Unidade de atendimento socioeducativo, Unidade prisional, Atendimento Educacional Especializado, Atividade Complementar, Escolarização, etc;

18.1.15. Disponibilizar os tipos de atendimento especializado de acordo com os padrões do MEC/INEP, como Ensino do Sistema Braille, Ensino do Uso de Recursos Ópticos e não Ópticos, Desenvolvimento de vida autônoma, etc. e permite incluir outros tipos de atendimento especializado a critério da rede de ensino;

18.1.16. Disponibilizar os tipos de dependências físicas de ambientes com base no caderno de instruções do censo escolar, como por exemplo, almoxarifado, cozinha, biblioteca, laboratório de informática, etc;

18.1.17. Disponibilizar os tipos de caracterização das estruturas físicas dos prédios com base no caderno de instruções do censo escolar, como Água Potável, Destino do Lixo, Fonte de Energia Elétrica, etc;

18.1.18. Disponibilizar o cadastro de níveis de ensino, Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior, conforme LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996;



- 18.1.19.** Disponibilizar o cadastro de modalidades de ensino, como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), etc;
- 18.1.20.** Organizar as modalidades de ensino por área de atuação, como Crianças (0 à 3 anos) – Creche, Crianças (4 à 5 anos) – Pré-Escola, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médios, Jovens e Adultos, etc.;
- 18.1.21.** Disponibilizar o cadastro de órgãos regionais de ensino organizados por estados conforme as tabelas auxiliares do censo escolar;
- 18.1.22.** Disponibilizar os registros de organização escolar para a estruturação dos cursos, como, Série/Ano (Séries Anuais), Ciclo(s) do Ensino Fundamental, Períodos Semestrais, Alternância Regular de Períodos de Estudos, Grupos não seriados com base na idade ou competência (art. 23 LDB), etc.;
- 18.1.23.** Disponibilizar o cadastro de regimes escolares para a configuração dos cursos, definindo assim a forma de progressão de cada matrícula dos alunos, como Progressão Regular, Progressão Parcial, Progressão Continuada e Promoção Automática;
- 18.1.24.** Cadastrar os tipos de abandono de matrículas informando no mínimo a sua descrição;
- 18.1.25.** Cadastrar os tipos de ambientes escolares informando no mínimo a sua descrição, se utiliza limite de capacidade para controlar a quantidade de pessoas no ambiente e se é uma sala de aula;
- 18.1.26.** Cadastrar as formas de ocupação informando no mínimo a sua descrição, como por exemplo, cedido, alugado e próprio;
- 18.1.27.** Cadastrar os tipos de avaliações externas dos estabelecimentos de ensino, informando a sua descrição e o respectivo avaliador (governo federal, estadual, municipal ou instituição privada);
- 18.1.28.** Cadastrar as bases curriculares utilizadas na composição das matrizes e diretrizes curriculares como a Base Nacional Comum Curricular, Base diversificada, Base profissional, Art.33 (Ensino religioso), etc.;
- 18.1.29.** Cadastrar os tipos de unidades escolares dos estabelecimentos de ensino da rede municipal de educação, informando no mínimo a sua descrição;
- 18.1.30.** Cadastrar anexos para os estabelecimentos de ensino, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;
- 18.1.31.** Cadastrar os equipamentos e recursos disponíveis para os alunos, comunidade e colaboradores dos estabelecimentos de ensino informando no mínimo a descrição do equipamento, como por exemplo, impressora, copiadora, telefone, tablet, etc.;



18.1.32. Gerenciar os atos legais dos estabelecimentos de ensino, como os atos de criação, autorização de funcionamento e reconhecimento, informando no mínimo a categoria (acordão, ato, decreto, etc.), o texto do ato, a data de sancionamento e a situação da regulamentação (em tramitação, sim ou não);

18.1.33. Permite criar campos adicionais no cadastro do estabelecimento de ensino a critério da rede municipal de ensino, podendo ser campos numéricos, alfanuméricos, data, hora, lista, booleanos e editor;

18.1.34. Permitir cadastrar a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, contemplando seus prédios, informando no mínimo o tipo do prédio, forma de ocupação, sua descrição, quantidade de andares, os recursos de internet disponíveis e seu cadastro imobiliário;

18.1.35. Permitir que um prédio possa ser compartilhado com outro estabelecimento de ensino, informando no mínimo para qual estabelecimento está compartilhado e as datas de início e término do compartilhamento;

18.1.36. Permitir cadastrar os ambientes que compõem os prédios da infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, informando no mínimo o tipo do ambiente, a dependência física conforme o censo escolar, sua descrição, público usuário, utilização, área em m², se é climatizado, com acessibilidade e se permite compartilhar com mais de uma turma no mesmo turno;

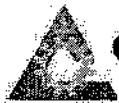
18.1.37. Permite criar campos adicionais no cadastro do prédio a critério da rede municipal de ensino, podendo ser campos numéricos, alfanuméricos, data, hora, lista, booleanos e editor;

18.1.38. Permitir anexar documentos ao cadastro do prédio e de ambientes, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.1.39. Cadastrar as informações da estrutura física dos prédios, como abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, destino do lixo, etc.;

18.1.40. Gerenciar a capacidade física do ambiente para cada grupo de ensino da educação básica (Crianças (0 à 3 anos) - Creche, Crianças (4 à 5 anos) - Pré-Escola, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio), informando no mínimo a modalidade de ensino, o grupo de ensino e a capacidade (quantidade) de pessoas suportadas pelo ambiente;

18.1.41. Permitir configurar se as capacidades dos ambientes serão informadas manualmente ou calculadas automaticamente quando o tipo do ambiente for uma sala de aula. Configurar os parâmetros para o controle de capacidades, como Espaço Reservado para os Professores, para Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio. O sistema deve permitir calcular a capacidade do ambiente quando a mesma estiver configurada como automática e sofrer algum tipo de alteração em seus parâmetros;



18.1.42. Cadastrar as restrições de um ambiente em relação a sua utilização, informando no mínimo o tipo de restrição, sua descrição e dados adicionais de data, hora, dia da semana e turno da restrição;

18.1.43. Permitir anexar documentos ao cadastro dos órgãos de gestão, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.1.44. Cadastrar os compromissos de cada órgão de gestão democrática, informando no mínimo o tipo do compromisso (evento ou reunião), descrição, data e horário em que vai ocorrer o compromisso;

18.1.45. Permitir a inclusão do plano de trabalho de cada gestão do órgão de gestão democrática, informando o projeto/ação/programa, período de execução do plano de trabalho e uma descrição do plano de trabalho;

18.1.46. Permitir o cadastro dos programas de repasse, informando no mínimo a descrição, conta bancária, descrição detalhada, órgão repassador (governo federal, estadual, municipal, etc.), datas de início e término da vigência do programa e mostrar o somatório do recurso total disponível, valor do custeio e valor total capital do programa conforme os lançamentos das despesas, repasses e verbas;

18.1.47. Permitir incluir as informações de repasses e verbas de cada órgão de gestão democrática, informando no mínimo o programa vinculado ao repasse, descrição, valor repassado, valor custeio, valor capital e data do repasse;

18.1.48. Gerenciar os atos legais dos órgãos de gestão democrática, como os atos de criação, autorização de funcionamento e reconhecimento, informando no mínimo a categoria (acórdão, ato, decreto, etc), o texto do ato, a data de sancionamento e a situação da regulamentação (em tramitação, sim ou não);

18.1.49. Permitir registrar as atividades a serem realizadas pelo órgão de gestão, informando no mínimo a descrição da atividade, prazo (data) para realização e as ações que devem ser realizadas em cada atividade, para cada ação, informar a descrição, responsáveis, prazo e tipo (Em andamento, Não Iniciado e Concluído);

18.1.50. Permitir cadastrar o plano de aplicação para o órgão de gestão, informando no mínimo a descrição da categoria de despesa, o valor total projetado e as despesas com seus respectivos valores projetados;

18.1.51. Permitir o cadastro do plano de desembolso para o órgão de gestão, informando no mínimo a categoria de despesas, os períodos (meses), valor programado no período e calcular o saldo do valor projetado automaticamente;



18.1.52. Permitir o cadastro da prestação de contas do órgão de gestão, informando no mínimo a data da prestação de contas, período de vigência (mês e ano), valor total, responsável e situação (Aprovado ou Em Análise);

18.1.53. Permitir que a secretaria escolar realize uma análise da prestação de contas enviada pelo órgão de gestão e retorne um parecer (Aprovado, Em Ajuste ou Reprovado). Em caso de reprovação, a secretaria escolar deverá informar um motivo da reprovação e solicitar os ajustes da prestação de contas;

18.1.54. Permitir o registro das atas de forma digital para o órgão de gestão, informando no mínimo o assunto, data da ata e dispor de um editor de textos para registro das informações referentes à ata;

18.1.55. Cadastrar as entidades parceiras vinculadas aos estabelecimentos de ensino, como ONGs, entidades privadas, ou outras instituições que prestam serviço em parceria com o município para o estabelecimento de ensino, informando também o objetivo da parceria. O cadastro de entidades parceiras deverá integrar-se com o cadastro único do software da administração municipal;

18.1.56. Cadastrar os estoques existentes em cada estabelecimento de ensino informando a sua descrição, como por exemplo, estoque de alimentação escolar, estoque de material de consumo, etc.;

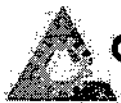
18.1.57. Permitir incluir as avaliações externas dos estabelecimentos de ensino, informando seu tipo (IDEB Anos Finais / 9º ano do Ensino Fundamental, Provinha Brasil / Matemática / 2º ano do Ensino Fundamental, IDEB Anos Iniciais / 5º ano do Ensino Fundamental, etc.), ano, meta e índice alcançado;

18.1.58. Cadastrar os instrumentos pedagógicos disponíveis no estabelecimento de ensino informando a sua descrição, por exemplo, jogos educativos, Acervo multimídia, Brinquedos para educação infantil, etc.;

18.1.59. Cadastrar a estrutura pedagógica da rede municipal, contendo as áreas de conhecimento, informando no mínimo a descrição da área, modalidade de ensino e sigla. Permitir inativar e ativar uma área do conhecimento;

18.1.60. Cadastrar a estrutura pedagógica da rede municipal, contendo os componentes curriculares informando no mínimo a base curricular do componente, a modalidade de ensino, a área de conhecimento, o nome do componente curricular, sigla, descrição resumida, descrição detalhada, cor de destaque, vínculo com a base de componentes curriculares do INEP e da BNCC. Permitir também, informar se o componente é apenas utilizado em históricos escolares;

18.1.61. Dispor os turnos para a estruturação das turmas no sistema, como matutino, vespertino, noturno, integral, etc.;



18.1.62. Cadastrar os diversos contratos de trabalho dos funcionários da rede municipal de educação, informando no mínimo o funcionário, data admissão, informações de nomeação e posse, se é bolsista, cartão ponto e nome no crachá, carreira, cargo (professor, motorista, nutricionista, etc), especialidade, função, nível salarial, lotação (local de trabalho), horário/turno de trabalho, regime de contratação, centro de custo, informações da contratação temporária e informações sobre o concurso prestado;

18.1.63. Cadastro de Cursos Prestados (Formação Profissional) vinculados ao currículo do servidor da educação, informando no mínimo o nome do curso realizado, instituição de ensino, data de início e final da realização do curso e duração (horas);

18.1.64. Gerenciar as movimentações e transferências de local de trabalho do servidor da educação. Informando no mínimo o motivo da transferência, ato legal, data da transferência e o local de destino que ocorrerá a transferência;

18.1.65. Gerenciar as movimentações de aviso prévio/desligamento dos funcionários da educação, informando no mínimo a data do aviso, data de rescisão, tipo de aviso prévio, motivo e observação;

18.1.66. Gerenciar os afastamentos dos funcionários da educação informando no mínimo o motivo do afastamento, a CID (Classificação Internacional de Doenças), observações e o período do afastamento;

18.1.67. Cadastrar a habilitação do professor para lecionar, permitindo informar quais componentes curriculares o professor está habilitado para trabalhar na rede de ensino;

18.1.68. Cadastrar as restrições do funcionário em relação a sua agenda e grades de horário, permitindo informar se existe restrição para atender um determinado dia da semana, turno, horário ou data;

18.1.69. Cadastrar os parâmetros da atividade extraclasse/hora atividade da rede municipal informando no mínimo a descrição, tipo de atividade extraclasse (hora atividade ou aula atividade), limite de atividade com aluno, limite de atividade sem aluno, organização da flexibilização (quantidade no estabelecimento de ensino e quantidade no ambiente de livre escolha);

18.1.70. Cadastrar o quadro de horário da atividade extraclasse do professor, informando no dia da semana e horário os tipos de atividade extraclasse que serão contemplados, a disponibilidade do professor para lecionar e se existe alguma restrição na disponibilidade do professor;

18.1.71. Cadastrar as atividades extracurriculares do professor, permitindo o gerenciamento das horas atividades e das horas em que o professor estará alocado em sala de aula com atividades pedagógicas. Informar no mínimo o tipo de atividade extraclasse, o limite de atividade com aluno, limite de atividade sem aluno, quantidade de horas no estabelecimento,



quantidade de horas de ambiente de livre escolha, preferências de dias para o cumprimento da atividade extracurricular;

18.1.72. Vincular o professor como regente de classe em uma turma e manter seu histórico das regências de classe já realizadas;

18.1.73. Cadastrar os cursos ofertados na rede de ensino, organizando-os por nível de ensino, modalidade de ensino, grupos de ensino, organização escolar e regime escolar. Informar no mínimo o nome, sigla, quantidade de etapas escolares que o curso possui, carga horária total do curso e objetivo;

18.1.74. Gerenciar os atos legais dos cursos, informando no mínimo a categoria (acórdão, ato, decreto, etc.), o número e o ano;

18.1.75. Cadastrar as etapas escolares da rede de ensino, informando no mínimo o curso, nome, sigla, número correspondente da etapa, vínculo com a etapa padrão do INEP, informações da progressão da etapa escolar e faixa etária atendida pela etapa escolar;

18.1.76. Permitir configurar a quantidade de profissionais exigidos para cada etapa escolar, informando a quantidade de alunos e quantidade de profissionais e auxiliares por faixa etária que serão atendidos;

18.1.77. Vincular as etapas escolares em cada estabelecimento de ensino onde será ofertada, informando a quantidade máxima de alunos que a etapa suportará para o cadastro das turmas;

18.1.78. Cadastrar os eixos temáticos da organização curricular da rede de ensino, informado no mínimo a sua descrição;

18.1.79. Cadastrar as matrizes curriculares aplicadas na rede de ensino, informando o curso, etapa escolar, forma de organização da matriz (por componente curricular ou campos de experiência), características, carga horária total mínima e data de vigência, caso necessário realizar atualização da mesma. Informar se a matriz curricular é apenas utilizada em histórico escolar. Permitir ativar ou desativar as matrizes curriculares. Permitir que a matriz curricular possa ser copiada para outro curso e etapa escolar, mantendo suas informações básicas e informações relacionadas;

18.1.80. Vincular os componentes curriculares na matriz curricular, informando a quantidade de aulas semanais. Permitir informar se o componente curricular é opcional, se é utilizado para inclusão social, a carga horária total do componente curricular, a quantidade de aulas semanais presenciais e a quantidade de aulas semanais remotas. Caso a matriz curricular seja organizada por campos de experiência, vincular os campos de experiência ao componente curricular da matriz;

18.1.81. Cadastrar as turmas organizadas por atendimento escolar, mediação didática, estabelecimentos de ensino, curso, etapa escolar, turno e período letivo. Informar também no



mínimo o ID INEP de cada turma, nomenclatura e sua sigla. Configurar a quantidade máxima de alunos na turma conforme definido na etapa escolar. Permitir alterar a situação da turma, se está em planejamento, em enturmação, em andamento (quando iniciado o período letivo), concluída ou cancelada;

18.1.82. Configurar turmas multietapas/multisseriadas de acordo com a padronização do MEC/INEP para o censo escolar;

18.1.83. Configurar se a turma é participante do programa Mais Educação ou Ensino Médio Inovador. Permitir cadastro das turmas integrais vinculadas ao programa Mais Educação;

18.1.84. Configurar os ambientes que as turmas utilizam durante o período letivo, informando o prédio, ambiente e se é preferencial para a turma, alertando o usuário quando um ambiente selecionado não atender a quantidade máxima de alunos da turma;

18.1.85. Permite incluir a matriz curricular que será utilizada pela turma durante o período letivo, permitindo ativar ou desativar a matriz curricular da turma;

18.1.86. Organizar os profissionais em sala na turma, informando o funcionário, se é professor, auxiliar, mediador de aprendizagem ou facilitador e validando a sua lotação no estabelecimento de ensino da turma. Se for professor, informar os componentes curriculares que leciona na turma. Informar também as atividades complementares e/ou atendimento educacional especializado que o profissional trabalhará na turma;

18.1.87. Copiar os dados de uma turma para outro estabelecimento de ensino e etapa escolar, mantendo suas informações e relacionamentos básicos. Permitir também a cópia das turmas para anos subsequentes;

18.1.88. Gerenciar a disponibilidade da turma, mantendo histórico quando há alteração na quantidade máxima de alunos disponíveis para enturmação. Configurar através de parametrização se a turma deve controlar a quantidade de alunos, caso o controle seja aplicado, o sistema deve impedir que a quantidade máxima de alunos seja informada na turma;

18.1.89. Permite substituir um professor na turma, alterando as aulas já agendadas do profissional substituído e não perdendo as informações anteriores à substituição;

18.1.90. Configurar através de parametrização se o sistema deve alertar o usuário quando existir outro cadastro igual da Turma para evitar cadastros repetidos;

18.1.91. Cadastro do plano municipal de educação, informando o texto de apresentação e as datas da vigência do plano. Permite criar as comissões do plano municipal de educação informando a descrição, atos normativos (tipo de ato e número que instituiu a comissão) e os objetivos gerais da comissão. Cadastrar as diretrizes do plano municipal de educação informando a sua descrição;



18.1.92. Para cada comissão do plano municipal de educação permitir incluir seus integrantes informando no mínimo a entidade parceira do integrante e a descrição do seu papel na comissão. O cadastro dos integrantes e das entidades parceiras deverá integrar-se com o cadastro único do software da administração municipal;

18.1.93. Gerenciar a agenda do plano municipal de educação informando no mínimo o ano de trabalho, etapa da agenda (organizar o trabalho, estudar o plano ou monitorar continuamente as metas), ação (reelaborar/atualizar a agenda de trabalho, replicar a formação de monitoramento e avaliação do plano municipal), responsáveis, prazos, observações e situação;

18.1.94. Permite cadastrar o plano de ação para acompanhamento das estratégias das metas de educação e monitorar continuamente as metas e estratégia do plano municipal de educação;

18.1.95. Permitir anexar documentos ao plano municipal de educação, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.1.96. Permite realizar as avaliações do plano municipal de educação e elaboração das notas técnicas do plano;

18.1.97. Cadastro dos conselhos educacionais, informando seu nome, observações, vigência e membros, como por exemplo, o conselho municipal de educação, conselho de alimentação, etc;

18.1.98. Gerenciar os mandatos dos conselhos educacionais informando os atos de autorização do conselho, vigência e recondução permitida. Gerenciar também os planos de trabalho de cada mandato, com as ações propostas e os integrantes dos conselhos;

18.1.99. Gerenciar as reuniões dos conselhos educacionais, informando a descrição, data e horário de ocorrência, permitindo notificar os integrantes dos conselhos e registrando as presenças nas reuniões;

18.1.100. Permite registrar as pautas e atas dos eventos dos conselhos educacionais, registrando a data, participantes e o texto da ata;

18.1.101. Gerenciar os processos de remoção dos servidores da educação, informando no mínimo o ano do processo, o ato legal de autorização do processo, ano de nomeação, descrição do processo, data da abertura e data de divulgação. Vincular os critérios de classificação do processo, informando a descrição, ordem e o peso do critério. Incluir as vagas ofertadas no processo, informando o estabelecimento de ensino, o turno e a quantidade de vagas disponíveis para a remoção;



18.1.102. Permitir a inscrição dos profissionais no processo de remoção, informando seus dados básicos e dados preferenciais de escolha na remoção da lotação, como estabelecimento de ensino e turno preferencial;

18.1.103. Encerrar o processo de remoção realizando a classificação dos inscritos conforme critérios definidos ou por parecer manual do usuário responsável pelo processo de remoção;

18.1.104. Permitir anexar documentos ao processo de remoção dos servidores, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.1.105. Gerenciar os programas educacionais, informando na caracterização do programa o seu nome, valor do orçamento, objetivo, datas de início e término, gestor e o tipo do programa educacional. Para cada programa educacional permitir incluir os tipos e valores de bolsas repassadas, alunos e profissionais vinculados ao programa;

18.1.106. Cadastro e gerenciamento da distribuição dos kits escolares (uniformes, materiais, alimentação, etc), informando a modalidade de ensino, curso, etapa escolar, descrição, ano e quantidade de kits. Para gerenciar a distribuição dos kits escolares para os alunos, é necessário informar o período letivo, data da distribuição, estabelecimento responsável pela distribuição e aluno que está recebendo o kit;

18.1.107. Emitir relatório cadastral dos estabelecimentos de ensino contendo no mínimo os campos: nome do estabelecimento de ensino, tipo de unidade escolar, gestor da unidade, situação de funcionamento, código INEP, dados de endereço, dados de contato, permitindo filtrando os registros por estabelecimento de ensino, tipo de unidade escolar, gestor ou situação de funcionamento;

18.1.108. Emitir relatório cadastral das entidades parceiras contendo no mínimo os campos: nome da entidade, CNPJ da entidade, dados de endereço e contato e nome do gestor da entidade, permitindo filtrar por entidade parceira ou gestor;

18.1.109. Emitir relatório cadastral dos prédios contendo no mínimo os campos que identificam o estabelecimento de ensino do prédio (com nome e tipo de unidade escolar), descrição do prédio, tipo de prédio, forma de ocupação, se é compartilhado, recursos de internet, recursos de estrutura física e os ambientes vinculados ao prédio com descrição, tipo de ambiente, área em m² e se permite compartilhar o ambiente. Permite filtrar os prédios por estabelecimento de ensino, por prédio, tipo de prédio e forma de ocupação;

18.1.110. Emitir relatório cadastral dos cursos contendo no mínimo o nome do curso, sigla, regime escolar, organização escolar, grupo de ensino, modalidade de ensino, quantidade de etapas e carga horária. Listar as etapas escolares que compõem um curso. Permite filtrar por curso, modalidade de ensino e grupo de ensino;



18.1.111. Emitir relatório cadastral das matrizes curriculares, contendo no mínimo os campos: código da matriz, nome, curso, etapa escolar, modalidade de ensino, organização curricular e carga horária, listando também os componentes curriculares que compõem a matriz. Permitir filtrar por matriz curricular, curso, etapa escolar, modalidade ensino ou vigência da matriz curricular;

18.1.112. Emitir relatório cadastral dos profissionais em sala, agrupando por turma, contendo no mínimo os campos turma, funcionário, função/atribuição, componente curricular, atividade complementar, atendimento educacional especializado;

18.1.113. Emitir ficha de informações funcionais consolidada contendo: dados pessoais, endereço, contato, cargos ocupados bem como seus dados de data de admissão, data de rescisão, carga horária e histórico de lotações (estabelecimento de ensino ou local e departamento, função, data de início, data fim e carga horária da lotação);

18.1.114. Emitir relação de turmas por estabelecimento de ensino, contendo no mínimo a identificação do estabelecimento de ensino e das turmas existentes em cada estabelecimento, com nome, sigla, curso, etapa escolar, tipo de atendimento escolar. Permite filtrar por estabelecimento de ensino;

18.1.115. Emitir relação de alunos por estabelecimento de ensino, contendo no mínimo a identificação do estabelecimento de ensino, turmas e o nome dos alunos matriculados em cada turma. Permite filtrar por estabelecimento de ensino e turma;

18.1.116. Emitir relação de professores e componentes curriculares habilitados, contendo no mínimo o nome do professor e o nome do componente curricular habilitado. Permite filtrar por professor ou por componente curricular;

18.1.117. Emitir relatório de servidores da educação com no mínimo os campos: nome, CPF, data de nascimento, dados de endereço e contato, cargo, função, lotação, permitindo filtros por estabelecimento de ensino, cargo, função ou data de admissão;

18.1.118. Emitir relatório de alunos que recebem benefícios, contendo no mínimo o nome do aluno, descrição do benefício e data da vigência do benefício, permitindo filtrar por período letivo, por turma ou por estabelecimento de ensino;

18.1.119. Emitir relatório de alunos portadores de necessidades especiais, contendo no mínimo o nome do aluno e o tipo de deficiência, permitindo filtrar por período letivo, por turma ou por estabelecimento de ensino;

18.1.120. Emitir relatórios de equipes de gestão (direção, vice direção, coordenação e orientação), contendo no mínimo a identificação do estabelecimento de ensino, nome do membro da equipe e o cargo. Permite filtrar por estabelecimento de ensino;

18.1.121. Emitir Atestados de Docência por período. Os atestados poderão ser emitidos pelas secretarias de escola (com dados referentes apenas à lotação) ou pela Secretaria Municipal



de Educação (com dados referentes a todas as lotações), contendo no mínimo o nome do funcionário e a sua lotação.

18.2. GESTÃO PEDAGÓGICA

18.2.1. Cadastro da estrutura pedagógica da base nacional comum curricular, organizada por modalidade de ensino, contemplado os direitos de aprendizagem, campos de experiências, grupos de organização da base, objetivos de aprendizagem, campos de atuação/eixos organizadores, eixos temáticos, unidades temáticas e práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades, campos de atuação e habilidades do ensino médio;

18.2.2. Cadastro dos sistemas de avaliação por modalidade de ensino, definindo a sistemática para cada matriz curricular, sendo por nota, conceito, parecer, indicador ou menção. Permite informar se o sistema de avaliação considera avaliação e/ou frequência escolar, definido os parâmetros mínimos para aprovação e consequente progressão escolar;

18.2.3. Para cada componente curricular da matriz curricular associada ao sistema de avaliação define-se as configurações de avaliação, por exemplo, tipo de recuperação, quantidade mínima de avaliações a serem realizadas, quantidade mínima de recuperações, etc.;

18.2.4. Permite definir o sistema de avaliação para o período letivo de acordo com a modalidade de ensino, aplicando-se a sistemática para todas as turmas do período e modalidade de ensino. Caso a turma tenha uma sistemática diferenciada, é possível definir nas configurações da turma a exceção;

18.2.5. Permitir ao profissional da educação elaborar fórmulas dos instrumentos de avaliação por período letivo, que serão utilizadas por todos os estabelecimentos de ensino da rede de ensino. Configurar as fórmulas de cálculo de média e frequência escolar por sistema de avaliação. Ao copiar um período letivo, os sistemas de avaliação também devem ser copiados para o novo período;

18.2.6. Permite criar os modelos de planejamento pedagógico, criando uma padronização da organização do planejamento escolar. Definem-se os modelos por modalidade de ensino, grupo de ensino, curso, etapa escolar, componente curricular, informa-se também a descrição e o tipo de plano de aula diário, se é por aula ou por data. Permite também informar se os planos de aula vinculados ao modelo de planejamento aguardam homologação da equipe pedagógica, permitindo assim, que sejam informados pareceres (homologado, necessita ajuste) sobre o planejamento do professor;

18.2.7. Permite criar versões do modelo de planejamento, descontinuando a versão anterior e habilitando a nova versão para modificar as informações;

18.2.8. Permite definir itens obrigatórios para o modelo de planejamento, onde obrigará o professor a preencher durante seu processo de planejamento;



18.2.9. Nos modelos de planejamento do ensino fundamental devem ser definidas as habilidades contempladas pelo planejamento e nos modelos de planejamento da educação infantil devem ser definidos os direitos de aprendizagem, campos de experiência e objetivos de aprendizagem contemplados no planejamento;

18.2.10. Gerenciar os planos de ensino, permitindo visualizar as avaliações de aprendizagem e os planos de aula elaborados pelos professores;

18.2.11. Cadastro das avaliações de aprendizagem de cada plano de ensino, permitindo informar no mínimo a descrição da aprendizagem e os instrumentos de avaliação aplicados ao planejamento. Para cada instrumento de avaliação deve-se informar no mínimo a metodologia, descrição, observação, sigla e o peso da avaliação;

18.2.12. Cadastro dos planos de aula do professor, de acordo com o plano de ensino definido, o professor pode criar seu planejamento de aulas informando a temática, datas previstas, estratégias, habilidades, campos de experiência, e outros recursos relacionados ao seu planejamento. Promover a interdisciplinaridade dos componentes curriculares do professor;

18.2.13. Permitir anexar documentos ao plano de ensino e ao plano de aula, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.2.14. Cadastro dos encaminhamentos dos alunos, informando o motivo, data, motivo e opcionalmente informando para qual profissional o aluno deve ser encaminhado;

18.2.15. Gerenciar o acompanhamento pedagógico, informando o aluno, a data de abertura e o motivo do acompanhamento. Permitir que o setor pedagógico realize o registro de cada encontro ou ação realizada com o aluno, informando a data e a descrição. Permitir informar uma data para encerrar o acompanhamento pedagógico;

18.2.16. Permitir o gerenciamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos estabelecimentos de ensino pela equipe pedagógica, informando o estabelecimento de ensino, datas de vigência, e permitir adicionar o texto do PPP;

18.2.17. Dispor de painel gerencial para a equipe pedagógica acompanhar a situação de cada estabelecimento de ensino, em relação ao desempenho escolar mostrar no mínimo os alunos com melhor aproveitamento (médias mais altas) e com pior aproveitamento (médias mais baixas), dispor de gráfico de desempenho das matrizes curriculares, ilustrando a quantidade de alunos acima ou abaixo da média por componente curricular. Mostrar no painel a quantidade de observações disciplinares, acompanhamentos pedagógicos e encaminhamentos de alunos cadastrados no período letivo para o estabelecimento de ensino. Mostrar os diários de classe com pendência de notas e frequência por turma no estabelecimento de ensino. Mostrar o percentual de planos de aula que estão utilizando a



estrutura pedagógica da BNCC para a elaboração dos planos de aulas, cruzando as informações dos modelos de plano de ensino com os planos de aulas dos professores.

18.3. SECRETARIA ESCOLAR

18.3.1. Permitir o controle dos documentos obrigatórios para efetivação da matrícula, informando para cada modalidade de ensino e tipo de movimentação de matrícula o tipo de documento que será aplicada a obrigatoriedade durante o processo;

18.3.2. Permitir a realização da matrícula regular dos alunos em turmas nos estabelecimentos de ensino em uma etapa escolar, turno, possibilitando o controle da data de matrícula, situação e os processos consequentes, com no mínimo os seguintes itens: enturmação, evasão, cancelamento, falecimento, reclassificação, transferência externa, transferência de turma (remanejo) de forma individual ou de forma múltipla compartilhando as informações do aluno com a nova turma e/ou estabelecimento de ensino quando a mesma for pertencente à rede pública municipal de ensino;

18.3.3. Permite realizar matrículas de alunos em atividades complementares, informando inicialmente a matrícula regular do aluno e consequentemente a data da matrícula, turno, turma e atividade complementar a realizar;

18.3.4. Permite realizar matrículas de alunos em atendimento educacional especializado, informando inicialmente a matrícula regular do aluno e consequentemente a data da matrícula, turno, turma e atendimento especializado;

18.3.5. Permite realizar matrículas de alunos de forma complementar, em situações onde é necessário reforço ou acompanhamento diferenciado do aluno, principalmente em alunos oriundos de outras redes de ensino. Informa-se a data da matrícula, estabelecimento de ensino, período de matrícula, turno, etapa escolar e a turma;

18.3.6. Permite realizar matrículas de alunos condicionados ao regime de dependência, informando quais os componentes curriculares que serão cursados no período letivo;

18.3.7. Nas turmas de turno integral deve ser possível indicar qual turno é frequentado pelo aluno e considerar este para a contagem de vagas (por exemplo, se um aluno é atendido no turno da manhã em turma de turno integral o sistema deve contabilizar uma vaga no turno da tarde nesta turma);

18.3.8. Permite a enturmação do aluno durante o processo de matrícula ou posterior ao processo de matrículas. Na enturmação informar a turma e a observação.

18.3.9. Permite cancelar a matrícula e a enturmação do aluno, informando a data do cancelamento e o motivo. Se houver mais de uma matrícula vinculada à matrícula regular, o sistema deverá cancelar todas as matrículas que possuem vínculo com a mesma;

18.3.10. Permite dispensar componentes curriculares da matrícula do aluno, informando a data e o motivo da dispensa;



18.3.11. Permite realizar o processo de reclassificação do aluno no período letivo de acordo com definições da equipe pedagógica. Permitir anexar documentos ao processo de reclassificação, permitindo arquivos de até 2MB e informando no mínimo o nome do documento, seu tipo e data de emissão ou criação;

18.3.12. Permite realizar a matrícula dos alunos em lote ou de forma individual, informando o período de matrícula, curso, etapa escolar e turno de destino. Em caso de erro na matrícula informar o motivo da pendência e permitir que o usuário tente realizar a mesma matrícula;

18.3.13. Permite o gerenciamento dos diários de classe, registrando por parte do professor o conteúdo ministrado nas aulas, informando o plano de aula de origem, a data da aula, o tema e as observações do professor para o registro;

18.3.14. Permite registrar a frequência escolar (presença, presença parcial, presença remota, falta ou falta justificada), permitindo por data ou por período de aula, de acordo com a configuração pré-definida no sistema;

18.3.15. Permite registrar as avaliações no diário de classe, integrando com o planejamento do professor, informando no mínimo o título, descrição, sigla e data da avaliação. Permitir registrar o conteúdo e os critérios de avaliação;

18.3.16. Permite registrar o desempenho (notas, pareceres, menções, conceitos, etc.) dos alunos em um diário de classe de acordo com o sistema de avaliação definido para a matriz curricular e etapa escolar da turma;

18.3.17. Permite registrar as observações disciplinares dos alunos durante o período letivo, informando a matrícula do aluno, o tipo de observação, uma descrição e a data da ocorrência. Permitir se a observação será publicada para o responsável do aluno e também se é necessário realizar acompanhamento pedagógico para o aluno;

18.3.18. Permite o gerenciamento dos conselhos de classe pela equipe pedagógica e secretaria escolar, registrando o agendamento, atas e participantes do conselho de classe;

18.3.19. Permite o gerenciamento das atas dos resultados finais dos alunos ao término do período letivo, registrando a situação final após o fechamento das médias e frequência do aluno;

18.3.20. Permite o gerenciamento dos históricos escolares, informando no mínimo a modalidade de ensino, curso, etapa escolar, ano de conclusão, frequência anual, e resultado final do histórico. Incluir os componentes curriculares e resultados de cada componente do histórico;

18.3.21. Permitir criar e controlar avisos e comunicações internas da Secretaria Municipal de Educação e das secretarias das unidades escolares definindo o tipo de aviso (reunião, evento, viagem, entre outros), urgência, data, destinatário em grupo como unidade escolar, etapa,



ano/série, turma e grupo de pessoas (alunos matriculados, professores, secretários, diretores, entre outros);

18.3.22. Permite a gestão da distribuição dos livros didáticos, contemplando a solicitação, estoque, distribuição, ofertas e remanejamentos conforme o PLD (Plano Nacional do Livro Didático);

18.3.23. Permite criar as listas de materiais escolares exigidos para cada etapa escolar e/ou componente curricular no estabelecimento de ensino;

18.3.24. Emitir comprovante de matrícula e enturmação do aluno, contendo no mínimo o nome do aluno, estabelecimento de ensino, dados da turma, curso, etapa escolar e turno;

18.3.25. Emitir relatório de registros de frequência contendo as informações da frequência do aluno por turma, relatório de atestado de vaga informando a matrícula do aluno, estabelecimento de ensino e a etapa escolar no qual está devidamente matriculado;

18.3.26. Emitir relatório de aniversariantes, informando no mínimo o nome do aluno, data de nascimento e informações da matrícula;

18.3.27. Emitir relatório das Atas de Resultados Finais de Ano, informando por turma o resultado final obtido pelo aluno;

18.3.28. Possibilitar todos os elementos para o fechamento do ano letivo (notas por etapa/modalidade, turma e alunos, por conceito e por parecer, faltas e conselhos de classe);

18.3.29. Permitir o lançamento de avaliações parciais definindo o peso da avaliação, tipo da avaliação (trabalho, prova, apresentação, entre outros), data e situação (ativo, inativo);

18.3.30. Permitir o lançamento de parecer descritivo para uma avaliação parcial, situação do aluno para a avaliação (normal, não compareceu, dispensado);

18.3.31. Permitir o lançamento de avaliações em paralelo mantendo a maior nota como válida, ou conforme definido no sistema de avaliação;

18.3.32. Permitir calcular automaticamente a avaliação final do período avaliativo com base nas avaliações parciais lançadas;

18.3.33. Permitir o fechamento dos períodos avaliativos abertos, realizando a consistência de todas as informações incorretas nas matrículas efetuadas, como exemplos: notas em aberto, falta do registro de frequência, inconsistências com a base curricular;

18.3.34. Dispor de funcionalidade para realizar o cálculo da média final automaticamente para apenas um componente curricular ou para todos os componentes da turma, permitindo a seleção de uma turma ou várias turmas ao mesmo tempo, mostrando o número de componentes relacionado à turma, número de matrículas e o percentual de médias geradas sinalizando se o cálculo foi executado com sucesso bem como notificações da turma, aluno e componente, como aluno sem nota, resultado final já fechado, entre outras;



18.3.35. Permitir o controle dos resultados finais do ano de forma que nas atas de resultados finais sejam impressos apenas os alunos e turmas com resultado fechado (com resultado final ou movimento de matrícula, como transferido, evadido, falecido, etc);

18.3.36. Após o fechamento do diário de classe e ata final o sistema não deve permitir a alteração das médias finais e o resultado sem a liberação de um usuário de maior nível (Secretaria Municipal de Educação);

18.3.37. Permitir a emissão de boletins escolares através de filtros como período letivo, turma, situação da matrícula, sinalizando se o aluno possui nota, conceito, parecer descritivo, parecer final e/ou menção para o período avaliativo, possibilitando a seleção de um ou vários alunos ao mesmo tempo;

18.3.38. Permitir emissão do histórico escolar por etapa e modalidade, contendo os dados do aluno, as médias e frequências dos registros das etapas escolares;

18.3.39. Gerar relatórios de Planejamento dos Professores, Observação Disciplinar, Avaliação do aluno, Avaliação por parecer descritivo, Avaliação por período letivo, Registro, Encaminhamento, Determinações e orientações do conselho de classe, Registro de chamamento de pais e responsáveis, Encaminhamentos especializados do período letivo, Conselho de classe participativo;

18.3.40. Permitir a emissão dos principais relatórios: comprovante de comparecimento, atestado de escolaridade, atestado de frequência com percentual, atestado de matrícula, crachá do aluno, alunos matriculados;

18.3.41. Consultar histórico da matrícula do aluno em formato de linha do tempo, ilustrando as movimentações realizadas na matrícula;

18.3.42. Emitir guia de transferência de matrícula contendo os dados parciais de avaliação e frequência do aluno durante o período letivo.

18.4. GESTÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

18.4.1. Cadastro do calendário escolar geral do ano letivo, gerenciado pela secretaria de educação, contemplando todos os eventos e compromissos do ano letivo por modalidade de ensino;

18.4.2. Cadastro do calendário escolar de cada estabelecimento de ensino gerenciado pela secretaria escolar com base no calendário geral do ano letivo, onde é possível cada estabelecimento de ensino definir os eventos próprios, mas sem modificar o calendário base da secretaria de educação;

18.4.3. Permite definir o sistema de avaliação para o período letivo de acordo com a modalidade de ensino, aplicando-se a sistemática para todas as turmas do período e modalidade de ensino. Caso a turma tenha uma sistemática diferenciada, é possível definir nas configurações da turma a exceção;



18.4.4. Permitir o cadastro dos projetos pedagógicos (ex: sábados integradores, formações pedagógicas, etc.), relacionados ao calendário do estabelecimento de ensino, informando o responsável pela aprovação do projeto, título, apresentação, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia, recursos, avaliação, dados de referência, coordenação, equipe diretiva, períodos letivos envolvidos no projeto e o cronograma;

18.4.5. Permitir o registro de pareceres em relação aos ajustes necessários nos projetos pedagógicos. O sistema também deve permitir a execução dos pareceres, onde é possível realizar os ajustes que foram indicados para o projeto;

18.4.6. Cadastro dos tipos de módulos letivos: ano, bimestre, trimestre, semestre, etc, informando no mínimo a sua descrição e a quantidade máxima de períodos vinculados ao módulo letivo;

18.4.7. Cadastros da organização dos módulos letivos: 1º bimestre, 2º bimestre, 1º trimestre, 2º trimestre, etc., informando no mínimo a sua descrição, tipo do módulo letivo e o número correspondente do módulo;

18.4.8. Criar grupos de horários definindo sua descrição e seu turno. Permitir definir os horários do grupo, de forma individual ou múltipla, classificando o horário em aula, intervalo. Para cada horário informar a hora de início e término, bem como o número correspondente ao período. Possibilitar a configuração do tempo de duração que as aulas e os intervalos entre as aulas devem ter em cada dia da semana;

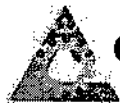
18.4.9. Permitir o cadastro de qualquer tipo de evento, tais como: feriados, recessos escolares, férias, reuniões, datas festivas, dias letivos, datas comemorativas, conselhos de classe, turnos únicos, planejamentos coletivos, entre outros;

18.4.10. Cadastro dos feriados de forma unificada para toda a rede de ensino. O cadastro dos feriados deverá integrar-se com o cadastro de feriado do software da administração municipal;

18.4.11. Cadastro dos períodos letivos organizando por modalidade de ensino e informando o período de vigência, período do recesso escolar, período dos exames finais. Vincular os módulos letivos que contemplam o período letivo. Para cada módulo letivo vinculado informar a data de início e término e as informações sobre a publicação das notas;

18.4.12. Cadastro das grades horárias contemplando o relacionamento entre o grupo de horário e a turma. Permite ajustar o horário da grade horária informando o componente curricular, atividade complementar ou atendimento educacional especializado e seu respectivo profissional e ambiente utilizado;

18.4.13. Realizar a validação da grade horária, validando os conflitos entre os horários das turmas do período letivo vigente. Após a validação ser realizada a grade horária poderá ser homologada para utilização;



18.4.14. Permite gerar várias versões da grade horária, porém, somente uma versão pode estar homologada e em uso para cada turma;

18.4.15. Permite cancelar uma grade horária e a alteração só pode ser realizada enquanto a grade não estiver homologada;

18.4.16. Permite visualizar o log das ocorrências registradas durante a validação da grade horária para a detecção de possíveis inconsistências ou erros lógicos nos dados que podem impedir a geração de uma grade de horários desejável, provendo uma descrição do problema em forma de erros, que não permitem prosseguir com a geração, ou alertas, que apenas previnem o usuário de um possível impedimento na obtenção da melhor solução;

18.4.17. Permitir a visualização dos dados problemáticos de forma a facilitar a correção, contendo no mínimo o tipo do erro e a descrição do erro encontrado;

18.4.18. Permite gerar o calendário da turma a partir do calendário escolar e da grade horária;

18.4.19. Cadastro dos períodos de matrícula por modalidade de ensino, com possibilidade de informar o número e ano do edital que contempla o período, definir também o tipo (matrícula nova, rematrícula ou período de inscrição para central de vagas). Permitir vincular os estabelecimentos de ensino no qual o período de matrícula está vigente;

18.4.20. Permite copiar o período de matrículas para outro período letivo, carregando todas as informações relacionadas para o outro período de matrículas;

18.4.21. Possibilitar a emissão do relatório do calendário escolar do estabelecimento de ensino, contendo no mínimo as informações dos dias letivos, feriados e recessos escolares;

18.4.22. Permitir consultar e emitir relatórios das grades de horários utilizadas para as turmas em determinado período, contendo no mínimo os dados da turma, dias da semana, funcionário, componente curricular ou atividade complementar ou atendimento educacional especializado e ambiente.

18.5. GESTÃO DO PROFESSOR

18.5.1. O professor deve realizar o acesso ao sistema com perfil específico de forma que, em hipótese alguma, possa acessar funções administrativas do sistema ou que possa acessar dados de outros professores;

18.5.2. Permitir que o professor, ao acessar o sistema visualize um painel gerencial com os próximos horários de aula informando o componente, turma, dia da semana e a hora de início e término da aula;

18.5.3. Permitir o acesso rápido entre mais de uma unidade escolar e turmas, a visualização de avisos pertinentes como limite de lançamento de avaliações, registro de frequência, entre outros;



- 18.5.4.** Permitir o lançamento de planejamentos de conteúdo para os componentes das turmas, definidos no modelo de planejamento pedagógico;
- 18.5.5.** Permitir o lançamento de conteúdos para os componentes de uma turma, realizando o lançamento para cada data letiva ou período de avaliação, relacionando os conteúdos planejados anteriormente e/ou complementar o que foi planejado;
- 18.5.6.** Permitir o lançamento diário de observações dos alunos;
- 18.5.7.** Permitir a emissão de relatório das observações dos alunos;
- 18.5.8.** Permitir o anexo de arquivos e documentos no lançamento de planejamentos de conteúdo, permitindo arquivos de no máximo 2MB;
- 18.5.9.** Permitir o lançamento da frequência diária on-line dos alunos, permitindo justificar a falta de um aluno;
- 18.5.10.** Permitir a emissão da lista de chamada, podendo ser definido observações, ordem da lista dos alunos (alfabética, matrícula), modelo de lista (preenchido, em branco, horários) e linhas adicionais;
- 18.5.11.** Permitir o lançamento de avaliações, definindo a data, o tipo de avaliação, peso, possibilitando a realização de avaliações de recuperação paralelas;
- 18.5.12.** Permitir a emissão de um relatório com todas as avaliações realizadas pelo professor, contendo no mínimo a data da avaliação, título da avaliação, tipo de avaliação e peso;
- 18.5.13.** Permitir o lançamento das avaliações finais dos alunos de acordo com o formato da avaliação (conceito, parecer, nota), informar o parecer e apresentar a contagem de presenças, faltas, faltas justificadas, com percentual de frequência (faltas justificadas sendo consideradas como presenças), de acordo com os registros diários de frequência;
- 18.5.14.** Permitir parametrizar se a alteração da avaliação poderá ser realizada apenas com justificativa, visualizar a sugestão da nota (cálculo realizado a partir das notas parciais), identificar se um aluno possui o lançamento diferenciado de avaliação;
- 18.5.15.** Permitir no lançamento das avaliações finais dos alunos a consulta às avaliações parciais relacionadas ao período avaliativo;
- 18.5.16.** Permitir a consulta e emissão de relatório das avaliações parciais e finais de cada aluno;
- 18.5.17.** Permitir emissão de relatório de alunos por turma, contendo informações como nome, data de nascimento, idade, endereço, gênero, raça/cor e filiação.

18.6. APP PROFESSOR

- 18.6.1.** Permitir o registro das avaliações, informando no mínimo o título ou descrição e a data de realização;
- 18.6.2.** Permitir o acesso ao sistema por parte do docente com perfil exclusivo, assegurando que, sob nenhuma circunstância, consiga visualizar dados de outros professores;



18.6.3. Viabilizar o acesso ágil entre diferentes unidades educacionais;

18.6.4. Permitir a busca pelos diários de classe;

18.6.5. Viabilizar o registro da frequência diária dos estudantes, com possibilidade de justificar a ausência de um aluno;

18.6.6. Viabilizar o registro dos conteúdos ministrados por data letiva para os componentes curriculares da turma, com a possibilidade de vinculação aos planejamentos;

18.6.7. Permitir o registro dos resultados das avaliações dos estudantes;

18.6.8. Permitir o registro de anotações individuais dos alunos;

18.6.9. Viabilizar a visualização das matrículas dos alunos vinculados às turmas e estruturas de ensino às quais o professor está associado.

18.7. CENSO ESCOLAR

18.7.1. Disponibilizar os registros padrões das tabelas auxiliares utilizadas na exportação do censo escolar, como línguas indígenas, etapas escolares e instrumentos pedagógicos;

18.7.2. Permitir configurar as regras de validação do censo escolar para o sistema realizar análise prévia de pendências nos cadastros que devem ser exportados ao Educacenso;

18.7.3. Gerenciar os Layouts de Importação e Exportação do Educacenso para cada ano letivo;

18.7.4. Permitir as seguintes validações conforme as regras do censo escolar: validar e gerar dados do Estabelecimento de Ensino, dados cadastrais das turmas, dados cadastrais de alunos, dados cadastrais de matrículas, dados cadastrais dos profissionais escolares, dados da situação da matrícula do aluno, podendo alterá-los se necessário, antes de gerar o arquivo e enviar para o Educacenso;

18.7.5. Permitir gerar os arquivos de migração de todas as etapas do Educacenso conforme layouts definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

18.7.6. Emitir relatório da frequência mensal dos alunos para o programa Bolsa Família, contendo o nome do aluno, dados da matrícula e a frequência atual do aluno.

18.8. TRANSPORTE ESCOLAR

18.8.1. Permitir o registro de veículos, incluindo informações como categoria, fabricante, versão, descrição, ano de fabricação e do modelo, tonalidade e número do RENAVAM;

18.8.2. Viabilizar o cadastro de condutores;

18.8.3. Permitir a inserção de informações relativas à renovação da CNH dos condutores;

18.8.4. Permitir o lançamento dos cursos realizados pelos motoristas;

18.8.5. Disponibilizar o cadastramento das rotas, com a identificação dos pontos de embarque e desembarque;



18.8.6. Habilitar a visualização das paradas das rotas em interface cartográfica, exibindo os locais previamente registrados;

18.8.7. Facilitar o controle das jornadas de transporte escolar, compreendendo o agendamento das repetições nas quais a rota será executada;

18.8.8. Permitir o cadastro de prestadores de serviço;

18.8.9. Permitir a administração das requisições de transporte escolar, efetuadas pelos beneficiários do serviço, possibilitando sua validação ou rejeição.

18.9. BIBLIOTECA

18.9.1. Permitir o registro das bibliotecas vinculadas às instituições de ensino, espaços de leitura e demais locais da rede municipal de educação;

18.9.2. Possibilitar a configuração do prazo máximo de empréstimo, valor da penalidade por dia, limite de itens emprestados simultaneamente e tempo de carência para nova solicitação da mesma obra em cada biblioteca;

18.9.3. Permitir definir os parâmetros de reserva de itens para cada biblioteca individualmente;

18.9.4. Permitir estabelecer as condições para renovação de empréstimos conforme configuração específica de cada biblioteca;

18.9.5. Permitir a inserção dos tipos de acervo, temas, escritores, unidades de leitura, classificações de obras, coleções, empréstimos, exemplares e idiomas, atribuindo uma descrição a cada categoria;

18.9.6. Viabilizar o cadastro de acervos, especificando seu tipo e a respectiva descrição;

18.9.7. Permitir a inclusão de informações sobre os autores, como nome, sobrenome e classificação de autoria;

18.9.8. Permitir a inserção da Classificação Decimal de Dewey/Universal (CDD/CDU);

18.9.9. Possibilitar o cadastro centralizado das obras literárias, compartilhadas entre todas as bibliotecas da rede;

18.9.10. Permitir a organização das obras conforme categorias definidas;

18.9.11. Permitir cadastrar editoras, informando nome e cidade da mesma;

18.9.12. Disponibilizar previamente cadastrada a tabela Cutter-Sanborn;

18.9.13. Permitir o registro dos leitores ou usuários frequentadores das bibliotecas;

18.9.14. Permitir a inserção de exemplares específicos para cada unidade bibliotecária;

18.9.15. Viabilizar a funcionalidade de reserva de exemplares, permitindo que alunos, docentes e demais usuários realizem reservas;

18.9.16. Permitir a realização de empréstimos de exemplares para estudantes, professores e demais usuários cadastrados;



18.9.17. Disponibilizar a geração de etiquetas para exemplares, permitindo a identificação física das obras e itens cadastrados;

18.9.18. Permitir a emissão de comprovantes referentes a empréstimos, renovações, multas e devoluções, sendo possível gerar recibos para cada uma dessas ações;

18.9.19. Permitir a geração de relatórios com a listagem dos empréstimos realizados.

18.10. NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

18.10.1. Permitir o registro dos componentes utilizados nas preparações técnicas, informando a qual banco de composição nutricional pertencem e qual unidade de medida está sendo considerada;

18.10.2. Viabilizar a associação dos componentes com os itens obtidos através do processo de aquisição de gêneros alimentícios;

18.10.3. Permitir o lançamento das preparações técnicas, especificando nome, modo de preparo e prazo de validade da receita;

18.10.4. Possibilitar a vinculação dos componentes que integram as preparações técnicas, detalhando o Peso Bruto (por pessoa), Peso Líquido (por pessoa) e o Fator de Correção;

18.10.5. Permitir o cadastro dos fornecedores responsáveis pelo fornecimento da alimentação escolar;

18.10.6. Permitir o registro dos depósitos e almoxarifados existentes nas instituições de ensino e empregados na administração da alimentação escolar;

18.10.7. Disponibilizar os bancos de dados de composição nutricional dos alimentos previamente cadastrados, possibilitando a inclusão de novos registros;

18.10.8. Permitir o cadastro dos cardápios conforme etapa de ensino, grupo de exigência nutricional diária e natureza do cardápio, especificando os nutricionistas responsáveis e as refeições previstas; para cada refeição do cardápio, detalhar os preparos que serão oferecidos;

18.10.9. Viabilizar a visualização dos conteúdos nutricionais do cardápio por dia;

18.10.10. Permitir a consulta aos almoxarifados;

18.10.11. Permitir o registro do controle de consumo realizado pelas unidades de ensino;

18.10.12. Permitir o cadastro do planejamento de aquisição, indicando a data do planejamento, o método de cálculo e a descrição geral; para cada planejamento, registrar as instituições de ensino e os cardápios que serão contemplados;

18.10.13. Viabilizar o registro dos dados antropométricos dos estudantes conforme ações conduzidas pelos nutricionistas nas unidades escolares;

18.10.14. Permitir a consulta, visualização e impressão da avaliação nutricional (Peso para idade, Peso para altura, IMC e Altura para idade); também deverá ser apresentado o Escore Z dos alunos por faixa etária e unidade de ensino;



18.10.15. Permitir a administração dos testes de aceitabilidade das refeições, especificando a metodologia aplicada, a data e o estabelecimento educacional onde será realizado o teste;

18.10.16. Permitir o cadastro das condições clínicas dos alunos que necessitem de alimentação diferenciada;

18.10.17. Integrar as informações de recebimento e distribuição para atualização dos estoques, permitindo o monitoramento pelo responsável pelo item e a transferência entre almoxarifados (por exemplo, transferência de alimentos entre almoxarifados de diferentes escolas);

18.10.18. Permitir a emissão da ficha técnica da preparação contendo os dados nutricionais;

18.10.19. Permitir a geração dos cardápios.

18.11. CENTRAL DE VAGAS

18.11.1. Permitir o registro dos critérios de priorização de vagas para os processos de inscrição de matrícula;

18.11.2. Permitir a inclusão das razões para recusa da oferta de vagas, informando a respectiva descrição;

18.11.3. Permitir configurar as faixas etárias atendidas pela rede municipal de ensino, possibilitando vincular as etapas escolares compatíveis a cada uma;

18.11.4. Permitir definir o número mínimo de instituições educacionais preferenciais para a solicitação de vaga;

18.11.5. Permitir estabelecer a quantidade de dias úteis para a realização da matrícula após o encaminhamento do estudante;

18.11.6. Permitir definir o número máximo de tentativas de contato com o responsável para oferta de vaga ao candidato na lista de espera;

18.11.7. Permitir cadastrar o processo de ranqueamento, especificando os critérios e pesos aplicáveis à classificação das inscrições;

18.11.8. Permitir o registro das capacidades de vagas por ano, escola e modalidade de ensino, vinculando o número de vagas disponíveis em cada etapa;

18.11.9. Permitir cadastrar os pedidos de vaga, informando o aluno, modalidade educacional, turno desejado, informações sobre decisões judiciais e escolas preferidas;

18.11.10. Permitir incluir registros de liminares, indicando o cumprimento conforme a oferta de vagas, e anexar documentos informando nome, tipo e data de emissão ou criação;

18.11.11. Permitir incluir registros das entrevistas socioeconômicas dos responsáveis pelos candidatos da lista de espera;

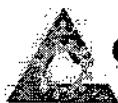
18.11.12. Permitir registrar os cadastros recebidos por meio de inscrição online, com possibilidade de homologação ou cancelamento prévio;



- 18.11.31.** Permitir relatório de tentativas de contato, apresentando os dados dos registros realizados, com filtros por ano letivo, aluno, responsável e intervalo de datas;
- 18.11.32.** Permitir relatório de estudantes na lista de espera por faixa etária, com filtro por escola ou faixa de atendimento;
- 18.11.33.** Permitir relatório de alunos na fila de espera por bairro e etapa, com filtros por ano de matrícula pretendido, escola, modalidade e tipo de solicitação;
- 18.11.34.** Permitir relatório de movimentações da lista de espera, filtrando por ano, aluno e situação, apresentando todas as alterações ocorridas nas solicitações de vaga do candidato;
- 18.11.35.** Permitir relatório de solicitações em lista de espera, com dados das solicitações pendentes, filtrando por unidade escolar, modalidade, ano de intenção de matrícula e período de solicitação;
- 18.11.36.** Disponibilizar painel com visão consolidada da central de vagas, exibindo gráficos da fila de espera, encaminhamentos, liminares, transferências e movimentações;
- 18.11.37.** Apresentar no mapa a localização das unidades de ensino e dos alunos da educação infantil atualmente matriculados na rede;
- 18.11.38.** Apresentar em mapa de calor a localização dos alunos da educação infantil aguardando vaga na rede pública de ensino;
- 18.11.39.** Oferecer ferramenta de sugestão de parâmetros para projetar cenários ideais de distribuição de escolas na educação infantil;
- 18.11.40.** Disponibilizar funcionalidade para simular o crescimento da demanda por matrículas na educação infantil por bairro, com projeção de até três anos;
- 18.11.41.** Permitir estimar, por meio de ferramenta analítica, quais escolas deveriam ser construídas, suspensas ou ampliadas, com base na demanda da educação infantil;
- 18.11.42.** Apresentar em mapa a localização dos alunos do ensino fundamental e das escolas com estudantes já matriculados;
- 18.11.43.** Exibir em formato de mapa de calor a localização dos alunos do ensino fundamental que aguardam por vagas;
- 18.11.44.** Permitir que o sistema indique vagas de forma automática para os alunos, conforme as etapas escolares e instituições preferidas informadas na solicitação;
- 18.11.45.** Permitir integrar ou não, de forma automática, a operação de busca de vagas com os dados das capacidades das turmas;
- 18.11.46.** Permitir registrar as tentativas de contato com os responsáveis por alunos na lista de espera, informando a data e o conteúdo do contato;
- 18.11.47.** Permitir cancelar uma solicitação da lista de espera, informando o tipo, a data e a justificativa do cancelamento;



- 18.11.13.** Permitir que o responsável realize a declaração de veracidade dos dados na inscrição online;
- 18.11.14.** Permitir apresentar um termo de ciência durante o processo de inscrição online;
- 18.11.15.** Permitir que o sistema indique, com base em critérios definidos, a unidade ideal de alocação do estudante, considerando a distância entre o endereço do aluno e a escola;
- 18.11.16.** Permitir registrar os alunos que participam do processo de inscrição online na lista de espera;
- 18.11.17.** Permitir a visualização dos candidatos inscritos, classificados, matriculados, cancelados ou indeferidos;
- 18.11.18.** Permitir a execução do processo de classificação dos inscritos, com base nos critérios previamente definidos pela rede de ensino;
- 18.11.19.** Permitir que os cadastros dos candidatos sejam encaminhados após a etapa de classificação;
- 18.11.20.** Permitir realizar matrícula do aluno classificado ou efetuar o cancelamento/indeferimento da sua inscrição;
- 18.11.21.** Permitir emitir comprovante de autorização de transferência, com filtro por tipo de transferência e unidade escolar;
- 18.11.22.** Permitir emitir comprovante de encaminhamento, com possibilidade de filtragem por unidade escolar e dados do encaminhamento;
- 18.11.23.** Permitir emitir comprovante de intenção de matrícula, com filtros por estudante e modalidade de ensino;
- 18.11.24.** Permitir emitir comprovante de intenção de transferência, com filtros por aluno e modalidade educacional;
- 18.11.25.** Permitir emitir negativa de vaga com filtro por estudante;
- 18.11.26.** Permitir emitir relatório de demonstração das turmas, com dados como ambiente, área, capacidade, etapa, número total de alunos, alunos com deficiência, tipos de deficiência e vagas, filtrando por ano, escola, tipo de atendimento, situação da turma e turno;
- 18.11.27.** Permitir gerar relatório dos encaminhamentos cancelados, incluindo dados do cancelamento, com filtro por modalidade e etapa escolar;
- 18.11.28.** Permitir relatório de encaminhamentos pendentes, com filtros por aluno, unidade escolar, período de solicitação, período de encaminhamento e prazo final do encaminhamento;
- 18.11.29.** Permitir relatório das observações registradas na solicitação de vaga, filtrando por modalidade de ensino, período e identificação da solicitação;
- 18.11.30.** Permitir relatório de recusas de vaga, com dados da recusa e filtros por aluno, solicitação, unidade escolar preferencial, unidade recusada, motivo e período;



18.11.48. Permitir registrar uma recusa de vaga quando ofertada ao responsável, indicando a data da recusa e o motivo;

18.11.49. Permitir encaminhar uma vaga sugerida pelo sistema, informando o prazo de validade do encaminhamento;

18.11.50. Permitir consultar e administrar os encaminhamentos realizados que estão pendentes de efetivação de matrícula;

18.11.51. Disponibilizar serviço online de inscrição, permitindo que cidadãos registrem seus filhos na fila de espera por vagas na rede municipal de ensino.

19. MÓDULO GESTÃO DA SAÚDE

19.1. CADASTROS NACIONAIS

19.1.1.1.1. Deverá possuir o cadastro de municípios já povoado;

19.1.2. Deverá permitir o cadastro de bairros;

19.1.3. Deverá possuir o cadastro de tipos de logradouros já povoado;

19.1.4. Deverá permitir o cadastro de logradouros;

19.1.5. Deverá permitir o cadastro de localidades;

19.1.6. Deverá possuir o cadastro de religiões já povoado;

19.1.7. Deverá permitir o cadastro de escolas;

19.1.8. Deverá possuir o cadastro de tipos de rendas;

19.1.9. Deverá possuir o cadastro de tipos de despesas;

19.1.10. Deverá possuir o cadastro de tipos de encaminhamentos já povoado;

19.1.11. Deverá possuir o cadastro de tipos de vulnerabilidades já povoado;

19.1.12. Deverá possuir o cadastro de CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações) já povoado;

19.1.13. Deverá possuir importação/atualização das unidades de saúde do sistema SCNES do Ministério da Saúde instalado no município através de arquivos XML que possam ser importados a qualquer momento;

19.1.14. Deverá permitir o cadastro de mantenedoras no mesmo padrão do CNES;

19.1.15. Deverá permitir o cadastro das unidades de saúde do Município com base nas informações registradas no CNES;

19.1.16. Deverá permitir o cadastro da posição geográfica da unidade, podendo definir a Latitude e Longitude manualmente ou selecionado em um mapa que permita sua pesquisa;

19.1.17. Deverá permitir no cadastro da unidade seu raio abrangência em metros;

19.1.18. Deve permitir que seja relacionada outra unidade de saúde para fins de faturamento do BNDASAF, para os casos de salas de medicação descentralizadas;

19.1.19. Deverá possuir importação/atualização dos profissionais da saúde e seus vínculos empregatícios do sistema SCNES do Ministério da Saúde instalado no município através de arquivos XML que possam ser importados a qualquer momento;



- 19.1.20.** Deverá permitir o cadastro dos horários de expediente do profissional em cada unidade de saúde, informando (Hora de entrada, Hora de saída e os dias da semana);
- 19.1.21.** Deverá gerar horários de expediente automaticamente durante a importação do arquivo SCNES, com base na unidade de atendimento de cada profissional;
- 19.1.22.** Deverá permitir a inclusão e manutenção dos vínculos empregatícios do profissional em cada unidade de saúde contendo no mínimo (Unidade de Saúde, CBO, Especialidade, o Registro de Classe com o Órgão emissor e Estado, Carga horária);
- 19.1.23.** Deverá possuir funcionalidade para clonagem/duplicação de um vínculo empregatício, facilitando a inclusão do mesmo vínculo em uma unidade de saúde diferente;
- 19.1.24.** Deverá possuir funcionalidade para a identificação dos profissionais liberadores de laudos de exames laboratoriais;
- 19.1.25.** Deverá possuir funcionalidade para a identificação dos profissionais que podem solicitar exames/procedimentos;
- 19.1.26.** Deve possuir funcionalidade para cadastramento e a identificação dos profissionais liberadores de laudos de exames laboratoriais;
- 19.1.27.** Deverá permitir o cadastro de anamnese, informado o Nome e Tipo (Médico ou Odontológico);
- 19.1.28.** Deverá permitir o relacionamento das especialidades que podem realizar a anamnese;
- 19.1.29.** Deverá permitir a definição da ordem em que as perguntas serão respondidas;
- 19.1.30.** Deverá permitir integração com o e-SUS ou com qualquer outro sistema desenvolvido pelos governos estadual ou federal ou outra instituição a que a CONTRATADA se submeta;
- 19.1.31.** Deverá permitir a definição da ordem em que as respostas serão apresentadas;
- 19.1.32.** Deverá permitir que para cada uma resposta de uma pergunta, possa ser associado uma pergunta dependente, ou seja, permitindo definir que uma pergunta somente será feita caso uma determinada resposta seja dada em outra pergunta;
- 19.1.33.** Deverá permitir a aplicação da anamnese conforme o cadastro de suas perguntas e respostas por profissionais das especialidades associadas;
- 19.1.34.** Deverá permitir realizar a mesma anamnese para o mesmo paciente quantas vezes forem necessárias, armazenando os dados do profissional executante e a data, permitindo consultar as perguntas e respostas feitas a qualquer momento;
- 19.1.35.** Deverá permitir visualizar todas as anamneses já realizadas para determinado paciente, incluindo a data, hora, profissional que executou e as perguntas e respostas;



- 19.1.36.** Deverá exibir ao operador durante a execução da anamnese, um indicador visual de quantas perguntas devem ser respondidas, quantas ainda restam responder e quantas já foram respondidas, incluindo o percentual já concluído da anamnese;
- 19.1.37.** Deverá permitir que enquanto a anamnese não estiver concluída, o operador possa efetuar alterações de uma resposta anterior;
- 19.1.38.** Deverá permitir, caso não seja possível responder completamente a anamnese no momento, seu preenchimento em um momento posterior sem perder o que já foi respondido;
- 19.1.39.** Deverá prever uma tela fácil e intuitiva onde são apresentadas as perguntas e as respostas já realizadas, bem como as perguntas que ainda serão feitas apresentando as perguntas através de uma estrutura de tópicos. Por exemplo: 1, 2, 2.1, 2.2, 2.2.1, 3, 4... Onde "2.1" representa uma pergunta dependente de uma resposta da pergunta "2", "2.2.1" dependente de uma resposta da pergunta "2.2" e assim sucessivamente. Dessa forma perguntas dependentes de respostas que não foram escolhidas em outras perguntas não devem ser apresentadas;
- 19.1.40.** Deverá permitir a consulta das anamneses respondidas, em todas as telas de atendimento, pelos profissionais cuja especialidade esteja habilitada para anamnese;
- 19.1.41.** Deverá permitir o cadastro de pacientes/usuários compatível com o padrão de informações do CADSUS / e-SUS;
- 19.1.42.** Para o caso de estrangeiros, o sistema deverá dispensar as informações de endereço e disponibilizar um campo para a informação do seu país;
- 19.1.43.** Deverá permitir a inclusão de documentos digitalizados para finalidades diversas;
- 19.1.44.** Deverá permitir a alteração da situação de Pré-cadastro para um cadastro ativo, somente após o preenchimento dos dados obrigatórios do cadastro completo;
- 19.1.45.** Deverá exibir na tela do cadastro do paciente a data do cadastro dele, a data da última atualização e o usuário responsável pela operação;
- 19.1.46.** Deverá possuir funcionalidade que altere automaticamente os nomes do cadastro, para letras maiúsculas como forma de padronização;
- 19.1.47.** Deverá possuir vínculo informativo da unidade de saúde do paciente;
- 19.1.48.** Deverá possuir cadastro de famílias nos mesmos padrões do sistema e-SUS do Ministério da Saúde;
- 19.1.49.** Deverá possuir atualização por importação de arquivo do sistema CADSUS, no mínimo na extensão de arquivos XML;
- 19.1.50.** Deverá estar adequado para as informações necessárias ao sistema SISPRENATAL, mantendo os padrões do Ministério da Saúde;
- 19.1.51.** Deverá estar adequado para as informações necessárias ao sistema HIPERDIA, mantendo os padrões do Ministério da Saúde;



19.2. AGENDAMENTO DE PROCEDIMENTOS/EXAMES

- 19.2.1.** Deverá permitir o cadastro e gerenciamento da agenda de cada unidade prestadora;
- 19.2.2.** Deverá permitir que seja definida uma data inicial e final de vigência do horário na unidade de saúde;
- 19.2.3.** Deverá permitir que seja criado horários com a situação bloqueada, para liberação posterior;
- 19.2.4.** Deverá permitir a criação de horários especiais para campanhas e outros eventos adversos, onde deverá ser destacado para os atendentes esta data;
- 19.2.5.** Deverá emitir comprovantes de agendamento com senha única, em formato de código de barras para a comprovação da sua veracidade perante a unidade prestadora de serviços;
- 19.2.6.** Deverá efetuar tratamento no momento do cadastro de um feriado, se já possui pacientes agendados na data, caso tenha, deverá incluir os pacientes na lista de espera;
- 19.2.7.** Deverá bloquear na agenda das unidades os dias que possuem feriados devidamente cadastrados;
- 19.2.8.** Deverá permitir a consulta dos pacientes agendados, dispondo de filtro dos registros por unidade prestadora, unidade solicitante e convênio, listando os registros ordenadamente por data;
- 19.2.9.** Deverá permitir a consulta dos pacientes agendados, listando a data, hora, nome do paciente, telefone de contato, unidade prestadora, unidade solicitante e o nome do profissional solicitante;
- 19.2.10.** Deverá permitir através da consulta dos pacientes agendados, transferir um agendamento para outra data ou prestador;
- 19.2.11.** Deverá permitir através da consulta dos pacientes agendados, cancelar um agendamento;
- 19.2.12.** Deverá ao cancelar um agendamento, exigir o motivo do cancelamento e incluir o paciente automaticamente na lista de espera para que ele possa ser reagendado e estornar a respectiva cota dos procedimentos do agendamento;
- 19.2.13.** Deverá permitir através da consulta dos pacientes agendados, excluir um agendamento;
- 19.2.14.** Deverá permitir através da consulta dos pacientes agendados, reimprimir um comprovante de agendamento;
- 19.2.15.** Deverá emitir relatório analítico de agendamentos por período listando por unidade prestadora a data e hora do agendamento, o nome o número do prontuário do paciente, o nome do procedimento e a quantidade. Totalizando a quantidade de procedimentos por profissional solicitante, unidade solicitante e unidade prestadora;



- 19.2.16.** Deverá emitir relatório sintético de agendamentos por período listando por unidade prestadora, a quantidade de procedimentos realizados e seu percentual em relação ao total de procedimentos realizados por todos os prestadores;
- 19.2.17.** Deverá emitir relatório analítico de agendamentos por unidade prestadora, listando a data e hora do agendamento, o nome o número do prontuário do paciente, o nome do procedimento e a quantidade. Totalizando a quantidade de procedimentos por unidade prestadora;
- 19.2.18.** Deverá emitir relatório sintético de agendamentos por unidade prestadora listando por procedimento, a sua quantidade e percentual em relação ao total de procedimentos realizados;
- 19.2.19.** Deverá emitir relatório sintético de agendamentos por procedimento, listando por procedimento, a sua quantidade e percentual em relação ao total de procedimentos realizados;
- 19.2.20.** Deverá emitir relatório analítico de agendamentos por profissional solicitante listando por convênio, unidade prestadora, profissional solicitante e procedimento, a data e hora do agendamento, o nome do paciente, a unidade solicitante e a quantidade. Totalizando a quantidade de procedimentos por procedimento, profissional solicitante, unidade prestadora e convênio;
- 19.2.21.** Permitir o cadastro e gerenciamento da agenda de cada profissional, e em cada unidade;
- 19.2.22.** Permitir que seja definida uma data inicial e final de vigência do horário na unidade de saúde;
- 19.2.23.** Deve conter parâmetro para confirmação de presença dos pacientes agendados para cada agenda criada no sistema;
- 19.2.24.** Permitir que sejam criados horários com situação bloqueada, para liberação posterior;
- 19.2.25.** Permitir que sejam criadas agendas específicas para teleatendimento/teleconsulta;
- 19.2.26.** Deve possuir parametrização para que as agendas sejam disponibilizadas na web ou não e se estas serão para agendamos direto ou para solicitação de agendamento;
- 19.2.27.** Quando a agenda estiver disponível na web deve-se controlar os tempos de antecedência para agendamento, cancelamento e transferência;
- 19.2.28.** Validar a carga horária do profissional no momento da criação de uma agenda, não permitindo que ela seja ultrapassada caso parametrizado;
- 19.2.29.** Permitir a criação de horários especiais para datas como de campanhas (gestantes, hipertensos, idosos e preventivo), onde deverá ser destacado para os atendentes esta data;



19.2.30. No agendamento de consulta especializada: permitir ao atendente a consulta, aso o paciente teve alguma falta em consulta especializada anterior. Possuir função de não reagendar em um período mínimo parametrizado;

19.2.31. No agendamento, aviso ao usuário (atendente ou paciente web) se o paciente já tem consulta marcada (e ainda não realizada) na mesma especialidade para a qual ele esteja solicitando a marcação de consulta;

19.2.32. No cancelamento de agendamentos de consultas e procedimentos de média e alta complexidade, estornar a respectiva cota;

19.2.33. Permitir a consulta da disponibilidade de agenda por especialidade e por profissional;

19.2.34. Restringir o agendamento por características de idade e sexo em diferentes especialidades (ex.: pediatria – pessoas com idade entre “x” anos, ginecologia – atendimento somente para mulheres);

19.2.35. Apresentar tela de agenda por unidade de saúde, por especialidade e por profissional de saúde, incluindo nome dos pacientes;

19.2.36. Prever e retirar as vagas da agenda para os feriados, faltas, capacitações e férias;

19.2.37. Tratar no momento do cadastro de um feriado, falta, capacitações ou férias, se já possui pacientes agendados na data, caso tenha, deverá tratar o que será feito com os agendamentos:

a) Transferir para outra data; Transferir para outro profissional;

b) Transferir para outra unidade;

c) Incluir para a lista de espera;

d) Aumentar vagas e criar encaixes.

19.2.38. Possibilitar a realização de pesquisa de paciente pelos campos:

a) Nome do usuário;

b) Nome da mãe;

c) Data de nascimento;

d) Situação cadastral: Ativo, Desconhecido, Mudou-se, Falecido, Pré-cadastro;

e) CPF;

f) RG;

g) Cartão Nacional de Saúde.

19.2.39. O resultado de pesquisa do paciente deverá conter os campos:

a) Código do usuário;

b) Nome do usuário;

c) Nome da mãe;

d) Data de nascimento;



e) Idade;

f) CPF;

g) RG;

h) Situação cadastral: Ativo; Desconhecido; Mudou-se; Falecido; Pré-cadastro;

19.2.40. O resultado da pesquisa deverá mostrar em tela a quantidade de registros encontrados na pesquisa efetuada;

19.2.41. Deverá exigir a atualização do cadastro do paciente após prazo estipulado em parâmetro.

19.3. AMBULATÓRIO

19.3.1. Exigir a atualização do cadastro do paciente após prazo estipulado em parâmetro;

19.3.2. Propiciar após selecionar o nome do paciente, a atualização dos seus dados cadastrais;

19.3.3. Permitir, na mesma tela da consulta (caso não encontre o paciente), a inclusão completa do cadastro no padrão CADSUS ou um Pré-cadastro (respeitando nível de acesso);

19.3.4. Alertar ao operador sempre que o paciente estiver em situação de Pré-cadastro, solicitando a sua complementação;

19.3.5. Alertar ao operador se o paciente estiver sendo recepcionado em uma unidade em que ele não possui vínculo cadastral, respeitando parametrização;

19.3.6. Alertar ao operador se o paciente estiver sendo recepcionado em uma unidade e ele resida em outro município, respeitando parametrização;

19.3.7. Alertar ao operador caso exista Cartão Nacional de Saúde disponível para o usuário;

19.3.8. Alertar ao operador caso exista vacinas em atraso para o paciente;

19.3.9. Alertar ao operador caso o paciente (sexo feminino) possuir exame do preventivo em atraso;

19.3.10. Alertar ao operador caso o paciente (sexo feminino) possuir exame de mamografia em atraso, com faixa de idade inicial e final parametrizável;

19.3.11. Propiciar a impressão da ficha de atendimento ambulatorial para preenchimento manual para unidades em que os profissionais não possuem acesso aos programas;

19.3.12. Propiciar a impressão da ficha de atendimento ambulatorial preenchida com procedimento pré-definido para unidades em que os profissionais não possuem acesso aos programas;

19.3.13. Possuir funcionalidade de registro de pacientes não atendidos, com espaço para a justificativa do não atendimento pelo profissional;

19.3.14. Possuir funcionalidade para o registro de absenteísmo (falta ou atraso), com espaço para a justificativa;



19.3.15. Propiciar liberar automaticamente vaga para encaixe na agenda do profissional ao ser registrado um caso de absenteísmo (falta ou atraso);

19.3.16. Possuir funcionalidade para transferir o agendamento;

19.3.17. Possuir forma de atualização automática da lista de usuários exibidos na tela por tempo parametrizado;

19.3.18. Deverá dar a opção de trabalhar com agendamento da consulta com horário definido ou com agendamento da consulta por ordem de chegada;

19.3.19. Deverá dar a visão de todas as filas da unidade de saúde, em tempo real, sem que seja necessário a intervenção do usuário do software. Cada fila deverá mostrar a quantidade de pacientes que estão aguardando atendimento;

19.3.20. Deverá possuir forma de geração de senha por ordem de chegada;

19.4. FARMÁCIA

19.4.1. Possuir a lista de produtos do CATMANDU (Sistema de Catalogação de Materiais) de acordo com a tabela oficial disponibilizada no site <https://catalogo.compras.gov.br> do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Contendo todos os códigos, descrições e unidades de fornecimento (apresentação, capacidade e unidade) dos medicamentos e materiais usados na área da saúde;

19.4.2. Possuir cadastro de ação terapêutica;

19.4.3. Possuir cadastro de grupos de produtos;

19.4.4. Possuir cadastro de subgrupos de produtos;

19.4.5. Possuir cadastro de apresentação dos produtos;

19.4.6. Possuir cadastro de fabricantes;

19.4.7. Possuir cadastro de produtos e medicamentos identificando seu nome, concentração, princípio ativo, apresentação, ação terapêutica, grupo, subgrupo, tipo de tarja, lista de psicotrópicos, tipo de receita, código DCB e o seu tipo de uso/administração e o preço de custo;

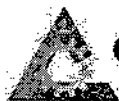
19.4.8. Possuir funcionalidade para clonagem/duplicação de um cadastro para facilitar a inclusão de um novo que tenha as mesmas características;

19.4.9. Permitir a informação do estoque mínimo para reposição de cada unidade de saúde;

19.4.10. Permitir a informação do tempo de reposição do estoque;

19.4.11. Permitir o relacionamento do cadastro do produto a um código CATMAT e a sua respectiva Unidade de Fornecimento;

19.4.12. Possuir o relacionamento entre as unidades de fornecimento fornecidas pelo cadastro oficial do CATMAT e as unidades de fornecimento usadas pelo programa BPS (Bando de Preços da Saúde) do Ministério da Saúde;



- 19.4.13.** Possuir a lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB) da ANVISA de 2007, versão de 22/02/2008 no qual deverá constar o nome da substância, o No de DCB e o No do CAS (Chemical Abstract Service);
- 19.4.14.** Permitir relacionar o cadastro do produto a um Nº de DCB;
- 19.4.15.** Permitir consultar todos os produtos relacionados a um Nº de DCB;
- 19.4.16.** Possibilitar criar restrições de prescrição, requisição e dispensação para determinados grupos de produtos, informando quais são os operadores liberados para gerenciamento dos produtos;
- 19.4.17.** Possuir forma de vinculação de produtos similares ou genéricos;
- 19.4.18.** Permitir a inclusão de todos os códigos de barras do produto;
- 19.4.19.** Manter lista de medicamentos da lista RENAME (relação nacional de medicamentos essenciais);
- 19.4.20.** Possuir forma de indicação do tipo da lista de produtos da ANVISA, conforme Portaria SVS/MS no. 344, de 12 de maio de 1998;
- 19.4.21.** Gerenciar o cadastro de fornecedores da instituição integrando com o sistema da Prefeitura;
- 19.4.22.** Permitir a identificação dos medicamentos judiciais;
- 19.4.23.** Permitir a identificação de produtos que não podem ser fracionados conforme Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 80, de 11 de maio de 2006;
- 19.4.24.** Possuir acesso restrito a determinados medicamentos como por exemplo os judiciais e de alto custo;
- 19.4.25.** Permitir através da seleção do produto, a visualização geral do estoque em todas as unidades, listando lotes e validades;
- 19.4.26.** Emitir etiquetas para identificação do produto (com código de barras) contendo código e descrição;
- 19.4.27.** Relatório de produtos com necessidade de reposição no estoque baseado nas informações cadastrais;
- 19.4.28.** Relatório de estimativa de consumo do produto considerando o histórico de consumo do produto definido através de um período de referência, apresentando a demanda prevista, o saldo atual, a quantidade sugerida de compra e a duração prevista do estoque atual;
- 19.4.29.** Relatório de comparativo de movimentações por produto, separando por unidade, ano e mês a evolução em relação a quantidade de entradas, transferências, dispensações e inutilizações;
- 19.4.30.** Relatório de consumo médio mensal, por produto, exibindo em um gráfico de linha do consumo do produto em relação ao tempo. Cada ano deve ser representado por uma linha no gráfico;



- 19.4.31.** Relatório de histórico de produtos detalhando a movimentação de estoque por produto e dia dentro do período informado;
- 19.4.32.** Relatório de movimentação físico-financeiro detalhando, o estoque inicial, movimentações dentro do período informado (transferências enviadas e recebidas, dispensações, entradas e inutilizações), estoque final e valores;
- 19.4.33.** Relatório do saldo de estoque físico e financeiro, agrupando por unidade, grupo e subgrupo, listando o nome do produto, o valor unitário, o saldo do estoque e o valor total em estoque. Totalizando o valor financeiro por unidade e por final de todas as unidades;
- 19.4.34.** Deverá permitir a consulta de todas as dispensações já registradas no sistema com opção de busca por data da dispensação, nome do paciente ou unidade de saúde;
- 19.4.35.** Deverá alertar ao operador se o paciente estiver sendo recepcionado em uma unidade em que ele não possui vínculo cadastral, respeitando parametrização;
- 19.4.36.** Deverá alertar ao operador se o paciente estiver sendo recepcionado em uma unidade e ele resida em outro município, respeitando parametrização;
- 19.4.37.** Deverá ser possível realizar a pesquisa do paciente pelo nome, nome da mãe, data de nascimento, CPF ou RG;
- 19.4.38.** Deverá disponibilizar aos operadores eventuais avisos ao paciente emitidos pela unidade de saúde;
- 19.4.39.** Deverá permitir o cadastro de avisos ao paciente que serão emitidos para qualquer unidade de saúde;
- 19.4.40.** Deverá disponibilizar o acesso ao histórico das dispensações realizadas para o paciente, listando a data da retirada, a unidade de saúde, o nome produto/medicamento, o nome do profissional que receitou, o tipo da receita, a quantidade e a data de término do medicamento;
- 19.4.41.** Deverá emitir relatório de lotes por validade;
- 19.4.42.** Deverá emitir lista para conferência de estoque (inventário), agrupando por unidade, listando o código do produto, o nome do produto, a apresentação, a tarja, o estoque atual e espaço para a informação manual do estoque atual;
- 19.4.43.** Deverá emitir o termo de abertura e o livro de registros específicos, atendendo a Portaria no. 344/98 da ANVISA;
- 19.4.44.** Deverá emitir o relatório de RMNRA Relação Mensal de Notificações de Receita "A", de acordo o modelo definido na Portaria 344/98 da ANVISA;
- 19.4.45.** Deverá prever a integração do estoque com o sistema administrativo do sistema de compras e almoxarifado de empresas terceiras através de um web service que permita o recebimento de entradas de produtos no estoque, contendo informações da Unidade de



Origem, Unidade de Destino, Dados das Notas Fiscais, itens, Lotes, Validade, Fabricantes, Valor e Quantidades;

19.4.46. Deverá identificar os produtos através da lista de produtos do CATMAT (Sistema de Catalogação de Materiais) de acordo com a tabela oficial, para consulta, disponibilizada no site <https://catalogo.compras.gov.br> do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

19.4.47. Deverá possuir uma área específica para consulta das entradas recebidas;

19.4.48. Deverá permitir o recebimento e cancelamento de uma entrada recebida. O estoque somente deve ser alterado caso a entrada seja recebida;

19.4.49. Deverá possuir, em uma área restrita aos administradores e técnicos, as configurações dos endereços dos web services para envio de confirmação e cancelamento, a ativação ou desativação da integração e o usuário e senha para acesso;

19.5. PRONTUÁRIO MÉDICO

19.5.1. Deverá permitir, em uma área restrita a administradores e técnicos, a configuração da impressão das receitas, com as seguintes opções:

a) Exibir ou ocultar o cabeçalho das receitas (para os casos de papéis com cabeçalho pré-impresso);

b) Exibir ou ocultar o rodapé das receitas (para os casos de papéis com rodapé pré-impresso);

c) Exibir ou ocultar o logo do SUS;

d) Imprimir duas vias da receita na mesma página;

e) Imprimir duas vias da receita simples;

f) Imprimir duas vias da receita de outros medicamentos e recomendações;

g) Alterar o texto do cabeçalho da receita;

19.5.2. Deverá ordenar os pacientes priorizando o nível da classificação de risco;

19.5.3. Deverá destacar na fila de atendimento os pacientes com idade inferior a 2 (dois) anos e superior a 60 (sessenta) anos, em negrito ou com indicação gráfica diferenciada;

19.5.4. Deverá permitir a ordenação dos pacientes na tela por data, hora ou idade;

19.5.5. Deverá possuir forma de identificação dos pacientes hipertensos e ou diabéticos, disponibilizando atendimento diferenciado seguindo os padrões do sistema HIPERDIA do Ministério da Saúde;

19.5.6. Deverá possuir forma de identificação das pacientes gestantes, disponibilizando atendimento diferenciado seguindo os padrões do sistema SISPRENATAL do Ministério da Saúde;

19.5.7. Possuir funcionalidade de registro de pacientes não atendidos, com espaço para a justificativa do não atendimento pelo profissional;

19.5.8. Deverá permitir a busca de um paciente da lista pelo nome;



19.5.9. Deverá permitir a chamada dos pacientes através do painel de chamadas. O sistema deverá solicitar ao profissional na primeira chamada do dia, o número do consultório ou sala de atendimento que ele está atendendo;

19.5.10. Deverá possuir forma de atualização automática da lista de usuários exibidos na tela, por tempo parametrizado, facilitando a visualização de novos pacientes na lista;

19.5.11. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que não foram triados;

19.5.12. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que já foram triados;

19.5.13. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que não foram atendidos;

19.5.14. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que já foram atendidos;

19.5.15. Deverá permitir o registro do atendimento médico a partir de um paciente da lista;

19.6. PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO

19.6.1. Deverá permitir, em uma área restrita a administradores e técnicos, a configuração da impressão das receitas;

19.6.2. Deverá permitir a classificação da prioridade de atendimento do paciente no momento da inclusão dele na fila;

19.6.3. Deverá destacar na fila de atendimento os pacientes com idade inferior a 2 (dois) anos e superior a 60 (sessenta) anos, em negrito ou identificação visual diferenciada dos demais;

19.6.4. Deverá permitir a ordenação dos pacientes na tela por data, hora ou idade;

19.6.5. Possuir funcionalidade de registro de pacientes não atendidos, com espaço para a justificativa do não atendimento pelo profissional;

19.6.6. Deverá permitir a busca de um paciente da lista pelo nome;

19.6.7. Deverá permitir a chamada dos pacientes através do painel de chamadas;

19.6.8. Deverá possuir forma de atualização automática da lista de pacientes exibidos na tela, por tempo parametrizado, facilitando a visualização de novos pacientes na lista;

19.6.9. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que não foram atendidos;

19.6.10. Deverá permitir que o profissional possa listar apenas os pacientes que já foram atendidos;

19.6.11. Deverá permitir o registro do atendimento odontológico a partir de um paciente da lista;

19.6.12. Deverá disponibilizar acesso a anamnese do paciente, com opção de preenchimento de uma nova anamnese ou consulta ao histórico de anamneses preenchidas anteriormente;



19.6.13. Deverá disponibilizar acesso as informações de doenças e agravantes do paciente em conformidade as opções exigidas nas fichas da atenção básica e e-SUS;

19.6.14. Deverá disponibilizar acesso as informações familiares do paciente;

19.6.15. Deverá disponibilizar acesso ao prontuário médico;

19.6.16. Deverá disponibilizar acesso aos resultados de exames, com opção de impressão deles;

19.6.17. Deverá disponibilizar acesso a todos os medicamentos que o paciente retirou na rede municipal;

19.6.18. Deverá disponibilizar acesso aos registros de informações sigilosas do paciente liberado para o acesso;

19.6.19. Deverá disponibilizar acesso aos medicamentos de uso contínuo;

19.6.20. Deverá disponibilizar acesso a carteira de vacinação do paciente;

19.6.21. Deverá alertar ao profissional sobre vacinas atrasadas;

19.6.22. Deverá alertar ao profissional caso o paciente (sexo feminino) possuir exame do preventivo em atraso;

19.6.23. Deverá alertar ao profissional caso o paciente (sexo feminino) possuir exame de mamografia em atraso, com faixa de idade inicial e final parametrizável;

19.7. CONTROLE DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – TFD

19.7.1. Deverá permitir a inclusão de laudos de TFD, contendo a unidade e profissional solicitante, informações do paciente, justificativa para a necessidade de acompanhante, CID, procedimento para o tratamento, diagnóstico inicial, diagnóstico provável, histórico da doença, exame físico, exames complementares, tratamentos realizados, as razões que impossibilitam a Realização do Tratamento e o tipo de transporte;

19.7.2. Deverá permitir a impressão do laudo TFD automaticamente após a sua inclusão;

19.7.3. Deverá permitir a reimpressão do laudo TFD;

19.7.4. Deverá permitir a inclusão de complementos ao laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou o complemento;

19.7.5. Deverá permitir a localização de um laudo no mínimo por data de abertura, número do laudo, nome do paciente e nome do profissional solicitante;

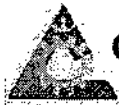
19.7.6. Deverá permitir alterar o laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a alteração;

19.7.7. Deverá permitir aprovar o laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a aprovação;

19.7.8. Deverá permitir glosar o laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora, o motivo da glosa e o nome do usuário que efetuou a glosa;



- 19.7.9.** Deverá permitir arquivar o laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora, o motivo da arquivação e o nome do usuário que efetuou;
- 19.7.10.** Deverá permitir negar o laudo após a sua aprovação, registrando automaticamente a data, hora, o motivo da negação e o nome do usuário que efetuou a negação do tratamento;
- 19.7.11.** Deverá permitir autorizar o laudo após a sua aprovação, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a autorização do tratamento;
- 19.7.12.** Deverá permitir a impressão do pedido de TFD após a autorização do tratamento;
- 19.7.13.** Deverá permitir o cancelamento da autorização do pedido de TFD após a autorização do tratamento, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou o cancelamento da autorização do tratamento;
- 19.7.14.** Deverá permitir negar o tratamento após a sua aprovação, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a negação do tratamento;
- 19.7.15.** Deverá permitir autorizar o tratamento após a sua aprovação, obrigando a informação do local de tratamento e o motivo. O sistema deverá ainda registrar automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a autorização do tratamento;
- 19.7.16.** Deverá permitir o cancelamento da autorização do tratamento após a autorização do tratamento, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou o cancelamento da autorização do tratamento;
- 19.7.17.** Deverá liberar o agendamento do transporte após a autorização do tratamento direcionando o usuário diretamente a rotina de agendamento de transporte;
- 19.7.18.** Deverá permitir a visualização de todos os trâmites ocorridos no processo de TFD do paciente;
- 19.7.19.** Deverá emitir relatório dos processos por unidade solicitante, contendo no mínimo as informações do laudo (data, número, nome do paciente, nome do profissional solicitante, procedimento e a situação atual dele);
- 19.7.20.** Deverá emitir relatório dos processos agendados por destino, contendo no mínimo as informações de (data e hora do agendamento, data e número do laudo, nome do paciente, nome do profissional solicitante e procedimento), separados por unidade de destino;
- 19.7.21.** Deverá emitir relatório dos processos por procedimento, contendo no mínimo as informações do laudo (data, número, nome do paciente, nome do profissional solicitante e a situação atual dele), separados por unidade solicitante e procedimento solicitado;
- 19.7.22.** Deverá emitir relatório dos processos por profissional solicitante, contendo no mínimo as informações do laudo (data, número, nome do paciente, nome do procedimento e a situação atual dele), separados por unidade solicitante e nome do profissional solicitante;



19.8. IMUNIZAÇÕES

19.8.1. Deverá permitir o cadastro dos diversos imunobiológicos existentes e o seu tipo de via de administração;

19.8.2. Deverá permitir que no cadastro de imunobiológicos, possa ser associado o código dos imunobiológicos do sistema SI-PI;

19.8.3. Deverá permitir o cadastro dos imunobiológicos incompatíveis entre si, definindo o intervalo mínimo de aplicação em dias;

19.8.4. Deverá permitir o relacionamento dos diluentes associados à aplicação dos imunobiológicos;

19.8.5. Deverá permitir o cadastro de EAVP (Eventos Adversos Pós Vacinação);

19.8.6. Deverá permitir a definição das regras para o aprazamento automatico após a aplicação dos imunobiológicos indicando a próxima dose e o intervalo em dias para sua aplicação;

19.8.7. Deverá permitir o cadastro dos imunobiológicos equivalentes, ou seja, um ou mais imunobiológicos e doses que quando aplicados, equivalem a aplicações de outro, não o considerando pendente ou atrasado;

19.8.8. Deverá permitir o cadastro de campanhas dos imunobiológicos e multivacinação (Várias imunobiológicos por campanha);

19.8.9. Deverá permitir a definição dos grupos de vacinação da campanha bem como a meta de aplicações, os imunobiológicos, dose e a população alvo;

19.8.10. Deverá permitir a definição das faixas etárias dos grupos de vacinação com a idade inicial e final em anos, meses e dias;

19.8.11. Deverá permitir a configuração da exibição dos imunobiológicos desejadas na carteira de vacinação;

19.8.12. Deverá permitir a configuração da sequência da exibição desejada dos imunobiológicos na carteira de vacinação;

19.8.13. Deverá permitir o uso de uma nomenclatura reduzida para a apresentação do nome dos imunobiológicos na carteira de vacinação;

19.8.14. Deverá possuir parametrização para a exibição de alertas ao operador sobre os imunobiológicos atrasados do paciente;

19.8.15. Deverá possuir área específica na carteira de vacinação para gestantes, onde o sistema deverá exibir os imunobiológicos aplicados e recomendados para as gestantes;

19.8.16. Deverá exibir a carteira de vacinação do paciente de forma intuitiva ao profissional da saúde, em layout semelhante a carteira de vacinação distribuída pelo MS, facilitando a visualização e o registro das aplicações;



- 19.8.17.** Deverá permitir o registro de uma aplicação a partir de um clique sobre um imunobiológico na carteira de vacinação;
- 19.8.18.** Não deverá permitir que a aplicação de um imunobiológico que não estejam no quadro de cobertura;
- 19.8.19.** Deverá alertar ao operador no momento de uma aplicação de um imunobiológico que não seja recomendado para a faixa etária, sexo ou gestante (mulheres entre 10 e 49 anos) que o imunobiológico não é recomendado, permitindo que o operador cancele a operação ou proceda com o registro da aplicação;
- 19.8.20.** Caso confirme a aplicação, o sistema deverá registrar que o imunobiológico foi aplicado inadvertidamente. (Esta informação deverá ser enviada ao SI-PNI);
- 19.8.21.** Deverá alertar ao operador no momento de uma aplicação de um imunobiológico se ela é incompatível com algum outro imunobiológico aplicado dentro de um prazo especificado no cadastro de incompatibilidades de imunobiológicos, detalhando qual o imunobiológico incompatível que foi encontrado, permitindo que o operador cancele a operação ou proceda com o registro da aplicação;
- 19.8.22.** Caso confirme a aplicação, o sistema deverá registrar que o imunobiológico foi aplicado inadvertidamente. (Esta informação deverá ser enviada ao SI-PNI);
- 19.8.23.** Deverá gerar automaticamente o aprazamento para a próxima dose do imunobiológico conforme configurado no quadro de cobertura;
- 19.8.24.** Deverá verificar ao aplicar um imunobiológico do tipo "Soro" a quantidade de doses do tratamento e baixá-las automaticamente do estoque;
- 19.8.25.** Deverá verificar no momento de uma aplicação de um imunobiológico, se ele requer um diluente, caso sim, exibir um campo para que seja selecionado o diluente e seu lote. Devem ser relacionados nesse campo apenas os diluentes associados ao imunobiológico, definidos no seu cadastro;
- 19.8.26.** Deverá obrigar o usuário no momento da aplicação de um imunobiológico de campanha, informar a campanha e o grupo de vacinação para o qual a aplicação será contabilizada;
- 19.8.27.** Deverá permitir a alteração de uma aplicação de um imunobiológico a partir de um clique sobre um imunobiológico já aplicado na carteira de vacinação;
- 19.8.28.** Deverá permitir a exclusão de uma aplicação de imunobiológico a partir de um clique sobre um imunobiológico já aplicado na carteira de vacinação;
- 19.8.29.** Deverá ao excluir uma aplicação de um imunobiológico, retornar para o estoque a quantidade do frasco usado;
- 19.8.30.** Deverá permitir o registro de um resgate a partir de um clique sobre um imunobiológico na carteira de vacinação;



- 19.8.31.** Deverá permitir a alteração de um resgate a partir de um clique sobre um imunobiológico já resgatado na carteira de vacinação;
- 19.8.32.** Deverá permitir a exclusão de um resgate a partir de um clique sobre um imunobiológico já resgatado na carteira de vacinação;
- 19.8.33.** Deverá permitir o registro de um aprazamento a partir de um clique sobre um imunobiológico na carteira de vacinação;
- 19.8.34.** Deverá no momento de uma aplicação de um imunobiológico, procurar por aprazamentos (manuais ou automáticos) e indicações do imunobiológico; partir dessa lista, o registro da aplicação do imunobiológico;
- 19.8.35.** Deverá permitir a alteração de um aprazamento a partir de um clique sobre um imunobiológico já aprazado na carteira de vacinação;
- 19.8.36.** Deverá permitir a exclusão de um aprazamento a partir de um clique sobre um imunobiológico já aprazado na carteira de vacinação;
- 19.8.37.** Deverá permitir o registro de uma indicação a partir de um clique sobre um imunobiológico na carteira de vacinação;
- 19.8.38.** Deverá permitir a alteração de uma indicação a partir de um clique sobre um imunobiológico já indicado na carteira de vacinação;
- 19.8.39.** Deverá permitir a exclusão de uma indicação a partir de um clique sobre um imunobiológico já indicado na carteira de vacinação;
- 19.8.40.** Deverá controlar a quantidade de doses por frasco dos imunobiológicos e diluentes;
- 19.8.41.** Deverá permitir, através de uma tela de consulta, listar os frascos de vacinas abertos por unidade, bem como o seu lote, sua validade e a quantidade de doses total do frasco, a quantidade de doses usadas e restantes, permitindo inutilizar as doses restantes do frasco total ou parcialmente a partir dessa lista;
- 19.8.42.** Deverá no momento do registro de uma entrada no estoque, verificar a quantidade de doses por frasco e lote das entradas já realizadas anteriormente para o mesmo imunobiológico. Caso exista alguma entrada já realizada com a quantidade diferente, exibir um alerta ao operador que a quantidade informada para a dose é inválida;
- 19.8.43.** Deverá no momento do registro de uma entrada no estoque, verificar se o imunobiológico e lote possui algum "Fabricante" informado. Caso exista alguma entrada já realizada para outro fabricante, exibir um alerta ao operador que o fabricante informado para o lote é inválido;
- 19.8.44.** Deverá permitir que no cadastro de motivos de inutilização, possa ser associado o código do motivo de inutilização do sistema SI-PI;
- 19.8.45.** Deverá permitir que no cadastro de fabricantes, possa ser associado o código do produtor correspondente no sistema SI-PNI;



19.8.46. Deverá possuir uma tela para consulta dos imunobiológicos e doses pendentes de aplicação para os pacientes, segundo o quadro de cobertura vacinal definido. Deve ser possível selecionar os pacientes através dos seguintes filtros: Paciente, Nome da Mãe, Data de Nascimento, Bairro, Estratégia, Imunobiológico e Dose;

19.8.47. Deverá emitir relatórios das campanhas de vacinação separando as aplicações pelas faixas etárias dos grupos de vacinação conforme as faixas definidas no cadastro da campanha de vacinação;

19.8.48. Deverá emitir relatório gráfico para acompanhamento das metas definidas para os grupos da campanha de vacinação;

19.8.49. Deverá emitir relatório de estoque da movimentação dos imunobiológicos para o SI-PNI agrupados pelos códigos de produto, apresentação e produtor conforme os códigos do SI-PNI;

19.8.50. Deverá emitir relatório consolidado de acompanhamento de doses aplicadas e resgatadas por ano, separadas por mês de aplicação/resgate. Ainda deve possuir filtros pela Unidade, Estratégia, Grupo de Atendimento, Imunobiológico, Doses, Profissional e dados do paciente;

19.8.51. Deverá emitir relatório Analítico e Sintético que apresente as aplicações e resgates de imunobiológicos separados por Unidade de Saúde, Profissional e Imunobiológico;

19.8.52. Deverá emitir relatório Analítico e Sintético que apresente as aplicações e resgates separados por Unidade de Saúde, Imunobiológico e Dose;

19.8.53. Deverá permitir a impressão do histórico de vacinação do paciente exibindo todos os imunobiológicos aplicados e resgatados para ele em ordem cronológica;

19.8.54. Deverá permitir a impressão da carteira de imunização do paciente listando as aplicações e os resgates de imunobiológicos, bem como o lote e o profissional de cada aplicação. A impressão do relatório deve ser conforme a configuração da carteira de vacinação;

19.8.55. Deverá emitir relatório de aplicação de imunobiológicos por idade, separando os dados por Unidade de Saúde, Imunobiológico, Dose e Idade;

19.8.56. Deverá permitir a exportação para o SI-PNI das seguintes informações:

a) Vacinados; Registros de vacinação incluindo resgates e aplicações;

b) Movimentação de imunobiológicos.

19.9. ATENÇÃO PRIMÁRIA

19.9.1. O software deverá permitir a criação de novas ações programáticas, controlando a data de início e fim, quantidade de inscrições e tipo de benefícios;

19.9.2. O software deverá possibilitar o relacionamento de locais de atendimento a ação programática;



19.9.3. Permitir a definição dos procedimentos/subsídios e a periodicidade dos mesmos para cada ação programática;

19.9.4. Permitir a definição de eventos e a periodicidade dos mesmos para cada ação programática.

19.10. AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE – APAC

19.10.1. Deverá permitir o cadastramento de Órgãos Emissores de autorização de procedimentos realizados em âmbito ambulatorial e hospitalar, designados pelos gestores estaduais e municipais em gestão plena conforme Portaria No 637 de 11 de Novembro de 2005;

19.10.2. Deverá permitir o cadastramento e controle da faixa numérica de APAC's em suas esferas de atuação de governo, informando a validade da numeração, o número inicial e a quantidade de números;

19.10.3. Deverá permitir aprovar o laudo após a sua inclusão, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a aprovação;

19.10.4. Deverá permitir a glosa do laudo após a sua aprovação, retornando ao status de não aprovado, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou a glosa;

19.10.5. Deverá permitir o arquivamento do laudo após a sua aprovação, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou o arquivamento;

19.10.6. Deverá possuir funcionalidade que permita no momento da autorização individual de laudos de APAC, e que este traga a próxima APAC disponível já pré-carregada, facilitando a autorização;

19.10.7. Deverá possuir impressão da autorização de APAC em duas vias, contendo as informações do paciente, informações da solicitação / autorização, informações do autorizador, o número de APAC e a validade;

19.10.8. Deverá permitir a inclusão de uma APAC já autorizada, dispensando todos os trâmites anteriores;

19.10.9. Deverá permitir o cancelamento de uma autorização de APAC após a sua autorização, registrando automaticamente a data, hora e o nome do usuário que efetuou o cancelamento;

19.10.10. Deverá possuir funcionalidade de renovação do laudo. Esta funcionalidade deverá estar disponível ao usuário somente após o vencimento da validade da APAC atual e terá como finalidade a facilitação de criação de um novo laudo previamente preenchido com as informações da APAC anterior, registrando o número da APAC anterior e validade de 90 dias, para que o usuário apenas complemente as informações necessárias e o sistema crie uma nova APAC;



19.10.11. Deverá permitir o registro de permanência do paciente para APAC do tipo inicial e que ainda não esteja vencida, obrigando a informação do motivo de permanência;

19.10.12. Deverá permitir o registro de saída do paciente e em caso de alta por óbito, permitir o registro do falecimento e automaticamente alterar a situação do paciente como falecido em seu cadastro, registrando a data e o usuário que efetuou a operação;

19.10.13. Deverá emitir relatório de laudos de APAC por unidade solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado);

19.10.14. Totalizando o valor dos laudos;

19.10.15. Deverá emitir relatório de laudos de APAC por unidade executante listando por unidade solicitante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado).
Totalizando o valor dos laudos;

19.10.16. Deverá emitir relatório de laudos de APAC por profissional solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado);

19.10.17. Totalizando o valor dos laudos;

19.10.18. Deverá emitir relatório de laudos de APAC por profissional executante listando por unidade solicitante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado);

19.10.19. Totalizando o valor dos laudos;

19.10.20. Deverá emitir relatório de laudos de APAC por município solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado).
Totalizando o valor dos laudos;

19.10.21. Deverá emitir relatório analítico de laudos de APAC por município solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de emissão, o número do prontuário, o procedimento, o valor a CID e a situação (aprovado, glosado, arquivado, autorizado).
Totalizando o valor dos laudos;

19.10.22. Deverá emitir relatório sintético de laudos de APAC por município solicitante listando o município, a quantidade de procedimentos e o valor. Totalizando o valor dos laudos;

19.10.23. Deverá emitir relatório sintético de laudos de APAC por data da solicitação, listando a data, a quantidade de procedimentos e o valor. Totalizando o valor dos laudos;

19.10.24. Deverá emitir relatório sintético de laudos de APAC por CID, listando a CID, a quantidade de procedimentos e o valor. Totalizando o valor dos laudos;



19.10.25. Deverá emitir relatório de APAC's por unidade solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de autorização, o número do prontuário, o procedimento, o valor hospitalar, o valor profissional, a CID e o número da APAC;

19.10.26. Totalizando o valor hospitalar e profissional das APAC's;

19.10.27. Deverá emitir relatório de APAC's por unidade executante listando por unidade solicitante o nome do paciente, a data de autorização, o número do prontuário, o procedimento, o valor hospitalar, o valor profissional, a CID e o número da AIH. Totalizando o valor hospitalar e profissional das APAC's;

19.10.28. Deverá emitir relatório de APAC's por profissional solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de autorização, o caráter de internação, o número do prontuário, o procedimento, o valor hospitalar, o valor profissional, a CID e o número da APAC. Totalizando o valor hospitalar e profissional das APAC's;

19.10.29. Deverá emitir relatório analítico de APAC's por município solicitante listando por unidade executante o nome do paciente, a data de autorização, o número do prontuário, o procedimento, o valor hospitalar, o valor profissional, a CID e o número da APAC;

19.10.30. Totalizando o valor hospitalar e profissional das APAC's;

19.10.31. Deverá emitir relatório sintético de APAC's por município solicitante, listando o município, a quantidade de procedimentos, o valor hospitalar e o valor profissional;

19.10.32. Totalizando o valor hospitalar e profissional das APAC's;

19.10.33. Deverá possuir, em uma área restrita aos administradores e técnicos, a configuração do web service, permitindo ativá-lo e desativá-lo e o usuário e senha para acesso;

19.10.34. Deverá gerenciar o faturamento das Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) gerar em formato SIH/SUS, a partir dos dados do sistema sem qualquer outra forma de digitação;

19.10.35. Deverá permitir receber Laudos APAC enviados por sistemas de terceiros, através de web service, contendo as informações do estabelecimento solicitante, executante, os dados do paciente, do laudo médico e informações do profissional;

19.11. TRANSPORTE DA SAÚDE

19.11.1. Deverá possuir cadastro de tipos de veículos já povoado com os principais tipos de veículos do mercado;

19.11.2. Deverá possuir cadastro de marcas de veículos já povoado com as principais marcas de veículos do mercado;

19.11.3. Deverá permitir o cadastro de veículos com as informações do veículo e as informações de capacidade de passageiros, macas e cadeiras de roda;

19.11.4. Deverá permitir o cadastro dos locais de destino das viagens;



- 19.11.5.** Deverá permitir o cadastro dos motivos das viagens;
- 19.11.6.** Deverá permitir o cadastro de despesas por grupos;
- 19.11.7.** Deverá permitir o cadastro dos condutores, com informação do número da CNH;
- 19.11.8.** Deverá permitir a definição de um valor para cada viagem, gerando um custo do transporte de cada paciente em todas as viagens;
- 19.11.9.** Deverá permitir a inclusão da lista de municípios que haverá paradas na rota do veículo;
- 19.11.10.** Deverá possuir formulário de agendamento de viagem com interface simples, onde ao selecionar um município de destino, liste as rotas disponíveis, ao selecionar a rota, exiba os dias e horários disponíveis, indicando o próximo dia com vaga disponível para o agendamento;
- 19.11.11.** Deverá permitir que no momento do agendamento seja definido se o paciente ocupa uma vaga ou não. Caso não ocupe, o sistema não deverá computá-lo no cálculo do número de vagas disponíveis para viagem;
- 19.11.12.** Deverá permitir a inclusão dos acompanhantes do paciente na viagem;
- 19.11.13.** Deverá permitir a reserva de vagas para os acompanhantes dos pacientes sem defini-los, para os casos em que o paciente ainda não definiu a(s) pessoa(s) que o acompanharão na viagem;
- 19.11.14.** Deverá permitir a definição do tipo de viagem para o acompanhante, se é somente de Ida, somente de Volta ou de Ida e Volta, assim como se ele ocupa vaga, ou seja, caso não ocupe não deve ser computado para o cálculo do número de vagas disponíveis para viagem;
- 19.11.15.** Deverá permitir o cadastro de viagens sem agendamento prévio, informando o motivo, destino final, o veículo, o condutor, os pacientes que serão levados, e o destino de cada paciente, assim como, em caso de necessidade, acompanhantes;
- 19.11.16.** Deverá possuir forma de confirmação das viagens para os casos em que não houver lotação do veículo ou qualquer outro motivo. Somente permitir a inclusão de pacientes sem agendamento prévio, após a confirmação da viagem;
- 19.11.17.** Deverá tratar para que não ser possível concluir uma viagem cujo paciente possua acompanhantes indefinidos, ou seja, deve ser necessário identificá-los para que a viagem possa ser concluída;
- 19.11.18.** Deverá permitir o lançamento de adiantamento de viagem;
- 19.11.19.** Deverá possibilitar o fechamento da viagem com a informação da data e horário de chegada e Km final do veículo assim como deverá conter a prestação de contas com a informação das despesas ocasionadas na viagem, informando ao operador o valor adiantado, o valor das despesas e o seu saldo;



- 19.11.20.** Deverá possuir impressão de requisição de adiantamento;
- 19.11.21.** Deverá possuir impressão da relação de passageiros;
- 19.11.22.** Deverá possuir impressão da ordem de tráfego;
- 19.11.23.** Deverá disponibilizar a opção de impressão dos comprovantes de agendamento em impressora padrão ou térmica conforme parametrização;
- 19.11.24.** Deverá possuir cadastro de feriados com definição das rotas que serão afetadas pelo feriado como por exemplo, (Nenhuma, Todas, Rotas do município, rotas para fora do município);
- 19.11.25.** Relatório de evolução mensal dos transportes listando a cada mês o número de pacientes transportados, o percentual de evolução em relação ao mês anterior, o valor das despesas, a média de quilômetros por litro de combustível e a média de valor por litro de combustível;
- 19.11.26.** Relatório de absenteísmo por paciente, listando o destino, a data, o horário, a rota, o local de destino, o motivo do transporte e observação sobre a ausência;
- 19.11.27.** Relatório de despesas de viagem, agrupando por rota, veículo, motorista e viagem, listando as despesas com descrição, data, quantidade, valor unitário e valor total. Totalizando as despesas, gerando um custo médio por passageiro, um custo médio por quilômetro, a média de consumo de combustível por quilometro rodado e o custo médio por litro de combustível;
- 19.11.28.** Relatório de viagens por motivo, agrupando o motivo da viagem, o local de destino e o veículo, listando a data, a rota, o número de passageiros e quilômetros rodados;
- 19.11.29.** Relatório de viagens por paciente, agrupando o paciente, o destino, o motorista e o veículo, listando a data, a rota, o local de destino e o motivo;
- 19.11.30.** Relatório gráfico de viagens por município;
- 19.11.31.** Relatório gráfico de viagens por motivo;
- 19.11.32.** Relatório de viagens por data, listando o nome do motorista, o veículo, a rota, o município e horário.
- 19.12. ACESSO ACS – AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE**
- 19.12.1.** O Aplicativo mobile ou software deve ser executado offline, ou seja, sem necessidade de conexão com internet;
- 19.12.2.** Deve conter funcionalidades para gerenciamento e controle dos mesmos dados do aplicativo WEB;
- 19.12.3.** O sistema deve ser desenvolvido em linguagem que permita a sua operação via Internet e ser acessível diretamente em navegadores como por exemplo: Chrome, Safari e outros, dispensando a instalação e configuração de qualquer outro tipo de aplicativo no dispositivo mobile e que funcione em diversas plataformas, como o Android, IOS e outros;



19.12.4. Atualizações do sistema devem ser efetuadas automaticamente sem a necessidade de intervenção ou confirmação do ACS ou operador responsável da unidade de saúde;

19.12.5. Deverá possibilitar a liberação do acesso aos ACS, por operador responsável da unidade de saúde;

19.12.6. Deverá bloquear o acesso do ACS após algumas tentativas que apresentarem dados de login inválido;

19.12.7. Deverá controlar o bloqueio e liberação do cadastro das famílias e seus integrantes enviados para o aplicativo mobile até a data final da validade da carga, liberando automaticamente após esta data ou de seu recebimento;

19.12.8. Deverá possuir forma de criptografia dos dados coletados para garantia de integridade das informações coletadas e armazenadas no dispositivo móvel;

19.12.9. Deverá gerar a produção (BPA) automaticamente das visitas efetuadas pela agente comunitária;

19.12.10. Deverá possuir uma lista de todas as famílias contidas na carga de dados;

19.12.11. Deverá permitir a atualização dos integrantes da família;

19.12.12. Deverá permitir a inclusão de novos integrantes na família;

19.12.13. Deverá registrar automaticamente a latitude e longitude ao concluir a visita domiciliar. Para que isso seja possível o dispositivo mobile deve possuir GPS.

19.13. REGULAÇÃO

19.13.1. Deve permitir encaminhamento automático das solicitações para Fila de espera da regulação conforme a definição do tipo da especialidade, exame ou procedimento;

19.13.2. Deve permitir consultar a lista de espera regulada visualizando na ordem da classificação realizada;

19.13.3. Deve permitir realizar agendamento da fila de espera, utilizando vagas pré-definidas na agenda para a regulação;

19.13.4. Deve permitir processo para avaliação da Fila de espera para a regulação com no mínimo as seguintes características:

I. Classificar a solicitação por cores com no mínimo as seguintes opções:

- a)** Não Urgente (Azul);
- b)** Pouco Urgente (Verde);
- c)** Urgente (Amarelo);
- d)** Emergência (vermelho).

II. Possibilitar a alteração do tipo da consulta ou exame da solicitação para um novo tipo;

III. Consultar o prontuário do paciente;

IV. Devolver a solicitação informando os motivos;

V. Visualizar detalhes da solicitação e encaminhamento.



19.13.5. Disponibilizar o acesso ao histórico dos exames do paciente;

19.13.6. Possuir impressão de requisição de exames;

19.13.7. Possuir campo para carimbo e assinatura do médico solicitante;

19.13.8. Alertar ao profissional no momento da requisição, caso o paciente já possua requisição para o mesmo procedimento, informando a situação atual: Requisitado; Agendado;

19.13.9. Permitir a exclusão de uma requisição de exames, perante a informação de uma justificativa que deverá estar disponível junto ao histórico de cancelamentos do paciente para fins de auditoria.

19.14. FATURAMENTO

19.14.1. Utilizar os grupos de atendimento da Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos e Insumos Estratégicos do SUS;

19.14.2. Gerar exportação dos cidadãos para o sistema de informações da atenção básica (e-SUS AB PEC versão 3.2.23 – LEDI AB 4.0.0 ou superior) a partir dos dados dos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação com a opção de envio total da base de dados ou parcial a partir da última exportação realizada;

19.14.3. Gerar exportação CDS/RAS para o sistema de informações da atenção básica (e-SUS AB PEC versão 3.2.23 – LEDI AB 4.0.0 ou superior) a partir dos dados dos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;

19.14.4. Gerenciar o faturamento de autorização de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade (APAC) em formato SIASUS, a partir dos dados dos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;

19.14.5. Gerenciar o faturamento das autorizações de internações hospitalares (AIH) geral em formato SIH/SUS, a partir dos dados dos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;

19.14.6. Gerar e gerenciar o faturamento do boletim de produção ambulatorial (BPA) consolidado e individualizado em formato SIASUS, a partir dos dados dos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;

19.14.7. Permitir a geração do arquivo de faturamento do boletim de produção ambulatorial (BPA) das unidades do município de forma agrupada (Apenas um arquivo para todas as unidades) ou individual (Um arquivo para cada unidade);

19.14.8. Importação do boletim de produção ambulatorial (BPA) do sistema de prestadores e do Ministério da Saúde gerando as críticas necessárias referente aos cadastros de unidades e pacientes não localizados no sistema para correta alimentação do histórico dos prestadores e pacientes;



- 19.14.9.** Acompanhamento dos gastos do paciente, desde o ato do seu atendimento, em qualquer caráter (internação, ambulatorial ou atendimentos para realização de exames, entre outras), até a sua conclusão - "quanto custa o paciente";
- 19.14.10.** Emitir prévias de faturamento das unidades de saúde, profissionais e em geral;
- 19.14.11.** Permitir a digitação da produção das unidades de saúde (durante a implantação dos programas) que ainda não foram informatizadas;
- 19.14.12.** Permitir o Registro das Ações Ambulatoriais em Saúde (RAAS) domiciliar;
- 19.14.13.** Permitir o Registro das Ações Ambulatoriais em Saúde (RAAS) psicossocial;
- 19.14.14.** Possuir modo de atualização dos valores diferenciados de repasse financeiro (valores fora tabela unificada) de procedimentos;
- 19.14.15.** Fazer uso dos procedimentos referentes à tabela unificada de procedimentos, medicamentos e insumos estratégicos do SUS, ou seja, do sistema de faturamento do SUS;
- 19.14.16.** Trabalhar com o conceito de competência mensal, definindo o dia de fechamento das contas, de acordo com as datas estipuladas pelo Ministério da Saúde;
- 19.14.17.** Controlar automaticamente as regras de validação do SUS para cada procedimento executado interna ou externamente, possibilitando a checagem automática do protocolo de atendimento;
- 19.14.18.** Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema RAAS a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;
- 19.14.19.** Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema HIPERDIA a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;
- 19.14.20.** Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema e-SUS a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;
- 19.14.21.** Gerar arquivo para o envio de dados para o sistema SIPNI a partir dos dados gerenciados pelos programas a serem fornecidos, sem qualquer outra forma de digitação;
- 19.14.22.** Gerar o boletim de produção ambulatorial (BPA) consolidado impresso;
- 19.14.23.** Gerar o boletim de produção ambulatorial (BPA) individualizado impresso;
- 19.14.24.** Gerar a prévia do boletim de produção ambulatorial (BPA) impresso;
- 19.14.25.** Painel gráfico que mostre a evolução das dispensações de medicamentos realizadas por uma faixa determinada de anos, permitindo a comparação entre os meses;
- 19.14.26.** Painel gráfico que mostre a evolução dos atendimentos farmacêuticos realizados por uma faixa determinada de anos, permitindo a comparação entre os meses;
- 19.14.27.** Painel gráfico que mostre a quantidade de produtos dispensados pelas unidades de assistência farmacêutica, podendo definir um ou mais produtos para a comparação anual;
- 19.14.28.** Painel gráfico que mostre um número determinado de produtos com maior índice de demanda reprimida e suas respectivas quantidades em uma determinada competência;



19.14.29. Painel gráfico que mostre um número determinado de produtos com maior índice de movimentação, listando o número saídas, entradas e demanda reprimida em uma determinada competência;

19.14.30. Painel gráfico que mostre a evolução das consultas médicas agendadas por uma faixa determinada de anos, permitindo a comparação entre os meses;

19.14.31. Painel gráfico que mostre a evolução das consultas odontológicas agendadas por uma faixa determinada de anos, permitindo a comparação entre os meses;

19.14.32. Painel gráfico que mostre o número de dias necessários para o agendamento de uma especialidade em nível eletivo e de urgência;

19.14.33. Painel gráfico que mostre o número de pacientes cadastrados por faixa etária;

19.14.34. Painel gráfico que mostre o índice de cobertura vacinal da população por uma faixa determinada de anos com a possibilidade da definição dos imunobiológicos desejados para a ilustração;

19.14.35. Relatórios de índice de cadastramento e atualização do cadastro da população em uma terminada faixa anual;

19.14.36. Relatório sintético de agendamentos realizados por bairro, listando o bairro, número de consultas, número de retornos, número de avaliações e o total do bairro;

19.14.37. Relatório gráfico de agendamentos de consultas por faixa etária, totalizando o número de consultas por sexo, consultas, retornos e avaliações;

19.14.38. Painel indicador com o número de consultas efetuadas na atenção básica em um período;

19.14.39. Painel indicador com o número de consultas perdidas na atenção básica em um período;

19.14.40. Painel indicador com o número de exames solicitados em um período;

19.14.41. Painel indicador com o número de vacinas aplicadas em um período.

19.15. VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19.15.1. Possibilitar o cadastro de unidades da vigilância Sanitária nos padrões do CNES;

19.15.2. Possuir cadastro de fiscais da vigilância informando minimamente: CPF, Nome, Data de Nascimento e Endereço;

19.15.3. Possibilitar informar os vínculos empregatícios dos fiscais e horários de expediente;

19.15.4. Cadastro de competências para faturamento dos procedimento ambulatoriais;

19.15.5. Permitir o gerenciamento faturamento de procedimentos ambulatoriais – BPA, possibilitando consultar e exportar os procedimentos faturados para o SIASUS;

19.15.6. Disponibilizar configuração para geração automática de faturamento BPA pelo sistema;



- 19.15.7.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar o seu Alvará Sanitário;
- 19.15.8.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar as Licenças de Transporte para seus veículos;
- 19.15.9.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar o Alvará para participação em eventos;
- 19.15.10.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar o Alvará temporário;
- 19.15.11.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar a carteira de saúde para seus funcionários;
- 19.15.12.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o próprio estabelecimentos possa solicitar a carteira de saúde para seus funcionários;
- 19.15.13.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o contribuinte possa realizar denúncias para a vigilância;
- 19.15.14.** Deverá ser possível ao estabelecimento acompanhar através do portal de autoatendimento o andamento de todos os seus processos na vigilância;
- 19.15.15.** Deverá ser possível ao estabelecimento a retirada do documento gerado (alvará sanitário; licença de transporte; carteira de saúde) através do portal de autoatendimento, sendo que para isso o fiscal da vigilância deverá assinar digitalmente o documento gerado;
- 19.15.16.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que médicos e clínicas possam solicitar as notificações de receita de forma on-line;
- 19.15.17.** Disponibilizar no portal de autoatendimento funcionalidade para que o estabelecimento possa solicitar a certidão de assunção e baixa de responsabilidade técnica de forma on-line;
- 19.15.18.** Permitir o cadastro dos estabelecimentos que serão fiscalizados pela vigilância, com as seguintes informações: CNPJ, Razão Social, Atividades desenvolvidas, endereço e Sócios;
- 19.15.19.** Possibilitar o cadastro do quadro de responsáveis técnicos pelo estabelecimento com seus respectivos conselhos de classe e horários de expediente;
- 19.15.20.** Permitir relacionar ao cadastro dos estabelecimentos todos os seus veículos que necessitam de licença de transporte;
- 19.15.21.** Permitir relacionar ao cadastro dos estabelecimentos todos os seus manipuladores de alimentos que necessitam de carteira de saúde;
- 19.15.22.** Dispor de consulta de antecedentes sanitários dos estabelecimentos, apresentando informações de denúncias envolvendo o estabelecimento; autuações recebidas; Alvarás sanitários; Pareceres; entre outras;



- 19.15.23.** Sistema deverá gerar de forma automática, se assim configurado, a produção BPA referente aos procedimentos de cadastro e exclusão de estabelecimentos sujeitos a vigilância sanitária;
- 19.15.24.** Possibilitar o cadastro de eventos para os quais a vigilância concederá alvará aos estabelecimentos participantes, devendo informar minimamente: Local do evento; período; e os responsáveis pelo mesmo;
- 19.15.25.** Permitir relacionar ao evento todos os estabelecimentos de interesse da vigilância que participarão do mesmo;
- 19.15.26.** Permitir a inclusão de roteiros de inspeção personalizados, possibilitando cadastrar perguntas e as possíveis respostas para cada pergunta conforme a necessidade do município;
- 19.15.27.** Permitir cadastro e manutenção das atividades de interesse da vigilância;
- 19.15.28.** Possibilitar ao município cadastrar os diferentes tipos de processos atendidos pela vigilância, possibilitando configurar: Tipo de documento gerado; Validade; Controle de numeração do documento; Possibilidade de emissão de documento provisório; Obrigatoriedade de sócios, responsáveis e atividades no cadastro do estabelecimento; Notificar o estabelecimento sobre o vencimento do documento gerado;
- 19.15.29.** Possibilitar a emissão de documentos com diferentes layouts de impressão para cada tipo de processo;
- 19.15.30.** Permitir que o município defina uma lista de documento a serem apresentados de forma obrigatória pelo estabelecimento na abertura do processo;
- 19.15.31.** Para processos referentes a emissão de licença sanitária para transportes, as vistorias realizadas, pareceres e a emissão dos documentos deverá ser realizada de forma individual dos veículos informados no processo;
- 19.15.32.** Para processos referentes a emissão de habite-se, as vistorias realizadas, pareceres e a emissão dos documentos deverá ser realizada de forma individual dos imóveis informados no processo;
- 19.15.33.** Para processos referentes a emissão de alvará sanitário para evento, será obrigatório informar o evento e o período que o estabelecimento esteve participando do evento;
- 19.15.34.** Para processos do tipo Certidão de Responsabilidade Técnica – CRT, permitir informar apenas responsáveis relacionados ao cadastro do estabelecimento;
- 19.15.35.** Ao gerar uma retificação ou baixa de documentos, deverá ser gerado um novo processo, no entanto este deverá ser relacionado ao processo de origem do documento;
- 19.15.36.** Possibilitar a emissão de taxas para a emissão dos documentos e vistorias;



- 19.15.37.** Permitir registrar as vistorias realizadas em cada processo sanitário, possibilitando ao profissional responder ao roteiros de inspeção previamente cadastrados;
- 19.15.38.** Permitir que a vistoria possa ser refeita em um mesmo processo, para situações onde os estabelecimentos foram novamente vistoriados após constatadas irregularidades na primeira vistoria. Sendo que neste caso deverá ser mantido histórico de todas as vistorias realizadas no mesmo processo;
- 19.15.39.** Permitir a inclusão e gerenciamento de pareceres sanitários ao estabelecimento do processo;
- 19.15.40.** Dispor local para anexo de documentos relacionados ao processo;
- 19.15.41.** Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade para o estabelecimento através de um processo sanitário;
- 19.15.42.** Possibilitar a emissão de termos (apreensão, inutilização, advertência, orientação, notificação, ciência, interdição, entre outros) referente as ações do processo sanitário;
- 19.15.43.** Permitir o registro das coletas de amostras de produtos realizadas no decorrer do processo sanitário;
- 19.15.44.** Quando assim configurado, permitir a emissão de documento provisório conforme o tipo do processo sanitário (alvarás, licença de transporte, habite-se, alvará para eventos....etc.);
- 19.15.45.** Possibilitar a emissão da dispensa de alvará sanitário para o estabelecimento que se enquadrarem nesta categoria;
- 19.15.46.** Deverá permitir a visualização do documento a ser emitido, possibilitando a conferência das informações do mesmo;
- 19.15.47.** Permitir a retificação de documentos, inclusive em processos já finalizados, neste caso sendo possível refazer todas as etapas do processo, possibilitando assim a emissão de taxas de retificação, refazer vistorias se necessário, realizar coletas, pareceres, autos e, por fim, realizar a impressão de um novo documento contendo as informações retificadas;
- 19.15.48.** Permitir registrar a baixa de documentos emitidos e dentro do prazo de validade, possibilitando a realização de vistorias, registros de pareceres, autos, termos e ao final gerar a emissão da certidão de baixa;
- 19.15.49.** Registrar o controle de entrega de documentos devendo solicitar data da entrega do documento e responsável pela retirada;
- 19.15.50.** Todos os documentos emitidos pela vigilância devem ter a possibilidade de serem assinados digitalmente;
- 19.15.51.** Sistema deverá gerar de forma automática, se assim configurado, a produção BPA referente aos procedimentos de emissão de documentos da vigilância;



19.15.52. Possuir funcionalidade que permita a emissão em lote de processos sanitários, permitindo que o profissional da vigilância selecione uma lista de estabelecimentos sujeitos a vigilância e em seguida o sistema deverá gerar um processo sanitário para cada uma dessas empresas de uma única vez;

19.15.53. Ao gerar o processo sanitário em lote para empresas de baixo risco, possibilitar que ao incluir os processos para todas as empresas selecionadas o sistema já realize a emissão de todos os documentos;

19.15.54. Possuir cadastro para os tipos de notificações de receitas controlados pela vigilância;

19.15.55. Permitir gerenciar a quantidade de blocos de receituários recebidos da regional, devendo ser possível a inclusão de novos lotes recebidos do estado informando a numeração inicial recebida e a quantidade de blocos;

19.15.56. Permitir o cadastro de requisitantes de notificação de receita;

19.15.57. Quando o requisitante for uma clínica, permitir informar todos os profissionais desta clínica que terão acesso ao receituário;

19.15.58. Realizar o controle de entrega de blocos de receituário, devendo informar minimamente: Requisitante, data da solicitação, tipo de receituário solicitado e quantidade blocos solicitados;

19.15.59. Parametrizar o sistema para exigir assinatura digital do fiscal sanitária para realizar a liberação dos blocos de receituário;

19.15.60. Permitir informar os dados da entrega dos blocos, devendo ser informado minimamente: CPF e nome da pessoa que fez a retirada e data da retirada;

19.15.61. Para tipos de receituários vindos da regional para distribuição, o sistema deverá verificar a disponibilidade em estoque antes de realizar a aprovação da solicitação;

19.15.62. Possuir consulta de notificações de receita entregues, sendo possível a localização de blocos dispensados, buscando pelo número da receita;

19.15.63. Registrar a inutilização de receituários, informando o motivo da inutilização, boletim de ocorrência e as numerações inutilizadas do bloco;

19.15.64. Possuir cadastro de tipos de livros controlados pela vigilância;

19.15.65. Possibilitar o gerenciamento dos livros de controle da vigilância, permitindo a emissão dos termos de abertura e fechamento dos livros;

19.15.66. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de denúncias;

19.15.67. Permitir relacionar a cada tipo de denúncia os roteiros de vistorias que devem ser aplicados;

19.15.68. Permitir o registro e gerenciamento de denúncias, informando minimamente: denunciado, relato da denúncia, tipo de denúncia, data e denunciante;



- 19.15.69.** Possibilitar o registro da denúncia com informações incompletas do denunciado, sendo possível preenchê-las posteriormente;
- 19.15.70.** Sistema deverá gerar de forma automática, se assim configurado, a produção BPA referente aos procedimentos de recebimento de denúncias;
- 19.15.71.** Dispor local para anexo de documentos/imagens relacionados a denúncia;
- 19.15.72.** Possibilitar ao fiscal sanitário registrar os seus pareceres quanto a investigação da denúncia;
- 19.15.73.** Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a denúncia;
- 19.15.74.** A emissão de um auto de infração deverá realizar de forma automática a instauração de um Processo Administrativo Sanitário para apuração das infrações contidas no auto;
- 19.15.75.** Permitir o registro das coletas de amostras realizadas no decorrer da investigação da denúncia, bem como gerenciar seu envio ao laboratório para análise;
- 19.15.76.** Possuir pré cadastro com as principais irregularidades, contendo a descrição da infração sanitária, a legislação infringida e as exigências;
- 19.15.77.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e cancelamento de autos de Infração;
- 19.15.78.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e cancelamento de autos de intimação;
- 19.15.79.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e cancelamento de autos de Penalidade;
- 19.15.80.** Ao emitir um auto, permitir ao fiscal utilizar o pré-cadastro de irregularidades para selecionar aquelas que foram identificadas no auto;
- 19.15.81.** Para cada infração contida no auto deverá ser possível informar: prazos para regularização; situação da mesma dentro do auto;
- 19.15.82.** Possibilitar registrar a notificação de ciência do autuado;
- 19.15.83.** Deverá possuir minimamente as seguintes formas de ciência: Pessoalmente, Por Carta Registrada, Por Edital, Por Domicílio Eletrônico do Contribuinte;
- 19.15.84.** Permitir atualizar a situação de cada infração contida no auto, informando quais já estão cumpridas e quais ainda não;
- 19.15.85.** Deverá ser possível relacionar diferentes autos entre si;
- 19.15.86.** Ao relacionar um auto com infrações não finalizadas, deverá ser possível utilizar estas infrações na confecção do novo auto;
- 19.15.87.** Permitir o cancelamento dos autos emitidos de forma equivocada;
- 19.15.88.** Possuir parâmetro para definir o tempo máximo para alteração e cancelamento de autos já emitidos;



- 19.15.89.** Possibilitar instaurar um Processo Sanitário Administrativo – PAS através da emissão dos autos, sendo que ao emitir um auto de infração a instauração deverá ser de forma automática;
- 19.15.90.** Permitir que o autuado apresente a defesa dentro do prazo legal, devendo esta ser inclusa no PAS;
- 19.15.91.** Disponibilizar local para o fiscal sanitário apresentar o relatório de autuação dentro do PAS, conforme estabelecido na legislação;
- 19.15.92.** Gerenciar o julgamento do PAS em todas as instâncias do processo, permitindo informar o resultado do julgamento e se cabe recurso;
- 19.15.93.** Permitir que as autoridades julgadoras e fiscais sanitários envolvidos no PAS possam ser relacionados em apenas uma instância;
- 19.15.94.** Dispor local para apresentação do recurso quando este couber;
- 19.15.95.** Permitir aplicação do auto de penalidade após julgamento do processo. Dispor de local para registro do cumprimento das penalidades;
- 19.15.96.** Deverá ser possível o registro da desobediência das penalidades aplicadas;
- 19.15.97.** Possuir gerenciamento de coleta de amostras de produtos sendo necessário informar: Tipo de coleta; tipo de análise; Finalidade da coleta; local. Data e produto coletado;
- 19.15.98.** Possibilitar a coleta de forma única ou em triplicata;
- 19.15.99.** Registrar o envio das amostras para análise;
- 19.15.100.** Registrar o resultado da análise das amostras enviadas;
- 19.15.101.** Disponibilizar impressão do termo de coleta de amostra;
- 19.15.102.** Permitir gerenciar o controle de amostra de água de hemodíalise para controle de qualidade;
- 19.15.103.** Dispor de rotina para lançamento manual de procedimentos ambulatoriais;
- 19.15.104.** Deverá possuir consulta de procedimentos gerados em todas as áreas da vigilância em saúde;
- 19.15.105.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de atividades educativas realizadas pela vigilância;
- 19.15.106.** Permitir o registro de atividades educativas informando minimamente: Tipo de atividade; Responsável; Data da atividade, período de inscrição; local e participantes;
- 19.15.107.** Possibilitar a inscrição na atividade através do portal de autoatendimento do município;
- 19.15.108.** Permitir a impressão de certificados aos participantes da atividade;
- 19.15.109.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de exumação;
- 19.15.110.** Permitir a inclusão de solicitações de exumação informando minimamente: Tipo de exumação; falecido; período em que será realizada a exumação; informações da funerária;



- 19.15.111.** Dispor local para anexo de documentos relacionados a exumação;
- 19.15.112.** Permitir ao fiscal sanitária registrar o parecer favorável ou não a solicitação;
- 19.15.113.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de translado;
- 19.15.114.** Permitir a inclusão de solicitações de translado informando minimamente: Tipo de translado; falecido; período em que será realizada a translado; informações da funerária;
- 19.15.115.** Dispor local para anexo de documentos relacionados a translado;
- 19.15.116.** Permitir ao fiscal sanitária registrar o parecer favorável ou não a solicitação;
- 19.15.117.** Possibilitar o relacionamento entre exumação e translado;
- 19.15.118.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de inspeção de rotina;
- 19.15.119.** Possibilitar o registro da inspeção de rotina informando minimamente: Estabelecimento inspecionado; Tipo de inspeção; Data;
- 19.15.120.** Possibilitar a emissão de termos (apreensão, inutilização, advertência, orientação, notificação, ciência, interdição, entre outros) relacionados a inspeção de rotina;
- 19.15.121.** Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a inspeção de rotina;
- 19.15.122.** Permitir o registro de pareceres sanitários referente a inspeção de rotina;
- 19.15.123.** Dispor local para anexo de documentos relacionados a inspeção de rotina;
- 19.15.124.** Possibilitar o registro da conclusão da inspeção de rotina;
- 19.15.125.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de denúncias ambientais;
- 19.15.126.** Permitir relacionar a cada tipo de denúncia os roteiros de vistorias que devem ser aplicados;
- 19.15.127.** Permitir o registro e gerenciamento de denúncias, informando minimamente: denunciado, relato da denúncia, tipo de denúncia, data e denunciante;
- 19.15.128.** Possibilitar o registro da denúncia com informações incompletas do denunciado, sendo possível preenchê-las posteriormente;
- 19.15.129.** Sistema deverá gerar de forma automática, se assim configurado, a produção do BPA referente aos procedimentos de recebimento de denúncias;
- 19.15.130.** Dispor local para anexo de documentos/imagens relacionados a denúncia;
- 19.15.131.** Possibilitar ao fiscal registrar os seus pareceres quanto a investigação da denúncia;
- 19.15.132.** Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a denúncia;



19.15.133. A emissão de um auto de infração deverá realizar de forma automática a instauração de um Processo Administrativo Sanitário para apuração das infrações contidas no auto;

19.15.134. Permitir o registro das coletas de amostras realizadas no decorrer da investigação da denúncia, bem como gerenciar seu envio ao laboratório para análise;

19.15.135. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de coletas de água;

19.15.136. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de procedência de água coleta;

19.15.137. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de motivos de coletas de água;

19.15.138. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de sistemas de abastecimentos de água;

19.15.139. Permitir o registro de coleta de amostra de água para análise, informando tipo de coleta; tipo de análise; finalidade da coleta; local; Responsável; data; tipo de abastecimento; motivo da coleta; tipo de água; ponto de coleta e procedência;

19.15.140. Permitir o registro do envio das amostras de água para análise;

19.15.141. Possibilitar o registro dos resultados das análises das amostras;

19.15.142. Permitir a impressão do termo de coleta de amostra;

19.15.143. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de atividades educativas realizadas pela vigilância ambiental;

19.15.144. Permitir o registro de atividades educativas informando minimamente: Tipo de atividade; Responsável; Data da atividade; período de inscrição; local e participantes;

19.15.145. Possibilitar a inscrição na atividade através do portal de autoatendimento do município;

19.15.146. Permitir a impressão de certificados aos participantes da atividade;

19.15.147. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de inspeção de rotina;

19.15.148. Possibilitar o registro da inspeção de rotina informando minimamente: Estabelecimento inspecionado; Tipo de inspeção; Data;

19.15.149. Possibilitar a emissão de termos (apreensão, inutilização, advertência, orientação, notificação, ciência, interdição, entre outros) relacionados a inspeção de rotina;

19.15.150. Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a inspeção de rotina;

19.15.151. Permitir o registro de pareceres sanitários referente a inspeção de rotina;

19.15.152. Dispor local para anexo de documentos relacionados a inspeção de rotina;

19.15.153. Possibilitar o registro da conclusão da inspeção de rotina;



19.15.154. Sistema deverá permitir realizar a investigação e acompanhamento dos agravos notificados conforme definido pelo ministério da saúde;

19.15.155. Sistema deverá alertar a pessoa responsável via e-mail, SMS, ou notificação interna sempre que identifica um novo agravo;

19.15.156. Disponibilizar a impressão da ficha de investigação conforme modelo disponibilizado pelo ministério da saúde;

19.15.157. Sistema deverá possibilitar ao município adicionar a lista de agravos notificáveis outros agravos que sejam de interesse do município, regional ou estado, além daqueles definidos pela portaria federal;

19.15.158. Possibilitar integração com o sistema municipal de saúde para monitoração em tempo real de toda a rede;

19.15.159. Possibilitar o registro de notificações negativas;

19.16. VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

19.16.1. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de denúncias para vigilância em saúde do trabalhador;

19.16.2. Permitir relacionar a cada tipo de denúncia os roteiros de vistorias que devem ser aplicados;

19.16.3. Permitir o registro e gerenciamento de denúncias, informando minimamente: denunciado, relato da denúncia, tipo de denúncia, data e denunciante;

19.16.4. Possibilitar o registro da denúncia com informações incompletas do denunciado, sendo possível preenchê-las posteriormente;

19.16.5. Sistema deverá gerar de forma automática, se assim configurado, a produção BPA referente aos procedimentos de recebimento de denúncias;

19.16.6. Dispor local para anexo de documentos/imagens relacionados a denúncia;

19.16.7. Possibilitar ao fiscal registrar os seus pareceres quanto a investigação da denúncia;

19.16.8. Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a denúncia;

19.16.9. A emissão de um auto de infração deverá realizar de forma automática a instauração de um Processo Administrativo Sanitário para apuração das infrações contidas no auto;

19.16.10. Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de atividades educativas realizadas pela vigilância em saúde do trabalhador;

19.16.11. Permitir o registro de atividades educativas informando minimamente: Tipo de atividade; Responsável; Data da atividade; período de inscrição; local e participantes;

19.16.12. Possibilitar a inscrição na atividade através do portal de autoatendimento do município;

19.16.13. Permitir a impressão de certificados aos participantes da atividade;



- 19.16.14.** Possibilitar a inclusão, edição, exclusão e inativação de tipos de inspeção de rotina para saúde do trabalhador;
- 19.16.15.** Possibilitar o registro da inspeção de rotina informando minimamente: Estabelecimento inspecionado, Tipo de inspeção, Data;
- 19.16.16.** Possibilitar a emissão de termos (apreensão, inutilização, advertência, orientação, notificação, ciência, interdição, entre outros) relacionados a inspeção de rotina;
- 19.16.17.** Permitir a inclusão de autos de infração, intimação e penalidade referente a inspeção de rotina;
- 19.16.18.** Permitir o registro de pareceres sanitários referente a inspeção de rotina;
- 19.16.19.** Dispor local para anexo de documentos relacionados a inspeção de rotina;
- 19.16.20.** Possibilitar o registro da conclusão da inspeção de rotina;
- 19.16.21.** Sistema deverá permitir realizar a investigação e acompanhamento dos agravos relacionados a saúde do trabalhador, notificados conforme definido pelo ministério da saúde;
- 19.16.22.** Sistema deverá alertar a pessoa responsável via e-mail, SMS, ou notificação interna sempre que identifica um novo agravo;
- 19.16.23.** Disponibilizar a impressão da ficha de investigação conforme modelo disponibilizado pelo ministério da saúde;
- 19.16.24.** Sistema deverá possibilitar ao município adicionar a lista de agravos notificáveis outros agravos que sejam de interesse do município, regional ou estado, além daqueles definidos pela portaria federal;
- 19.16.25.** Possibilitar integração com o sistema municipal de saúde para monitoração em tempo real de toda a rede;
- 19.16.26.** Possibilitar o registro de notificações negativas de agravos relacionados saúde do trabalhador.

20. MÓDULO MEMORANDO E OFÍCIOS

- 20.1.** Deve permitir realizar a inclusão dos tipos de comunicados internos, sendo estes definidos minimamente como Memorando, Ofício, Circular, Portaria, Instrução Normativa, entre outros tipos adicionais, considerando a necessidade da contratante;
- 20.2.** Possibilitar a inclusão de privilégios por setor em cada tipo, para que seja permitida a criação de tipos específicos para cada setor;
- 20.3.** Deve possibilitar o cadastro de tags, para que sejam utilizadas como marcadores dos comunicados;
- 20.4.** Deve permitir personalizar as cores das tags;
- 20.5.** Permitir realizar a inclusão de dados referentes ao usuário logado, como cargo e CPF. Estes dados serão exibidos no corpo do texto dos comunicados durante as inclusões, respostas e encaminhamentos das comunicações;



- 20.6.** Possuir abas referentes ao gerenciamento das comunicações, que sejam minimamente definidas como entrada, saída e arquivadas;
- 20.7.** Deverá possuir caixa de entrada dos comunicados, apresentando todas as comunicações em que os setores relacionados ao usuário logado esteja envolvido;
- 20.8.** Permitir gerenciar os comunicados, de forma que a exibição destes seja realizada em uma única caixa de entrada, sem a necessidade de trocar de tela para realizar o gerenciamento geral;
- 20.9.** Deverá possuir caixa de saída dos comunicados, onde serão apresentadas todas as comunicações enviadas pelos setores relacionados ao usuário logado;
- 20.10.** Permitir o gerenciamento dos comunicados de todos os setores cujo usuário logado está relacionado de forma simultânea, sem a necessidade de realizar a troca de telas;
- 20.11.** Permitir que a contratada também possa realizar o controle da numeração por setor, órgão e/ou unidade;
- 20.12.** Permitir configurar se os comunicados poderão ser assinados por meio eletrônico, considerando a Lei nº 14.063/2020, que prevê as hipóteses pela assinatura eletrônica, classificadas em simples, avançada e qualificada, de forma obrigatória ou opcional, de acordo com o tipo de comunicado, a partir das hipóteses previstas para a utilização de cada, conforme disposto na mesma lei;
- 20.13.** Permitir configurar se os comunicados poderão ser definidos como urgentes durante a sua inclusão;
- 20.14.** Permitir realizar o upload de arquivos .doc ou .docx para que este seja utilizado como modelo no corpo do texto dos comunicados;
- 20.15.** Permitir inserir comunicados sigilosos, onde estes poderão ser visualizados somente pelos usuários envolvidos;
- 20.16.** As tags vinculadas aos comunicados deverão ser exibidas na tela de gerenciamento destes;
- 20.17.** Deverá permitir cadastrar comunicados que sejam do tipo "Circular". Estes comunicados não poderão ser respondidos e encaminhados, visto que serão comunicações para ciência dos setores;
- 20.18.** Deve permitir durante a inclusão, resposta e encaminhamento definir um usuário como A/C (aos cuidados);
- 20.19.** Permitir durante a visualização dos comunicados, que as movimentações enviadas aos cuidados do usuário logado tenham indicativo que diferencie a movimentação das demais;
- 20.20.** Permitir responder comunicados, onde somente deverão ser exibidos como destinatários os setores previamente envolvidos na comunicação selecionada;



20.21. Permitir encaminhar comunicados, onde deverão ser exibidos todos os setores da entidade, a fim de compartilhar a comunicação entre os demais setores;

20.22. Durante as respostas e encaminhamentos, permitir vincular arquivos definindo-os como anexos do comunicado;

20.23. Todas as movimentações devem ser visualizadas em linha do tempo, onde cada movimentação de resposta, encaminhamento e/ou arquivamento deve gerar um novo registro;

20.24. Deverá permitir marcar um comunicado como lido;

20.25. Possuir indicativo visual dos comunicados que já foram lidos, diferenciando-os dos que ainda possuem movimentações que não foram visualizadas;

20.26. Deverá permitir arquivar comunicados para o setor do usuário logado.

21. MÓDULO GESTÃO DA AGRICULTURA

21.1. Deverá dispor de cadastro de Produtor Rural vinculado ao cadastro único municipal, permitindo definir se possui CAF e a sua validade, qual o tipo do produtor e ainda deve ser possível relacionar diversas inscrições estaduais ao mesmo;

21.2. Deve ser possível cadastrar Produtor Rural como participante de uma Inscrição Estadual existente. Também possibilitar através de consulta buscar os produtores rurais titulares ou participantes;

21.3. Permitir consultar os débitos do produtor, serviços solicitados pelo mesmo, animais de sua posse e suas Inscrições estaduais;

21.4. Possuir relatório para emissão do Espelho do Produtor Rural, contendo seus dados e também os serviços fornecidos ao mesmo;

21.5. Sistema deverá dispor consulta do histórico de alterações do cadastro de produtor, contendo detalhes como, ação realizada (inclusão, alteração), data/hora, dados alterados e usuário;

21.6. Permitir a inclusão de anexos vinculados ao cadastro de produtor rural, sendo possível enviar arquivos através de Upload, Digitalização ou Câmera/Webcam;

21.7. Permitir o cadastro de Inscrição Estadual do produtor, contendo número da inscrição, data de início e fim, assim como o endereço completo e informações sobre cultivos que produz;

21.8. O campo do número da Inscrição Estadual deve respeitar a máscara definida para o estado do município, e ainda verificar de maneira automática se o número é válido;

21.9. Permitir através do cadastro de Propriedade Rural informar características específicas da propriedade rural, contendo sua área, área ocupada, CAR, matrícula, INCRA e situação;



- 21.10.** Possuir integração com ferramenta de mapas para definição da geolocalização das propriedades, permitindo posicionar no mapa. Além disso, deverá possuir consulta no formato de mapa para visualizar todas as propriedades do município;
- 21.11.** Permitir que sejam informados dados do cadastro imobiliário rural municipal, vinculado na propriedade rural;
- 21.12.** O sistema deve permitir a relação em cada propriedade de um responsável exclusivo e a forma de posse atual, sendo permitidas entre outros arrendatários, possuidor, etc;
- 21.13.** Deve ser possível o registro da produção realizada pelo produtor, contendo, produtos cultivados, a área produzida e a quantidade produzida por hectare, também para fins estatísticos;
- 21.14.** Permitir a geração de relatórios dinâmicos por período, com os dados da produção, sendo possível filtrar por produtor, período, cultivo, propriedade, e também a exibição minimamente dos seguintes dados: produtor, período, cultivo, propriedade, produção total, produtividade;
- 21.15.** Dispor de cadastro das máquinas da frota da Secretaria de Agricultura, permitindo informar detalhes como tipo do equipamento, marca, modelo, modo de controle (horímetro/hodômetro), etc;
- 21.16.** Permitir o cadastro dos implementos utilizados nos serviços realizados com as máquinas agrícolas bem como a vinculação desses implementos as máquinas;
- 21.17.** Permitir o cadastro de animais, contendo detalhes como dono ou responsável, nome, raça, porte, sexo, número de identificação ou brinco e data de nascimento, utilizado para o registro no prontuário de atendimento médico veterinário e também no serviço de inseminação;
- 21.18.** Dispor de cadastro padrão de espécies/raças de animais que será realizada a inseminação, conforme estabelece o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 21.19.** Permitir o cadastro das associações de produtores rurais do município, permitindo vincular ao cadastro único de pessoas do município. Deverá ainda possuir mecanismo para cadastro dos serviços executados nas associações e registrar as solicitações de equipamentos encaminhadas pela mesma;
- 21.20.** O sistema deve permitir o cadastro e manutenção de programas realizados pela secretaria de agricultura, permitindo relacionar produtores interessados/habilitados, produtos relacionados, entre outros conforme tipo do programa;
- 21.21.** O sistema deverá conter os mecanismos adequados para manutenção de programas, aquisição de alimentos ou troca-troca de sementes, onde produtores podem se credenciar e serem beneficiados por intermédio da secretaria de agricultura;



- 21.22.** Permitir a elaboração de modelos/layouts de contratos através de recursos internos do sistema, com opção de substituição de variáveis de cada modelo por dados cadastrados previamente;
- 21.23.** Deverá permitir coletar a assinatura dos produtores na contemplação do programa, por meio de assinatura digital;
- 21.24.** O Agricultor poderá assinar digitalmente os documentos por meio de serviço na internet, fazendo acesso por login único CPF/CNPJ e Senha ou Gov.Br (do Governo Federal);
- 21.25.** Dispor de cadastro dos tipos de serviço fornecidos na secretaria da agricultura, permitindo informar o valor a ser cobrado e o tipo de cobrança, Hora, Valor Fixo ou por Quantidade. Exemplos, Serviço de Trator, Serviço de Inseminação, Serviço de Caminhão. Além disto, deve ser possível cadastro serviços específicos conforme necessidade do município;
- 21.26.** Permitir definir configurações no tipo serviço, tais como, limite de fornecimento (mensal, anual), programas de incentivo, definição de valor cobrado por tipo de máquina ou por tipo de serviço;
- 21.27.** Permitir o gerenciamento das solicitações de Pedidos de Serviço prestados aos produtores rurais, onde que possa consultar de maneira dinâmica e aplicando filtros para melhor gestão;
- 21.28.** Permitir vincular mais de uma solicitação de serviço por Pedido;
- 21.29.** Permitir a inclusão de anexos vinculados ao cadastro de pedidos de serviço, sendo possível enviar arquivos através de Upload, Digitalização ou Câmera/Webcam;
- 21.30.** Permitir realizar o agendamento dos serviços solicitados, contendo informações como, data prevista, operador, máquina e implemento;
- 21.31.** Permitir o registro da execução dos serviços, contendo informações como, quantidade executada, se é isento de cobrança, data de execução, operador, máquina utilizada, horímetro ou hodômetro, e implemento;
- 21.32.** Permitir realizar a geração de taxas com código de barras, dos serviços executados, de maneira automática e integrado ao sistema de arrecadação municipal, incluindo o controle de descontos, parcelamentos, inscrição em dívida, emissão de taxas pelo portal de autoatendimento;
- 21.33.** Permitir a abertura de solicitações de serviços através da internet e aplicativo móvel, para Android e iOS;
- 21.34.** Permitir a emissão de relatórios estatísticos dos serviços realizados, permitindo analisar de maneira analítica e resumida a arrecadação realizada;



21.35. Possuir relatórios de gestão dos serviços fornecidos para obtenção de dados como, serviços executados por operador, por localidade, por máquina, contendo as informações específicas para cada um;

21.36. Possuir mecanismos para controle cadastral das visitas técnicas realizadas nas propriedades rurais, histórico vinculado ao cadastro de produtor rural, contendo linha do tempo das visitas realizadas;

21.37. Permitir a emissão de relatório estatístico de visitas técnicas realizadas, por propriedade rural, produtor rural, também por localidade, ou ainda por profissional que atendeu;

21.38. Permitir a realização do registro de prontuário médico veterinário, contendo detalhes como, tipo de atendimento, encaminhamento, animal atendido, diagnóstico, orientações, exames ou procedimentos realizados;

21.39. Permitir a emissão do prontuário de atendimento médico veterinário em formato pdf, doc, docx. Deverá ainda ser possível assinar digitalmente o documento;

21.40. Permitir a inclusão de anexos vinculados ao prontuário de atendimento médico veterinário, sendo possível enviar arquivos através de Upload, Digitalização ou Câmera/Webcam;

21.41. Possuir mecanismo para controle de entrega de materiais, como alevinos, mudas frutíferas, entre outros, aos produtores rurais, contendo detalhes produtor rural, produto, quantidade, data de entrega;

21.42. Permitir a emissão de relatório estatístico de entregas de materiais realizados, por produtor rural, por localidade, por produto e período;

22. MÓDULO DE GESTÃO AMBIENTAL

22.1. Possuir integração com outros módulos do sistema e ferramenta de fluxo/workflow, dentro do mesmo ERP, sem necessidade de acesso a sistemas externos para gerenciar informações;

22.2. Permitir realizar todo o cadastramento e configuração necessária para as solicitações de denúncias, notificações e autos de infrações;

22.3. Permitir cadastrar artigo sendo possível a entidade configurar para cada Artigo, Inciso e Parágrafo os valores das multas que podem ser geradas, conforme estipulado na legislação vigente para o órgão;

22.4. Possibilitar o relacionamento do artigo com auto de infração, sendo este gerado a partir do registro de uma denúncia ambiental;

22.5. Cadastrar e consultar tipos de denúncia considerando o risco estipulado para cada situação, sendo esses utilizados para abrir processo de denúncia ambiental via portal de autoatendimento;



22.6. Cada tipo de denúncia deverá ser atrelado a assunto x subassunto do processo digital, onde será definido o fluxo/workflow que será utilizado para gerenciar o devido processo;

22.7. Permitir realizar todo o cadastramento e configuração necessária para as solicitações de análises, gerenciamento das licenças ambientais e prestação de contas;

22.8. Cadastrar e consultar atividade que será relacionada a um tipo de licença para compor a abertura de processos de solicitações de licença;

22.9. Permitir que durante o cadastro de atividade ambiental, seja possível definir:

a) Potencial Poluidor (nível de poluição da atividade para o meio ambiente, sendo baixo, médio ou alto);

b) Unidade de Medida;

c) Classificação (caso seja necessário definir que para a atividade somente determinado centro de custo poderá analisar);

d) Portes (define o porte da empresa que solicitará a análise de licença, sendo gerais ou específicos);

e) Enquadramento (define qual âmbito governamental analisará a solicitação);

f) Texto Jurídico (categoria, número e ano).

22.10. Cadastrar e consultar condições e restrições que serão relacionadas durante as análises de solicitações de licença, no relatório oficial e registro de licenças emitidas, bem como para realizar a prestação de contas;

22.11. Permitir parametrizar se a condição e restrição cadastrada poderá gerar registro de prestação de contas após liberado a licença ambiental ao empreendedor, podendo definir se a prestação de contas será uma Apresentação de documentação única ou por todo o período de Vigência da licença;

22.12. Possibilitar durante o cadastro de condicionantes a definição de prazo do cumprimento da prestação de conta, sendo escolhido entre dias ou meses, onde definirá também a data de início e término para cada prestação de contas realizadas via serviço disponível no portal de autoatendimento;

22.13. Permitir cadastrar resíduos, sendo esses considerados para solicitação de análise de licença, licença emitida e prestação de contas;

22.14. Permitir definir que o conteúdo dos resíduos atrelados as solicitações possam ser carregados de forma automática em modelos de documentos anexados aos processos;

22.15. Possibilitar a definição se a prestação de contas será de "Licenciamento" (onde somente o empreendedor necessitará comprovar documentos) ou "Resíduo" (onde o empreendedor deverá comprovar a destinação de cada resíduo gerado para a licença ambiental emitida);

- 22.16.** Para cada condicionante permitir parametrizar o assunto e subassunto do processo digital com fluxo relacionado, para que ao gerar uma prestação de contas, o processo seja administrado por workflow;
- 22.17.** Cadastrar e consultar os tipos de solicitações a serem relacionados no serviço de Solicitação de Análise de Licença Ambiental disponível no Portal de Autoatendimento;
- 22.18.** Permitir parametrizar nos tipos de solicitações que serão disponibilizados para acesso dos empreendedores, o assunto e subassunto que será utilizado para indicar o workflow que gerenciará a análise de liberação da licença ambiental;
- 22.19.** Possibilitar configurar a numeração das licenças, indicando se reinicia anualmente e se a sequência numérica será por tipo de solicitação;
- 22.20.** Permitir indicar para cada tipo de solicitação qual modelo de relatório ou documento que será utilizado para gerar o arquivo oficial da licença emitida;
- 22.21.** Dispor de parametrização que defina para cada tipo de solicitação, quais setores devem analisar o processo de workflow antes de ser entregue ao empreendedor a licença emitida;
- 22.22.** Permitir relacionar em cada tipo de solicitação as respectivas atividades e modelos de documentos necessários;
- 22.23.** Possuir cadastro de forma de acondicionamento, fonte geradora e tipo de destino atrelado aos resíduos;
- 22.24.** Durante o cadastro de resíduos, permitir indicar a unidade de medida, fonte geradora, periculosidade e substâncias;
- 22.25.** Cadastrar e consultar situações "Padrão" ou "Específica" relacionada às "Solicitações de Licenças Ambientais", sendo por padrão (Aberto, Em Análise, Emitido e Cancelado), podendo a entidade criar outras situações;
- 22.26.** Disponibilizar função para Workflow, onde será possível atualizar a situação do processo de forma automática, baseado em parametrização preestabelecida;
- 22.27.** Consultar e cadastrar modelos de documentos e versões a serem relacionados a uma condição e restrição, solicitação de licença, pendências, licenças emitidas, denúncias, notificações ambientais e autos de infrações;
- 22.28.** Permitir definir a numeração inicial de cada modelo de documento;
- 22.29.** Possuir ferramenta de editor interno, que permita cadastrar vários tipos de modelos de documentos, configurando os mesmos com variáveis atreladas aos cadastros do módulo de meio ambiente, para que sejam substituídas em momento posterior, durante a análise dos processos;
- 22.30.** Permitir editar e salvar o modelo de documento como anexo do processo ambiental de licença, prestação de contas, denúncia, notificação e auto de infração;



- 22.31.** Permitir gerenciar Denúncias, Solicitação de Licenças e Licenças Emitidas, considerando os registros reportados pela utilização dos serviços via Portal de Autoatendimento;
- 22.32.** Consultar e gerenciar pelo Workflow (fluxo de trabalho) os autos de infrações gerados por meio de um processo de "Denúncia" e ou "Notificação Ambiental";
- 22.33.** Permitir definir infração baseado em artigo, incisos e parágrafos da legislação vigente já cadastro no sistema, bem como gerar documento oficial do auto de infração, podendo gerar multa a ser paga pelo empreendedor;
- 22.34.** Possuir rotina de denúncia ambiental que permita consultar anexos, fiscalizações, notificações, autos de infrações, verificar localização no mapa, gerenciar e visualizar os registros oriundos de processos de licenças ambientais ou inclusão via serviço de denúncia disponível no portal;
- 22.35.** Possuir integração com o Google Maps sendo possível consultar de única vez todos os registros de solicitação de análise de licença ambiental, denúncias ambientais e fiscalizações, indicando em marcador as informações relevantes;
- 22.36.** Permitir definir nas atividades do workflow um fiscal principal para ser o responsável por analisar, fiscalizar e dar os devidos encaminhamentos ao processo de denúncia ambiental;
- 22.37.** Possibilitar a inclusão de fiscalizações nos processos de denúncias, onde deverá ser definido a data, o fiscal principal da fiscalização a ser efetuada, fiscais adicionais (opcional), definir um parecer da fiscalização e anexar arquivos/documentos relacionados à mesma;
- 22.38.** Manter relacionado ao processo de denúncia ambiental o item de notificação e auto de infração gerado a partir do processo;
- 22.39.** Manter relacionado ao processo de solicitação de análise de licença ambiental, o item denúncia ambiental gerado a partir do processo;
- 22.40.** Manter relacionado ao processo de notificação ambiental o item de auto de infração gerado a partir do processo;
- 22.41.** Possuir rotina de solicitações de análise ambiental que permita consultar os registros gerados, visualizar as solicitações no mapa, gerenciar as etapas do processo pelo Workflow, gerar ou relacionar um processo as solicitações que não tem processo relacionado, relacionar uma solicitação ou consultar solicitações relacionadas;
- 22.42.** Permitir ao usuário responsável pela análise do processo de licença ambiental gerenciar o workflow considerando a inclusão de novos anexos, deferindo/indeferindo os documentos enviados pelo empreendedor, incluir pendências (descritiva ou com relacionamento de arquivos), relacionar modelos de documentos com variáveis, incluir condicionantes, incluir fiscalizações, gerar possível denúncia ambiental, entre outros;



22.43. Permitir gerenciar os anexos dos processos ambientais, considerando deferir ou indeferir o mesmo, alterar disponibilidade para acesso via portal, enviar por e-mail, pré-visualizar, substituir e editar via editor interno da própria aplicação, sem necessidade de acesso a sistema externo;

22.44. Dispor de rotina que seja possível consultar por meio de pastas, quais documentos foram deferidos, indeferidos ou estão em análise;

22.45. Permitir que ao usuário responsável pela análise do processo de licença ambiental, adicionar um registro de pendência, a solicitação seja retornada ao empreendedor/solicitante para adequações no workflow via portal de autoatendimento;

22.46. Permitir que as pendências sejam classificadas entre as seguintes situações: deferido, indeferido e cancelado;

22.47. Permitir enviar e-mail aos interessados pelo processo ambiental no momento que a licença ambiental for emitida;

22.48. Permitir cancelar a solicitação de licença ambiental, sendo atrelado motivo para execução do procedimento;

22.49. Dispor de rotina que seja possível consultar licenças emitidas, prestação de contas, ciências da licença, bem como relacionar licenças e consultar licenças relacionadas, relacionar um processo e revogar uma licença emitida;

22.50. Permitir configurar se as numerações dos processos de denúncias ambientais e solicitações de licenças serão reiniciados anualmente ou serão sequenciais;

22.51. Dispor de configuração que permita definir as notificações que serão atreladas ao vencimento das condicionantes, se será notificado responsável de centro de custo ou usuários;

22.52. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para Inclusão de Solicitação de análise de Licença ambiental, devendo informar:

a) Tipo de solicitação;

b) Atividade a ser licenciada;

c) Quantidade a licenciar;

d) Empresa;

e) Responsável Técnico (opcional);

f) Descrever a solicitação;

g) Definir o endereço do empreendimento a licenciar;

h) Baixar documento de preenchimento obrigatório para após preenchimento do mesmo, carregar na solicitação;

i) Anexar os documentos obrigatórios/opcionais;

j) Anexar outros documentos relacionados.



22.53. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para que o solicitante possa acompanhar as solicitações de licenças ambientais que estão em análise;

22.54. Permitir o solicitante por meio de serviços disponível no portal, gerenciar atividades no processo de workflow quando for requisitado;

22.55. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para que o empreendedor possa acompanhar as licenças ambientais emitidas, possibilitando gerar o documento oficial do licenciamento e gerar prestação de contas;

22.56. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para que qualquer cidadão possa registrar denúncias, sendo essas identificadas ou não identificadas;

22.57. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para que o empreendedor possa acompanhar as notificações ambientais geradas em seu nome, podendo interagir com o processo caso requerido pela entidade;

22.58. Disponibilizar no portal de autoatendimento serviço padrão para que o empreendedor possa acompanhar os autos de infração gerados em seu nome, podendo interagir com o processo caso requerido pela entidade;

22.59. Permitir que todos os processos de workflow ao gerar parecer, seja possível assinar digitalmente ou eletronicamente a decisão exposta;

22.60. Permitir enviar notificação por e-mail e por push ao empreendedor, alertando sobre a situação atual do processo de workflow.

23. MÓDULO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

23.1. Permitir cadastrar origem de ocorrência;

23.2. Permitir cadastrar tipo de ocorrência;

23.3. Possuir gerenciador de ocorrência de serviços e manutenções, com possibilidade de filtrar por tipo de ocorrência, origem de ocorrência e situação de ocorrência;

23.4. Possuir cadastro de ocorrência, com possibilidade de informar o tipo de ocorrência, o solicitante, o endereço da ocorrência e a descrição;

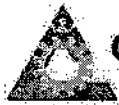
23.5. Ter o cadastro de ocorrência integrado com o Google Maps, considerando o endereço cadastrado;

23.6. Permitir visualizar, alterar ou excluir uma ocorrência na situação aberta;

23.7. Permitir programar uma ocorrência cadastrada, informando a data de execução, o responsável pela execução e o tipo (vistoria, execução, fiscalização);

23.8. Permitir consultar as programações de um determinado serviço de manutenção possibilitando verificar o histórico dessas programações em ordem cronológica;

23.9. Permitir vincular mais de uma ocorrência na mesma programação, permitindo consultar para cada programação as ocorrências a ela vinculadas;



- 23.10.** Permitir informar para cada programação a equipe responsável pela execução da atividade;
- 23.11.** Permitir a impressão da programação com os dados da ocorrência bem como da equipe responsável pela execução do serviço;
- 23.12.** Permitir reprogramar uma programação, informando a data, o responsável, o motivo da reprogramação e o tipo;
- 23.13.** Permitir incluir para cada ocorrência de serviço a quantidade unitária orçada de material, e o valor unitário, sendo que o sistema deve calcular automaticamente com base em valor informado pelo usuário de material o valor previsto de material e mão de obra;
- 23.14.** Permitir informar o valor executado de quantidade e valor unitário de material e o sistema deve calcular automaticamente o valor executado de material e mão de obra;
- 23.15.** Permitir cancelar uma ocorrência cadastrada mantendo o registro disponível para visualização e consulta;
- 23.16.** Permitir anexar imagens e documento à ocorrência incluída;
- 23.17.** Permitir imprimir a ocorrência;
- 23.18.** Integração do registro e gerenciamento de ocorrências com processo de workflow;
- 23.19.** Permitir o registro de ocorrências através do autoatendimento da entidade;
- 23.20.** Emitir Relatório de Serviços Executados.

24. WEB SITE INSTITUCIONAL

- 24.1.** Permitir cadastrar serviços informativos, com a finalidade de orientação aos contribuintes, contendo requisitos e outros dados sobre quaisquer serviços prestados pela Entidade ao cidadão;
- 24.2.** Dispor de área para consultar os dados de Acesso à Informação, considerando: obras e ações, estrutura organizacional, perguntas frequentes, horário de atendimento, nome do usuário responsável, de acordo com a Lei 12.527/2011;
- 24.3.** Permitir o cadastro de notícias no portal, com a possibilidade de relacionar imagens, serviços, links, categorias e páginas;
- 24.4.** Permitir definir quais notícias serão exibidas em destaque na página inicial da entidade;
- 24.5.** O portal institucional deverá dispor de layout responsivo, se adaptando a dispositivos móveis;
- 24.6.** Possuir cadastro de avisos no portal, sendo exibido em forma de pop-up, com a possibilidade de adicionar imagem, vídeo e link;
- 24.7.** Permitir o cadastro de agenda no portal, com intuito de organizar os eventos realizados pela entidade e com a possibilidade dos cidadãos acompanhar via web;



- 24.8. Possibilitar que o cidadão defina se deseja ser alertado antecipadamente via e-mail sobre a realização de determinados eventos;
- 24.9. Possuir cadastro de mídias no portal, possibilitando a centralização dos arquivos para posterior vínculo em notícias, serviços e páginas;
- 24.10. Possibilitar o cadastro de banner para o portal, podendo configurar o local que será demonstrado e o seu relacionamento;
- 24.11. Permitir o cadastro de menu para o portal, para facilitar a localização das informações podendo configurar o seu relacionamento;
- 24.12. Possuir o cadastro de galerias, vídeos e links para posterior acesso via portal;
- 24.13. Permitir definir a cor de tema do portal, se adequando as cores do brasão da entidade, podendo ser por exemplo: azul, verde, roxo, entre outros;
- 24.14. Disponibilizar área de acesso direto ao portal de autoatendimento, inclusive com atalho para realização de login;
- 24.15. Permitir a entidade cadastrar menu rotativo, com relacionamento de ícones e serviços que serão acessados no momento do clique;
- 24.16. Dispor de parametrização para definir a quantidade de notícias que serão exibidas na página inicial do portal;
- 24.17. Possuir cadastro de links úteis, permitindo disponibilizar informações relevantes para o conhecimento do cidadão;
- 24.18. Permitir gerar relatórios das notícias mais acessadas no portal, filtrando por período;
- 24.19. Permitir criar subportais relacionado ao website da entidade, onde secretarias/departamentos podem disponibilizar informações específicas a comunidade;
- 24.20. Possuir parametrizações para a página do subportal, onde durante o cadastro seja definido o seu conteúdo, serviços relacionados, notícias, eventos, imagens, links úteis;
- 24.21. Permitir que no subportal seja adicionado banner, menu e brasão específico do mesmo;
- 24.22. Dispor de configuração que seja possível definir o tamanho do banner que será exibido no topo do portal e subportal;
- 24.23. Permitir ativar ou desativar banner para acesso direto as obras e ações da entidade;
- 24.24. Possibilitar o cadastro de e-mail para receber newsletter

25. MÓDULO GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICA

- 25.1. Integrar aos Módulos do Sistema de Gestão permitindo que diferentes tipos de documentos possam ser gerenciadas, de acordo com sua origem, vinculando os documentos diretamente com as rotinas do sistema, ex: Tipo Empenho (vincular ao documento o número/ano do empenho lançado na contabilidade), Tipo Pessoa (vincular o documento



diretamente a pessoa), Tipo Processo Digital (vincular o documento diretamente ao processo digital), etc.;

25.2. Classificar os documentos de acordo com seu tipo, realizando vínculo ao menos com as seguintes funcionalidades do sistema: Processo Digital, Empenho, Liquidação, Pagamento, Veículos (Frotas), Funcionário (RH), Documentos do Fornecedor (Compras/Contratos), Requisição ao Compras, Solicitação de Compras, Contratos, Anexos da Minuta, Cadastro Imobiliário (IPTU), Cadastro Econômico e Ordem de Compra;

25.3. Visualizar informações da rotina de origem do arquivo, por exemplo, um arquivo vinculado a uma pessoa, deverá exibir a qual pessoa está vinculado, bem como para um processo, deverá apresentar seu número e ano;

25.4. Permitir acesso aos dados do documento bem como ao próprio documento diretamente das funcionalidades onde ele está vinculado;

25.5. Dispor de recurso que permita a vinculação de documento já existente na base em outras rotinas de acordo com o tipo do documento (evitando duplicação de documentos), ex: Permitir adicionar a um processo digital a cópia do RG de uma pessoa que tenha sido previamente vinculada ao seu cadastro de pessoa;

25.6. Toda vez que um documento é adicionado ao sistema, deve-se realizar busca e validação por HASH individualizado e informar o usuário nos casos onde o documento já existir na base de dados – independentemente do local onde o mesmo é adicionado. O usuário deverá ter opção de não prosseguir ou então adicionar um compartilhamento com documento já existente;

25.7. Conter recursos que permitam o cadastro, manutenção e gerenciamento do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos:

a) Organizar o plano de classificação de forma hierárquica em formato de árvore (existência de níveis em formato pai e filho), sendo customizável e permitindo ser adequado às necessidades do arquivo municipal como um todo;

b) Configurar os níveis da hierarquia, permitindo ao menos identificar Classes, Subclasse, Subclasse, Grupo e Subgrupo. Poderá a administração optar em cada departamento por criar outros níveis conforme necessidade;

c) Definir um plano de temporalidade de documentos. As definições de temporalidades devem estar associadas diretamente às classes do plano de classificação;

25.8. Na definição da temporalidade ao menos um período de tempo deverá ser definido para as três fases previstas no ciclo de vida dos documentos: Corrente, Intermediário e Permanente. Os prazos podem ser definidos em meses;



25.9. A troca da definição de temporalidade para uma classe/subclasse/grupo ou subgrupo, deverá desencadear o recálculo dos prazos dos documentos vinculados aos níveis diretamente e também aos subníveis;

25.10. Permitir a definição da classificação quanto ao sigilo das informações, de acordo com a lei de acesso à informação no 12.527 de 2011;

25.11. Permitir realizar a inclusão/captura de documentos por diferentes meios:

- a) Upload por arquivo (múltiplo ou individual), possibilitando 'arrastar' os arquivos para uma determina área ou clicar sobre a mesma e realizar sua seleção;
- b) Através de Digitalização, neste caso podendo buscar diretamente de um escâner conectado ao computador local ou de rede;
- c) Obter de uma câmera disponível localmente no computador;
- d) Vincular documentos ao banco de dados através de links públicos externos;
- e) Através de modelos de documentos previamente configurados.

25.12. Controlar o versionamento de documentos:

- a) A cada substituição do documento, deve-se criar uma nova versão do arquivo digital, no mínimo 10 versões diferentes de um mesmo documento;
- b) Consultar as versões anteriores, permitindo o download e pré-visualização, com informação de: data/hora e quem foi a pessoa responsável pela criação;

25.13. Cadastro e gerenciamento das localizações físicas dos documentos:

- a) Controlar locais físicos de armazenamento para relacionar os documentos;
- b) O cadastro de localizações físicas deve ser hierárquico, ou seja, permitir a definição de uma estrutura composta por níveis.

25.14. Permitir vincular a localização física um setor/departamento/centro de custo, permitindo vincular endereço físico e localização geográfica.

25.15. Criar categorias específicas de documentos conforme necessidade do município;

25.16. Deverá dispor também de categorias padrões;

25.17. Controlar o Acondicionamento de Documentos:

- a) Definir em quais acondicionamentos cada documento já esteve ou está vinculado, como caixas (documentos físicos), pendrives (documentos digitais), entre outros;
- b) Conter um conjunto de tipos de acondicionamento padrão, sendo no mínimo: Caixa, Contêiner, Pasta Suspensa, Envelope, Capa, Pen Drive e Fita DAT;
- c) Configurar para cada tipo de acondicionamento uma numeração sequencial exclusiva, de forma geral ou por ano;
- d) Quando um acondicionamento físico é criado, como uma caixa por exemplo, deve-se permitir definir uma localização física específica, que pode ser o arquivo geral ou um arquivo específico.



25.18. Integrar com Workflow / Processo Digital, permitindo consultar e gerenciar arquivos relacionados ao gerenciamento eletrônico de documentos e a execução do workflow;

25.19. Permitir as seguintes movimentações, com total personalização pela entidade de como elas devem ser realizadas:

a) Empréstimo de Documentos: Gerenciar solicitações de empréstimo de documentos que normalmente são realizadas ao setor de arquivo geral, fazendo o controle de separação, vinculação e disponibilização bem como o controle de prazos e notificações aos solicitantes;

b) Descarte de Documentos: Detectar documentos que já cumpriram todos os prazos de guarda e podem ser descartados fisicamente, de acordo com as configurações do plano de classificação e definições de temporalidade;

c) Arquivamento Intermediário de Documentos: Arquivos correntes (nas secretarias) possam promover o arquivamento de documentos, esses que normalmente já cumpriram seus objetivos no arquivo corrente e podem ser enviados ao arquivo geral, de acordo com as especificações do plano de classificação e temporalidade de documentos;

25.20. Compartilhar documentos gerando um link ou QR Code, podendo definir um prazo máximo de acesso compartilhado;

25.21. Controlar acesso aos documentos através das definições padrões de privilégio já existentes no sistema (de forma geral) ou através do relacionamento do centro de custo originador do documento diretamente a ele, onde desta forma usuários de determinadas repartições devem ter acesso apenas aos documentos que lhes são permitidos;

25.22. Documentos incluídos/carregados na aplicação devem passar por processo de leitura chamado OCR (Optical Character Recognition). Os dados textuais processados devem ser armazenados vinculados ao documento podendo ser manipulados para melhoria da qualidade e fidelidade do conteúdo. Com isso na pesquisa global de documentos deve pesquisar também por palavras chave existentes no seu conteúdo;

25.23. Permitir definir a localização física da origem do documento, com a seleção da mesma através de mapa. Ex: para uma imagem de um imóvel vinculado ao cadastro imobiliário, o sistema deve permitir apontar no mapa onde o imóvel daquela imagem está localizada fisicamente. Na inclusão de um arquivo relacionar à posição atual ou mais próxima possível ao dispositivo, de acordo com disponibilidade da localidade e recurso;

25.24. Realizar o download do(s) arquivo(s). Quando download múltiplo, o sistema deve realizar a compactação dos documentos no servidor e enviar para o usuário um único arquivo, reduzindo o tráfego gerado na rede;

25.25. Abrir arquivos cadastrados com o link, para visualização;



25.26. Permitir a pré-visualização dos arquivos sem que haja necessidade de download para os principais formatos de imagem, planilha, editor de documentos, apresentação de slides, arquivos de texto e PDF;

25.27. Permitir o envio de arquivo(s) por e-mail para um ou vários destinatários definindo o assunto e texto da mensagem, podendo enviar e-mail de confirmação e cópia do mesmo ao remetente ou enviar como anexos do e-mail ou como links acessados no corpo da mensagem;

25.28. Permitir que na pré-visualização de documentos no formato PDF, que não estejam assinados digitalmente seja possível realizar manipulações como adição de anotações, comentários, ajuste de layout (vertical/horizontal) e reposicionamento (pra frente ou para trás) de páginas, permitindo que seja substituído o documento armazenando-o diretamente no servidor, sem que para isso seja necessária a instalação de qualquer plugin ou recurso na máquina local do usuário;

25.29. Permitir realizar a manipulação de arquivos no formato PDF, com os seguintes recursos:

- a) Adicionar a numeração de páginas, definindo a página inicial e formato de apresentação;
- b) Adição de "carimbos" ao documento. Deve ser possível selecionar se o carimbo será adicionado na primeira, última ou todas as páginas;
- c) Adicionar uma marca D'água definida através de um texto ou grifar palavras contidas no documento;
- d) Permitir que seja substituído o arquivo atual, ou seja criado um novo com as mesmas informações.

25.30. Consultar atividades realizadas no documento, tais como, inclusão, alteração, substituição, visualização, download, duplicar, assinatura, envio por e-mail, entre outros, exibindo ao menos data e usuário responsável por cada atividade realizada;

25.31. Dispor de recursos no GED que permitam a Assinatura Digital de documentos, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades:

- a) Arquivos no formato PDF possam ser assinados digitalmente, através de certificado digital instalado localmente (A1 ou A3) ou conectado ao dispositivo (Token);
- b) Consultar assinaturas digitais realizadas no sistema, consultando o proprietário do certificado, usuário logado (no instante da assinatura) e data da assinatura;
- c) Conter recurso que permita ao operador solicitar a assinatura digital de um ou vários documentos para uma ou várias pessoas ao mesmo tempo. A solicitação de assinatura deverá disparar um alerta para o(s) assinante(s) assim que criado. O(s) assinante(s) poderão realizar a assinatura em momentos distintos, tendo também como opção a rejeição da assinatura, descrevendo os motivos;



25.32. Emitir relatório completo dos documentos por tipo de acondicionamento, como, por exemplo, caixas;

25.33. Emitir relatório de documentos, agrupados por centro de custo (secretaria originadora do documento), selecionando por classe, centro de custo, plano de classificação, localização física, bloqueados para edição ou não, por situação (Ativo, Descartado, Em Criação, Em Homologação, Arquivado e Descartado Físico), podendo realizar a emissão de documentos emprestados;

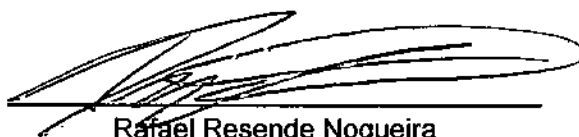
25.34. Estar em conformidade com as definições técnicas do E-ARQ e normas do CONARQ.


Daniel Renault de Castro
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
MATRÍCULA: 315319

Daniel Renault
Secretário de Administração
Elaboração dos Módulos referentes à
Administração


Marilda Matias

Secretária de Educação
Elaboração dos Módulos referentes à
Educação



Rafael Resende Nogueira
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Elaboração dos Módulos referentes à
Agricultura e Meio Ambiente

VINICIUS FRANZONI
BARBOSA
FERREIRA:07407783667

Assinado de forma digital por
VINICIUS FRANZONI BARBOSA
FERREIRA:07407783667
Dados: 2025.10.17 11:18:06
-03'00'

Vinícius Franzoni
Secretário de Saúde

Elaboração dos Módulos referentes à
Saúde

TIAGO
RODRIGUES
DE SOUZA
REIS:0151897
5658

Assinado de forma
digital por TIAGO
RODRIGUES DE
SOUZA
REIS:01518975658
Dados: 2025.10.17
12:16:30 -03'00'

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Fazenda
Elaboração dos Módulos referentes à Fazenda